Revista Brasileira

Fase VII ❧ Julho-Agosto-Setembro 2005 ❧ Ano XI ❧ Nº 44

Esta a glória que fica, eleva, honra e consola.

Machado de Assis

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS 2005

Diretoria

Presidente: *Ivan Junqueira*
Secretário-Geral: *Evanildo Bechara*
Primeira-Secretária: *Ana Maria Machado*
Segundo-Secretário: *Marcos Vinicius Vilaça*
Diretor-Tesoureiro: *Cícero Sandroni*

Membros efetivos

Affonso Arinos de Mello Franco, Alberto da Costa e Silva, Alberto Venancio Filho, Alfredo Bosi, Ana Maria Machado, Antonio Carlos Secchin, Antonio Olinto, Ariano Suassuna, Arnaldo Niskier, Candido Mendes de Almeida, Carlos Heitor Cony, Carlos Nejar, Cícero Sandroni, Eduardo Portella, Evanildo Cavalcante Bechara, Evaristo de Moraes Filho, Pe. Fernando Bastos de Ávila, Helio Jaguaribe, Ivan Junqueira, Ivo Pitanguy, João de Scantimburgo, João Ubaldo Ribeiro, José Murilo de Carvalho, José Sarney, Josué Montello, Lêdo Ivo, Lygia Fagundes Telles, Marco Maciel, Marcos Vinicios Vilaça, Miguel Reale, Moacyr Scliar, Murilo Melo Filho, Nélida Piñon, Oscar Dias Corrêa, Paulo Coelho, Sábato Magaldi, Sergio Corrêa da Costa, Sergio Paulo Rouanet, Tarcísio Padilha, Zélia Gattai.

REVISTA BRASILEIRA

Diretor

João de Scantimburgo

Conselho editorial

Miguel Reale, Carlos Nejar,
Arnaldo Niskier, Oscar Dias Corrêa

Produção editorial e Revisão

Nair Dametto

Assistente editorial

Monique Cordeiro Figueiredo Mendes

Projeto gráfico

Victor Burton

Editoração eletrônica

Estúdio Castellani

Academia Brasileira de Letras
Av. Presidente Wilson, 203 – 4º andar
Rio de Janeiro – RJ – CEP 20030-021
Telefones: Geral: (0xx21) 3974-2500
Setor de Publicações: (0xx21) 3974-2525
Fax: (0xx21) 2220.6695
E-mail: publicacoes@academia.org.br
site: http://www.academia.org.br

As colaborações são solicitadas.

Sumário

Editorial

João de Scantimburgo 5

PROSA

Miguel Reale A filosofia na obra de Machado de Assis 7
Marcos Vinicios Vilaça Poeta e boêmio. 35
José Murilo de Carvalho Cândido Motta Filho 39
Antonio Olinto Caminhos do conto brasileiro 45
Lygia Fagundes Telles Herbarium 57
Ada Pellegrini Grinover A carta do Dr. Jekyll 65
Arnaldo Niskier Nós e a poesia 75
Murilo Melo Filho Augusto dos Anjos: universal e eterno 81
Zélia Gattai Meu amigo e compadre Pablo Neruda. 95
Erwin Theodor Martius e seu único romance 103
Elvia Bezerra Ribeiro Couto e o homem cordial. 123
Fernando Fortes *Insight*: Machado de Assis 131
Armando Alexandre dos Santos À procura de Tructesindo 135
Eliana Bueno-Ribeiro Mito, paródia e rebelião: uma leitura de *Fronteira Natural* de Nélida Piñon 173
Prêmio Senador José Ermírio de Moraes – 2005 189
Discurso de José Nêumanne Pinto. 190
Saudação de Marcos Vinicios Vilaça. 194
Ricardo Vieira Lima Poesia, linguagem e vida. 201
Fábio Lucas Poetas associados. 209

POESIA

Carlos Nejar Antielegia ao pampa 215
Antonio Carlos Secchin Louvação ao amigo 217
Ives Gandra da Silva Martins Marabá. 219
Vera Husemann Poemas inéditos 235

GUARDADOS DA MEMÓRIA

Afrânio Peixoto Memórias – Doação do Petit Trianon. 243
Constâncio Alves Os livros vão e não voltam – O que se encontra dentro deles 249

Editorial

João de Scantimburgo

Tenho escrito, vezes sem conta, que os meios de comunicação que nos servem e dos quais nos servimos para tomar conhecimento da multidão de acontecimentos que acontecem no palco do mundo, fornecem-nos, todos os dias, matéria para reflexão. O ser humano vive em perigo constante, em que pese o desenvolvimento das condições de defesa, que deveriam ser colocadas ao alcance de todos.

Esta Revista é um instrumento de informação e uma contribuição valiosa para aumentar o cabedal de cultura que todos procuram, sobretudo nos dias de hoje, onde a concorrência entre todas as formas de saber e todas as técnicas de persuasão não tem medida. Sabemos que o número dos que lêem esta Revista é limitado, por limitada ser a área onde sua circulação tem lugar. Mas sabemos, também, que quantos assimilam o saber constante dos artigos aqui acolhidos não têm medida, senão pela assiduidade com todos os demais, como estes são produzidos para atender aos interesses de melhorar a qualidade da inteligência.

Temos conhecimento de leitores que criticam este ou aquele artigo, que não concordam com ensaios sobre poetas e escritores que agasalhamos em nossas páginas. Mas cumprimos com nosso dever. Por que não publicar um artigo sobre Augusto dos Anjos? Foi um grande poeta de uma época, cabendo, portanto, nas páginas desta Revista. E a filosofia na obra de Machado de Assis? O autor do ensaio, o professor e acadêmico Miguel Reale, estudou a fundo a obra do Bruxo do Cosme Velho, e tirou-lhe das obras o que necessitava para provar a filosofia que se espalha pelas páginas das *Obras Completas* do grande, do incomparável escritor. Destaque entre os artigos aqui publicados merece igualmente o ensaio "Martius e o seu único romance", de Erwin Theodor, apresentando numerosas obras sobre o Brasil e problemas brasileiros, além de abordagem minuciosa da obra *Frey Apollonio, um Romance do Brasil*.

Outros merecem iguais considerações, pois a Academia edita uma revista, a mais completa em seu gênero e, graficamente, a mais bela das publicadas no país. Não precisaríamos nos ocupar com essas considerações, mas o fazemos para deixar bem definido o papel que temos a certeza de representar no mundo da cultura no Brasil. A Academia nasceu na *Revista Brasileira* e, incorporando-a nas suas publicações, está presente através das suas sucessivas edições, sempre, rigorosamente, fiéis à periodicidade, a fim de enriquecer qualquer biblioteca ou proporcionar momentos de prazer intelectual aos leitores, que são, a maioria deles, a nata da intelectualidade brasileira.

A filosofia na obra de Machado de Assis

Miguel Reale

I

Considerações preliminares

Quem se dispõe a apreciar os aspectos filosóficos da obra de Machado de Assis vê-se logo perante uma alternativa: Filosofia de Machado de Assis, ou na obra de Machado da Assis? Não há nada de surpreendente que se comece por uma aporia, pois as perplexidades, os contrastes e as contradições enxameiam os romances, os contos, as crônicas, as poesias e as páginas de crítica do patrono da Academia Brasileira de Letras, comprazendo-se ele em jogar com termos opostos ou distintos, sem que seu espírito opte por um deles, preferindo antes mantê-los correlatos numa viva concretude.

Pelo que me foi dado observar, relendo as obras de Machado de Assis, ele emprega a palavra "filosofia" pelo menos com três acepções distintas, às vezes complementares. Em primeiro lugar, usa o termo em tom jocoso, como, por exemplo, ao referir-se ao 'grunhir

Jurista, professor, ensaísta. Sua bibliografia fundamental abrange obras de Filosofia, Teoria Geral do Direito, Teoria Geral do Estado e estudos de Direito Público e Privado. É o fundador da *Revista Brasileira de Filosofia* (1951) e presidente do Instituto Brasileiro de Filosofia.

dos porcos, espécie de troça concentrada e filosófica", ou, a "um asno de Sancho deveras filósofo", ou quando nos mostra Quincas Borba a trincar uma asa de frango "com filosófica serenidade".[1]

Não se pense que Machado de Assis tenha desapreço pela Filosofia, pois bem poucos de nossos escritores revelam tão constante preocupação filosófica, que, no prefácio do romance cujo primeiro centenário estamos comemorando, é deliciosamente apresentada como "rabugens de pessimismo".

Poder-se-ia afirmar que é com essa obra que se afirma, em toda a sua plenitude, a que poderíamos qualificar, sob certo prisma, de "fase filosófica" da criação machadiana, quando o enredo ou a trama dos romances adquirem transparência através dos valores introspectivos do autor, cuja presença risonha e crítica ora ilumina os episódios, ora lhes oculta o sentido, quando não os abre num desconcertante leque de perspectivas.

Da crítica negativa e infeliz de Sílvio Romero – repelida com elegância pelo fino espírito do jurisconsulto Lafayette Rodrigues Pereira, nas irônicas páginas de *Vindiciæ – o que resta de válido é apenas o reparo sobre "a mania de filosofar" que se insinuara, de maneira inquietante, na obra do "Bruxo do Cosme Velho". É a razão pela qual a palavra filosofia adquire, em sua pena, também uma acepção lata, a que recorre toda vez que deseja nos oferecer o sentido essencial ou dominante de algo. É a filosofia como "forma de compreensão" ou até mesmo como "súmula de significado", tal como ocorre quando evoca a "filosofia das folhas velhas", ou a "filosofia dos epitáfios"* (*M.P.*, CXVI e CLI).

Ora, esse entendimento lato, sempre envolto por um véu de humorismo, adquire uma terceira conotação, mais profunda, concernente à franja inexpli-

---

[1] Cf. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, caps. XV e CXVII, e *Dom Casmurro*, cap. CLLIV. Dada a multiplicidade de edições da obra machadiana, para facilidade de consulta, parece-me preferível referir-me aos capítulos dos romances, ou aos títulos das criticas ou das crônicas, com compreensíveis exceções. No presente estudo, sirvo-me, em geral, para as citações, bem como na Antologia, do texto das *Obras Completas*, Editora José Aguilar, Rio, 1959, em cotejo com as primeiras edições da Livraria Garnier, Rio de Janeiro, Paris.

Os romances principais serão indicados apenas pelas iniciais *M.P.* (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*), Q.B. (*Quincas Borba*), D.C. (*Dom Casmurro*), M.A. (*Memorial de Ayres*) e E.J. (*Esaú e Jacó*) com o número dos capítulos em algarismos romanos usados por Machado de Assis.

Às vezes, para continuidade da leitura, faço remissão às obras no próprio texto.

cável do real, ao "princípio único, universal, eterno" das coisas, ou, segundo os invocados versos de Camões, a indagação sobre

"*Uma verdade que nas coisas anda,*
Que mora no visível e invisível."

Nesse sentido, Machado de Assis recorre com freqüência à palavra "metafísica", entendida como desesperada ou tresloucada procura de uma "substância" que é sempre a mesma, levando de roldão os indivíduos que, paradoxalmente, são suas "bolhas transitórias", mas, isto não obstante, constituem o resumo do universo, visto que "o universo é o homem" (*Q.B.*, VI). Voltarei a examinar essa colocação machadiana, mas não será demais salientar, desde logo, que toda a sua compreensão da Natureza se subordina sempre a uma teoria do Homem, a um antropocentrismo fundamental.

Ocorre, todavia, que, na obra machadiana, a palavra "metafísica" também serve para indicar algo que se afirma com ar de profundidade, sem maior esforço e sem obrigação de se demonstrar a verdade das asserções feitas. Um discurso de metafísica política", escreve Machado, desenvolvendo a teoria do medalhão, "apaixona naturalmente os partidos e o público, chama os apartes e as respostas. E depois não obriga a pensar e descobrir. Nesse ramo dos conhecimentos humanos tudo está achado, formulado, rotulado, encaixotado; é só prover os alforges da memória. Em todo caso, não transcendas nunca os limites de uma invejável vulgaridade".[2]

Não se poderia ser mais cáustico quanto à vacuidade dos "sistemas filosóficos", onde tudo se encontra de antemão rotulado e encaixotado. Anti-dogmático por natureza, embora não se considerasse um cético, Machado de Assis

[2] *Papéis Avulsos*, Ed. Garnier, Rio/Paris, p. 99. Releva notar que, nessa mesma passagem, MACHADO DE ASSIS aconselha ao aprendiz de medalhão o emprego da filosofia, mas em termos: "no papel e na língua alguma, na realidade nada". De ou lado, como sinal de atenção com que o romancista seguia o desenrolar dos temas filosóficos, ele já se refere à *Filosofia da História*, locução que, para os fins propostos, deve ser empregada com freqüência, mas sem implicar conclusões que já não tenham sido achadas por outros...

amava a filosofia, mas desde que fosse, consoante ele mesmo adverte, "leve e ridente", como a do gato que lhe parece ser um animal metafísico sem nunca ter lido Kant... (Cf. *A Semana*, ed. coligida por Mário de Alencar, em 1910, crônica de 18 de novembro de 1894, p. 175, e *Q.B.*, LXXX.) Pode-se dizer que ele mesmo cuidou de situar sua atitude perante as perquirições metafísicas nas palavras de Brás Cubas sobre "uma filosofia desigual, agora austera, logo brincalhona, cousa que não edifica nem destrói, não inflama nem regela, e é todavia mais do que passatempo e menos do que apostolado" (*M.P.*, IV).

Pois bem, todos os sentidos atribuídos por Machado de Assis às palavras "filosofia" e "metafísica" não se conflitam, mas antes se combinam num plexo de imagens, graças às quais ao mesmo tempo se revela e se mascara uma cosmovisão transfigurada em representação artística.

Foi, talvez, em virtude dessa constante preocupação pelo sentido da vida humana, e, de maneira geral, pelo significado do mundo em que o homem desenvolve o seu drama vital, que já se pretendeu falar em "filosofia de Machado de Assis", cotejando-se o seu pensamento sobretudo com os de Montaigne, Pascal ou Schopenhauer, sem se esquecer, claro, seu amor pelos ensinamentos amargos do *Eclesiastes*. São conhecidos os estudos sobre a matéria, desde a obra pioneira de Afrânio Coutinho aos ensaios valiosos de Barreto Filho, Augusto Meyer, Sérgio Buarque de Holanda, Eugênio Gomes, Alcides Maya, Alceu Amoroso Lima e Raymundo Faoro, para limitar-me aos que trataram, mais diretamente, do pensamento filosófico de Machado de Assis.[3]

[3] Cf. COUTINHO, Afrânio, *A Filosofia de Machado de Assis e Outros Ensaios*. 2.ª ed., Rio, 1959 (a 1.ª é de 1940); LIMA, Alceu Amoroso, *Três Ensaios sobre Machado de Assis*. Belo Horizonte, 1941; HOLANDA, Sérgio Buarque de, "A filosofia de Machado de Assis", em *Cobra de Vidro*. São Paulo, 1944; MEYER, Augusto, *Machado de Assis*. Rio, 1958; MAYA, Alcides, *Machado de Assis*. 2.ª ed., Rio, 1942; GOMES, Eugênio, *Machado de Assis*. Rio, 1958; GRIECO, Agripino, *Machado de Assis*. Rio, 1959; MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Machado de Assis Desconhecido*. 2.ª ed., Rio, 1955; ROMERO, Sílvio, *Machado de Assis*. 2.ª ed., Rio, 1936; LABIENO (Lafayette Rodrigues Pereira), *Vindiciae*. Rio, 1899; MIGUEL-PEREIRA, Lúcia, *Machado de Assis* (Estudo crítico e biográfico). S. Paulo, 1936; VELHINHO, Moysés, *Machado de Assis*. Rio, 1969; MONTELLO, Josué, *Uma Palavra Depois da Outra*. Rio, 1969, pp. 15-45; PEREIRA, Astrogildo, *Machado de Assis*. Rio, 1959; MOTTA FILHO, Cândido, *O Caminho de Três Agonias*. RJ, 1942, pp. 64-207; PEREGRINO JÚNIOR, *Doença e Constituição de Machado de Assis*. Rio, 1938; e FAORO, Raymundo, *A Pirâmide e o Trapézio*. São Paulo, 1974.

Todos os autores citados, e outros mais aqui não lembrados, mesmo quando não concluem pela aceitação de uma "filosofia machadiana", convergem num ponto essencial, que o reconhecimento da *densidade filosófica* de sua obra, essencial à compreensão do escritor.

Põe-se, de início, um delicado problema, que é o de saber se há efetivamente identidade ou correspondência entre o que Machado de Assis pensa e aquilo que ele põe na boca de suas personagens. Ao contrário de termos seis personagens à procura de um autor, à maneira de Pirandello, mas com o mesmo intrincado perspectivismo da arte pirandelliana, tenta-nos a aventura de procurar o autor através de suas personagens, que ora manifestam, ora dissimulam as suas reais convicções. É claro que uma reconstrução desse tipo corre sempre o risco da mediação hermenêutica, podendo haver tantos Machados de Assis quantos são os seus intérpretes, o que, no fundo, é o destino de todo grande criador.

~ II

A "teoria" na obra machadiana

Antes de analisar a presença deste ou daquele filósofo na obra machadiana, o que tem levado a exagerar-se a vinculação de seu pensamento a Pascal ou a Schopenhauer, parece-me indispensável salientar um ponto em que podemos estar todos de acordo: é quanto à "constante teorética" de seus escritos, apontada por Sílvio Romero como simples "mania de filosofar", ou vista por Lúcia Miguel-Pereira como "mania raciocinante".[4]

Emprego o termo "teorético" para designar a "teoria da teoria" ou a "metateoria", ou seja, para indicar a inclinação para ir além da "explicação do real", a fim de se elaborar, sobre essa base teórica, uma teoria de valor mais amplo e simbólico. É o que se dá com Machado de Assis, que, reiteradas vezes, a propósito de assuntos ou episódios aparentemente banais, eleva-se a uma "instân-

[4] *Op. cit.*, p. 261.

cia simbolizante" que atua, por assim dizer, como um complemento necessário dos tipos e modelos de sua ficção artística. Sob esse prisma, haveria, na obra de Machado de Assis, mais "teoreticidade" (perdoem-me o neologismo, aliás justificável ante a crescente correlação entre "teoria filosófica" e "teoria das idéias") do que deliberada colocação de problemas em termos propriamente filosóficos.

Em apoio dessa minha primeira assertiva, lembro a sucessão de seus "pontos de vista teóricos", como, por exemplo, o do emplasto para cura da hipocondria, a "lei da equivalência das janelas", a "teoria das edições", a "teoria das erratas", a "teoria dos benefícios", a "teoria dos medalhões", a "teoria das virtudes", uma nova compreensão da "teoria dos interesses" de Helvetius, e, de maneira mais abrangente, o "humanitismo", ou a "teoria da Humanitas", à qual se pretendeu reduzir, sem razão, todo o pensamento machadiano. A análise dessas experiências teoréticas parece-me mais importante à compreensão do escritor do que a fria análise da "estrutura" de seus romances, pois os elementos configuradores ou extrínsecos têm valia como elementos hermenêuticos, mas não até o ponto de privar-nos do conteúdo essencial das criações artísticas.[5]

Destarte, o permanente recurso a expressões simbolizantes no plano das idéias já nos oferece significativa dimensão do alto papel da "subjetividade" na obra de Machado de Assis. Assiste, pois, razão a Afrânio Coutinho quando nos diz que ele "transfigura a realidade", afastando-se, assim, da assepsia egológica que Flaubert estabelecera como regra de seus romances, onde o "ego" é posto entre parênteses para que o real possa surgir em toda a sua pureza original. Não é o caso de aqui indagarmos se essa já não era uma forma singular de "vivência" da realidade, por parte de um espírito tão subtil como o esteta de *Madame Bovary*, porquanto o que me interessa, a esta altura, por via de contraste,

[5] Veja-se, por exemplo, como Wilson Martins, em geral avesso a apreciações monocórdicas, se contenta com aspectos morfológicos ou estruturais, ao apreciar o significado das *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (*História da Inteligência Brasileira*, São Paulo, 1978, pp. 115 e s.).

é acentuar que Machado de Assis, por sua natural atitude teorética, não poderia jamais ser um "realista" autêntico, e muito menos poderia aceitar o "naturalismo", o que, aliás, ele timbrou em deixar claro nas páginas penetrantes dedicadas a *O Primo Basílio* de Eça de Queirós.[6]

É claro que não estou empregando o termo "teoria" no sentido aristotélico de especulação, contemplação, ou mesmo beatitude. Desde Kant o conceito de teoria implica o de hipótese, podendo ser vista como uma hipótese verificada ainda que provisoriamente. Na teoria estética, porém, as hipóteses científicas sublimam-se na arte.

Após enfatizarmos a fundamental "inclinação teorética" de Machado de Assis, passemos a verificar de que maneira atuam em seu espírito as doutrinas dos pensadores de sua predileção, sem deixar jamais de ser fiel a si mesmo, à sua própria hermenêutica existencial.

III

A influência de Pascal

Comecemos por Blaise Pascal, cuja leitura era para ele uma necessidade, conforme comovente confissão feita em carta dirigida a Joaquim Nabuco.[7] É inegável, pois, que havia entre o admirável cinzelador de *Pensées* e o autor de *Quincas Borba* forte afinidade espiritual, sendo certo, no entanto, que nossa sensibilidade atraída, às vezes, não por motivos de identidade, mas por inexplicáveis razões de contraste. Pode acontecer, outrossim – e parece ser esse o caso de Machado de Assis perante Pascal –, que comunguemos simpaticamente com o

[6] Consoante lembrado por Lúcia Miguel-Pereira, o primeiro a salientar o "subjetivismo" na obra machadiana foi Tristão de Athayde em antigo estudo, de 1922, onde escreve: "Abandonou, pouco a pouco, toda a exterioridade para mergulhar no mundo interior, marcando pela primeira vez nas nossas letras o primado do espírito sobre o ambiente. [...] Essa primazia psicológica levou Machado de Assis do humanismo ao humorismo." (Cf. MIGUEL-PEREIRA, Lúcia, op. cit., p. 336.)

[7] Cf. MACHADO DE ASSIS, *Crítica* (Coleção organizada por Mário de Alencar). Rio de Janeiro, p. 205.

"sentido de procura" que domina um filósofo, embora nos divorciemos dele quanto ao "sentido final" de suas meditações.

Afrânio Coutinho exagera, até certo ponto, a correlação "Pascal-Machado", como o advertiu Sérgio Buarque de Holanda, sobretudo por faltar ao nosso maior prosador qualquer forma de inquietação religiosa, sendo essa "a diferença profunda, vital, que na realidade os separa". Lembrando que todo pensamento pascaliano se vincula à "sua fé convulsiva no Cristo, na crença profunda em Deus, no Deus sensível ao coração", Sérgio pondera: "Comparado ao de Pascal, o mundo de Machado de Assis é um mundo sem Paraíso. De onde uma insensibilidade incurável a todas as explicações que baseiam no pecado e na queda a ordem em que foram postas as coisas no mundo. Seu amoralismo tem raízes nessa insensibilidade fundamental." Acrescenta, como fato de suma importância, que o mundo de Machado "não conhece a tragédia", ou melhor, que "nele, o trágico dissolve-se no absurdo e o ridículo tem gosto amargo".[8]

Consoante ainda justa ponderação do escritor paulista, não assiste razão a Afrânio Coutinho quando descobre tanto em Pascal como em Machado "ódio à vida", "ódio intenso à humanidade", ou "ódio radical da vida e dos homens". Ambos teriam amado o homem e a vida a seu modo; Pascal, tragicamente, na incessante indagação do "Deus absconditus"; Machado, ironicamente, num halo de absurdo, devendo ser captado o ponto nuclear do pensamento machadiano sobre a existência humana não nas queixas de Ahasverus, mas sim no diálogo das águias:

"– Ai, ai, ai deste último homem, está morrendo e ainda sonha com a vida.

– Nem ele a odiou tanto, senão porque a amava muito."

---

[8] HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Cobra de Vidro*, cit., onde se encontra o ensaio "A Filosofia de Machado de Assis", pp. 44 e ss. Note-se que AFRÂNIO COUTINHO observa que "Pascal, pessimista amargo, como Machado, era, no entanto, corrigido pelo seu ardente desejo de absoluto e sua esperança torturante de cura das misérias humanas pelo socorro divino. Ao contrário, Machado, sem Deus e só enxergando o homem sem Deus, via-o somente nas suas misérias" (op. cit, ed. de 1959, cit., p. 91). Mas, se o jansenismo se funda essencialmente sobre a idéia de pecado, nenhuma ligação pode ter ele com Machado, assim como me parece excessivo afirmar "uma identidade absoluta" dos conceitos humanos de Pascal e Montaigne com o homem machadiano.

Lembra Sérgio, com acerto, que esse mesmo sentimento de apego à vida domina e orienta a narração do delírio de Brás Cubas, na imploração dirigida à natureza, que é "mãe e inimiga":

"– Viver somente, não peço mais nada. Quem me pôs no coração este amor da vida senão tu? e, se eu amo a vida, por que te hás de golpear a ti mesmo matando-me?"[9]

Conclui Sérgio Buarque de Holanda sua crítica, um tanto acerba, afirmando que, se Afrânio Coutinho tem razão ao dizer que a atitude cética não explica toda a obra de Machado, o que prevalece nesta é a idéia de um mundo, não trágico, mas absurdo, somada a um sentimento de penúria encoberta pela *ironia*, na qual "deveriam ser procuradas as origens do homem de Machado de Assis e também as fontes de sua filosofia".

Ainda a propósito de Pascal, parece-me necessário excluir da obra de Machado de Assis também qualquer sentido de "danação", outro motivo de natureza escatológica que o separa radicalmente do pensador francês. Todavia, não me parece possa ser contestada com tamanho rigor a verdade contida na aproximação feita entre o criador de *Brás Cubas* e Blaise Pascal, pois a insistência com que Machado nos revela a sua descrença em Deus e na imortalidade da alma, repelindo com veemência a qualificação de "materialista", demonstra como o problema do "significado da morte" o atormenta, com fundo sentimento de amargura e perplexidade, numa atitude bem distinta do vaidoso anúncio nietzschiano da "morte de Deus". Se Machado não chegou à fé, não é dito que não a tivesse procurado, nem que o desacerto do mundo não lhe gerasse no espírito desconsolada renúncia ao refúgio da crença. Se, na verdade, como o próprio Sérgio Buarque de Holanda o assinala, "Machado de Assis não parece deliciar-se profundamente em sua própria descrença", reside nesse inconformismo o elo que o prende a Pascal, por mais diversos que hajam sido os respectivos caminhos.

---

[9] Loc. cit, p. 47 e ss.

Cabe, outrossim, observar outro ponto de contato entre Machado de Assis e Pascal: é a fascinação pela figura de Jesus. O romancista brasileiro despe-o de sua divindade, mas em bem poucas páginas de nossas letras ressoa, com tanta comoção, a tragédia do Gólgota.

IV

O "ceticismo" de Machado de Assis

Quanto ao "ceticismo" de Machado de Assis, outro ponto em que têm tanto insistido os seus críticos, julgo conveniente fazer alguns reparos. Não há dúvida que ele amou Montaigne e compartilhou do sorriso compreensivo e profundamente humano com que o analista dos *Essais* envolveu os homens e as coisas, mas vai-se muito longe quando ele é apresentado apenas como um cético, e mais ainda quando se afirma ter sido sua obra "obrigada pelo relativismo a se manter sempre na superfície das coisas", afirmação destoante no livro de admirável compreensão que nos deu Lúcia Miguel-Pereira.[10]

Se nos falta expressa tomada de posição de Machado de Assis no tocante às suas convicções filosóficas, não nos esqueçamos que foi exatamente a propósito de seu ceticismo que ele julgou oportuno fazer uma advertência, à qual não se tem dado a devida atenção. Refiro-me ao tópico da penúltima crônica de *A Semana*, onde faz esta ressalva: "Não tireis da última frase a conclusão de ceticismo. Não achareis linha cética nestas minhas conversações dominicais. Se destes com alguma que se possa dizer pessimista, adverte que nada há mais oposto ao ceticismo. Achar que uma coisa é ruim, não é duvidar dela, mas afirmá-la." (p. 431)

Na realidade, o problema é bem mais complexo e subtil e, como vimos, não estava na índole de Machado afrontá-lo. Em primeiro lugar, mister é distinguir entre o ceticismo no plano da teoria e o que se situa apenas no plano reli-

[10] Op. cit., p. 91. É nessa página que se lembra a repulsa de Machado de Assis à increpação de materialismo.

gioso ou ético, e Pascal aí está como exemplo admirável de quem, sendo cético quanto às pretensões metafísicas ou à realização da justiça na sociedade dos homens, depositava fé inabalável no Deus oculto, tudo isso se sublimando em seu pessimismo radical. Aliás, o próprio Machado se referira, anos antes, ao "ceticismo otimista" de Renan, um de seus autores preferidos.[11]

~ V

A presença de Renan

Por sinal que não se tem dado o devido relevo à presença de Renan na obra de Machado de Assis, o qual não vacila em considerar o autor da *Vida de Jesus* um "escritor único e inimitável", um "sábio" de "estilo incomparável", cuja glória lhe parecia destinada a crescer com o decorrer dos anos. Sabemos, porém, que, ao contrário dessa arriscada profecia, a fama de Renan veio declinando com o passar do tempo e, hoje em dia, embora lhe reconhecendo altos méritos, ninguém ousaria colocá-lo sobre o pedestal de escritor máximo e incomparável, como ele se apresentava às gerações da *Belle Époque*, reconfortada, em última análise, por poder justificar a sua fé perdida ou amortecida, com a invocação de "bases científicas" consideradas inamovíveis...

Releiam-se as carinhosas páginas que Machado de Assis escreveu quando da morte de Renan e sobre a fascinante figura de sua irmã Henriqueta[12] (e sabemos que Machado se excedeu na análise da alma feminina) para se ter uma idéia do sentido quase que autobiográfico do que nos relata ele sobre a atormentada trajetória renaniana, desde o seminário até a crítica racionalista dos dogmas cristãos. As frases invocadas por nosso escritor são de molde a traduzir pelo menos o seu estado de espírito perante a crença que recebera do berço. Se ele insiste em analisar o drama espiritual de Renan é por tê-lo vivido inten-

[11] Cf. *Páginas Recolhidas*, p. 156. (*Obras Completas*, cit., vol. II, p. 626 e ss.)

[12] Cf. *A Semana*, crônica de 9 de outubro de 1892, ed. cit., p. 26 e ss. E *Páginas Recolhidas*, p. 133 e ss. (*Obras Completas*, vol. II, loc. cit., vol. III, p. 549 e ss.)

samente, compartilhando de sua angústia de descrer, que é mais pungente do que a de não crer.

Especial menção merece a passagem em que Machado de Assis lembra que Renan, "para quem a vida nem tinha o defeito da morte" (supremo elogio na pena machadiana!) "tendo procedido ao que chama *verificação racional do cristianismo*, descobriu a verdade. Descobriu também um meio-termo, que exprime a natureza moral do futuro exegeta: o cristianismo não é falso mas não é a verdade absoluta". Entre a antiga crença do seminarista e a descrença do exegeta, conclui Machado, a contradição é apenas sinceridade. (*Páginas Recolhidas*, p. 149.)

VI

A ironia machadiana

Não é de se estranhar, pois, que Machado de Assis, apesar de seus entusiasmos por Montaigne ou Anatole France, não se considerasse propriamente um cético, mas antes um pessimista sem angústia e sem desespero, inclinado a ver as coisas do mundo com todas as gamas da *ironia*. A tão estudada "ironia leopardiana" é exemplo clássico de sua compatibilidade com o pessimismo, com o pessimismo sem tragédia ou revolta, que leva antes o escritor patrício, quase como remate de suas inquietações, a reconhecer, com melancolia, que, apesar dos pesares, "vale a pena viver". Vale a pena viver o drama da existência quando se sabe ser, ao mesmo tempo, coche, cavalo e cocheiro, protagonista e espectador da fria indiferença do destino; quando, em suma, a despeito de saber que a vida não conduz a nada de certo ou positivo, ela vale como drama ou espetáculo. A ironia machadiana, consoante espero esclarecer logo mais, nasce dessa "valoração da vida" (note-se que não digo: valorização da vida) segundo o ponto de vista de um observador imparcial, que se põe "além da vida", falando como "póstumo", embora não creia seja a alma "imortal".

Montaigne e Renan, a bem ver, não transfundem ceticismo a Machado de Assis, mas o ensinam a dourar de ironia o seu pessimismo: a lei machadiana da "equivalência das janelas" não significa a suspensão dubitativa do juízo entre alternativas todas inverificáveis, mas implica antes a compensação relativa que a vida humana pode nos oferecer graças à contingência de termos de renunciar a um bem almejado, contentando-nos, em troca, com algo que se lhe assemelhe. De certo modo, supera-se o ceticismo quando se aceita, embora com amargura ou contido protesto, o "resto" que nos lega a vida. Talvez resida aí, bem distinto do *humour* inglês, a ironia machadiana, na qual talvez se oculte a capacidade brasileira de dar-se um jeito, *quand-même*, aos tropeços da existência.

É a mesma "lógica das compensações" que leva *Prudêncio*, escravo liberto de Brás Cubas, a moer de pancada um seu escravo, para nele se vingar das varadas recebidas de seu antigo amo, quando servia de montaria ao travesso "nhonhô" (*M.P.*, LXVIII) ou vemos um gerente de banco tratar com frieza e desdém o solícito Palhas, como forma de aliviar a consciência do vexame pouco antes sofrido em audiência com um Ministro de Estado... (*Q.B.*, XCVI). Num mundo, no qual as personagens são impelidas pela incontida e obscura força de viver, sem que a vida em si mesma obedeça a qualquer diretriz ética de perfectibilidade, só subsiste o equilíbrio instável das impressões e dos sentimentos, um processo de dar e receber que se desenvolve e se contrabalança à margem das distinções sempre penosas entre o bem e o mal, entre a luz ilusória da virtude ou a meia sombra do pecado, mesmo porque "o maior pecado, depois do pecado, é a publicação do pecado" (*Q.B.*, XXXII).

~ VII

Afinidades essenciais com Schopenhauer

Nada de extraordinário, por conseguinte, que a visão pessimista de Machado de Assis tenha encontrado abrigo e consolo na doutrina de Schopenhauer, também um de seus autores prediletos. São vários os motivos schopenhaueria-

nos que podemos identificar na obra machadiana, motivos que valem como confirmação de crenças obscuramente brotadas de sua própria experiência. A carência de sentido da vida no cosmo; a visão da espécie humana como imprevisto emergir de bolhas à tona do fluxo incessante e contraditório da natureza; a compreensão de que "todas as coisas são magníficas de ver, mas temíveis de ser", ou "a dor e o tédio como sendo os dois inimigos da felicidade humana" tal como o pensador germânico desconsoladamente nos sentencia;[13] a atração pelo problema do nada; ou a "lei geral das compensações" são, entre outros, alguns tópicos em que o romancista coincide com o filósofo.[14]

Como subtilmente foi observado por Eugênio Gomes, as obras principais de Machado de Assis são governadas por uma idéia central de inspiração schopenhaueriana, que se desdobra em mitos e metáforas: a da inexorabilidade do Destino.

Daí, porém, não devemos inferir que Machado de Assis tenha sido adepto da "*metafísica da vontade*" de Schopenhauer, da vontade entendida como nova formulação da "coisa em si" que Kant, na teoria transcendental, declarara incognoscível, expressão do Absoluto, apenas pressuposta no inatingível mundo *noumenal*. É nesse exagero que incide, por exemplo, Raymundo Faoro, apesar de reconhecer que Machado de Assis "não se submeteu inteiramente a Schopenhauer". Faoro soube fixar com acuidade alguns pontos em que a presença do filósofo alemão se torna deveras significativa nos escritos de Machado, mas não creio que este tenha se deixado seduzir pela cosmovisão schopenhaueriana, a tal ponto que a sua idéia de natureza possa ser considerada "a tradução machadiana da vontade de Schopenhauer". Nem creio se possa dizer que ele tenha chegado ao seu primeiro grande romance "depois

---

[13] Cf. SCHOPENHAUER. *Aforismos para a Sabedoria da Vida*, trad. de Genésio de Almeida Moura. São Paulo, 1953, p. 211 e ss. e 37.

[14] Sobre a influência de SCHOPENHAUER, além da obra já citada de R. FAORO, *vide* especialmente as observações de Eugênio Gomes, em *Machado de Assis*, Rio, 1958. Quanto à "lei geral das compensações", v. SCHOPENHAUER, *Aforismos*, cit., p. 53. Para uma síntese da posição de Eugênio Gomes, v. *Obras Completas de Machado de Assis*, vol III, p. 1097 e ss.

de haver descoberto o fundamento metafísico do mundo, o demonismo da vontade que guia, sem meta nem destino, todas as coisas e os fantoches de carne e sangue".[15]

Se Faoro nos traz um elemento novo e essencial à compreensão do problema que estamos focalizando (o "*demoníaco*" em Machado de Assis), reduz, sem razão, o seu conceito (melhor seria dizer: a sua "imagem", de "*natureza*" à "*vontade*" entendida como *princípio metafísico*, à maneira de Schopenhauer. Nada justifica essa identificação entre "natureza" e "vontade" na obra machadiana, pois aquela palavra sugere antes a idéia de "*impulsos naturais ou vitais*" – o que, como veremos, liga o seu pensamento ao naturalismo vigente na época, sob o influxo da teoria evolucionista de Darwin e de Spencer.

Cabe, a esta altura, lembrar que Machado de Assis leva em troça a metafísica schopenhaueriana, numa de suas mais saborosas crônicas de *A Semana*, onde nos conta a trágica história de uma criança abandonada por seus pais em uma estrebaria, morrendo sob as bicadas de galinhas famintas. Não lhe parecia esse "caso diminuto" merecedor de maior atenção, pondera ele, se não fora Schopenhauer, com a sua vaidosa insistência em realçar a descoberta das causas transcendentes do amor, tal como é exposta em um dos capítulos de *O Mundo como Vontade e Representação*.

Fazendo troça da teoria schopenhaueriana, segundo a qual o amor obedece a ocultos impulsos vitais, já misteriosamente presentes no futuro embrião, Machado de Assis imagina um diálogo entre o filósofo e a criança, que vale a pena transcrever apesar de sua extensão:

> – "Cala a boca, Abílio", brada o pensador, com a sua velha irritação. "Tu não só ignoras a verdade, mas até esqueces o passado. Que culpa podem ter essas duas criaturas humanas, se tu mesmo é que os ligaste? Não te lembras que, quando Guimarães passava e olhava para Cristina, e Cristina para ele, cada um cuidando de si, tu é que os fizeste atraídos e namorados? Foi a tua ânsia de vir a este mundo que os ligou sob a forma de paixão e de escolha pes-

[15] FAORO, R., op. cit., p. 389 e 404 e passim.

soal. Eles cuidaram fazer o seu negócio, e fizeram o teu. Se te saiu mal o negócio, a culpa não é deles, mas tua, e não sei se tua somente... Sobre isto, é melhor que aproveites o tempo que ainda te sobrar das galinhas, para ler o trecho da minha grande obra, em que explico as cousas pelo miúdo. É uma pérola. Está no tomo II, livro IV, capítulo XLIV... Anda Abílio, a verdade é verdade ainda à hora da morte. Não creias nos professores de filosofia, nem na peste de Hegel...

E Abílio, entre duas bicadas:

Será verdade o que dizes, Artur; mas é também verdade que, antes de cá vir, não me doía nada, e se eu soubesse que teria de acabar assim, às mãos dos meus próprios autores, não teria vindo cá. Ui! ai!"[16]

Basta essa galhofa para perceber-se quanto Machado de Assis estava longe de aceitar a concepção *noumenal* da vontade schopenhaueriana. Dos quatro conceitos-chaves da Metafísica de Schopenhauer (coisa em si, vontade, natureza e vida) talvez se possa afirmar que Machado de Assis se contenta com as duas últimas, fundando sobre elas a sua cosmovisão artística, ficando entre parênteses qualquer indagação de tipo transcendental: é a vida, tal como se desenrola sem nexo e sem esperança sob os imprevistos acicates de impulsos naturais, só a vida interessa ao nosso romancista. O que o atormenta é o mistério de viver e de morrer, mais do que a busca de sua razão última. No jogo de xadrez da vida, tal como ele desconsoladamente acentua, não há lugar para diagramas, pois, tudo somado, o a que se assiste é uma "partida entre pessoa e pessoa, ou, mais claramente, entre Deus e o Diabo" (*E.J.*, cap. XIII, *O.C.*, I, p. 966). Trata-se, pois, de um jogo paradoxal sem tabuleiro, assim como o drama humano não tem enredo.

É claro que essa diferença fundamental perante o problema metafísico schopenhaueriano não exclui tenha Machado de Assis sofrido grande influência do filósofo de Dantzig, até mesmo no plano literário. Quereis um exemplo? Ei-lo:

[16] *A Semana, cit.*, crônica de 16 de junho de 1895, p. 223.

> "O destino nos agarra e nos mostra que nada nos pertence e tudo lhe cabe, tendo ele direito incontestável sobre tudo que possuímos e adquirimos, mulher e filhos, e mesmo sobre nossos braços, pernas, olhos e orelhas e até sobre esse nariz que carregamos no meio do rosto."

Parece um trecho de Machado de Assis mas é de Schopenhauer, na formosa tradução que Genésio de Almeida Moura nos deu dos *Aforismos para a Sabedoria da Vida*.[17]

VIII

A vida como valor central da Filosofia

O conceito schopenhaueriano de *vontade* não o vejo, pois, na obra de Machado. A vontade que pulsa em toda a obra do criador de Virgínia, Sofia e Capitu (três expressões estupendas da "vontade de viver") não tem nada de metafísico, nem governa o mundo das coisas e dos homens como força oculta e demiurga. Se há algo de real e constante em Machado de Assis é a existência como realidade palpável e experiencial, contraditória em si e por si, com as suas desconcertantes encruzilhadas; com as surpresas das coincidências causais e dos antagonismos inadvertidamente procurados; com o fogo cruzado do que tem e do que não tem sentido, ou seja, a vida destinada ao desfecho inexorável da morte, a vida que já é, em si mesma, uma forma de morrer, um "ir morrendo", consoante ensinamento de Agostinho, "o santo de devoção" do romancista.

É dessa visão da *vida* que devemos partir para a sua imagem da *natureza*, sendo a "vontade de viver" apenas um dos componentes da existência humana. Sem essa correlação não captamos o que ele deixa transparecer de sua mundividência ao apresentar-nos, em tom de galhofa, as linhas gerais do Humanitismo.

---

[17] Op. cit., p. 127. Note-se essa referência ao "nariz" que inspira ao romancista uma de suas páginas mais agudas e em outros tópicos de sua obra.

De certa forma, Machado de Assis foi um "heideggeriano" *avant la lettre*, sobretudo pelo desconsolado sentimento de que a cada ser humano toca viver uma vida que ele não escolheu, e cujo começo e fim lhe escapam. Mulato, epiléptico, gago e desprovido de recursos, ele era, em si e por si, a encarnação amarga de um ser projetado à sua revelia nos quadrantes do mundo, inserido numa "circunstância" não querida, e que era mister superar, como superou, afrontando preconceitos e ressentimentos, sentindo a todo instante o acicate da adversidade e a angústia de sua terrível moléstia. Devemos, sem dúvida, procurar captar as tendências filosóficas de Machado de Assis em suas personagens ou nos autores de sua simpatia, mas pondero que é em sua própria personalidade singular que se encontra a fonte primeira de sua visão do homem e da vida. Pode-se dizer que o seu modo de ser teorético emana antes das raízes de sua própria "circunstância", enriquecendo-se graças ao diálogo com os espíritos que lhe eram mais afins, tudo no quadro envolvente da cultura oitocentista, densa de convenções e idéias preconcebidas, como, por exemplo, o valor da "distinção", tão magistralmente posto em evidência por Dostoievski, como nota distintiva da cultura burguesa.

Assim sendo, não tinha ele necessidade de orientar-se segundo determinado modelo filosófico, quando possuía o espelho de sua própria subjetividade. Antecipou-se, por isso, sem o querer, aos modelos da Filosofia existencial, em geral, e não do existencialismo estrito senso, elaborando, em seu irrenunciável projeto pessoal, o seu sentido trágico da vida, dando-nos, entre outros, o modelo de Dona Plácida, uma pobre criatura que chega ao mundo "como uma lancha de náufragos, que vai dar à costa", filha de um sacristão da Sé e de uma beata que fazia doces para fora. Nasceu sem ser consultada e, comenta Machado, se lhe fosse dado falar, teria perguntado, ao nascer: "Aqui estou. Para que me chamaste?" (*M.P.*, LXX e LXXV.)

Toda a perplexidade existencial, e todo o drama inesperado da vida, que a Filosofia contemporânea, de Heidegger a Gabriel Marcel, soube tão bem pintar, já está debuxado pelo artista na figura singela de Dona Plácida, chamada pelos pais, "num momento de simpatia", para quê? Para "queimar os olhos

nos tachos, os olhos na costura, comer mal, ou não comer [...] até acabar um dia na lama ou no hospital" (LXXV).

Precursor dos existencialistas, Machado de Assis já foi apontado, com razão, como precursor de Freud, não só pelo papel que o sonho, "essa fresta do espírito", desempenha em suas obras, mas por recorrer, a todo instante, ao jogo subtil das desvelações ou antecipações do inconsciente, assim como pela habilidade em decompor até à minúcia os fenômenos subjetivos, consoante ele mesmo o confessou: "Eu gosto de catar o mínimo e o escondido. Onde ninguém mete o nariz, aí entra o meu, com a curiosidade astuta e aguda que descobre o encoberto." (*A Semana*, última crônica, p. 438.)

Parece-me, pois, que me assiste razão quando afirmo que é no âmago da vivência do escritor que brota a verdade imediata condicionadora de sua colocação perante a vida, como uma tarefa que, apesar de suas incertezas, deve ser afrontada, como um ator afronta a platéia, só que sem saber de antemão qual o enredo da peça. O essencial é viver buscando "sair da obscuridade", que é o mal maior da sociedade burguesa, cuja moralidade convencional Machado tão acerbamente ironiza.[18]

IX

Remeditação de "O humanitismo" à luz de Darwin

Tentemos, sob esse prisma, reler as páginas que Machado dedicou ao Humanitismo, cujo anúncio é feito por Quincas Borba a Brás Cubas, de início, como "filosofia da miséria".

Em se tratando do "Bruxo do Cosme Velho" toda suposição é viável, a começar pela pergunta sobre se essa denominação era casual, ou, ao contrário, visava ao livro *A Filosofia da Miséria*, do socialista Proudhon, ao qual Machado de

[18] Sobre esse ponto, v. MERCADANTE, Paulo. *Militares e Civis* (a Ética e o Compromisso). Rio, 1978, p. 93 e ss.

Assis se refere em suas crônicas. Nessa obra, que levou Marx a publicar sua cáustica *Miséria da Filosofia*, Proudhon declara que a propriedade é um furto, e o acerto é que, quando Quincas Borba abraça o amigo de infância, rouba-lhe o relógio... Mera coincidência ou sarcástica aplicação da teoria? (Cf. *M.P.*, LIX.)

Mais tarde, quando Quincas Borba reaparece, novamente rico, as suas idéias já haviam sido ordenadas num "sistema filosófico", o *Humanitismo*, nome derivado de "Humanitas, o princípio das coisas" (*M.P.*, XCI).

Começa Quincas Borba por afirmar que a sua filosofia não era ascética, mas facilmente acomodada aos prazeres da vida, onde o pior dos males pode ser suportado através de "capitulações vagarosas", numa evolução gradual (*M.P.*, XCI).

Surge, assim, desde a formulação inicial de Humanitismo, *o problema do homem*, como tese central da concepção machadiana, não encoberta, mas antes explícita. Como esclarece Quincas Borba, se o Humanitismo, por um lado, se liga ao Bramanismo, visto serem todos os homens partes do corpo de Humanitas, tal como o são no seio de Brama, de outro, sua preocupação essencial não é teológica e política, mas proclamar "*a grande lei do valor pessoal*", a tal ponto que "verdadeiramente há só uma desgraça: é não nascer" (*M.P.*, CXVII).

Não há maior equívoco do que relacionar o Humanitismo com a Religião da Humanidade que assinalou a última fase do pensamento comtiano, convertendo-se no Apostolado Positivista, que encontrou no Brasil representantes de prol. É claro que Machado de Assis não podia deixar de arremessar um dardo sarcástico contra a seita intolerante que tentou empolgar os destinos da República, inclusive com a alusão de Quincas Borba ao último volume de sua obra, por sinal que "a parte mais enfadonha", toda dedicada ao problema político.

Salvo, porém, tais referências irônicas, pode-se dizer que o Humanitismo corresponde à anti-Religião da Humanidade, fundada que está na luta pela vida, e não nos ideais comtianos de fraternidade universal. Segundo Quincas Borba, "a luta é a grande função do gênero humano", razão pela qual os sentimentos belicosos "são os mais adequados à felicidade do gênero humano",

devendo a inveja ser considerada como virtude, como estímulo do combate que todos devemos travar na existência.

Custa crer se tenha dado tão pouca ênfase aos ensinamentos de Spencer e Darwin na concepção machadiana, na qual a vitória dos mais aptos ou mais fortes é vista com serena e até fria naturalidade. "A guerra que parece uma calamidade, adverte o criador do Humanitismo, é uma operação conveniente, como se disséssemos o estalar dos dedos de Humanitas", tanto assim que os atos de violência, inseparáveis do ser humano, continuarão mesmo após reorganizada a sociedade segundo os novos ensinamentos, mas como "simples quebra da monotonia universal" (*M.P.*, XCII).

Os benefícios da guerra são, depois, enaltecidos nas páginas de *Quincas Borba*, como princípios de conservação da espécie. Daí o relato da disputa entre duas tribos que não podem dividir as batatas de um campo, suficientes apenas para a nutrição de uma delas. Para a sobrevivência da espécie, é indispensável o triunfo do mais forte: "Ao vencido, ódio ou compaixão, ao vencedor as batatas", mesmo porque os indivíduos são "bolhas transitórias" formadas na superfície do impulso vital da espécie humana (*Q.B.*, VI)

Dificilmente se poderá encontrar fórmula tão irônica e sugestiva para resumir a teoria darwínica do "*struggle for life*": "ao vencedor as batatas!"[19]

~ X

As vias da libertação

É a essa altura que, na obra de Machado de Assis, *Darwin se cruza com Schopenhauer*, como aconteceu com um seu genial contemporâneo, Frederico Nietzsche, que funde aquelas duas vertentes na fascinante teoria do super-homem. O nos-

[19] Tão grande era o entusiasmo de MACHADO por DARWIN e SPENCER que recomenda aos jovens a leitura desses "luminares da ciência" (cf. *Crítica*, cit., p. 105). Sobre o papel do darwinismo em MACHADO DE ASSIS, v. MAGALHÃES JR, op. cit. e *Vida e obra de Machado de Assis*, Rio de Janeiro, 1981, vol. 3, p. 7 e ss.

so romancista, para quem, de todas as coisas humanas, "a única que tem o seu fim em si mesma é a arte" (*A Semana*, cit., 29.9.1895, p. 261), a solução que encontra é de natureza puramente estética.

Se o homem é simples bolha no "enxurro da vida", e se esta é destituída de senso e de sentido, segundo o jogo do acaso e do imprevisto, duas vias se abrem à pobre criatura humana: a da sociedade, e a de seu próprio nariz.

A sociedade, na visão machadiana, longe de qualquer tipo weberiano que se lhe queira aplicar, é o mundo das convenções e das formalidades, subsistindo graças à opinião pública, a "boa solda" das instituições domésticas e políticas, "obra superfina da flor dos homens, o saber do maior número". É por isso que, dentre os modos que o homem dispõe para valer algo, "o mais seguro é valer pela opinião dos outros homens", fugindo à obscuridade, o maior dos males sociais (*M.P.*, XXVIII e CXIII). Pelas mesmas razões, a "amável Formalidade" (a maiúscula é do autor) é considerada "o bordão da vida, o bálsamo dos corações, a medianeira entre os homens, o vínculo da terra e do céu", pois, "se a dor adormece, e a consciência se acomoda", devemos a ela esse benefício. Donde a conclusão de que não é a letra que mata: "a letra dá vida; o espírito é que é objeto de controvérsia, de dúvida, de interpretação, e conseguintemente de luta e de morte" (*M.P.*, CXXVII).

Todavia, além dessa carapaça social protetora contra a dor universal, há a capacidade ou dom que só o homem tem de ensimesmar-se, de deixar de existir perante a platéia da opinião pública, para somente existir em si e por si, fitando a ponta do próprio nariz. Nenhuma página de Machado é tão ilustrativa como aquela em que ele mostra que o nosso "conformismo social" é tão forte que "estar em si" equivale a "estar com os outros", enquanto que quem se concentra efetivamente em si mesmo é considerado "no mundo da lua". Não me furto ao prazer de transcrever este tópico admirável:

> "Vulgar coisa é ir considerar no ermo. O voluptuoso, o esquisito, é insular-se o homem no meio de um mar de gestos e palavras, de nervos e paixões, decretar-se alheado, inacessível, ausente. O mais que podem dizer, quando ele

> torna a si – isto é, quando torna aos outros –, é que baixa do mundo da lua, esse desvão luminoso e recatado do cérebro, que outra cousa é senão a afirmação desdenhosa da nossa liberdade espiritual?" (*M.P.*, XCIX.)

Essa mesma distinção entre o que *é nosso* e o que *é dos outros* aparece também como expressão de duas forças capitais: "o amor, que multiplica a espécie; e o nariz, que a subordina ao indivíduo. Procriação, equilíbrio". O nariz é o centro axiológico da pessoa, sendo "essa sublimação do ser pela ponta do nariz o fenômeno mais excelso do espírito" (*M.P.*, XLIX).

Essa poderosa afirmação do "ser por si", em contraposição ao "ser para outrem", que antecipa, em intuição genial, tantos motivos da filosofia de Sartre, não é um brinco estético no desenrolar do romance, mas corresponde antes a uma profunda crença de um escritor, tão cheio de dúvidas e reticências, no valor originário do homem, no qual via, à maneira de Schopenhauer, toda a natureza resumida. Repercute, desse modo, na cultura brasileira, e por obra de um literato, e não de um filósofo, uma tese fundamental de raízes kantianas sobre a compreensão axiológica da pessoa, em substituição ao conceito substancialista de Boécio. Notem que não se trata de interpretação, sujeita a possíveis inclinações individuais, mas, como vimos, de asserção explícita de Machado de Assis, podendo ser apontadas outras análogas em sua multifacetada produção literária.[20]

Mas se o homem, em certos momentos culminantes de sua experiência subjetiva, volve ao seu "eu profundo", numa "afirmação desdenhosa de sua liberdade espiritual", não é menos certo que, via de regra, ele se conforma com as exigências amorfas da multidão, adaptando-se aos seus esquemas e formalidades. Destarte, a "natureza" se converte em "representação"; a "alma interior" é absorvida pela "alma exterior", tal como se dá no conto que tem o significativo título de *Espelho*, com este subtítulo que diz tudo: "Esboço de uma teoria da alma humana".[21]

---

[20] Cf. *Papéis Avulsos*, Livraria Garnier, 1882, p. 221 e ss.

[21] Sobre o *Destino* adverte MACHADO DE ASSIS: "Chamo-lhe assim para dar um nome a que a leitura antiga me acostumou, e francamente tem o seu ar fixo e definitivo. Ao cabo rima com *divino* e poupa-me a cogitações filosóficas" (*M. Ayres*).

XI

A sublimação da Arte

A bem ver, dando um sentido todo seu à palavra "*representação*", que Schopenhauer empregara para designar o mundo dos fenômenos ou das aparências, Machado de Assis converte-a em uma categoria artística compreensiva da história do homem desde as origens. Essencial, nesse sentido, é o capítulo de *Dom Casmurro* em que um tenor malogrado conta como teve início a experiência humana. Segundo seu relato, foi Deus quem escreveu o libreto de uma ópera sobre a história da criação, mas os versos acabam nas mãos do anjo rebelde que leva o manuscrito consigo para o inferno. Com o fim de mostrar a sua valia – "e acaso para reconciliar-se com o céu –, Satanás compõe a partitura e leva-a ao Padre Eterno. Cansado e cheio de misericórdia, Deus acaba criando um teatro especial, o nosso planeta, e os personagens todos da ópera, tendo o cuidado de cobrar os seus direitos autorais em ouro, recebendo Lúcifer em papel. É em virtude dessa estranha combinação que "há lugares em que o verso vai para a direita e a música para a esquerda", havendo quem diga que nisso reside o encanto da existência humana... (*D.C.*, IX).

Donde a conclusão implícita de que, desde o nascimento do primeiro homem, viver é representar, só que a nossa tragédia consiste em ignorarmos o enredo da peça bem como o papel que nos caberá desempenhar, tudo entregue ao Destino, "o grande procurador dos interesses humanos" (*M.P.*, L. VII). Procuração, porém, que nós não outorgamos de nossa livre e espontânea vontade, porque precede a nossa entrada em cena, promove-a e governa-a até o desfecho sempre igual da imersão dos atores no nada.

Visão panteísta, pois, irrecusável, chegando o romancista a se deliciar com a redução do fluxo da vida a um processo físico de filtragem; do nada, donde surgimos, para o nada que nos espera: como "um vinho filtrado, que se transfere de uma garrafa para outra purificando em outra; a borra [...] para o cemitério".[22]

[22] MACHADO DE ASSIS, *Relíquias da Casa Velha*, cit., p. 58.

Isto não obstante, não flui a vida sempre igual, porque, apesar dos pesares, o homem é dotado do dom de corrigir-se: "cada estação da vida", pondera Machado, "é uma edição que corrige a anterior, e que será corrigida também, até a edição definitiva que o editor dá de graça aos vermes". É mister, pois, corrigir Pascal: o homem não é um caniço mas uma errata pensante (*M.P.*, XXVII).

Essas variações e contradições não atingem a raiz originária do ser humano, compreendido em sua ambivalência axiológica e artística. Divergindo do Livro Sagrado, segundo o qual "no princípio era o *Verbo*", e de Goethe, para quem "no princípio era a *Ação*", o nosso Machado de Assis nos desafia com uma frase terrível, de duplo sentido: "A princípio era o *dó*". Dó, nota musical que se faz *ré*, etc., mas *dó* também da criatura humana, bolha boiando no enxurro da vida...

Toca-nos a tarefa comum de representar o drama existencial, onde a dor inevitável, de envolta com a esperança e o desespero, vai compondo "a solidariedade do aborrecimento humano". É por esse motivo que a Natureza é ao mesmo tempo "mãe e inimiga", "Natureza e Pandora", como Brás Cubas ouve em seu delírio, por ser ela fonte da vida, que é dor e morte, e fonte também da irrenunciável vontade de viver, confundindo-se, assim, a esperança com o desespero, "a necessidade da vida e a melancolia do desamparo".

Ao relembrar essas perspectivas de Machado de Assis, no clima espiritual legado pela Filosofia existencial de Heidegger e Sartre, como não perceber que elas adquirem um sentido antes oculto? Na realidade, os grandes espíritos dialogam com o futuro, ocultando-se no porvir uma parte essencial de sua imagem.

Antecipa-se, outrossim, o nosso escritor a Pirandello, com o jogo de suas personagens, refletidas no espelho volúvel da opinião pública, tão temida quanto amada. E só, de longe em longe, obedecendo a uma força irresistível, libertamo-nos dos outros, da platéia pronta a aplaudir ou a vaiar, do próximo que nos espia e nos critica, para, de repente, ensimesmar-nos, surpreendendo-nos com os olhos fixos na ponta do nariz, símbolo machadiano de nosso último refúgio espiritual.

Talvez surpreenda que, já a esta altura de minha análise, após tão reiteradas proclamações imanentistas de Machado de Assis, eu me arrisque a formular esta pergunta: não terá ele jamais curtido o acicate da transcendência, admitindo ou esperando que algo haja após a morte do homem?

Seria vão tentar transformar Machado num crente, mas há uma frase sua, em carta a Joaquim Nabuco, datada de 6 de dezembro de 1904, que nos surpreende. Escreve ele: "Tudo me lembra a minha meiga Carolina. Como estou à beira do eterno aposento, não gastarei muito tempo em recordá-la. Irei vê-la, ela me esperará." (*O.C.*, III, p. 1071.)

Donde se conclui que, se o amor não foi via de redenção, como no *Fausto* de Goethe, entreabriu a nosso Machado uma fresta de transcendência.

~ X

Posição de Machado de Assis na história das idéias

É no quadro de tantos valores metafísicos, transfigurados em valores estéticos ou artísticos, que devemos, em suma, situar o pensamento de Machado de Assis, inclusive no que se refere à sua prodigiosa capacidade de fazer vir à tona os mais encobertos refolhos de nossa vida psíquica. Se ele analisou a alma humana e nos ofereceu os contornos de uma cosmovisão sempre com irônica bonomia, não me parece, contudo, que tenha passado do humanismo para o humorismo, pois, se há uma constante em sua obra, é o "problema do homem", ou a visão antropológica do mundo.

Filósofo não o foi, se analisado segundo a linha prevalecente de seu espírito, mas, se, como é pacífico, a sua longa experiência introspectiva o preservou da falaz assepsia do realismo oitocentista, mantendo-o fiel ao que havia de perdurável no "leite romântico", é necessário responder também a esta outra pergunta: que representa Machado de Assis na história das idéias no Brasil?

Afigura-se-me essa uma questão bem mais relevante do que o debate para atribuir-lhe ou não o título de filósofo. Num país como o nosso, que não viveu

os embates da Reforma protestante, nem passou pela crise espiritual que se desenrola criadoramente de Descartes a Kant; numa sociedade alheia ao sorriso cético de Montaigne e Voltaire ou ao grito angustiante de Pascal; numa Nação onde as atitudes dogmáticas se sucedem, revezando-se, no domínio de nossa *Inteligentsia*, os escolásticos, os espiritualistas ecléticos, os monistas ou os positivistas, Machado de Assis trouxe-nos algo que transcende a sua posição de homem de letras: é o fermento crítico injetado no cerne de nossa cultura, ao focalizar as perplexidades todas do ser humano, paradoxalmente visto como valor fundante e, ao mesmo tempo, destituído de sentido próprio na imanência de sua dolorosa e imprevisível trajetória.

O que me parece essencial é deixar de procurar a Filosofia de Machado de Assis neste ou naquele outro autor, quando é na sua *existência mesma* que se deve encontrá-la, no seu drama pessoal de mulato genial que sabe ser superior à sociedade e à cultura brasileiras de seu tempo, que ele ama e engrandece.

Sebastião Cícero dos Guimarães Passos
Maceió, Alagoas, 1867 – Paris, 1909.
Fundador da Cadeira 26 da ABL.

Poeta e boêmio

Marcos Vinicios Vilaça

Na transtemporalidade bandeiriana de "são os do Norte que vêm" está Guimarães Passos.

No discurso em sucessão de Passos, Paulo Barreto conta, com a graça costumeira dos seus textos, como se deu a vinda do alagoano para o Rio de Janeiro:

Cronista e ensaísta, Marcos Vinicios Vilaça ocupa a Cadeira 26 da ABL.

> "Por uma certa manhã dos fins do século passado – quase quatro lustros antes da terminação desse memorável século da ciência da luz e do positivismo – um jovem poeta de Maceió resolveu acompanhar a bordo três amigos, que de viagem se faziam para a Corte, capital do Império. O poeta era belo mancebo tropical. Alto, elegante, bíceps gigantes, largo busto com o desabrocho da cintura estreita, longas mãos, cabeleira crespa formavam-lhe a beleza mácula; e quando ria, um riso jovial, entre a ironia satisfeita e a ingenuidade irônica, mostrava aos que o ouviam uma esplêndida dentadura de trinta e dois belos dentes. Era forte, era são, esse mancebo amável. Chamava-se Sebastião Cícero dos Guimarães Passos. [...]

O moço poeta entrou para o navio com as melhores disposições de voltar à terra uma hora após. Como sempre foi e ainda é costume, apenas nas viagens por mar, afogar as despedidas numa bebida, qualquer bebida em comum, o poeta e os três viajantes abancaram no convés em torno a uma pequena mesa. A conversa animou-se. [...]

Quando por tal deu, Sebastião dos Guimarães Passos ergueu-se, estreitou nos braços comovidos os três amigos, e com o seu passo solene – o passo heráldico, como vieram depois denominá-lo – encaminhou-se para o portaló. Aí viram seus olhos mover-se à paisagem e no oceano, que é mais ou menos verde, borbotões de espuma branca. O navio singrava havia meia hora e dentro em pouco estaria em alto mar. Sebastião sorriu e voltou aos amigos."

[...]

Esse poeta da boêmia, da época áurea da boêmia dos cafés, integrante do grupo onde se alinhavam Paula Ney, Bilac, Coelho Neto, Luís Murat, José do Patrocínio e Artur de Azevedo, tem vida e morte divididas em quatro navios.

Esse, que o levou de Maceió ao Rio; aquele que o deixou no exílio em Buenos Aires, para se livrar de Floriano Peixoto; o que o conduziu à Ilha da Madeira em busca de curar a tuberculose, que o mataria, em Paris, a 9 de setembro de 1909, aos 42 anos. Nascera em 22 de março de 1867. O último, o que repatriou seus restos mortais, em 1922, por iniciativa da Academia Brasileira.

João do Rio dizia, de três desses embarques e desembarques, que era o mar, a que sempre o prendeu um secreto amor, que o levava sem que planejasse. Depois de fechar o ciclo mais alegre da sua existência, a primeira temporada carioca, sucederam-se viagens ao Prata e a derradeira para a Europa.

"O oceano marcou, de fato, as três grandes partidas em que se dividiu essa vida: a partida para a alegria radiante, a partida para a tristeza solidária, a partida para a morte", disse João do Rio, no discurso de posse ao suceder Guimarães Passos na Cadeira 26.

Quando chegou à Corte estava no fecundo calibre dos 19 anos, para a boêmia, para escrever em jornais, para fazer versos e para ser, por algum tempo, arquivista da Secretaria da Mordomia da Casa Imperial.

Fiel boêmio, ao ser convidado para formar a Academia Brasileira de Letras fez seu patrono outro boêmio, o poeta Laurindo Rebelo. Acabou por ter no presente um sucessor – que lástima – nada boêmio. Muito pelo contrário. Faltam-me talentos para tanto.

A esse poeta parnasiano, um seu tanto pessimista, não escapou a veia humorística que está na colaboração para *O Filhote*, depois reunida no livro *Pimentões*, publicado em parceria com Olavo Bilac.

Todos os que estudamos a vida e obra de Guimarães Passos temos necessidade de citar José Veríssimo, que encontrou nele, ao tratar de *Versos de um Simples*, um "poeta delicado, de emoção ligeira e superficial, risonho, de inspiração comum, mas de estro fácil, como o seu verso natural e espontâneo, poeta despretensioso, poeta no sentido popular da palavra".

Veja-se como Veríssimo está certo nesta quadrinha de Sebastião Cícero Guimarães Passos:

No momento em que te deixo
Deixa-me toda a alegria;
A porta dos olhos fecho
Porque não vejo o que via.

No jornalismo brasileiro colaborou em *A Semana*, na *Gazeta da Tarde*, *Gazeta de Notícias*. Na Argentina, em *La Nación* e *La Prensa*. Também se assinava: Filadelfo, Gill, Floreal, Puff, Tim e Fortúnio.

O poeta incursionou pelo tom pessimista, mas logo se embeiçou pelo tema do erotismo, coerente com o seu embeiçamento vário e constante pelas mulheres, atraídas também pelo belo homem que era.

Além do já referido *Versos de um Simples*, que é de 1891, são obras desse filho de um tabelião alagoano *Hipnotismo*, uma comédia em versos, *Tratado de Versificação* e *Dicionário de Rimas*, ambos com co-autoria de Bilac.

Meio contra a vontade, deixo de lado o anedotário do que Guimarães Passos aprontou, até mesmo na misteriosa luz que arredonda as noites inquietas de um exilado.

Mesmo sem chegar à idade de espreitar a morte, sem ser velho mas ganhando a velhice por conta de ser doente, serviu-se dos restos de vida a fim de em apenas poucos dias, parece que apenas oito, tentar viver Paris. E morrer ali, conforme desejou, segundo relato dos contemporâneos.

João do Rio fala dessa Paris, como se "enfarinhada de neve", o que parece espécie de liberdade poética, pois nevar ali em setembro, há de, antes, se checar com a meteorologia.

Acolitado pela indesejada, versejou:

Morte, há no mundo tanta dor contida
Que tu, que findas todo bem do mundo,
És a coisa melhor que há nesta vida!...

Foi o último boêmio romântico, retrato fiel de uma época. Até mesmo ao escrever *O Corno da Cabra Amaltéia*, um livro de anedotas, que lhe foram abundantes na sua existência de irregularidades.

João do Rio pinta dele este retrato: "Morreu quase jovem de corpo e com a alma de uma época que não envelhece, mas se classifica. Era egoísta fantasista, era o egoísta bom."

Estou de acordo.

Cândido Motta Filho

José Murilo de Carvalho

"Nunca fui de aspirações definidas. Quis ser engenheiro, quis ser médico, quis ser pintor, quis ser militar, quis ser o que não podia ser e acabei bacharel como toda a gente e jornalista como muita gente. O resto foi mais imaginação do que desejo."

Cândido Motta Filho fez essa confissão em seu livro de memórias, *Dias Lidos e Vividos* (p. 41). Sem que isso tenha sido seu propósito, apontou com clareza na confissão as opções profissionais abertas a jovens de classe alta no século XIX, e mesmo na Primeira República, como era o caso do autor, nascido que fora em 1897. Direito, medicina, engenharia, jornalismo, artes. Ao mencionar a carreira militar, não deixou claro se se referia à Marinha ou ao Exército. Caso se referisse ao último, seria uma pequena surpresa. No século XIX, só procuravam o Exército filhos de militares e da pequena burguesia, o que não era o caso de Cândido Motta Filho, descendente de tradicional família paulista, filho de pai bacharel, jurista e político, típico da elite oitocentista.

Historiador, ensaísta, professor titular no Departamento de História da UFRJ. Algumas de suas obras: *A Escola de Minas de Ouro Preto: o Peso da Glória* (1978); *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não Foi* (1987); *Teatro de Sombras: a Política Imperial* (1988); *A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil* (1990); *Pontos e Bordados. Escritos de História e Política* (1998); *A Cidadania no Brasil: o Longo Caminho* (2001).

A confissão ilustra ainda a opção afinal adotada por esses jovens, o direito, quase todos, e o jornalismo, muitos. De preferência, as duas coisas ao mesmo tempo. As duas coisas e mais alguma coisa. Como muitos outros de sua geração, Cândido Motta Filho, além de advogado e jornalista, foi político, magistrado, crítico literário, biógrafo e memorialista, sem que a diversidade das tarefas afetasse a qualidade do desempenho. É que as fronteiras entre os vários campos de atividade estavam ainda mal definidas na própria sociedade que recentemente se livrara da escravidão, fator simplificador dos papéis sociais.

Mas a confissão contém um ingrediente que não é generalizável para toda a classe a que pertenceu Cândido Motta Filho. "Nunca fui de aspirações definidas", diz ele. Seguramente, muitos de seus contemporâneos tiveram aspirações definidas. Ele parece ter pertencido a esse tipo de pessoas, não sei se privilegiadas ou não, para as quais as coisas vão acontecendo naturalmente, como se pré-definidas, e às quais vão-se adaptando sem questionamento, passando a desempenhar com competência as tarefas que a vida lhes apresenta. Formou-se em Direito, envolveu-se logo em política pelas mãos do pai, elegeu-se para o primeiro cargo, juiz de paz, sem fazer um discurso, foi feito deputado estadual sem fazer campanha, foi eleito, com surpresa, para a Academia Paulista de Letras, e assim sucessivamente até chegar ao topo da escada social e política na condição de Ministro de Estado em duas pastas e de membro do Supremo Tribunal Federal. Só o acesso a esta Casa lhe deu trabalho, pois teve que tentar duas vezes.

Outra marca de Cândido Motta Filho, esta de novo compartilhada com sua geração, foi o interesse pelas letras. Formou-se em 1919, pouco antes da agitação provocada pela Semana de Arte Moderna. Dessa agitação participou intensamente, com direito a vaia, amigo que era de vários dos paulistas que nela se envolveram. Aderiu com entusiasmo ao grito de "Morra a Academia!", lançado nesta Casa por Graça Aranha, em episódio vividamente descrito há pouco em palestra do acadêmico Murilo Melo Filho. Ao longo da vida, relacionou-se com inúmeros homens de letras, exerceu a crítica literária e fez das letras parte de sua vida. Nada melhor para exemplificar esta simbiose entre vida e litera-

tura do que o título de seu último livro de memórias, *Dias Lidos e Vividos.* Memórias, sobretudo dos outros, quase uma coleção de reportagens, *Dias Lidos e Vividos*, assim como *Contagem Regressiva*, revelam a presença constante e intensa das leituras do autor nas conversas que tem, nos episódios que descreve, nas avaliações que faz. Essa característica pode ter sido herdada do Modernismo. Como observa Eduardo Jardim de Moraes, tanto a esquerda modernista, capitaneada por Oswald de Andrade, como a direita, liderada por Plínio Salgado, e da qual se aproximou Cândido Motta Filho, foram marcadas pelo esforço de aproximar a literatura da ação política, o escritor do político.

O Modernismo, ao colocar o Brasil no centro das preocupações intelectuais, ao decretar que o estudo do nacional era condição para se atingir o universal, deve ter também contribuído para desenvolver o interesse de Cândido Motta Filho pelo político, definido como um campo de atuação e conhecimento mais amplo do que o da simples política. O primeiro testemunho desse interesse foi sua participação em 1929, em São Paulo, na criação da Ação Nacional do Partido Republicano Paulista, grupo inspirado nas idéias de Alberto Torres. Em 1932, Cândido Motta Filho foi um dos fundadores da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, criada com o objetivo de promover estudos sobre o país. Em 1955, como Ministro da Educação e Cultura, criou o ISEB, aproveitando projeto existente no Ministério, mas seguramente também inspirado em proposta de Alberto Torres, feita em 1914, de se criar um Instituto de Estudo dos Problemas Nacionais, que também chamou de Centro de Estudo de Problemas Brasileiros.

Falando do ISEB, faço um parêntese para corrigir afirmação feita em meu discurso de posse. Baseado em depoimento de um dos criadores da Instituição, afirmei que o projeto original fora apresentado ao ministro Antônio Balbino por seu chefe de gabinete, Gilberto Amado. O chefe de gabinete era Amado, mas não era Gilberto. Era Gilson. Irmãos embora, não devem ser confundidos. Agradeço a Alberto Venancio Filho ter chamado minha atenção para o equívoco.

Voltando a Cândido Motta Filho, anoto que a preocupação com o político, em seu sentido amplo e em sua dimensão nacional, refletiu-se também na esco-

lha que fez de seus biografados: Bernardino de Campos, Alberto Torres, Eduardo Prado, Rui Barbosa. Eduardo Prado e Alberto Torres constam de qualquer lista de intérpretes do Brasil. Rui Barbosa, muito criticado à época do Modernismo, continuava e continua sendo um dos clássicos de nosso pensamento liberal. Bernardino de Campos destacou-se entre os fundadores do partido republicano paulista por sua lucidez e firmeza doutrinária. Dos quatro, foi sem dúvida Alberto Torres quem maior influência exerceu sobre Cândido Motta Filho, como o indica o próprio título da biografia que este publicou em 1931, com prefácio de Plínio Salgado: *Alberto Torres e o Tema da Nossa Geração*. A insistência de Torres em estudar o Brasil, em recusar o mimetismo de idéias e instituições estrangeiras, em valorizar a política como instrumento de organização nacional, em promover o nacionalismo, eram, segundo Motta Filho, a receita de que sua geração precisava para sair da perplexidade e da paralisia em que se achava. Coincidentemente, a preocupação de Torres foi também a dos modernistas, à esquerda e à direita.

As memórias de Cândido Motta Filho, no entanto, ocupam-se também da política e dos políticos. Com freqüência, somos surpreendidos pela descrição de episódios desconhecidos, por revelações preciosas, por citações deliciosas. Escolho uma delas para terminar. No dia anterior ao golpe 1937, em meio à intranqüilidade e receio generalizados, Cândido Motta Filho foi ao Senado, onde o senador Costa Rego buscou acalmá-lo:

> "Não há motivo de sustos, seu Motta. O Brasil não é tão feio quanto se pinta! [...] Ouça o que vou dizer-lhe: o Brasil tem uma virgem santa protetora, que se chama Nossa Senhora da Sem-Vergonhice. Ela é que nos encaminha e nos impede de ir pelo caminho continuado da violência. Os povos fracos e pobres costumam usar da violência como um desabafo de sua insignificância. Porém, o Brasil compreendeu, desde sua independência, que o adesismo é a única arma que tem um povo pobre para defender-se. [...] Alguns poetas falam no brasileiro como homem cordial. Que cordialidade, qual nada! O homem cordial é o homem que adere. Se fecharem o Congres-

so e surgir a ditadura civil ou militar, o que se tem de fazer é desmanchar a violência pelo adesismo." (*Contagem Regressiva*, p. 116).

Falou e convidou Cândido Motta Filho a ir ao cinema. No dia seguinte, 10 de novembro, o Estado Novo foi decretado. As palavras de Costa Rego revelaram-se proféticas, sua receita foi usada por muitos, até mesmo por Cândido Motta Filho.

Lívio Abramo (1903-1992), xilogravura, em papel do Japão.
Edição de *Pelo Sertão* pela Sociedade dos Cem Bibliófilos (1946).
Exemplar Letra G, da Biblioteca da Academia Brasileira de Letras.

Caminhos do conto brasileiro

Antonio Olinto

No começo, era o conto.

Um dos primeiros avanços do homem, depois de haver fisicamente disciplinado sua capacidade inicial de falar através de gestos e de sons: foi o impulso de narrar.

O homem da caverna – o chefe, o que saía para conseguir comida que alimentasse toda a sua gente – ia atrás de um animal, às vezes em condições difíceis, matava-o e levava-lhe o corpo que seria o jantar daquela noite.

Como até hoje é natural no ser humano, fazia o caçador questão de contar a seus companheiros de caverna, reunidos em torno do fogo, a sua façanha: como localizara o animal, como o perseguira, como o atacara e como o trouxera, morto, nos ombros, ou como o arrastara.

No começo, era o conto.

Pode-se afirmar que a narrativa – base milenar de uma literatura específica – existe desde o início da presença humana sobre a Terra.

Professor, jornalista, ensaísta, poeta, romancista, crítico literário de *O Globo* ao longo de 25 anos, colaborou em jornais de todo o Brasil e de Portugal. Seus romances *A Casa da Água* (1969), *O Rei do Keto* (1980), *Os Móveis da Bailarina* (1985), *Trono de Vidro* (1987) e *Alcácer-Kibir* (1996) foram traduzidos em várias línguas.
Conferência proferida na ABL, durante o ciclo *O Conto Brasileiro Contemporâneo*, em 26.10.2004.

Todos os livros antigos, os da China, da Índia, a Bíblia, o "Kelévala" da Finlândia, narram. Narram história, mas narram também intransitivamente, em narrativas que antecederam as da Grécia. Muito já se falou dos contos contidos na Bíblia, que são dos mais belos de qualquer tempo. Meu amigo Lúcio Cardoso assegurava-me que a história de Jó é das mais completas que existem. Acrescentava que ela apresenta um começo, um meio e um fim inatacáveis como narrativa.

Em Esopo (620-500 a.C.), os animais falam, com malícia, graça e limpidez. Escravo, uma tradição romântica fá-lo feio e deformado. Teria sido também uma espécie de palhaço nas reuniões gregas de então. Um dia deixou de ser escravo. Há cerca de quatrocentas fábulas conhecidas como suas, embora, para certos pesquisadores, Esopo não existiu e seria apenas um nome sob o qual vários autores se escondiam. Na Grécia, Lúcio Apuleio (120-?) foi escritor de língua latina. Nascido já em nossa era, na África, estudou em Cartago e Atenas, escreveu, entre outras obras que se perderam, *As Metamorforses*, conjunto de onze livros com apólogos que narram predominantemente casos de amor, de magia e de aventuras, em narrativas que na realidade são contos. Um deles, "O Asno de Ouro", aparece de vez em quando, no mundo de hoje, em traduções e adaptações.

O grande narrador de sua época, Giovanni Bocaccio (1313-1375), cujas obras surgiram no período imediatamente posterior a Dante (1265-1321), passou a representar, com suas histórias licenciosas, um novo estilo de narrar, tornando-se, com isto, o precursor do conto moderno.

Em língua portuguesa, sendo a epopéia também uma narrativa, Camões nos deixou, no seu épico, um conto em versos perfeitos, em que narra a tragédia amorosa de Inês de Castro, que aparece em outros escritos da época. Um exemplo é o *Cancioneiro Geral*, compilado por Garcia de Resende, de que fazem parte os versos narrativos da série chamada *Trovas sobre a Morte de D. Inês de Castro*.

Tal como o entendemos hoje, passou o conto a marcar sua poderosa presença no século XIX. Foi no século XIX, no mundo inteiro como no Brasil, que o prestígio do conto se tornou geral. Se tomarmos, como já o fizeram

alguns analistas da Europa e dos Estados Unidos, o ano de 1842, data em que Edgar Allan Poe se tornou conhecido, como o início de um novo tipo de conto. Podemos traçar juntar quatro grandes executores da novela curta nos anos 80 daquele século: Poe nos Estados Unidos, Maupassant na França, Machado de Assis no Brasil, e Tchekov na Rússia. Vale a pena comparar a carreira de contista destes dois: Machado e Tchekov. A partir de 1883, quando escreveu "A Morte do Funcionário Público", a contística de Tchekov se avolumou, passando a influir na literatura russa. Nascido em 1860, era jovem, pobre e precisava trabalhar: escrevia contos para a *Petersburg Gazette* e outros órgãos da imprensa. O mesmo fazia aqui Machado de Assis, tendo começado antes, nos anos 60: escrevia sem parar para uma série de veículos. O grande pesquisador que foi R. Magalhães Júnior descobriu dezenas de contos que não constavam de livros publicados quando Machado era vivo. Indica Raymundo alguns dos pseudônimos que Machado usou em seus contos: Lélio, Malvólio, João das Regras, Glaucus, Gil, Sileno, Lara, Victor de Paula. O conto adquiriu, em Machado, um tom diferente, num estilo só dele, sóbrio, paciente, irônico, dando a impressão de que está presente, avaliando o leitor de seu conto. Temos conosco um Brasil criado por Machado de Assis, que nos previu e entendeu, mais do que isto, nos plasmou e nos fez. Na sua obra – nos seus contos, principalmente – estão suas memórias de um país do século XIX, não mais o do tempo do rei, como informava Manuel Antônio de Almeida, mas o do Segundo Império e o do começo da República. Há também, nas suas histórias, uma compaixão cética pelas fraquezas do inerme bípede implume que sonha em ser o dono da terra, o que ele é, mas num sentido mais profundo e final. Para alguns – Agripino Grieco entre eles, Machado é mais contista do que romancista ou poeta. Agripino inseriu essa opinião em livro que provocou reações ao ser publicado.

É nos contos que Machado e Tchekov se encontram, o brasileiro vinte e um anos mais velho do que o russo. Um estudo comparativo entre as narrativas curtas de cada um é trabalho que sugiro a pesquisadores literários como tendo possibilidade de boas análises e descobertas, principalmente pelas diferenças visíveis, e semelhanças não tanto, entre o Brasil e a Rússia naquele final do

século XIX. A data indicada para o início dessa pesquisa seria o ano de 1886, quando, aos vinte e seis anos de sua idade, começou Tchekov a escrever contos para o jornal *Novoya vrenia*. Antes disso, já Machado de Assis havia publicado "O Enfermeiro", "Uns Braços", "O Diplomata", "Um Apólogo", "D. Paula", "O Cônego ou a Metafísica do Estilo" e uma série de outros, hoje traduzidos em várias partes do mundo.

Ao ser fundada a Academia Brasileira de Letras, em 1897, havia nela um bom número de contistas. Entre eles, Lúcio de Mendonça, Coelho Neto, Inglês de Sousa, Artur Azevedo, Aluísio Azevedo, Medeiros e Albuquerque e José Veríssimo com suas *Cenas da Vida Amazônica*.

Embora se diga que "as casas de Machado de Assis não têm quintal", houve também entre nós um amor à paisagem desde o começo, num tipo de conto brasileiro. Nesse particular está Afonso Arinos, com seu livro *Pelo Sertão* (1898), que eleva a paisagem a figurante da narrativa, como se gente fosse. Note-se aí a preeminência da palavra "sertão", que viria a se destacar também em dois outros livros seminais da literatura brasileiras: *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, e *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa. Também escritores do Sul sentiam a paisagem, o que chamou a atenção de leitores de todo o país para Simões Lopes Neto (1865-1916) e Alcides Maya (1878-1944).

Machado de Assis morreria em 1908 e, como numa sucessão de chefia, o cidadão Afonso Henrique de Lima Barreto lançaria em 1909 o seu primeiro livro, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. Além de sua presença na ficção maior, de que *O Triste Fim de Policarpo Quaresma* se apresenta como peça de frente, deixou Lima Barreto, ainda, uma série de ótimos contos, de que "O Homem que Falava Javanês" é o maior exemplo.

De modo bastante diferente, João do Rio mostraria o mesmo Rio de Janeiro de Lima Barreto, no período em que decorriam os primeiros vinte anos do século XX.

Vale a pena atentarmos para o Rio de Janeiro como fundo e partícipe da obra de quatro escritores que, de 1860 a 1922, nele colocaram a população da cidade envolta na sua busca de caminhos e de certezas, quando não de incerte-

zas. De *Memórias de um Sargento de Milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, a *Policarpo Quaresma* e os contos de Lima Barreto, passando pelo universo multifacetado e claro de Machado e o mundo já século XX de Paulo Barreto, planta-se o Rio de Janeiro como terra em que a imaginação e a realidade vivem juntas.

Promoveu Lima Barreto, com sua obra, uma ligação entre duas fases. Tendo começado sua carreira literária logo após a morte de Machado, foi morrer em 1922, ano da Semana de Arte Moderna, como quem leva o facho da palavra ao longo de um terreno conturbado.

Em São Paulo surgia, então, um outro grande intérprete de nossa gente e de nossas coisas, Monteiro Lobato que, antes de ser autor de literatura infantil e de criar o Sítio do Pica-Pau Amarelo, escreveu contos de uma nova feitura, com o linguajar do interior paulista e ambientes de fazenda formando a base de suas histórias. A criação do personagem a que deu o nome de Jeca-Tatu foi também um resultado imediato de seu talento no criar personagens, embora o imediato êxito de Jeca-Tatu se tenha devido mais ao elogio que recebeu de Rui Barbosa.

De nova linguagem também foi Alcântara Machado, cujos contos fixam a presença dos imigrantes italianos em São Paulo nos anos 20 e parte dos 30 e depois da II Guerra Mundial. A Semana de Arte Moderna de 22 mostraria Mário de Andrade em livros (*Primeiro Amor, Malazarte, Contos Novos*) em que o gênero conto surgia de modo novo, o que pode ser colocado no entendimento de sua famosa frase: "Conto é tudo aquilo que o autor diz que é conto."

Através do que fez, Mário de Andrade inventou São Paulo, assim como Proust havia inventado uma nova França. A cidade e o estado de São Paulo que aí estão hoje, com seu permanente milagre dentro do Brasil, foram inventados por aquele escritor que desceu ao fundo de si mesmo e de sua terra e, nesse esforço, também inventou o Brasil. Aceitemos que escritores, filósofos, artistas, possam reinventar sua terra e sua gente, descobrindo-lhes aspectos que não havíamos notado antes.

Uma grande reinvenção viria com João Guimarães Rosa. O tradutor alemão Curt Meyer-Clason disse-me, em conversa, ser de opinião que "A Tercei-

ra Margem do Rio" se acha entre os três mais belos contos do século XX. Lembro-me de que, no começo dos 60, estando eu como editor do caderno literário de *O Globo*, do Rio de Janeiro, convenci Roberto Marinho a contratar Guimarães Rosa para contribuir com um conto por semana, que sairia no suplemento. Assim escreveu Rosa a série extraordinária de narrativas curtas que viriam a sair no livro *Tutaméia*. Era ele extremamente minucioso no lidar com suas frases. Fazia de duas a três revisões, cada uma com mudanças de palavras, de acentos, de frases, até atingir o que julgava ideal. Quando releio hoje esses textos em livro, a memória recaptura também as conversas que tínhamos no frigir dos contos.

João Guimarães Rosa é uma prova de que o Brasil atingiu ponto avançado na sua "hominização". E o país chega a esse nível, como era natural que chegasse, através da lingüística, não a simples matéria dos professores, mas a dos criadores, a dos que reinventam a realidade com palavras. É em João Guimarães Rosa que compreendo, em seu sentido pleno e total, a lingüística tal como a defende Claude Lévi-Strauss, a lingüística base de um avanço, de uma sociedade, a lingüística-estrutura de tudo, não como volta ao velho nominalismo filosófico, mas como compreensão de novas realidades – novas e ecumênicas – e como resultado de uma visão estrutural e estruturada das coisas.

Na linha de uma reinvenção do país, passa então a estar Lygia Fagundes Telles, a nossa contista por excelência. Até quantas páginas deve ter um conto antes de se transformar em romance? Tomando-se como exemplo "O Alienista", de Machado de Assis, que tem 50 páginas, não se pode afirmar que se trata de um romance, que abarca âmbito preciso, sabemos que é mais um conto do que um romance. A palavra 'novela', de que o rádio e a televisão se apossaram, em inglês, como "novel", significa romance. O importante, no caso, é o espírito da palavra. O conto é como peça musical de câmara, numa espécie de quarteto. O romance poderia ser a orquestra sinfônica. O conto seria um solo de piano, às vezes tocado no escuro. Nessa linha temos Lygia Fagundes Telles como a executora por excelência do conto, que nela assume vívido o tom e o teor da literatura de base surrealista. Foram poucas as narrativas surrealistas de nosso fazer literá-

rio ("O Anjo", de Jorge de Lima, é o grande exemplo no caso); é o tom surrealista, às vezes lírico, outras de densa análise das paixões, que distingue a posição – nítida e muito pessoal – de Lygia Fagundes Telles em nossa literatura.

É Clarice Lispector o maior exemplo de ficção simbolista no Brasil. Estaria na linha de Virginia Woolf, embora diferente da escritora inglesa. Escrevendo sobre Théophile Gautier, dizia Baudelaire que a nova ficção devia ligar-se à poesia, aproveitando-se de sua "concisa energia" de linguagem. Assim é Clarice, tanto em seus romances como, principalmente, em seus contos. Para ela, como para os simbolistas de qualquer tempo, o importante é escrever por "iluminação", entre aspas, ligar-se à "visão", também entre aspas, de que falava Rimbaud. Buscando o âmago da palavra, consegue Clarice realizar uma obra da maior beleza como narradora de histórias e como dominadora de um arcabouço de palavras. Outros ficcionistas ligados a símbolos seriam Cornélio Pena, Otávio de Faria e Lúcio Cardoso.

No campo mais surrealista, lembro Antônio Fraga, autor de uma narrativa, "Desabrigo", inteiramente entregue a uma intensa busca de construções verbais que possam ir além das palavras, tornando-as capazes de maiores significados.

Na linha da narrativa forte, avessa a compromissos estilísticos, tornou-se Rubem Fonseca um narrador original, dono de um realismo que subjuga os acontecimentos de suas histórias.

Perdemos, em 2004, um escritor que representou a geração do segundo pós-guerra do século passado, Fernando Sabino, que, além de romances que marcaram nossa literatura, escreveu contos e crônicas – contos de muito humor, ao mesmo tempo em que retratava o dia-a-dia de um país, como o nosso, que muda de assunto a cada semana. Já em seus contos de *Boca do Inferno*, outro componente do grupo de Fernando Sabino, Otto Lara Resende, apresentou um tipo diferente de conto, no estilo de um observador frio, que não deseja interferir nos acontecimentos que narra. Otto era narrador que, para amenizar um momento de emoção da história, interrompe-a e diz: "Um rato apontou a cabeça junto à porta, parou um instante, desapareceu correndo."

Já Valdomiro Autran Dourado chega a uma verdade poética ao fazer de três contos um só. Um homem cai no mar e morre, é a primeira história. Um menino, que está com a mãe na praia, vê o homem cair, é a segunda. A terceira é a narrativa de "Dorotéia", que espera por uma amiga e também vê a morte do homem. Mostra Autran Dourado, em seus contos, uma arquitetura literária própria, um certo modo que é um modo certo de concepção e construção.

De Nélson Rodrigues, o que dizer senão que foi um gênio estranho da narrativa em língua portuguesa, no teatro, no romance, na crônica e no conto? Mesmo em suas narrativas de *A Vida como Ela É*, que escrevia diariamente para jornal, no meio do barulho que havia em nossas redações daquele tempo, conseguia fazê-las com uma sabedoria vocabular em que entrava também a linguagem do povo, em diálogos da maior beleza, não fosse ele, antes de tudo, um dramaturgo.

Contistas como Breno Accioly foram poucos na minha geração. Ao publicar suas primeiras histórias, logo se viu que era um novidadeiro. Um mundo de inesperada e estranha densidade, aliado a uma feitura fora de qualquer bitola, vinha, com esse escritor, sacudir uma literatura. Como seu terreno era ilógico, uma das novidades de Breno Accioly era a da sintaxe, que nele perde algumas de suas engrenagens de ligação – conjugações, preposições, elementos de relação – inseparáveis do caminho predominantemente lógico. Há também que se atentar para o significado de suas histórias, para o fundo entre religioso, pecaminoso e demoníaco da gente que inventa.

Do Nordeste vieram também Luís Jardim, Ricardo Ramos, Renard Perez e Jorge Medauar. Este, que também foi bom poeta, inseriu, em seu livro *Histórias de Menino*, um estilo em que os adjetivos primam pela ausência. Os substantivos e verbos são os heróis de Medauar. De vez em quando solta um gerúndio que dá força à descrição. Como: "As folhas já estavam grandes, esparramando."

Mais ao Norte, os contos de José Sarney colocam no centro da literatura brasileira o povo de uma das regiões emblemáticas do Brasil, com São Luís tendo recebido o título de "Atenas Brasileira". As narrativas de *Norte das Águas* saíram na Inglaterra, na Alemanha e na Romênia. Compareci ao lançamento

dessas traduções na Livraria Foyles, de Londres, e na Feira do Livro de Bonn. Um de seus livros de contos, *Brejal dos Guajás*, tem a força da história da Terra e da Água, com iniciais maiúsculas para as duas, pois é de elementos essenciais que se nutrem os personagens do escritor Sarney.

No setor das crônicas, que muitas vezes assumem responsabilidades narrativas, tanto Rachel de Queiroz, "a primeira dama" da literatura brasileira, como Cecília Meireles, elevaram o nível de suas crônicas a um patamar especial do contar histórias.

Esta lista precisa ainda de Luiz Vilela, Samuel Rawet e J.J. Veiga, três contistas de pontos diferentes até do mundo, que estão com direitos de posse no território da contística brasileira. Vilela vem, desde os anos 60 do século passado, criando um respeitável edifício de histórias em que a classe média brasileira, principalmente a do interior, mostra sua face, num retrato espiritual que parece buscar uma verdade indivisível no meio dos encontros e desencontros de gente com gente. Samuel Rawet, que nasceu fora do Brasil, representou o sentimento do imigrante em aceitar e amar a nova terra, no meio das muitas incompreensões existenciais de que a vida nos cerca. J.J. Veiga apareceu como o poeta do real e do irreal, num ilogicismo lúdico de extraordinária força. Vejam este flagrante de *Os Cavalinhos de Platiplanto*: "o banho foi outro espetáculo que ninguém enjoava de ver. Os cavalinhos pulavam n'água de ponta, de costas, davam cambalhotas, mergulhavam, deitavam-se de costas e esguichavam água pelas ventas fazendo repuxo."

Já Dalton Tervisan mostra, na curteza de seus minicontos, o muito de tédio que pode haver nas situações comuns em que todo vivente se meta. Há nele enredos tão rápidos que, lidos em minutos, podem ficar na memória como se romances fossem.

João Antônio faz parte de um mundo mais antigo. É o de Lima Barreto. Nos seus contos, é o povo que torna a aparecer, o povo que Lima soltava em seus romances e que voltaram a existir, a falar e a chamar a nossa atenção para as aventuras, os diálogos e as reações dos que realmente moram no andar-de-baixo.

Permitam-me agora prever que três narrativas mais ou menos curtas serão, daqui a alguns séculos, consideradas típicas do clímax que a ficção mundial em prosa alcançou, como sucessora do poema-que-conta-história, no período que veio de Tolstoi aos dias em que vivemos. São *A Morte de Ivan Ilyitch*, do próprio Tolstoi; *O Velho e o Mar*, de Ernest Hemingway; e *A Morte e a Morte de Quincas Berro d'Água*, de Jorge Amado. Três literaturas diferentes, três idiomas, três ângulos, três técnicas. A do russo fixando-se no doloroso dia-a-dia atingido pelo fim. A do norte-americano realçando a situação de luta do homem diante dos elementos. A do brasileiro mostrando o lado picaresco de uma escolha entre duas vidas (ou duas mortes). O Ivan de Leon, o velho de Ernest e o Quincas de Jorge tiveram, na precisão de sua forma narrativa, o instrumento certo para atingir um significado e uma verdade. Sabe-se da morte de Quincas. A filha, a família bem posta na vida, o que podia significar a rotina, a defesa da sociedade, de suas formas mutáveis, indestrutíveis, tudo cerca o morto. Não o deixam ser o morto que deveria ser. Transformam-no de repente num morto ainda mais morto.

O poema de Quincas e sua gente, que Jorge Amado compôs, fica sendo a bela e justa imagem de um povo que luta pela conquista de sua língua, de sua ficção e de sua realidade.

Minha gente, no começo era o conto.

No começo e ao longo dos muitos milhares de anos que vieram até hoje, é o conto.

Herbarium

Lygia Fagundes Telles

Todas as manhãs eu pegava o cesto e me embrenhava no bosque, tremendo inteira de paixão quando descobria alguma folha rara. Era medrosa mas arriscava pés e mãos por entre espinhos, formigueiros e buracos de bichos (tatu? cobra?) procurando a folha mais difícil, aquela que ele examinaria demoradamente: a escolhida ia para o álbum de capa preta. Mais tarde faria parte do herbário, ele tinha em casa um herbário com quase duas mil espécies de plantas. "Você já viu um herbário?" – ele quis saber.

Herbarium, ensinou-me logo no primeiro dia em que chegou ao sítio. Fiquei repetindo a palavra, *herbarium*. *Herbarium*. Disse ainda que gostar de botânica era gostar de latim, quase todo o reino vegetal tinha denominação latina. Eu detestava latim mas fui correndo desencavar a gramática cor de tijolo escondida na última prateleira da estante, decorei a frase que achei mais fácil e na primeira oportunidade apontei para a formiga saúva subindo na parede: *formica bestiola est*. Ele ficou me olhando. A formiga é um inseto, apressei-me em traduzir. Então ele riu a risada mais gostosa de toda a temporada. Fiquei rindo também, confundida mas contente, ao menos achava alguma graça em mim.

Romancista e contista, com textos publicados em antologias no Brasil e no exterior, romances e livros de contos, entre os quais *Ciranda de Pedra, Antes do Baile Verde, As Meninas, A Disciplina do Amor, As Horas Nuas, A Estrutura da Bolha de Sabão, A Noite Escura e Mais Eu, Invenção e Memória, Durante Aquele Estranho Chá*. "Herbarium" faz parte da antologia *Meus Contos Esquecidos* (Editora Rocco, 2005).

Albrecht Dürer (1471-1528) *Grande tufo de ervas*, 1503.
Aquarela e guache, 41 x 31,5 cm. Coleção Albertina, Viena.

Um vago primo botânico convalescendo de uma vaga doença. Que doença era essa que o fazia cambalear, esverdeado e úmido, quando subia rapidamente a escada ou quando andava mais tempo pela casa?

Deixei de roer as unhas, para espanto da minha mãe que já tinha feito ameaças de cortes de mesada ou proibição de festinhas no grêmio da cidade. Sem resultado. "Se eu contar, ninguém acredita" – disse ela quando viu que eu esfregava para valer a pimenta vermelha nas pontas dos dedos. Fiz minha cara inocente: na véspera, ele me advertira que eu podia ser uma moça de mãos feias, "Ainda não pensou nisso?" Nunca tinha pensado antes, nunca me importei com as mãos, mas no instante em que ele fez a pergunta comecei a me importar. E se um dia elas fossem rejeitadas como as folhas defeituosas? Ou banais. Deixei de roer as unhas e deixei de mentir. Ou passei a mentir menos, mais de uma vez me falou no horror que tinha por tudo quanto cheirava a falsidade, escamoteação.

Estávamos sentados na varanda. Ele selecionava as folhas ainda pesadas de orvalho quando me perguntou se já tinha ouvido falar em folha persistente. Não? Alisava o tenro veludo de uma malva-maçã. A fisionomia ficou branda quando amassou a folha nos dedos e sentiu o seu perfume. As folhas persistentes duravam até mesmo três anos mas as cadentes amareleciam e se despregavam ao sopro do primeiro vento. Assim a mentira, folha cadente que podia parecer tão brilhante mas de vida breve. Quando o mentiroso olhava para trás, via no final de tudo uma árvore nua. Seca. Mas o verdadeiro, esse teria uma árvore farfalhante, cheia de passarinhos – e abriu as mãos para imitar o bater de folhas e asas. Fechei as minhas. Fechei a boca em brasa agora que os tocos das unhas (já crescidas) eram tentação e punição maior. Podia dizer-lhe que justamente por me achar assim apagada é que precisava me cobrir de mentira como se veste um manto fulgurante. Dizer-lhe que diante dele, mais do que diante dos outros, tinha de inventar e fantasiar para obrigá-lo a se demorar em mim como se demorava agora na verbena – será que não percebia essa coisa tão simples?

Chegou ao sítio com suas largas calças de flanela cinza e grosso suéter de lã tecida em trança, era inverno. E era noite. Minha mãe tinha queimado incenso

(era sexta-feira) e preparou o Quarto do Corcunda, corria na família a história de um corcunda que se perdeu no bosque e minha bisavó instalou-o naquele quarto que era o mais quente da casa, não podia haver melhor lugar para um corcunda perdido ou para um primo convalescente.

Convalescente do quê? Qual doença tinha ele? Tia Marita, que era alegrinha e gostava de se pintar, respondeu rindo (falava rindo) que nossos chazinhos e bons ares faziam milagres. Tia Clotilde, embutida, reticente, deu aquela sua resposta que servia a qualquer tipo de pergunta: tudo na vida podia se alterar, menos o destino traçado na mão, ela sabia ler as mãos. "Vai dormir feito uma pedra" – cochichou tia Marita quando me pediu que lhe levasse o chá de tília. Encontrei-o recostado na poltrona, a manta de xadrez cobrindo-lhe as pernas. Aspirou o chá. E me olhou, "Quer ser minha assistente?" – perguntou soprando a fumaça. "A insônia me pegou pelo pé, ando tão fora de forma, preciso que me ajude. A tarefa é colher folhas para a minha coleção, vai juntando o que bem entender que depois seleciono. Por enquanto, não posso mexer muito, terá que ir sozinha" – disse e desviou o olhar úmido para a folha que boiava na xícara. Suas mãos tremiam tanto que a xícara transbordou no pires. É o frio, pensei. Mas continuaram tremendo no dia seguinte que fez sol, amareladas como os esqueletos de ervas que eu catava no bosque e queimava na chama da vela. Mas o que ele tem?, perguntei e minha mãe respondeu que mesmo que soubesse não diria, fazia parte de um tempo em que doença era assunto íntimo.

Eu mentia sempre, com ou sem motivo. Mentia principalmente à tia Marita que era bastante tonta. Menos à minha mãe, porque tinha medo de Deus e menos ainda à tia Clotilde que era meio feiticeira e sabia ver o avesso das pessoas. Aparecendo a ocasião, eu enveredava por caminhos os mais imprevistos, sem o menor cálculo de volta. Tudo ao acaso. Mas aos poucos, diante dele, minha mentira começou a ser dirigida, com um objetivo certo. Seria mais simples, por exemplo, dizer que colhi a bétula perto do córrego onde estava o espinheiro. Mas era preciso fazer render o instante em que se detinha em mim, ocupá-lo antes de ser posta de lado como as folhas sem interesse, amontoadas no cesto. Então ramificava os perigos, exagerava as dificuldades, inventava histórias que

encompridavam a mentira. Até ser decepada com um rápido golpe de olhar, não com palavras, mas com o olhar ele fazia a hidra verde rolar emudecida enquanto minha cara se tingia de vermelho – o sangue da hidra.

"Agora você vai me contar direito como foi" – ele pedia tranqüilamente, tocando na minha cabeça. Seu olhar transparente. Reto. Queria a verdade. E a verdade era tão sem atrativos como a folha da roseira, expliquei-lhe isso mesmo, acho a verdade tão banal como esta folha. Ele me deu a lupa e abriu a folha na palma da mão: "Veja então de perto." Não olhei a folha, que me importava a folha?, olhei sua pele ligeiramente úmida, branca como o papel com seu misterioso emaranhado de linhas, estourando aqui e ali em estrelas. Fui percorrendo as cristas e depressões, onde era o começo? Ou o fim? Demorei a lupa num terreno de linhas tão disciplinadas que por elas devia passar o arado, ih! vontade de deitar minha cabeça nesse chão. Afastei a folha, queria ver apenas os caminhos. O que significa este cruzamento, perguntei e ele me puxou o cabelo: "Também você, menina?!"

Nas cartas do baralho, tia Clotilde já lhe desvendara o passado e o presente: "E mais desvendaria" – acrescentou ele guardando a lupa no bolso do avental branco, às vezes vestia o avental. O que ela previu? Ora, tanta coisa. De mais importante, só isso, que no fim da semana viria uma amiga buscá-lo, uma moça muito bonita, podia ver até a cor do seu vestido de corte antiquado, verde-musgo. Os cabelos eram compridos, com reflexos de cobre, tão forte o reflexo na palma da mão!

Uma formiga vermelha entrou na greta do lajedo e lá se foi com seu pedaço de folha, veleiro desarvorado soprado pelo vento. Soprei eu também, a formiga é um inseto!, gritei, as pernas flexionadas, pendentes os braços para diante e para trás no movimento do macaco, Hi hi! hu hu! hi hi! hu hu! é um inseto! um inseto!, repeti rolando no chão. Ele ria e procurava me levantar, você se machuca, menina, cuidado! Cuidado! Fugi para o campo, os olhos desvairados de pimenta e sal, sal na boca, não, não vinha ninguém, tudo loucura, uma louca varrida essa tia, invenção dela, invenção pura, como podia?! Até a cor do vestido, verde-musgo? E os cabelos, uma louca, tão louca como a irmã de cara pintada

feito uma palhaça, rindo e tecendo seus tapetinhos, centenas de tapetinhos pela casa, na cozinha, na privada, duas loucas! Lavei os olhos cegos de dor, lavei a boca pesada de lágrimas, os últimos fiapos de unha me queimando a língua, não! Não. Não existia ninguém de cabelo de cobre que no fim da semana ia aparecer para buscá-lo, ele não ia embora nunca mais. Nunca mais!, repeti e minha mãe, que viera me chamar para o almoço, acabou se divertindo com a cara de diabo que fiz, disfarçava o medo fazendo caras de medo. E as pessoas se distraíam com essas caras e não pensavam mais em mim.

Quando lhe entreguei a folha de hera com formato de coração (um coração de nervuras trementes se abrindo em leque até as bordas verde-azuladas) ele beijou a folha e levou-a ao peito. Espetou-a na malha do suéter: "Esta vai ser guardada aqui." Mas não me olhou nem mesmo quando saí tropeçando no cesto. Corri até a figueira, posto de observação onde podia ver sem ser vista. Através do rendilhado de ferro do corrimão da escada, ele me pareceu menos pálido. A pele mais seca e mais firme a mão que segurava a lupa sobre a lâmina do espinho-do-brejo. Estava se recuperando, não estava? Abracei o tronco da figueira e pela primeira vez senti que abraçava Deus.

No sábado, levantei mais cedo. O sol forcejava a névoa, o dia seria azul quando ele conseguisse rompê-la. "Aonde você vai com esse vestido de maria-mijona?" – perguntou minha mãe me dando a xícara de café com leite. Por que desmanchou a barra?" Desviei sua atenção para a cobra que inventei ter visto no terreiro, toda preta com listras vermelhas, seria uma coral? Quando ela correu com a tia para ver, peguei o cesto e entrei no bosque. Como explicar-lhe que descera todas as barras das saias para esconder minhas pernas finas, cheias de marcas de picadas de mosquitos. Numa alegria desatinada fui colhendo as folhas, mordi goiabas verdes, atirei pedras nas árvores, espantando os passarinhos que cochichavam seus sonhos, me machucando de contente por entre a galharia. Corri até o córrego. Alcancei uma borboleta e prendendo-a pelas pontas das asas deixei-a na corola de uma flor, Te solto no meio do mel, gritei-lhe. O que vou receber em troca? Quando perdi o fôlego, tombei de costas nas ervas do chão. Fiquei rindo para o céu de névoa atrás da malha apertada

dos ramos. Virei de bruços e esmigalhei nos dedos os cogumelos tão macios que minha boca começou a se encher d'água. Fui avançando de rastros até o pequeno vale de sombra debaixo da pedra. Ali era mais frio e maiores os cogumelos pingando um líquido viscoso dos seus chapéus inchados. Salvei uma abelhinha das mandíbulas de uma aranha, permiti que a saúva-gigante arrebatasse a aranha e a levasse na cabeça como uma trouxa de roupa esperneando, mas recuei quando apareceu o besouro de lábio leporino. Por um instante me vi refletida em seus olhos facetados. Fez meia-volta e se escondeu no fundo da fresta. Levantei a pedra: o besouro tinha desaparecido, mas no tufo raso vi uma folha que nunca encontrara antes, única. Solitária. Mas que folha era aquela? Tinha a forma aguda de uma foice, o verde do dorso com pintas vermelhas irregulares como pingos de sangue. Uma pequena foice ensangüentada – foi no que se transformou o besouro? Escondi a folha no bolso, peça principal de um jogo confuso. Essa eu não juntaria às outras folhas, essa tinha que ficar comigo, segredo que não podia ser visto. Nem tocado. Tia Clotilde previa os destinos mas eu podia modificá-los, assim, assim! e desfiz na sola do sapato o ninho de cupins que se armava debaixo da amendoeira. Fui andando solene porque no bolso onde levara o amor levava agora a morte.

Tia Marita veio ao meu encontro, mais aflita e gaguejante do que de costume. Antes de falar já começou a rir: "Acho que vamos perder nosso botânico, sabe quem chegou? A amiga, a mesma moça que Clotilde viu na mão dele, lembra? Os dois vão embora no trem da tarde, ela é linda como os amores, bem que Clotilde viu uma moça igualzinha, estou toda arrepiada, olha aí, me pergunto como a mana adivinha uma coisa dessas!"

Deixei na escada os sapatos pesados de barro. Larguei o cesto. Tia Marita me enlaçou pela cintura enquanto se esforçava para lembrar o nome da recém-chegada, um nome de flor, como era mesmo? Fez uma pausa para estranhar minha cara branca, e esse brancor de repente? Respondi que voltara correndo, a boca estava seca e o coração fazia um tuntum tão alto, ela não estava ouvindo? Encostou o ouvido no meu peito e riu se sacudindo inteira, quando tinha minha idade pensa que também não vivia assim aos pulos?

Fui me aproximando da janela. Através do vidro (poderoso como a lupa) vi os dois. Ela sentada com o álbum provisório de folhas no colo. Ele, de pé e um pouco atrás da cadeira, acariciando-lhe o pescoço, e seu olhar era o mesmo que tinha para as folhas escolhidas, a mesma leveza de dedos indo e vindo no veludo da malva-maçã. O vestido não era verde mas os cabelos soltos tinham o reflexo de cobre que transparecera na mão. Quando me viu, veio até a varanda no seu andar calmo. Mas vacilou quando disse que esse era o nosso último cesto, por acaso não tinham me avisado? O chamado era urgente, teriam que voltar nessa tarde. Sentia muito perder tão devotada ajudante, mas um dia, quem sabe?... Precisaria agora perguntar à tia Clotilde em que linha do destino aconteciam os reencontros.

Estendi-lhe o cesto, mas ao invés de segurar o cesto, segurou meu pulso: eu estava escondendo alguma coisa, não estava? O que estava escondendo, o quê? Tentei me livrar fugindo para os lados, aos arrancos, não estou escondendo nada, me larga! Ele me soltou mas continuou ali, de pé, sem tirar os olhos de mim. Encolhi quando me tocou no braço: "E o nosso trato de só dizer a verdade? Hem? Esqueceu nosso trato?" – perguntou baixinho.

Enfiei a mão no bolso e apertei a folha, intacta a umidade pegajosa da ponta aguda, onde se concentravam as nódoas vermelhas. Ele esperava. Eu quis então arrancar a toalha de crochê da mesinha, cobrir com ela a cabeça e fazer micagens, hi hi! hu hu! até vê-lo rir pelos buracos da malha, quis pular da escada e sair correndo em zigue-zague até o córrego, me vi atirando a foice na água, que sumisse na correnteza! Fui levantando a cabeça. Ele continuava esperando, e então? No fundo da sala, a moça também esperava numa névoa de ouro, tinha rompido o sol. Encarei-o pela última vez, sem remorso, quer mesmo? Entreguei-lhe a folha.

HELAS QUELLE

A carta do Dr. Jekyll

Ada Pellegrini Grinover

Numa manhã fria e chuvosa de sábado, o advogado Gabriel John Utterson estava sentado junto à lareira, na biblioteca de móveis entalhados próprios da época vitoriana, quando o mordomo entrou trazendo a correspondência.

"É quase hora do almoço, James", disse o Sr. Utterson, enquanto pegava alguns envelopes da bandeja de prata, "pode trazer meu *sherry*."

Mal passava das dez, mas o mordomo se limitou a inclinar a cabeça e a desaparecer silenciosamente. O Sr. Utterson examinou os três envelopes e um deles chamou-lhe a atenção. Estava sujo e amarrotado, o selo era indiano, o carimbo ilegível e no verso não havia indicação do remetente.

"Já vi essa caligrafia", pensou o Sr. Utterson, "mas não consigo lembrar de quem é."

Estava ainda mais intrigado porque só se correspondia, na região da Índia, com a sobrinha Mary, que se transferira para o Ceilão, onde o marido administrava uma plantação de chá. Mas a letra não era dela. E ainda estavam longe do Natal, época em que Mary costumava escrever.

Professora titular de Direito Processual na Faculdade de Direito de USP. Além de obras jurídicas, publicou *A Menina e a Guerra*, memórias da infância (1998). É membro da Academia Paulista de Letras (Cadeira n.º 9).

William Michael Harnett (Irlanda, 1848 – Nova York, 1892)
Meus objetos de aparato, 1888. Óleo sobre madeira 45,7 x 35,5 cm.
National Gallery of Art, Washington.

Abriu o envelope, viu que se tratava de uma carta de várias páginas, escrita em letra miúda e precisa, e foi logo examinar a assinatura. Ficou petrificado: "Henry Jekyll, meu Deus... Mas ele morreu!", exclamou em voz alta. "Morreu há cinco anos, aqui em Londres, e nunca foi à Índia..."

Com as mãos trêmulas, como se tivesse recebido uma carta do além, o Sr. Utterson começou a ler.

18.., 20 de julho

Sr. Utterson,

fomos muito amigos, mas não ouso chamá-lo de Amigo, porque lhe menti e o traí. O remorso pelo que fiz me consome e você é a única pessoa a quem posso confessar minhas culpas. A ciência levou-me para longe de Deus e não teria sentido buscar agora uma aproximação com a Igreja. Por outro lado, preciso dizer a verdade a alguém, reto e probo como você, para que decida o que deve ser feito. Eu não consigo tomar uma decisão. Ponho minha vida em suas mãos.

Você se perguntará por que só agora resolvi dizer a verdade, decorridos quase cinco anos da morte de Edward Hyde. Mas só agora tive conhecimento, por uma pessoa recém-chegada de Londres, do falecimento de nosso comum amigo, o Dr. Hastie Lanyon. Não poderia falar enquanto estivesse vivo. Eu o corrompi, Utterson, dei-lhe uma fortuna para que pudesse montar um novo laboratório, e não podia arruinar sua vida. Corrompi-o para que mentisse a você e ao mundo.

Fiz com que ele afirmasse, sob o juramento da profissão de médico, ter assistido à transformação de Edward Hyde no Dr. Jekyll, após ter tomado uma poção que o próprio Dr. Lanyon teria retirado, a meu pedido, do meu gabinete, com a ajuda do mordomo Poole. O Sr. Hyde e o Dr. Jekyll seriam, portanto, a mesma pessoa. E, numa longa carta dirigida a você, inventei toda a história. Narrei-a com todos os particulares, retratando primeiro a minha sensação de ser uma pessoa multifária e incongruente, de profunda duplicidade. O lado do bem e do mal, que compunham minha dupla natureza. Até aí eu disse a verdade, Utter, e provavelmente isso está ínsito em todo homem. Também disse a verdade quando escrevi que pensei em algum meio científico capaz de separar as duas personalidades, revestindo-as de corpos distintos, de modo a resultarem do experimento pessoas diversas, uma totalmente boa, outra totalmente má. Mas jamais tentei esse caminho com seriedade. A idéia assustava-me.

O resto foi pura invencionice. As dores horrorosas que senti quando ingeri a droga e como voltei a mim após uma verdadeira agonia, sentindo-me mais jovem e mais feliz, com uma liberdade da alma desconhecida, mas não inocente. As imagens sensuais que me perpassaram, enquanto sentia o sopro de uma nova vida que me tornava mau e rendido à minha perversidade original. A descoberta de que havia perdido altura e, olhando-me ao espelho, de que havia mudado de semblante. As muitas vezes que repeti a experiência, bastando que bebesse a poção para me livrar imediatamente do corpo do famoso professor, assumindo, como pesado sobretudo, o de Edward Hyde. Como me sentia seguro, sob o impenetrável manto da criatura em que podia transformar-me: fizesse o que fizesse, Edward Hyde desapareceria como um sopro de brisa, substituído por uma homem que estava acima de qualquer suspeita: o Dr. Henry Jekyll.

Descrevi os prazeres indignos, bestiais e monstruosos do Sr. Hyde. E isso, como você verá, não era mentira. E não menti quando escrevi que o Dr. Jekyll ficava horrorizado com os atos de Hyde. Mas não era verdade o resto: que minha consciência adormecia, quando pensava que, afinal, o culpado era o monstro, que não tinha nada a ver comigo.

Menti também quando descrevi como, aos poucos, a personalidade e a aparência de Edward Hyde começaram a prevalecer sobre as do doutor. Como ficava cada vez mais difícil voltar a ser Henry Jekyll. O poder da droga nem sempre se mostrava igual, disse, e uma vez falhara completamente. Escrevi que percebi que deveria escolher. Mas voltar a ser apenas Jekyll seria morrer para aqueles apetites que agora me eram indispensáveis. E escolher Hyde seria perder honra, profissão, amigos. Quis preservar a melhor parte, contei, e verifiquei que me faltavam forças para mantê-la. O tempo começou a obliterar os meus receios e me vi torturado por desejos e angústias. E tomei de novo a droga. Foi quando teria cometido o assassinato, brutalmente, espancado o corpo que não resistia. O assassinato ocorreu, é certo, mas não fui eu quem o cometeu. E menti na carta quando disse que, horrorizado com o crime e firme no propósito de não ressuscitar Hyde, um dia, sentado no parque, me transformei nele sem ter tomado a poção. Mas o monstro estava sendo procurado pela polícia e, disse, inventei um estratagema para que Lanyon buscasse a droga no gabinete do Dr. Jekyll, possibilitando a Hyde retomar o semblante do médico. A verdade é que, Utterson, subornei o pobre Lanyon para jurar ser essa a verdade.

Mas, na manhã seguinte, dizia a carta, me transformei novamente em Hyde, sem tomar a poção. E, daquele dia em diante, só com grande esforço, e tomando várias doses da droga, conse-

guia recuperar a figura e a personalidade do Dr. Jekyll. Mentiras, de novo, como aquelas que descreveram minha tortura, a incerteza do futuro, o medo do cadafalso. Inventei também que minha provisão de droga estava acabando e que as novas encomendas não resultaram numa poção que tivesse o efeito transformador. Provavelmente, expliquei, os componentes originais apresentavam algum defeito, algum ingrediente diverso que os farmacêuticos não conseguiam mais reproduzir. Descrevi com dramaticidade meu último dia, quando tomei a última dose da droga e consegui voltar a ser Henry Jekyll. E terminava a carta perguntando-me se Hyde, reassumindo seu semblante, morreria no patíbulo ou encontraria coragem para se matar.

Quando Hyde foi encontrado morto no meu gabinete, vestindo minhas roupas, todos pensaram que com ele também havia morrido o Dr. Jekyll. Você mostrou minha carta, Lanyon corroborou a falsa versão dos fatos, e eu me tornei famoso. Hyde foi enterrado recebendo as honras devidas ao famoso médico e professor. A Igreja permitiu que o corpo de um suicida repousasse em terra sagrada, pois na verdade se tratava da alma de Jekyll. Minha fama espraiou-se pelo mundo, vários estudiosos tentaram repetir meus experimentos, mas sem sucesso. Muito se escreveu sobre mim e a carta que lhe dirigi foi reproduzida em todos os jornais. Sei que um famoso autor escocês está preparando um livro sobre minha história.

Foi tudo uma impostura. Não posso mais me calar.

Edward Hyde existiu realmente, e eu o matei.

Era meu irmão, um bastardo cuja existência minha pobre mãe me confessou, no leito de morte, há seis anos. Mesmo viúva, a sociedade jamais perdoaria a uma dama o envolvimento num amor ilícito. O pai era um lorde, casado, e creio que não chegou a saber que do adultério havia nascido um filho. De qualquer modo, o pai de Edward já morreu.

Minha mãe deu à luz a criança num vilarejo do Essex, na casa de sua velha governanta, que o criou contando ter encontrado o menino abandonado no campo. Não sei por que escolheram o nome Edward — talvez porque o pai era nobre — mas o Hyde bem indicava seu destino: passar a vida escondendo suas origens.

Eu era filho único e jamais suspeitei ter um meio-irmão. Morrendo, minha mãe me disse que a índole do moço — dez anos nos separavam — não era boa, que lhe tinha dado muitas preocupações enquanto crescia. E que agora, com 25 anos, se tornara violento e cometera atos selvagens, altamente reprováveis. Mas ela jamais o havia abandonado e o amava. Pediu-me que cuidasse

dele, sem dizer que éramos irmãos, e me deu o endereço. Suas últimas palavras foram: não permita que faça mal a si mesmo.

E eu tentei, Utterson, juro que tentei com todas as minhas forças.

Encontrei-o, disse-lhe que éramos irmãos, mas pedi que mantivesse o segredo em homenagem à honra e dignidade de nossa pobre mãe. Aluguei para ele uma casa em Soho, decorei-a com móveis finos, quadros, tapetes e cristais; comprei-lhe roupas, comida, tudo de que um jovem poderia precisar, e passei a mantê-lo com largueza. Fiz um testamento ológrafo que lhe entreguei, Utterson, em que lhe deixava todos meus bens. Você estranhou — está lembrado — mas eu disse apenas que se tratava de um benfeitor. Passei a pagar sua criada, uma velha feia e má, que o detestava mas o temia. Mas logo percebi que minha generosidade só lhe despertava ódio e rancor.

Extorquia-me dinheiro a todo momento, tive que pagar suas dívidas de jogo, exigia cada vez mais. Cedia-lhe às vezes minha casa, tentando apaziguá-lo. Encontrava-me com ele no gabinete e eu lhe falava longamente, tentando acalmar a revolta brutal que exprimia e controlar seu mau gênio. Mas tudo era inútil. Dava-lhe mais dinheiro — estava sempre me chantageando, sob a ameaça de contar toda a verdade — e ele agradecia com insultos. Acabava me enfurecendo e saía pela porta do laboratório. Por isso nunca fomos vistos juntos. Mas havia feito um juramento a minha mãe e, apesar de tudo, sempre o protegeria.

Disse aos criados que se tratava de um paciente neurótico, com quem estava tentando uma nova terapia, que incluía alguns períodos passados numa casa elegante e bem servida. Aproveitava esses dias para viajar e, quando as aulas não permitiam que me afastasse, me alojava num hotel. Suportava tudo, em memória de minha mãe. E pedia a todos que fossem tolerantes.

Mas ele era profundamente perverso. Maltratava os criados, ameaçava-os, jogava as travessas no chão dizendo que a comida estava ruim. Chegou a quebrar um precioso vaso chinês, por não gostar dele. Sumiu com o gato da casa — provavelmente o matou — dizendo que era arisco e antipático. E era um amoral: uma noite organizou um bacanal, trazendo da rua um grupo de meretrizes e malandros, sob os olhos estarrecidos dos criados. Por sorte não ficava por muitos dias. Preferia a vagabundagem pelas ruas, as noites dissolutas de jogatina e sexo, a companhia de pessoas da laia dele. Eu voltava quando ele ia embora — tinha exigido que me avisasse, e ao menos nisso me obedecia. Todas as vezes devia enfrentar um muro de lamentações, mas tinha minha justificativa: é um doente, dizia, e tudo isso faz parte do tratamento.

Essa situação, que me arrasava mas que não podia mudar, provocou meu isolamento, que você, Layton e Enfield estranharam e que eu atribui depois, falsamente, às transformações de Jekyll em Hyde.

Devo acrescentar que meu irmão sentia um prazer enorme em me descrever as atrocidades que cometia: estupros, ferimentos, assaltos, maus-tratos em velhos e crianças. Mas eu pensava que eram fantasias e que queria apenas me escandalizar. Até a noite do assassinato.

Você já conhecia Hyde, desde o episódio assistido por nosso amigo Enfield, em que o agressor pisoteou barbaramente uma criança que tinha esbarrado nele. Enfield e a vizinhança escoltaram-no até a casa dele, em Soho, obrigando-o a ressarcir os pais da vítima. E ele lhes entregou um cheque de 100 esterlinas, assinado por mim. Você, sabendo ser ele o beneficiário de meu testamento, ficou curioso e foi ter com ele em sua casa. Sabia, assim, onde morava.

E naquela noite, *a noite do assassinato de Lord Carew na rua, uma criada que estava na janela o reconheceu, por ter visitado numa oportunidade seu patrão, companheiro de farras. E quem conhecia aquele homem jamais o esquecia, tal a repulsa que seu semblante e seus modos provocavam. Você bem sabe de todos os pormenores: como a vítima, um senhor de idade amável e distinto, se dirigiu a ele para pedir uma simples informação. Como Hyde ficou enfurecido e, quando Lord Carew se desculpou por tê-lo importunado, perdeu totalmente o controle e começou a golpeá-lo com a bengala até derrubá-lo no chão. Como o atacante foi tomado por uma fúria assassina e passou a pisotear a vítima indefesa, desferindo-lhe mais uma saraivada de golpes na cabeça e na face. Quando a polícia chegou, o agressor tinha fugido e Lord Carew estava morto e desfigurado. A bengala tinha-se partido ao meio e metade dela foi encontrada no local do crime. A vítima trazia no bolso uma carta endereçada a você, que era seu advogado. E você pôde levar a polícia à casa de Hyde, onde foi encontrada a meia bengala que o assassino levara consigo. Mas em casa só estava a criada, que se regozijou com o ocorrido, demonstrando todo o ódio que tinha ao patrão. Havia roupas pelo chão dos aposentos de meu irmão, gavetas reviradas e abertas, sinal de papéis queimados na lareira. Mas, das cinzas, o inspetor da Scotland Yard retirou um talão de cheques semidestruído, em que era visível meu nome. Ele tinha escapado.*

O que você não sabe, Utterson, é que no dia seguinte Hyde veio ter comigo no gabinete. Ninguém o viu entrar. Já sabia do assassinato, estava em todos os jornais e ficara horrorizado. E mais ainda fiquei, quando ele me contou todos os pormenores, com a maior crueza, regozijando-se com o que tinha feito. Pensei em entregá-lo ao inspetor da Scotland Yard, mas com isso infringiria o juramento

feito a minha mãe. Não podia escondê-lo em minha casa, onde a polícia, que tinha descoberto a ligação do assassino comigo, certamente o procuraria. Saímos às pressas, num hansom *de aluguel que apanhamos em Devonshire Street, ele camuflado com óculos — meus óculos — e um chapéu que lhe cobria inteiramente o rosto. Atravessamos toda a cidade, saindo dos bairros elegantes até chegarmos às ruas fétidas e enlameadas de Whitechapel, onde o cavalo devia ser contido para não atropelar a multidão de miseráveis que puxavam carroças e carrinhos, gritavam, brigavam, ou simplesmente passavam de cabeça baixa. Crianças pálidas e macilentas, vestidas de trapos, buscavam comida nas montanhas de lixo acumuladas junto à canaleta, em que corriam águas imundas. As prostitutas já se ofereciam nas esquinas — pobres mulheres que haviam recusado o trabalho malsão das fábricas de fósforos ou as jornadas massacrantes das casas de costura, que rendiam poucos* pennies. *Finalmente, conseguimos sair de Londres e, já no campo, avistei uma pequena pousada, onde o deixei, pagando alguns dias adiantados. Mas o crime tinha deixado toda a cidade horrorizada e a descrição do assassino estava em todos os jornais. Sabia que mais cedo ou mais tarde seria reconhecido e levado pela polícia. A forca esperava inexoravelmente por ele.*

Voltei para casa profundamente angustiado. Foi quando você me visitou, Utterson, e achou que eu estivesse mortalmente doente. Só que minha doença era do espírito, não do corpo. Jurei a você que nunca mais veria Hyde e, mais tarde, disse à polícia não saber de seu paradeiro e que, se o assassino se apresentasse, o entregaria.

E me pus a pensar no que fazer. Revi minha mãe no leito de morte e o juramento que lhe fizera me veio à mente com toda precisão: não permita que faça mal a si mesmo. Percebi que, mesmo que o salvasse do calabouço e conseguisse mandá-lo para um lugar distante, com documentos falsos, sua perversidade o levaria a matar de novo na primeira oportunidade. Seria novamente caçado pela polícia e eu não teria condições de ajudá-lo.

Salvá-lo de si mesmo. Só a morte poderia fazê-lo. Estava disposto a matá-lo, mas não poderia ser descoberto. E foi aí, como num pesadelo, que engendrei todo o plano. Como já disse, fui à casa do Dr. Lanyon e o corrompi, induzindo-o a jurar o falso. Devo dizer que hesitou, mas quando lhe contei toda a verdade, a piedade que sentiu por mim foi imensa. Além de ficar rico, me salvaria. Penso que esse foi o fator decisivo para que aceitasse. Nisso tudo haviam se passado três dias e eu temia que a identidade de meu irmão fosse descoberta a qualquer momento.

Fui buscá-lo e o trouxe às escondidas ao meu gabinete. Ele estava arrasado. O medo da forca o consumia. Mas não havia perdido a arrogância. E quando eu, numa última tentativa, tentei

obter um juramento, uma promessa solene de que, se o fizesse escapar, mudaria de vida, me olhou com escárnio, dizendo: da minha vida cuido eu. Tive a certeza de que jamais se emendaria. Era preciso mesmo salvá-lo de si mesmo.

Estava muito agitado. Disse que o levaria ao porto para que tomasse um navio. Pedi que vestisse minhas roupas para melhorar o disfarce. A pretexto de lhe dar um calmante, preparei uma poção de cianureto. Estranhou o sabor de amêndoas, mas por sorte nada sabia de venenos.

Caiu morto, com o copo nas mãos. Não o toquei. Escrevi-lhe a carta, Utterson, a carta em que todos acreditaram. Vesti as roupas de Hyde, que me ficaram pequenas, de modo a me tornar irreconhecível, e seu chapéu de abas largas. Saí pela porta do gabinete. A chave foi encontrada na parte de dentro, mas eu havia conseguido que um chaveiro, ignorante e analfabeto — incapaz de ligar o serviço ao que aconteceria — fizesse uma reprodução da chave. Por isso a pimeira chave foi encontrada no piso do gabinete. A segunda não giraria com ela na fechadura.

Fui para o porto a pé. Na verdade, a passagem de que falara a Hyde era para mim. Um ex-presidiário, que havia curado de uma grave enfermidade e que me era muito reconhecido, falsificou um passaporte em nome de uma pessoa imaginária.

Cheguei à Índia, viajando na terceira classe. Havia levado comigo um pouco de dinheiro que me serviu para instalar-me e iniciar uma nova atividade, muito diferente da de médico. Sou um comerciante, agora, e vivo sob falsa identidade.

Mas a consciência me atormenta. Não sou um comerciante, Utterson, sou um assassino. Menti e me tornei famoso com uma fraude. Quando soube que o Dr. Layton tinha morrido, percebi que podia contar a verdade. Sei que isso me devolveria a paz, mas não tenho coragem. O patíbulo, a destruição da imagem do Dr. Henry Jekyll, o repúdio e o opróbrio dos cientistas, a vergonha, o abandono, a total solidão. Passaria à história como um impostor que zombou da ciência, dos amigos, da sociedade. Não tenho coragem, Utterson.

Por isto lhe escrevo. Deixo a você a decisão, porque o respeito, o admiro e porque foi meu melhor amigo. Qualquer que seja, juro-lhe que a acatarei. Se achar que devo entregar-me, mande uma mensagem à Caixa Postal n. 307, em Nova Déli. Se se apiedar de mim, deixe as coisas como estão. Viverei uma vida de remorsos, mas estarei salvo.

Perdoe-me por tudo que lhe fiz e por deixar agora a decisão em suas mãos.

Henry Jekyll

O Sr. Utterson leu a carta duas vezes. Estava transtornado. Como homem de lei, tinha uma escolha clara. Era a única que poderia fazer. Mas hesitava. A história dramática de Henry Jekyll tocara-o profundamente. Sempre fora ríspido, frio, um tanto quanto limitado. Havia se assombrado com a primeira carta do amigo Jekyll, mas curvara-se aos mistérios da ciência. E agora descobria que tinha sido um engodo, uma mentira, uma falsidade. No entanto, perguntava a si mesmo: que mais poderia fazer meu pobre amigo?

Mas cada um tem que pagar pelos atos que praticou, pensou, ainda que tenha justificativas. Talvez Jekyll se salvasse da pena de morte, talvez o tribunal fosse clemente. Mas estaria arruinado para sempre. De herói a vilão.

Mal percebeu que o mordomo havia entrado. Meia hora depois – um atraso imperdoável –, mas ele nem reparou. James depositou a bandeja com o copo de *sherry* numa mesinha ao lado da poltrona e se justificou: ainda era muito cedo para sua bebida, senhor. Utterson parecia não ter escutado. Notando a fisionomia perturbada do patrão, ainda com a carta nas mãos, o criado atreveu-se a perguntar: "Alguma má notícia, senhor?"

Utterson pareceu sair de um sonho. Olhou para o mordomo – um homem velho, cansado, que ainda precisava trabalhar de sol a sol e que se preocupava com ele mais do que consigo próprio. A vida é injusta, pensou. As leis não conseguem remediar a tudo.

"Nada de importante, James" – disse, numa voz rouca. Olhou para a lareira e atirou a carta no fogo.

A Bainha do Punhal.

(Fragmento.)

Salve! Noites do Oriente,
Noites de beijos e amor,
Onde os astros, são abelhas
Do Ether na larga flor.
Onde pende a meia lua
Como cimitarra nua
Por sobre um dolman azul.
E a vaga dos Dardanellos
Beija em lasciros anhelos
As sandalias do Stambul

Nós e a poesia

Arnaldo Niskier

Palestra no Colégio Estadual André Maurois / RJ. Rio de Janeiro, 20 de outubro de 2004.

Não é de hoje que se registra que o poeta é um pastor de almas. Por que não se pode afirmar o mesmo do professor? Só que este tem uma ação sistemática sobre o seu público cativo, que são os alunos, enquanto os vates operam de acordo com a sua inspiração – e para um público difuso, embora cada vez mais numeroso.

O que nos levou a criar o PIL (Projeto de Incentivo à Leitura), no ano passado, em colaboração com a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, foi a sensação de que precisamos estimular, no espírito dos jovens, o gosto pela leitura, seja ela em prosa ou em verso.

O resultado do concurso, em 2003, quando o tema era o livro, foi esplendoroso. Tanto em número quanto em qualidade. Na entrega dos prêmios, em bonita cerimônia na Academia Brasileira de Letras, foi curiosa a reação dos muitos imortais lá presentes. Surpreenderam-se com a qualidade dos textos, a sua originalidade, as muitas doses de criatividade em cada trabalho. E aconteceu o imprevisível: após a leitura de um dos textos, a emoção dominou a tradicional Casa de Machado de Assis. Lágrimas pontua-

Autógrafo de "A Bainha do Punhal", de Castro Alves.
Doação de *A Manhã* (4.8.1942) ao Arquivo da ABL.

ram o rosto de jovens participantes, de experientes professores, mas também dos calejados acadêmicos. O então presidente, poeta Alberto da Costa e Silva, fez inflamado discurso em que elogiou não só a iniciativa, mas tudo aquilo que acabara de assistir: "É incalculável o bem que se presta à cultura brasileira, com esse evento."

Aqui estamos para o segundo ano, com a marca imprescindível da continuidade. É a vez da poesia, que mexe tanto com os sentimentos do povo brasileiro. Tivemos e temos muitos poetas de nível internacional. Vamos abordar alguns deles, para servir de estímulo a professores e alunos da rede pública de educação.

Belezas e mistérios de Castro Alves

Se a arte literária é sempre um desafio público, ser poeta é desafiar a opinião e a razão muitas vezes do próprio poeta. Disse isso na Academia Brasileira de Letras, ao falar, no seu Curso de Literatura Brasileira, a convite de Austregésilo de Athayde.

Em Castro Alves, por exemplo, os poemas mais fortes, muitas vezes herméticos, transmitem beleza e mistério, deixam no espírito do leitor estudioso a dúvida em relação à sua profundidade, à sua causa primeira e à sua amplitude. O que, realmente, tocava a alma do poeta, por exemplo, neste trecho de uma de suas poesias mais inspiradas, intitulada *No Meeting du Comité du Pain*:

Não deixemos, Hebreus, que a destra dos tiranos
Manche a arca ideal de nossas ilusões.
A herança do suor, vertido há dois mil anos,
Há de chegar intacta às novas gerações.

Nós que somos a raça eleita do futuro,
O filho que Deus amou, qual Benjamin...

Em cada um dos versos, à exceção do quarto, Castro Alves relembra a história judaica. Em *Os Escravos*, o poema "Século" compara a mocidade a "Moisés no Sinai".

O que reivindicava Castro Alves em seus poemas? Terá sido, ele também, um assumido cristão-novo?

Que interpretação final devemos dar, nos dias de hoje, a *Vozes d'África*? Logo na primeira estrofe, o poeta diz: "Há dois mil anos te mandei meu grito." Que grito terá sido? Na geografia abstrata do lirismo, por onde terão voado as asas do Condor?

Resposta precisa não existe. Ditá-la, seria transformar a arte do verso numa ciência exata, com o que definitivamente não concorda a estudiosa Lia Silva Mendes. Se ela se identifica com a liberdade de criação do poeta, com isso dá razão a Lêdo Ivo, que aponta como defeitos de Castro Alves as negligências e limitações, "que só os poetas manifestamente geniais têm o direito e até o dever de ostentar".

Antônio Frederico de Castro Alves nasceu na fazenda das Cabaceiras, no interior da Bahia, no dia 14 de março de 1847, e ali viveu até os sete anos. Junto aos pais e a sua ama-de-leite, Leopoldina, ouviu as primeiras histórias sobre os horrores da escravidão. Segundo um de seus biógrafos, Waldemar Matos, este lugar deixou sulcos inapagáveis na alma do poeta, que viria a ser o consagrado cantor dos escravos.

Desde cedo, despertou-se a vocação poética de Castro Alves. No dia 3 de julho de 1861, ainda no ginásio, com 14 anos de idade, o poeta declamou a sua primeira poesia, na festa de comemoração da liberdade da terra baiana. Já se prenunciava a sua genialidade:

Se o índio, o negro, o africano,
E mesmo o perito hispano
têm sofrido servidão;
Ah! Não pode ser escravo
Quem nasceu no solo bravo
Da brasileira região!

O gosto pela leitura

Já se vai criando, em nosso país, uma consciência favorável ao hábito de leitura, expressão que prefiro ver substituída por outra bem mais simpática: gosto pela leitura. De fato, e a partir de 1971, com a aprovação da Lei n.º 5.692, que reformou o ensino de primeiro e segundo graus, os professores brasileiros passaram a dar tratamento preferencial às propostas de leitura em classe. Hoje é comum, mesmo em escolas públicas, sempre mais modestas, a recomendação para que os alunos leiam determinados livros, em geral de autores brasileiros, para que depois discutam em sala de aula com colegas e mestres. É uma atividade altamente enriquecedora.

A propósito do gosto pela leitura, fiz uma palestra para 300 professores da Secretaria Municipal de São Paulo. Todos pertencem ao programa Salas de Leitura, que hoje são mais de 350 na capital paulista. Elas são abastecidas com livros predominantemente ligados à educação ambiental.

Contei aos colegas o que tinha visto na França e nos Estados Unidos, em matéria de qualidade editorial, chamando a atenção para a necessidade de melhorarmos as nossas publicações. Uma professora, com jeito muito simples e direto, disse que não estava preocupada com livros de capa dura, nem ilustrações deslumbrantes. Mesmo com livros modestos, pobres, o importante era dar ao aluno o produto com o qual, muitas vezes, ele iria iniciar o seu longo aprendizado e uma relação de amor com esse elemento insubstituível de cultura.

A professora Nancy Ventura, da Secretaria Municipal de Educação, responsável pelo programa Salas de Leitura, concordou com a apreciação da sua colega, mas enfatizou que se pudéssemos melhorar a qualidade daquilo que é oferecido aos nossos estudantes, por que desprezar a hipótese? A seguir, anunciou que está em curso uma enorme compra de livros, a fim de que as bibliotecas públicas sejam abastecidas e reabastecidas periodicamente. A sua informação foi muito aplaudida.

Temos ainda um baixo índice de leitura em nosso país (menos de dois livros por habitante). É a tese que defendemos com muito entusiasmo.

O que fazer para que se leia mais?

O que fazer para que nossos alunos leiam mais? A resposta não é tão simples. O livro precisa ser colocado à disposição do jovem leitor, a fim de que ele penetre na história, interagindo como co-autor. Para que essa interação se faça de modo efetivo, alunos e professores devem participar ativamente da seleção do material, a fim de que ele responda às suas indagações. Exemplo: se o tema de uma sexta ou sétima série for corrupção na vida pública, o que existe disponível, em termos de literatura infanto-juvenil, para que seja lido em classe? No caso, escrevemos duas sátiras políticas que se prestariam a um trabalho dessa natureza (*A Constituinte da Nova Floresta* e *A República das Saúvas*).

Se na oitava série do ensino fundamental houver uma discussão em torno do massacre de índios, não seria o caso de oferecer aos alunos o livro *A Tragédia dos Ianomâmis*? É preciso que os estudantes encontrem nos livros sugeridos guarida para as suas indagações. Eles não lêem apenas para se livrar de uma obrigação com a escola, mas para debater teses, pontos de vista e confrontar leituras, num fenômeno de interlocução coletiva. Lendo romances, contos, crônicas ou poesias, os alunos alcançam resultados, num fenômeno de expansão irresistível, em que todos entram, como afirma o especialista Antônio José Filho: "Expondo suas idéias e se expondo enquanto sujeito, o leitor, agora co-autor do texto lido, contribui para uma síntese coletiva, que redundará em síntese individual, ampliando o 'sistema de referência' de cada leitor."

Os professores podem, discretamente, variar a oferta literária, entendendo que a literatura não é língua somente. A leitura da obra literária, luxuosa ou não, é o ponto de partida ou regra de ouro do ensino de letras, que lidará com gêneros ou tipos conhecidos desde Aristóteles. Assim são criados os fundamentos literários para trabalhar o lirismo, a narrativa (conto, romance, epopéia, etc.) e outros tipos, como as memórias, o diário, a máxima. Identificar o gênero é um primeiro e fundamental exercício, a que se deve somar o exame da estrutura da narrativa: enredo, personagem, tempo, ordem do relato, suspense, apresentação e desfecho.

Vale a pena conhecer esses pormenores, para que se estimule o jovem brasileiro a ler e escrever mais e melhor.

MELENCOLIA I

Augusto dos Anjos: universal e eterno

Murilo Melo Filho

Este texto não é dedicado a um grande político, a um bravo general, a um admirável empresário, a um inesquecível jurista ou até mesmo a um brilhante escritor. Mas a um poeta simples, que escreveu um único livro, nascido no dia 20 de abril de 1884, em pleno reinado do patriarcalismo, no Engenho Pau d'Arco, próximo de um lugarejo humilde, a Vila do Espírito Santo, no município de Sapé, região da várzea nordestina. O Nordeste vivia então os últimos anos do século XIX e sofria os rescaldos de sucessivas secas na década de 80.

Seu nome: Augusto de Carvalho Rodrigues dos Anjos. Ou, simplesmente, Augusto dos Anjos, que teve uma vida obscura e curta, pois viveu apenas 30 anos. Filho de Alexandre Rodrigues dos Anjos e de Córdula (Sinhá Mocinha), teve sete irmãos: Artur, Alexandre, Aprígio, Alfredo, Odilon, Francisca e Juliana.

Jornalista, trabalha na imprensa desde os 18 anos. Como repórter político, escreveu centenas de reportagens sobre o Brasil, entrevistou personalidades do mundo inteiro e tem vários livros publicados, entre os quais *O Modelo Brasileiro* e *Testemunho Político*.

Albrecht Dürer (1471-1528)
A Melancolia, 1514. Gravura a buril, 23,8 x 18,9 cm.
Sala Edmond de Rothschild, Louvre, Paris.

Menino bem-nascido

Bem-nascido, com um pai, homem culto, senhor de dois engenhos – o Pau d'Arco e o Coité – Augusto não viveu uma infância desamparada e pobre. Ao contrário, chegou a ter professores de latim, grego, italiano, inglês e francês.

Com a crise provocada pela Abolição da Escravatura, em 1888, ele passou a pertencer a uma decadente família da aristocracia rural: na virada do século, os dois engenhos faliram e foram absorvidos pela Companhia Anglo-Holandesa de Engenhos Centrais.

A esses engenhos, à sua casa-grande e senzala, aos seus canaviais, aos seus açudes (quase sempre secos), aos seus paus d'arcos roxos de outubro e aos seus paus d'arcos amarelos de novembro, o garoto Augusto nunca teve muito amor. Não guardou muitas saudades de sua infância e de sua juventude.

A única lembrança que delas lhe restou foi a de um velho tamarindo, próximo da casa-grande, sob cujos galhos frondosos ele se deixava ficar horas inteiras, inteiramente absorto e divagante. Consagrou depois a esse tamarindo versos inesquecíveis, panteístas e premonitórios:

No tempo do meu Pai, sob estes galhos,
Como uma vela fúnebre de cera,
Chorei bilhões de vezes com a canseira
De inexorabilíssimos trabalhos!

Hoje, esta árvore, de amplos agasalhos,
Guarda, como uma caixa derradeira,
O passado da Flora brasileira
E a paleontologia dos Carvalhos!

Quando pararem todos os relógios
De minha vida, e a voz dos necrológios
Gritar nos noticiários que eu morri,

Voltando à pátria da homogeneidade,
Abraçada com a própria Eternidade.
A minha sombra há de ficar aqui!
("Debaixo do Tamarindo")

Vinda para o Rio

Augusto dos Anjos tinha apenas 21 anos de idade quando seu pai morreu. Três anos depois, morria seu tio. Já formado em Direito, pela Faculdade do Recife, casou-se com Esther Fialho, moça pobre, que foi praticamente o único amor de sua vida. Estudou no Liceu Paraibano, onde chegou a lecionar Literatura, no cargo de professor interino, do qual se demitiu em 1910, quando rompeu com João Machado, o governador do Estado.

Augusto queria uma licença para vir ao Rio, cuidar do lançamento do seu livro de poesias. Caso conseguisse aqui um emprego público no Colégio Pedro II, liberaria o governador de qualquer compromisso, requerendo sua demissão em definitivo. Mas, por enquanto, precisava guardar aquele empreguinho como interino do Liceu Paraibano. No começo da audiência, o ambiente ainda era de compreensão e tolerância. Mas, pouco a pouco, o governador foi ficando enraivecido: "Se quer ir para o Rio, que vá, por sua conta e risco. E se voltar, não conte com nova nomeação. Ora, meu caro Dos Anjos, não insista e não me amole mais."

Revoltado com a negativa do governador, e um pouco na base do desespero, Augusto vem no navio *Acre* para o Rio, onde perde o primeiro filho, num parto prematuro. Saúda-o com um soneto datado de 2 de fevereiro de 1911, com a seguinte dedicatória:

"Ao meu primeiro filho, nascido morto, com 7 meses incompletos."

Desdobra-se em dar aulas particulares, em subúrbios distantes, sobre filosofia, direito civil, direito romano, direito constitucional e direito internacional. Passa muitos apertos financeiros, mudando várias vezes de pensão e de residência, até conseguir um emprego de professor interino de Geografia e Cosmografia

na Escola Normal (hoje Instituto de Educação) e outro emprego de professor no Ginásio Nacional (hoje Colégio Pedro II), em substituição a João Carlos Lisboa, o único político da Paraíba, que muito o ajudou, pois os outros tudo lhe negaram.

O ano de 1912 marcou o lançamento do seu único livro, *Eu*, custeado por ele mesmo e pelo irmão Odilon, com 58 poemas e uma tiragem de mil exemplares, ao custo de 550 mil réis, que Augusto prometeu pagar a Odilon, mas que nunca o fez, porque o livro, de início, vendeu apenas 10 exemplares.

Nesse mesmo ano, nasceu sua filha Glória e, no ano seguinte, seu filho Guilherme.

A crítica indiferente

A publicação desse seu livro aconteceu dois anos antes de sua morte, ocorrida em 1914, quando começavam a troar na Europa os canhões da Primeira Guerra Mundial.

Sua poesia, a princípio, ficou praticamente incógnita e desconhecida pela crítica indiferente. Não causou, naquele momento, nem notoriedade e muito menos escândalo, sequer o interesse da crítica, mas que iria crescer em popularidade, até transformá-lo num dos poetas mais lidos de toda a literatura brasileira.

Desde o começo, o seu livro era bem representativo daqueles anos de transição entre 1910 e 1922, em plena passagem do século XIX para o século XX, um tanto ou quanto parnasiano e simbolista, original e diferente.

Do Parnasianismo, é provável que tenha herdado um pouco a rima e a simetria dos seus sonetos. Do Simbolismo, talvez tenha recebido as figuras alegóricas, que permearam os seus sentimentos.

A princípio, desprezado

Incompreendido, foi desprezado por um vasto segmento da intelectualidade brasileira, que não entendia o gosto macabro dos seus temas, ou o linguajar

pretensioso das suas estrofes, tidas como pseudocientíficas e mais apropriadas a um livro de medicina legal. Doía-lhe muito essa indiferença, explicada na época pelo fato de a sua poesia bater de frente com os padrões vigorantes.

Não pertencia a nenhum grupo literário, nem às "curiolas", colocando-se à margem de todas elas. Abriu o seu próprio caminho, sem receio das incompreensões e dos julgamentos. Considerou que tinha uma mensagem poética a proclamar e não teve medo sequer de ser singular e esquisito, adotando uma poética longe da fisiologia de Taine, do mundanismo de Proust e da intuição de Bergson.

Foi um egoísta, a começar pelo próprio título do seu livro. Mas foi também um fatalista e um pessimista à sua moda e ao seu estilo:

Eu, filho do carbono e do amoníaco,
Monstro de escuridão e rutilância,
Sofro, desde a epigênese da infância,
A influência má dos signos do zodíaco.

Profundissimamente hipocondríaco
Este ambiente me causa repugnância...
Sobe-me à boca uma ânsia análoga à ânsia
Que se escapa da boca de um cardíaco.

Já o verme — este operário das ruínas —
Que o sangue podre das carnificinas
Come, e à vida em geral declara guerra,

Anda a espreitar meus olhos para roê-los,
E há de deixar-me apenas os cabelos,
Na frialdade inorgânica da terra!

("Psicologia de um Vencido")

Muito desejou ter paz de espírito, saúde e sossego interior. Como resposta, encontrou apenas o turbilhão da dor, o torvelinho da doença, o desespero da confiança, o sorvedouro da esperança, a voragem da morte.

Foi um barroco estilista e um gótico intelectual, um tanto ou quanto místico, com metáforas de tragédias.

Segundo seu conterrâneo José Américo de Almeida, Augusto dos Anjos foi um intelectual fanático de sua arte. Tudo contribui para que esse verso, hígido, se torne terrivelmente sugestivo, com música, intensidade e precisão.

A música tem estranhas consonâncias de melodias clássicas e vozes selvagens. A intensidade era de sonhos, sempre exaltados e impetuosos. A precisão vem da justeza de expressões sabiamente achadas.

O poeta do horror finge que não se comove com as suas criações delirantes.

Arredio e estranho

Era um tipo arredio, estranho, recluso, o anti-escândalo, o anti-romântico, o antiboêmio, o antifarra (não bebia álcool e fumava pouco), meio solitário e desajustado, um admirador da morte, pesado, pobre e desambicioso, que falava o mínimo possível e o estritamente necessário.

Revela-se um excêntrico no vestir e no falar.

Fisicamente, era débil e fraco, alto e franzino, braços longos e sacudidos, ombros curvados, olheiras pronunciadas, olhos grandes e meio parados, passos indecisos, andar confuso, hesitante e sem prumo, moreno

Tinha no rosto a face da amargura e da dor. Dormia pouco. Seus olhos bem abertos denunciavam a vítima cruel da insônia.

Durante o dia, era um inquieto, andando de um lado para outro, como uma mulher grávida impaciente com as dores do parto.

Deitado, à noite, sente que a inspiração está lhe voltando. E compõe os seus sonetos perfeitos, em meio a distúrbios nervosos e uma intensa vontade de chorar.

Considerava-se um filósofo da poesia, algo sádico e mórbido, que se debatia nos íntimos entrechoques de crenças espirituais.

De sua constituição interior, conhecem-se apenas manifestações de rebeldia, inconformismo, críticas, psicopatias e tiques nervosos.

Foi no seu tempo um profeta, que previu o futuro da ciência em geral e da astronomia em particular, da qual era um entendido.

Chamavam-no "Doutor Tristeza" e "Doutor Melancolia". Era realmente um homem triste e melancólico.

Chegou a ser erradamente apresentado como um pré-modernista. Que detinha um extraordinário potencial poético, influenciado por Álvares de Azevedo, Cruz e Sousa, Antero de Quental, Antonio Nobre, Sílvio Romero, Martins Júnior, Cesário Verde, e pela Escola do Recife, que deu uma nova cadência à poesia brasileira, com traços do romantismo paraibano, de áspera e angulosa musicalidade.

Inspirou-se um pouco em Poe, Rimbaud, Mallarmé e Gide.

Nele são visíveis as marcas do negativismo e do evolucionismo de Spencer, do selecionismo de Darwin, do monismo de Haeckel, com inspiração em Buchner, Schopenhauer, Spinoza, Kafka e Baudelaire.

Esse paraibano lírico extravasou em versos imortais todo o conflito de sua alma atormentada, aflita, agnóstica e materialista, retratando o cotidiano cruel e revoltando-se contra o tradicionalismo da poesia brasileira daquele tempo, que justamente por isto, de saída, não o aceitou.

Exerceu na poesia a missão que Euclides estava exercendo na prosa e que Rosa ampliaria depois, como inovadores do estilo, fazedores de expressões e rebeldes do vernáculo.

Cientificista e filosofante

Para Antônio Houaiss, ele foi e será sempre incluído numa modalidade de poetas, ao mesmo tempo cientificistas, à semelhança de Rimbaud, e filosofantes, como Antero de Quental: "Em conseqüência dos usos simbólicos que fez do

material não raro de procedência científica, dos usos analógicos e correlatos para fins de enlace estético e emocional, sobreveio uma natural tendência de sua poesia como esotérica por estar na sistemática de certas doutrinas místicas."

Já para Gilberto Freyre, havia em Augusto dos Anjos um deleite patológico, uma volúpia estranha, uma tensão quase sádica em versejar sobre a corrupção física dos seres e das coisas que o rodeavam: "Foi uma *avis rara* no Brasil, ao reunir em poemas muitas preocupações filosóficas. Com um monismo materialista, tinha uma filosofia sectária, em idéias e preconceitos que adquirira dos Haeckel e dos Buchner."

Versos novos

Mas hoje já se reconhece que foi um desbravador da metodologia poética, um pioneiro dos novos versos, um poeta da paixão, com a coragem e a ousadia próprias do jovem paraibano, que decidira implodir as falsidades do seu tempo e as máscaras da sua sociedade.

Exercitou uma poesia científica, cósmica e biológica, além de um verso técnico. Sua poética era densa, forte, exaltada, febricitante, impetuosa, temática e solitária.

Seus versos são talhados e lapidares, construídos numa metrificação perfeita, com absoluto respeito à rima e com esquisitices léxicas, o uso e o abuso de palavras exóticas e tecnicistas.

Foi tido como um mago verbal, um fetichista insólito e um retórico inimitável, que se comprazia em elaborar metáforas de enorme efeito.

Escreveu uma obra de revolta e de protesto contra o niilismo, as mistificações, as doenças, a miséria e a pobreza.

Para ele, o homem era um ser primordialmente solitário, individualista e vazio.

Tinha horror ao sexo, que mal praticava para cumprir os seus deveres conjugais. Nutria por ele um medonho desprezo, achando-o fonte da degradação humana.

Sua poesia concentrou-se na morte, nos enterros, nos lutos, nos cemitérios, nos choros e nos vermes. Considerava-se um cético e um enfermiço.

Apesar de toda essa lúgubre, tétrica e doentia temática, sua poesia é, ainda hoje, extremamente popular. Suas imagens têm uma admirável seqüência, num mesmo desdobramento de delírios, fantasias, pesadelos e alucinações.

Era um arquiteto e um pintor dos versos que produzia mentalmente, declamando-os sozinho, antes de escrevê-los.

E transfigurava-se quando os declamava, com um timbre de voz metálico, apaixonado, terno e complacente.

Alguns dos seus poemas ficaram célebres e são hoje muito declamados, como o "Monólogo de uma Sombra":

Eu sou uma Sombra! Venho de outras eras,
Do cosmopolitismo das moneras...
Pólipo de recônditas reentrâncias,
Larva de caos telúrico, procedo
Da escuridão do cósmico segredo,
Da substância de todas as substâncias.

Ao pai, doente, dedicou uns versos:

Magoaram-te, meu Pai?! Que mão sombria
Indiferente aos mil tormentos teus
De assim magoar-te sem pesar havia?!

– Seria a mão de Deus?! Mas Deus enfim
É bom, é justo, e sendo justo,
Deus não havia de magoar-te assim.

("Sonetos", I)

Ao pai, morto, escreveu:

Madrugada de Treze de Janeiro,
Rezo, sonhando, o ofício da agonia.
Meu Pai nessa hora junto a mim morria
Sem um gemido, assim como um cordeiro!

E eu nem lhe ouvi o alento derradeiro!
Quando acordei, cuidei que ele dormia,
E disse à minha mãe, que me dizia:
"Acorda-o!" Deixa-o, Mãe, dormir primeiro!

E saí para ver a Natureza!
Em tudo o mesmo abismo de beleza,
Nem uma névoa no estrelado véu...

Mas pareceu-me, entre as estrelas flóreas,
Como Elias, num carro azul de glórias,
Ver a alma de meu Pai subindo ao Céu!

("Sonetos", II)

Sonetos famosos

Com um pessimismo introspectivo, deixou alguns sonetos famosos: "Tristezas de um Quarto-Minguante"; "Gemidos de Arte"; "Engenho"; "Vítima do Dualismo"; "O Corrupião"; "Canto d'Onipotência"; "A Árvore da Serra"; "A um Carneiro Morto"; "Uma Noite no Cairo"; "Versos Íntimos"; "Solilóquio de um Visionário"; "Sono de um Monista"; "Lamento das Coisas"; "Budismo Moderno"; "As Cismas do Destino"; "Os Doentes"; "Mistérios de um Fósforo"; "Queixas Noturnas"; "Vandalismo"; "Último Credo" e "Alucinação à Beira-Mar".

Vários deles desfilam nas páginas do *Eu*, ao longo dos quais se exibe uma espécie de versos científicos, quando se fala em *epigênese*, *filogênese*, *larvas*, *moneras*, *macacos catarríneos*, *necrófagas*, *rutilância*, *uberdade*, *transcendentalismo*, *templários*, *gládios*, *hastas*, *amaríssimas*, *cosmopolitismo* e *pólipos de recônditas reentrâncias*.

Não raro, usava certas palavras quase pelo avesso.

Suas rimas são perfeitas, decassílabas, sonoras e harmoniosas. A cadência é própria de um gênio rústico da poesia métrica, numa linguagem renovadora e revolucionária, uma escola de teratologia, com uma teatralidade musical e uma nova estética.

Ele teve a obsessão por mensagens de enorme conteúdo científico e filosófico. Usou e abusou de rebuscadas estruturas, de expressões singulares e incomuns, recursos estilísticos, temática original, lirismo agressivo e construções escatológicas.

A ida para Minas

Em 1913, já com problemas pulmonares, transferiu-se para a cidade mineira de Leopoldina, levando a família, em busca de melhores condições para a sua precária saúde. Aí chegou a ser promotor público, professor e diretor da Instrução Municipal.

No dia 25 de julho de 1914, foi nomeado Diretor do Grupo Escolar Ribeiro Junqueira, daquela cidade, onde, três meses depois, era acometido de uma forte gripe.

Na semana seguinte, debaixo de chuva, acompanhou o enterro de um amigo. Continuava gripado, mas, assim mesmo, permaneceu no sepultamento até o fim da cerimônia. Quando chegou em casa, a gripe já se transformara numa perigosa pneumonia dupla, que lhe corroeu os pulmões e terminou matando-o numa fria madrugada do dia 12 de setembro de 1914.

Augusto dos Anjos viveu bem pouco, porque, quando morreu, tinha apenas 30 anos e sete meses de idade, mas deixou uma enorme bagagem de versos,

todos rimados. Deixou também viúva com dois filhos pequenos e necessitados de tudo.

Enterraram seus restos mortais inicialmente numa cova rasa em Leopoldina e, depois, num túmulo construído mediante subscrição pública promovida por Paschoal Carlos Magno.

Inconformada Paraíba

Até agora, baldaram-se esforços de trasladá-los para a Paraíba, sua terra natal, que ainda não desistiu de reivindicar a posse dos seus ossos. Ela guarda e reverencia a memória do seu grande filho, enquanto divide com o resto do país a lembrança daquele que foi um dos nossos maiores poetas.

Os paraibanos nunca se conformaram com essa expatriação de Augusto dos Anjos, que hoje já não é mais uma glória apenas desse modesto estado nordestino, mas sim de todo o Brasil.

Eles já têm uma plêiade enorme de filhos ilustres, entre outros: Vidal de Negreiros, Epitácio Pessoa, José Américo de Almeida, José Pereira, João Suassuna, João Pessoa, Pereira da Silva, Branca Dias, Assis Chateaubriand, José Lins do Rego, Santa Rosa, Pedro Américo, Antônio Dias, Jackson do Pandeiro, José Siqueira, Samuel Duarte, João Agripino, Antônio Mariz, Ernani Sátiro, Argemiro de Figueiredo, Ruy Carneiro, Ariano Suassuna e Celso Furtado.

A 1.ª edição do seu livro *Eu* foi publicada em 1912, dois anos antes de sua morte, ocorrida em 1914, com uma reduzida repercussão na crítica e até com uma saraivada de ataques, como os proferidos por Osório Duque-Estrada, que o chamou de "rimador de despautérios e de sandices sem nexo".

A 2.ª edição só viria a público em 1919, cinco anos depois de sua morte, por iniciativa de Orris Soares, que a prefaciou, impressa na Imprensa Oficial da Paraíba, cujo governo a custeou, com mais 48 poemas, que Augusto dos Anjos produzira e publicara esparsamente em jornais locais.

Aí este seu único livro passou a ter o título de *Eu e Outras Poesias*, com o qual, de então para cá, já se imprimiram outras 42 edições consecutivas, num total superior a 500 mil exemplares vendidos – um recorde absoluto e até hoje não superado em matéria de livros brasileiros de poesia.

Somente aí, depois de morto, passou a ser um poeta respeitado, conhecido e admirado.

Poesia atual

É que sua poesia continua hoje mais atual do que nunca, recitada nas salas de aula, nos saraus literários, nas Academias, na própria rua, a comprovar que o verso, desde Virgílio, Horácio, Milton, Shakespeare e Dante, não sofreu o desgaste do tempo e, ao contrário, consagrou a perenidade dos poetas.

Pergunta-se, hoje, apenas o seguinte: por que demorou tanto o reconhecimento de Augusto dos Anjos, que ele esperou ansiosamente em vida, mas que só sobreveio anos após a sua morte?

Pergunta-se ainda: como pôde sair lá de uma modesta vila perdida na várzea paraibana um talento poético tão forte e tão prodigioso?

Pergunta-se também: como pôde finalmente ser aceito pelo povo simples um poeta tão complicado em suas palavras, tão ininteligível em seus versos e tão rebuscado em seu vocabulário?

À semelhança de Baudelaire, com *As Flores do Mal*, ele foi o poeta de um livro só, mas que ascendeu a patamar ímpar, legando-nos uma obra completa e inteira.

Augusto dos Anjos pode até não ter sido um poeta moderno. Mas foi eterno, único, inimitável e universal.

Meu amigo e compadre Pablo Neruda

Zélia Gattai

Discurso proferido nas comemorações do centenário de Pablo Neruda, em 12 de julho de 2004, na Academia Brasileira de Letras, quando foi realizada uma exposição de fotografias do Poeta, organizada e enviada pela Fundação Casa de Jorge Amado da Bahia.

Sinto-me honrada e comovida de estar aqui, hoje, participando de uma homenagem dedicada ao centenário de Pablo Neruda, centenário de um grande homem, grande poeta de quem tive a sorte de ser comadre e amiga durante grande parte de minha vida.

Há muitos e muitos anos, há 67, precisamente, ouvi pela primeira vez a voz de Pablo Neruda, tomei conhecimento da existência do Poeta. Naquela época não havia televisão e o rádio cumpria a missão de transmitir, entre outros programas, dois ou três noticiários diários. Eu não perdia o de meio-dia, quando falavam sobre a guerra civil da Espanha, iniciada em 1936, uma guerra comandada por Francisco Franco. Foi num desses noticiários que ouvi a voz pausada e lenta do poeta Pablo Neruda num poema de revolta e dor, protestando contra o assassinato de um amigo, o grande escritor, poeta e dramaturgo, Federico Garcia Lorca, que vinha de ser fuzilado pelos franquistas.

Ainda outras vezes ouvi a voz de Neruda, usando sua poesia, poderosa arma, contra aquela guerra que instalava na Espanha um regi-

Pablo Neruda com o pássaro sofrê, no apartamento de Jorge e Zélia, em Copacabana, Rio de Janeiro, 1953. Foto de Zélia Gattai.

me ditatorial. Quando ia eu pensar, naquela ocasião, que um dia esse fabuloso Poeta se tornaria um de meus mais caros amigos e, ainda por cima, compadre?

Conheci Pablo Neruda, pessoalmente, em 1945, em São Paulo. Também pessoalmente vim a conhecer, na mesma ocasião, outra grande figura, um escritor que, havia anos, eu admirava à distância: Jorge Amado. A Segunda Guerra Mundial entre o eixo nazi-fascista, comandado por Hitler e Mussolini contra as forças aliadas, chegava ao fim. Também no Brasil o regime ditatorial do Estado Novo, após dez anos, terminava. Havia motivos de sobra para se comemorar e o povo ia às ruas.

Sabendo que intelectuais vindos de todo o Brasil arregaçavam as mangas para apressar a libertação dos presos políticos, fui correndo ao comitê de organização que se instalara, queria dar uma ajuda. No movimentado comitê preparavam uma grande festa, um comício monstro a ser realizado no Estádio do Pacaembu para comemorar a libertação de Prestes. Havia trabalho para quem quisesse ajudar e eu me apresentei. Jorge Amado viera da Bahia e encabeçava o movimento. Convidado, Pablo Neruda chegou a São Paulo às vésperas do acontecimento. Naquele estádio, superlotado, eu ouviria novamente a voz pausada e lenta, quase um lamento, de Neruda declamando um poema a D. Leocádia, mãe de Prestes.

Pablo chegara com Delia Del Carril, sua mulher, e Jorge decidiu que eu devia fazer companhia à senhora. Interessado em mim, achara essa boa desculpa para que eu participasse de todos os programas – e não foram poucos – onde ele também estaria presente.

Um clima de interesse amoroso rolava entre nós dois, mas nada ainda fora dito.

Os dias que Pablo Neruda passou em São Paulo foram suficientes para que o entendido no assunto percebesse o namoro entre Jorge e eu. Ao nos despedirmos, sorrindo, um ar de malícia, ele nos disse: "Espero voltar breve e encontrá-los casados."

Pablo Neruda voltou ao Brasil em 1947, participaria de um festival de poesia no Rio de Janeiro. A essa altura, nós morávamos no Rio, Jorge fora eleito deputado federal e eu esperava um filho.

Encontrava-me na maternidade quando recebi a visita de Neruda e de Nicolás Guillén, poeta cubano, outro amigo de nossa admiração. Nicolás aproximou-se do bercinho onde João dormia e declarou: "Vou ser padrinho de João". Neruda não perdeu tempo: "Eu serei a madrinha". E assim foi que nos tornamos, além de amigos, compadres.

Ainda um retrocesso democrático no Brasil nos levou ao exílio, em 1948.

Estava eu no hotelzinho em que morávamos, em Paris, quando Jorge chegou afobado, um ar misterioso, e dizendo: "Va'mbora, va'mbora! Tem uma pessoa no bar aí em frente, um certo Dom Antonio, quer ver você." Não adiantou eu insistir, querer saber de quem se tratava: "É surpresa", disse.

A surpresa, um homem barbudo que a princípio não reconheci, veio ao meu encontro. "*Comadrita, querida!*" "*Compadre Pablo!*"

Neruda chegara ilegalmente à França. Perseguido no seu país, viu-se forçado a exilar-se. Conseguira com o escritor Miguel Ángel Astúrias, grande amigo, cônsul ou embaixador da Guatemala no Chile, não estou certa, um passaporte falso, com o nome de Dom Antonio de não sei quantos, e foi assim que Pablo pôde sair do Chile e chegar a Paris.

Convidado a participar de um congresso de intelectuais pela paz, em Paris, Pablo Neruda precisava legalizar sua situação.

Numa reunião, intelectuais amigos de Neruda, entre outros Frédéric Joliot Curie, presidente do Conselho Mundial da Paz, Pablo Picasso, Louis Aragon, Paul Eluard, Elsa Triolet e Jorge Amado, trataram de resolver o assunto, cada qual mais empenhado.

Delia Del Carril encontrava-se na Suíça e entrara em contato com um diplomata da Embaixada do Chile, que se prontificou a dar um passaporte legal a Pablo caso ele conseguisse ir recebê-lo pessoalmente.

Pablo deveria ir à Suíça de automóvel e passar a fronteira onde lhe pediriam os documentos. Ali estava o problema. Picasso, respeitado e amado por todo mundo, portas franqueadas onde quer que chegasse, prontificou-se a falar com autoridades competentes que permitissem a passagem do Poeta pela fronteira sem ser molestado. Jorge o acompanhou e, durante

um dia inteiro, os dois passaram de Ministério em Ministério até conseguirem a desejada permissão.

Neruda foi a grande estrela do Congresso de Intelectuais pela Paz, dizendo seus poemas, ao lado do grande Paul Robinson.

De Paris fomos juntos à União Soviética. Melhor companheiro de viagem impossível. Ríamos a valer com esse homem de ar tão sério e austero, em quem descobríamos o mais espirituoso, cheio de malícia, inteligência transbordante.

Pablo e Jorge adoravam comprar coisas de toda a sorte e ambos justificavam tais compras, às vezes difíceis de serem transportadas: "*Ya no puedo vivir sin esto!*", dizia Pablo, e "Sem essa peça minha vida não terá a mais mínima significação!", dizia Jorge, e iam comprando.

Certa vez, na China, Pablo apaixonou-se por um cavalo esculpido em madeira: "Ai que ya no puedo vivir sin este caballo!" Nosso tradutor, também entendido em artes, avisou-lhe: "Esta peça é falsificada; a autêntica se encontra

Jorge Amado e Pablo Neruda, num mercado em Rangoon, Birmânia – 1952.
Foto de Zélia Gattai.

no museu." E Neruda: "*A mi poco me importa que sea falsificada! Voy comprar este auténtico falsificado.*" E comprou, claro! Em minha casa também, entre os objetos comprados por Jorge, existem vários "autênticos falsificados".

Com Pablo rodamos esse mundo todo; em alguns países fomos a fim de participar de congressos pela paz e, em outros, por puro prazer. Juntos estivemos em todos os países de democracia popular, visitamos o Ceilão, hoje Srilanka, Paquistão, Índia, Birmânia, China... Em cada uma dessas viagens aconteceram mil coisas, histórias que dariam para emendar o dia com a noite. Eu sempre tinha uma novidade para contar ao meu compadre que, ao me ver, ia logo dizendo: "Conta-me cuentos, comadre."

Após mais de um ano de permanência na França, um dia recebemos o famoso "bilhete azul": "*quinze jours pour quitter la France*". Motivo? "*Vous avez trop voyagé*".

Convidados pela União de Escritores Tchecos, nos mudamos para a Tchecoslováquia. Deram-nos como moradia o Castelo de Dobris, nas proximidades de Praga, castelo onde escritores e artistas iam trabalhar ou passar férias.

Sentindo o clima da guerra-fria, em Paris, antes que também o mandassem embora, Neruda arrumou suas coisas e, a convite do governo tcheco, mudou-se para Praga, onde ficou residindo num hotel na rua principal da cidade. Aos sábados e domingos tínhamos a companhia de Pablo, que vinha para saber das novidades, bater papo sem compromisso. Ele ia chegando e dizendo: "*Conta-me cuentos, comadre*!" E eu sempre tinha cuentos para lhe contar. "– Por que, compadre, – perguntei-lhe um dia – você chama Delia de *hormiga, hormiguita*?" "– Porque me belisca. Me belisca não com a ponta dos dedos, mas com a ponta das unhas. Dor igual a uma ferroada de formiga" – riu.

"– Isso mesmo, belisco sim, mas só quando o vejo fazer charme para as moças que se atiram sobre ele" – explicou Hormiguita.

Neruda chegou um dia com a novidade. Ia ser realizado um Festival da Juventude em Berlim e nós estávamos convidados. Eu certamente não poderia ir, pois estava no fim do oitavo mês de gravidez. Devia ir para Praga, onde aguardaria o momento de ser internada. Pablo, gentilmente, ofereceu-me o seu apartamento no hotel durante a sua ausência.

Paloma já havia nascido e eu ainda me encontrava no hospital, quando, terminado o Festival de Berlim, nossos amigos voltaram. Jorge apareceu no quarto trazendo Pablo e Nicolás Guillén. Dessa vez Pablo não perdeu tempo, aproximou-se do berço de Paloma, e antes que Nicolás se adiantasse, declarou, com voz solene: "– *Voy ser el padrino de Paloma.*" Guillén, também com voz solene, disse: "– *Yo también!*" E assim Paloma ganhou dois padrinhos de vez, padrinhos de gabarito, que acompanharam seus passos até o fim de suas vidas.

Jorge trabalhava num romance em Dobris, os compadres haviam viajado, Hormiga fora à Argentina e Pablo, que tinha ido não sei para onde, chegava de volta, sozinho.

Depois dessa viagem, eu o achei diferente, ar melancólico, um ar distante. "– O que será que está se passando com o compadre? Serão saudades da Hormiguita?" – perguntei a Jorge, que também não sabia, mas que, como eu, dera-se conta de que algo de estranho havia se passado com nosso Pablo.

Contei alguns *cuentos* ao compadre, sobre coisas divertidas que se haviam passado no castelo durante sua ausência, mas ele nem achou graça, ouviu com o olhar perdido.

Saíram os dois compadres a passear pelo jardim, Pablo o levara para confidências. Estava apaixonado. Conhecera a mulher de seus sonhos: "– *Ya no puedo vivir sin ella*" – dissera. Seu nome: Matilde Urrutia.

A situação no Brasil já permitia o nosso regresso e, em 1952, retornamos ao Brasil. Pablo também regressou ao Chile, sem o risco de ir para a cadeia.

Em 1953, fomos ao Chile, onde Neruda nos hospedou. Ao chegarmos em sua casa de Los Guindos, encontramos o muralista mexicano Diego Rivera, também hóspede do Poeta. Um gigante, enorme como seus murais maravilhosos. Passamos dias inesquecíveis na casa da Isla Negra, ouvindo à noite, em torno de uma lareira, histórias fantásticas, contadas pelo genial artista. Diego pintara um retrato de Matilde e, em meio aos seus cabelos loiros, esvoaçantes, o perfil de Pablo. Prometeu-me fazer meu retrato ao voltarmos a Santiago, onde tinha todo o seu material de pintura, mas antes de regressarmos ele recebeu um telegrama do México: Frida Kalo estava precisando de sua presença, de seus cuidados.

Voltamos ao Chile em 1954, para o cinqüentenário de Neruda. Em Los Guindos, onde novamente nos hospedamos, eu tinha a impressão de chegar à minha casa, despojada de sofisticação, em meio a um enorme parque, por toda a parte objetos comprados em nossas viagens, alguns idênticos aos nossos, e uma preciosa exposição de sua coleção de caracóis. Delia lá estava comandando.

Vendo a alegria estampada no rosto do compadre, eu quis saber de Jorge, o confidente, se a *paixonite* de Pablo havia passado. Não havia passado, continuava mais forte do que nunca. Ele havia trazido Matilde para morar em Santiago, encontravam-se discretamente, não podiam morar juntos, pois nenhum dos dois queria magoar Delia.

Aquele mundo de amigos povoando a casa, homens e mulheres, jovens e velhas, despertou-me uma curiosidade: "– Me diga, compadre, quem foi a musa que inspirou os *Vinte Poemas de Amor e uma Canção Desesperada*? Foi a Hormiga?" – perguntei por perguntar, já sabendo que não fora. "– Esses poemas eu escrevi quando tinha vinte anos. Essa jovem, hoje já não é mais, é Albertina, casada com meu amigo de juventude Ángel Cruchaga de Santa María. Eles vão aparecer por aqui, você os verá."

Realmente eles apareceram e eu conheci aquela senhora idosa que inspirara, num passado bastante remoto, os mais belos poemas de amor.

Em 1958 Jorge dirigia um jornal cultural no Rio, o *Para Todos*. Convidou Pablo Neruda para dar um recital que ajudaria o quinzenário, rico em conteúdo, pobre de dinheiro.

Fomos esperar o compadre no cais do porto, onde desembarcou sorridente: "– Vi agora a mais bela palavra da língua portuguesa: *Alfandéga*."

O recital de poesia dado por Pablo, em benefício do *Para Todos*, foi um sucesso enorme. Sabendo que a fadista portuguesa Amália Rodrigues se encontrava no Rio, grande admirador dela, Pablo pediu que a convidássemos. Devota do poeta, Amália ouviu seus poemas, a princípio de joelhos, em seguida, de mãos postas.

Meses depois recebemos um telegrama sem assinatura, apenas uma palavra: *Camarones*. Ele vai chegar, dissemos satisfeitos. Tornaríamos a oferecer a Pablo os camarões gigantes que ele adorava.

Voltamos ainda várias vezes ao cais do porto. Lá também estavam sempre Vinicius de Moraes e Moacyr Werneck de Castro, amigos do coração do Poeta.

Um dia recebemos um telegrama de Delia Del Carril. De passagem para Paris, ela ficaria um dia no Rio, queria nos ver. O que Delia queria dizer não foi surpresa: separara-se de Pablo. Ele mandara seu velho jardineiro cuidar do jardim da casa de Matilde e o pobre-diabo dera com a língua nos dentes, contara à patroa tudo o que sabia: da segunda casa do patrão e da segunda mulher.

A dignidade de Delia Del Carril não lhe permitiu continuar a viver com o marido. Não adiantou ele pedir-lhe, implorar-lhe que ficasse, ela partiu. Vinha comunicar a separação, despedir-se de nós. De nossa amiga Delia tivemos notícias as mais surpreendentes: depois do grande choque, ela voltara-se para a arte, tornar-se uma gravadora de primeira grandeza, revelara sua verdadeira vocação.

Em 1963 nos mudamos para a Bahia. Pablo veio nos visitar, desta vez trazendo Matilde. Deixara a casa de Los Guindos para Delia, mudara-se para a casa de Matilde.

Pessoa encantadora, Matilde nos cativou e dela nos tornamos amigos. Juntos viajamos pelo mundo afora, voltamos ao Chile ainda algumas vezes. Nos tornamos amigos de seus amigos, de Volódia Ditelboin, um grande homem; de Ruben Azocar, escritor de romances policiais; de Naranjo, que vinha de Val Paraíso para ver o amigo. Margot Loyola, exuberante, cantava e dançava.

Com Matilde fomos à China ainda uma vez, viajando num velho navio, pelo rio Amarelo. Nessa viagem de navio comemoramos o aniversário de Pablo fazendo-lhe uma surpresa: preparamos, Matilde e eu – depois de subornar o cozinheiro – um frango assado, inteiro, da forma que o aniversariante gostava.

Pablo e Matilde vieram várias vezes à Bahia, mas a última vez foi melancólica, tivemos a impressão de que ele vinha para se despedir.

Imagino o que diria o meu compadre Pablo se pudesse imaginar que a sua *comadrita* iria um dia contar *cuentos*, no seu centenário...

Martius e seu único romance

Erwin Theodor

Professor, ensaísta e tradutor. Doutor em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, bolsista da Fundação Alexander von Humboldt e professor na Universidade de Tübingen, professor titular da USP (1964). Membro da Academia Paulista de Letras, da Academia Paulista de História e Academia Paulista de Jornalismo. Obras: *Estudos de Sintaxe Inglesa, Viagem pela América do Norte, A Língua Alemã – desenvolvimento histórico e situação atual, Temas Alemães, Introdução à Literatura Alemã, Das fragmentarische Universum* (trad. port. *O Universo Fragmentário*), *A Literatura Alemã, Tradução: Ofício e Arte, Perfis e Sombras.*

Descendente de Galeotto Martio, humanista italiano que emigrou no século XV para a Hungria e de lá para a Alemanha, pertenceu Carl Friedrich Philipp von Martius a uma família tradicionalmente dedicada ao estudo das ciências naturais. Seu tio foi autor de uma *História da Flora de Moscou* e seu pai, farmacêutico e professor honorário da Universidade, escreveu vários trabalhos relacionados a plantas medicinais e seu valor terapêutico, além de um volume de memórias. Nasceu a 17 de abril de 1794 em Erlangen, na Francônia (hoje parte da Baviera), e faleceu em Munique em 13 de dezembro de 1868. Aos dezesseis anos, após cursar o ginásio humanístico, ingressou na universidade de sua cidade natal, e ali obteve o título de doutor em 1814. Já em 1812 fora apresentado a dois acadêmicos (um dos quais era J.B. Spix) que o convenceram a tornar-se "Elève" (Discípulo) da Academia das Ciências da Baviera, para ingressar a seguir no "Instituto dos Discípulos da Academia", de Munique, de excelente reputação. Em maio de 1814, dois

meses decorridos de seu doutoramento em Erlangen, presta os necessários exames e, em 1816, inicia carreira no serviço público bávaro como "adjunto". No ano seguinte participa da grande expedição científica, que acompanharia a Princesa e futura Imperatriz D. Leopoldina da Áustria (1797-1826) ao Brasil. Logo depois da publicação dos primeiros volumes da *Voyage aux régions équinoxiales*, de Alexander von Humboldt (1814), que empolgaram o mundo das ciências e da cultura da época, o rei da Baviera, Maximiliano José I, havia recomendado à Academia a organização de uma missão científica à América do Sul, valendo-se para concretizá-la da oportunidade surgida durante o Congresso de Viena, ao ser acertado o casamento da princesa austríaca com o príncipe herdeiro do trono português, Dom Pedro de Alcântara. Em dezembro de 1816, Martius e Spix (botânico e zoólogo, respectivamente) receberam instruções para se incorporarem à comitiva austríaca, e em 10 de abril de 1817 embarcaram em Trieste. Ficariam no Brasil até 1820, viajando e pesquisando a partir do Rio de Janeiro a São Paulo, seguindo para Minas Gerais e Bahia, e de lá pelo Nordeste, até o Pará e Amazonas (o 'Grão-Pará' da época), sob condições hoje inimagináveis, realizando estudos, depois publicados, de permanente validade.

Johann Baptist Spix faleceu cedo, poucos anos depois do retorno à Alemanha, em 1826, mas Martius passou os restantes quarenta e oito anos de sua vida vinculado às experiências e pesquisas aqui realizadas, bem como às recordações do Brasil, país que apelidou de "segunda pátria", acrescentando que sempre se sentiu "como afilhado do Brasil". Atestam sua dedicação e apego as célebres obras botânicas *Historia Naturalis Palmarum – nova genere et species plantarum, quas in itinere per Brasiliam annis 1817-1820 suspecto collegit et descripsit*, que lhe valeu o apelido de "doutor das palmeiras" (*doctor palmarum*) como a excepcional *Flora Brasiliensis*, por ele projetada e iniciada. Ela abrange 20.733 páginas bem como 3.811 tábuas, apresentando a descrição de 22.767 espécies de plantas, e sua validade científica é permanente, conforme lembrava Stafleu no centenário de morte do naturalista, ao destacá-la entre as congêneres, chamando-a de "the greatest classic of all floras", após dizer que "no other work of similar scope

has ever been completed in the history of plant taxonomy".[1] Destaque entre as obras diretamente ligadas ao Brasil merece igualmente a festejada *Viagem pelo Brasil*, de autoria conjunta dos dois naturalistas, Spix e Martius, em três volumes, publicada em Munique entre 1823 e 1831, e traduzida integralmente no Brasil pela primeira vez por Lúcia Furquim Lahmeyer, com revisão de Ramiz Galvão e anotações de Basílio de Magalhães, em 1938, várias vezes reeditada.

Outras e numerosas obras de Martius ocupam-se do Brasil e de problemas brasileiros, tais como *O Estado de Direito entre os Autóctones do Brasil* (1832); *O Passado e o Futuro dos Seres Americanos* (1839); *Natureza, Doenças, Medicina e Remédios dos Índios Brasileiros* (1844), *Os Nomes de Plantas na Língua Tupi* (1858); além de um vocabulário extenso, tratando de palavras da língua geral, traduzidas ou explicadas em português, alemão e muitas vezes em latim, intitulado *Glossaria Linguarum Brasiliensium* (1863), antecedido por uma introdução, igualmente em alemão e português, na qual o autor descreve resumidamente seu contato com o Brasil e os selvagens. Outro trabalho a retratar sua contínua atenção e dedicação a assuntos brasileiros é o ensaio com o qual venceu concurso instituído pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do Rio de Janeiro, *Observações a respeito da Composição de uma História do Brasil*, traduzido por Guilherme Schüch e premiado com medalha de ouro, no valor de 200$000 (duzentos mil réis). Esse trabalho foi publicado sob o nome designativo do concurso: "Como se deve escrever a História do Brasil", na *Revista Trimensal de Historia e Geographia*,[2] e continua provocando agudo interesse ainda nos nossos dias. Por outro lado, parece digno de nota que o texto – cujo original se julgava perdido – vinha sendo divulgado exclusivamente em português, até que na edição do número 50 do *Jahrbuch* ("Anuário") *2003*, do Instituto Martius-Staden de São Paulo,

[1] *Apud* H. Merxmueller, *C.F.Ph. von Martius*, 1971, p. 21.
[2] Número 24, janeiro de 1845, pp. 389-411.

fosse publicado o original, encontrado em manuscrito entre o legado, pelo autor destas linhas que o transcreveu, mantendo a grafia e a pontuação de origem. A conquista do prêmio por Martius consubstanciou-se após parecer apresentado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por Francisco Freire Alemão, designado pelos seus pares, no qual a certa altura afirma: "Se alguma coisa se pudesse dizer contra ele (o estudo apresentado) é que uma história escrita segundo o que aí se prescreve, talvez seja inexeqüível na atualidade; o que vem a dizer que ele é bom demais. Porém não se trata aqui de uma questão de tempo; aí está o modelo, para quando a coisa for realizável."

Conceituado jornal alemão, o *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, dedicou à matéria meia página ainda em dezembro de 2004, publicando resenha crítica sob o título "Trópicos esperançosos", que festeja o trabalho de Martius até mesmo como "texto inaugural das ciências sociais brasileiras". De lamentar apenas que não penetre um pouco mais no assunto, particularmente ao ignorar a atenção que o estudo de Martius, "descobridor da história brasileira", conforme afirma o subtítulo, despertou entre grande número de historiadores e filósofos brasileiros do século XIX, ainda que provocando (caso de Sílvio Romero) reações negativas. No mesmo jornal vem estampada outra colaboração dedicada a Martius e ao seu companheiro Spix, intitulada "O paraíso promissor do mundo", discutindo o destaque alcançado pelos dois cientistas alemães na missão austríaca, que acompanhou a Princesa Leopoldina. "Infelizmente", assim opinou Gabriele Mauthe em 1994, citada no artigo, "os austríacos não receberam a mesma promoção generosa dos seus trabalhos científicos, assegurada aos seus colegas alemães Spix e Martius, após o retorno do Brasil. A bela *Viagem* contribuiu para que se esquecesse no decorrer do tempo de que se tratava apenas de acompanhantes e não dos organizadores da expedição de pesquisas austríacas." Esta observação, bem como a recriminação pelo fato de os alemães se terem "rapidamente" desligado dos colegas austríacos, reclama cuidadosa aná-

lise à luz dos documentos existentes, que aqui não seria oportuna. A impressão de insuficiência é contudo reparada, quando a mesma colaboração constata: "Colecionam, anotam e desenham diligentemente tudo o que encontram (no Brasil), enviam plantas e animais para a Europa, remessas muito mais bem-sucedidas do que quinze anos atrás as de Alexander von Humboldt. Tudo chega devidamente ao destino e orna ainda hoje as coleções do Museu Estadual de Etnologia. Não apenas tornaram conhecidas milhares de espécies até então ignoradas, muitas das quais hoje extintas, mas, especialmente no último trecho de sua viagem, que os leva rio Amazonas acima, entram em contato direto com grupos indígenas, cujo comportamento quase não havia sido influenciado pelos conquistadores (*sic*!) europeus. E levam alguns índios – eis o capítulo mais amargo dessa viagem científica – ao seu navio, apenas dois dos quais chegam vivos a Munique, onde logo depois vão morrer." Exatamente o mencionado "último trecho da viagem" vem a ser tema do *Frey Apollonio*! Seja ainda citado Gilberto Freyre, que anotou em *Nós e a Europa Germânica*: "Sabe-se de von Martius que, tendo estado em terras brasileiras nos primeiros anos do século, conservou até o fim da vida um interesse, além de botânico e zoológico, sociológico, pelo Brasil – pelas gentes e não apenas pelas palmeiras – transmitindo a vários dos seus compatriotas esse seu interesse goethianamente científico e, por conseguinte, humanístico e até poético."[3]

Frey Apollonio, um Romance do Brasil foi igualmente encontrado em 1990, entre os papéis inéditos, conservados na Secção de Manuscritos da Biblioteca de Estado da Baviera e oferecido aos leitores brasileiros pela primeira vez em 1992. O autor resolve ficcionalizar nesse livro acontecimentos e experiências hauridas durante suas excursões pelo rio Amazonas e cercanias. Seu legado científico e literário, do qual é parte integrante, permanecera fechado durante

[3] *Nós e a Europa Germânica*, p. 34.

um século, em mãos dos herdeiros. Em 1967, porém, quando se preparavam as comemorações do centenário de falecimento de von Martius, a quem no Brasil cabe o papel reservado a Alexander von Humboldt em outras partes da América Latina, os familiares do homenageado decidiram tornar acessível o acervo existente, depositando-o na Biblioteca Estadual da Baviera. Tiveram de decorrer ainda vinte e três anos até que o organizador deste livro encontrasse, entre os milhares de páginas inéditas do legado, o manuscrito em questão, elaborado em grafia gótica ao longo de 314 páginas, formando o talvez primeiro romance a ter por cenário o Brasil, tal como vivido por seu autor. Foi escrito em 1831, conforme consta da página de rosto, na grafia de von Martius, que não se empenhou em publicá-lo, mas pelo contrário lhe adicionou um prefácio, dirigido "aos amigos que lerem o *manuscrito*" (grifo nosso). A respeito afirmou José Paulo Paes:

> "Ainda que a ação se situe a três séculos de distância do ciclo histórico das descobertas, esse curioso romance do botânico alemão Carl Friedrich Philipp von Martius está mediatamente ligado a elas pela natureza das idéias que, no curso de uma acidentada viagem pelo Amazonas acima, seus protagonistas vão trocando a propósito dos selvícolas e da colonização do Novo Mundo. [...] Pelo comprazimento em transes de perigo e em situações de mistério só deslindadas no capítulo final; pela ênfase no pitoresco da paisagem amazônica e no exotismo da vida indígena comparativamente à familiaridade da vida civilizada a partir da qual se arma a ótica narrativa (os acontecimentos são vistos pelos olhos de três personagens europeus), *Frey Apollonio* se filia de pronto ao romance geográfico de aventuras, cujo fastígio ao longo do século XIX refletiria, em simetria, o fastígio do colonialismo europeu nas Américas, na Oceania, na África e na Ásia. Mas não será errado lê-lo também como *Bildungsroman* (romance de formação), modalidade de ficção em prosa, tipicamente alemã, que teve o seu paradigma no *Wilhelm Meister*, de Goethe."[4]

[4] *Nossa América*, 1992, n.º 2, p. 58.

Interessante é notar que von Martius não queria ser conhecido como romancista, prova-o a dedicatória acima mencionada, enquanto a busca de pseudônimo para o papel de narrador corresponde a uma moda literária de época. Inicialmente optou pelo anagrama *Suitram*, com o qual firma o prefácio dirigido "aos amigos que lerem esta estória no manuscrito", depois eliminado, mas acaba modificando o pseudônimo anagramático em favor de *Hartoman*, alcunha que, segundo um dos seus *Diários*, riquíssima fonte de informações acerca de suas experiências e idéias, lhe foi atribuída pela sua hospedeira em Munique.

O naturalista von Martius, que viera ao Brasil para estudar a flora brasileira, a respeito da qual viria a escrever tratados que modificariam concepções tradicionais, projetando-a sob nova luz, dedica-se igualmente à literatura dos viajantes, à diarística, assim como escreve um romance, organiza glossários e consagra-se à metodologia dos estudos históricos, sendo por isso classificado com toda razão como verdadeiro precursor dos "brasilianistas" de nossos dias, título conferido a partir de meados do século XX aos estudiosos estrangeiros de problemas brasileiros. Aos 58 anos de idade, mais de trinta anos decorridos de seu retorno da América do Sul, afirma *em português*, nos seus *Diários* (ainda inéditos e geralmente escritos em alemão): "Costumo considerar-me pela minha tarefa literária como meio-brasileiro", tendo em passagem constante do tomo referente a 1837-1838 justificado os "desvios" de suas atividades científicas: "Se é próprio de cada indivíduo estacar de tempos em tempos no curso de sua existência, para contemplar com olhar atento o caminho que acaba de perfazer, tenho eu, que me considero um 'homem da pena', de desviar-me de vez em quando dos meus estudos por demais especializados, até mesmo em decorrência de uma obrigação perante aqueles que um dia hão de herdar estes *Diários*." Assim explica também a origem do *Frey Apollonio* que, apesar de composto de acordo com as limitações e o gosto de seu tempo como "romance de forma-

ção", de fundo romântico, oferece ao mesmo tempo passagens sumamente instigantes aos leitores dos nossos dias, revelando plena consciência de problemas ecológicos e da necessidade de preservação da flora e da fauna. Manifesta, na primeira parte do século XIX, intensa preocupação pelos estragos que a civilização humana causa à natureza, tema indubitavelmente de candente atualidade, embora o estilo da obra seja marcado pelo gosto de seu tempo, realidade à qual deve estar atento o leitor para a fruição do romance. Surge de fato um "romance de idéias", favorável à tese da miscigenação como via de integração numa futura sociedade mais justa.

Os personagens expõem ideologias bem definidas, representam e debatem conceitos filosóficos correntes na época, mas assim agindo não tornam monótona a leitura, eis que seu criador dispõe de habilidade narrativa suficiente para garantir às suas figuras viço e vigor. Verifica-se isto no exemplo do personagem-título, apresentando recordações, verdadeiros *flashbacks* a comporem essa cintilante figura humana. Evidentemente surgem marcas específicas do romantismo corrente: o peso da culpa de ações cometidas na juventude, as descrições de naufrágios espantosos, os desígnios inescapáveis do destino, as paixões a superarem morte ou desgraça, os arrependimentos do aristocrata exemplar, a quem é dado subjugar os azares da vida ao ser ordenado sacerdote, devotado a trabalho missionário para a salvação de corpo e alma de tribos indígenas no Alto Amazonas. As descrições das viagens de Apolônio transportam o leitor por largas partes da Europa e, outro motivo do romantismo, evocam o Oriente e o Islã, o que, entretanto, não constitui mais do que a moldura da narrativa, já que de fato essas referências ilustram bem a existência anterior do frade o qual, sendo personagem-título, não é, porém, a figura central. Tal função cabe ao jovem cientista alemão, Hartoman, à procura constante de conhecimentos novos. Isto foi bem observado por José Paulo Paes:

> "A história da vida do seu herói epônimo vai servir apenas de moldura folhetinesca para o verdadeiro quadro do romance, onde o que avulta em primeiro plano é a gente e a selva da Amazônia, cuja exuberância é pintada

com tintas retóricas, que fazem de Hartoman-Martius mais que naturalista, um poeta *doublé* de filósofo."[5]

Assim, o romance visa antes de tudo retratar a selva amazônica, seus habitantes, às vezes chamados de "índios" e outras de "americanos", e condenar ações por vezes deletérias de representantes da Europa. Já de início Hartoman, que narra alternando entre a primeira e a terceira pessoa, recurso estilístico ao mesmo tempo romântico e atual, declara aos seus leitores: "Finalmente prendeu-me aquele país, através do qual o rei dos rios, o poderoso Amazonas, leva sinuosamente as suas vagas amareladas ao oceano. Silente e misterioso estendia-se diante de mim aquele deserto verde, aquele mar de folhas de velhíssimas florestas, a cobrirem o continente até longínquas extensões nunca dantes penetradas", sendo esclarecido o propósito do narrador: "Quero libertar-me aqui de qualquer olhar de temor perante o futuro. Não permitirei que me domine outro anseio, que não o de empregar bem cada dia de que disponho. Assim se justifica o meu anelo pelas longínquas regiões desconhecidas, é o chamado do *avante, plus ultra!*". Além do mais, o romance faz sentir poderosa influência de Jean-Jacques Rousseau e suas idéias acerca do "homem natural", sendo que a atração exercida pela natureza virgem, propagada pelo autor do *Contrato Social*, influencia visivelmente o romancista. Entretanto, sua empatia com o ambiente amazônico não é só fruto de leituras ou influências externas, faz parte de sua mais profunda convicção, levando-o a anotar no seu *Diário* ainda dezessete anos depois de voltar da expedição ao Brasil: "Passei mais da metade de minha vida cercado de plantas, muitas vezes como meus únicos amigos e companheiros. Nas trevas profundas da mata brasileira, quando me via sozinho entre os velhíssimos gigantes da selva verde, cujas árvores, inatingivelmente imensas, são sempre agitadas pelo uivar dos ventos, parecia-me ouvir pressagiosos avisos da Divindade" (16 de maio de 1837).

O romance espelha o desenvolvimento gradual da imagem que Hartoman forma dos índios. Ao chegar ao Brasil, sua visão do "homem natural" é plas-

[5] Op. cit., p. 60.

mada de acordo com o credo rousseauniano, mas sob a influência do que vê e ouve, além do que lhe é explicado por Frey Apollonio, bem como por outra das figuras principais da narrativa, Riccardo Zani, seu companheiro italiano de viagem, decide tornar-se um "observador imparcial e independente" da vida dos indígenas. E, chegando ao capítulo final, constata "com suave satisfação" que "agora se encontrava em condições de lançar olhares mais maduros para este imenso quadro da natureza". A seguir, afirma seu "amor por todos os indivíduos, qualquer que seja a cor de sua pele", modificando totalmente sua percepção inicial, já que "se reveste de outro significado aquela imagem fantástica do índio americano, produto de minha imaginação excitada, que me assustou quando penetrei pela primeira vez neste mundo milagroso. Na ocasião, de alguma forma impus-me a tarefa a realizar; e hoje resolvo os problemas na profunda convicção de que a parte da raça índia, que considerava decadente e perdida, e cujo primitivismo rejeitava, era carne da minha carne e espírito do meu espírito".

Misturam-se em *Frey Apollonio* realidade e ficção em feliz dosagem, conforme a própria "Advertência Preliminar", assinada por *Suitram* e depois eliminada, estabelece: "O presente romance fundamenta-se em ocorrências reais. Seus personagens viveram; conheci-os e tomei parte ativa em sua existência ou então lhes ouvi narrar as experiências. O que adicionei não ultrapassa reflexões sobre eventos e situações peculiares [...]."

Tal como acontece com o personagem Hartoman, o próprio Martius, chegando ao Brasil com a idade de vinte e três anos, "soube muito habilmente adaptar-se às particularidades da vida e aos costumes do país. Possuía uma feliz aptidão para o trato com a gente da terra, cuja língua em breve aprendera e sabia usar na conversa e na escrita".[6] Facilidade revelou igualmente no trans-

[6] SOMMER, Frederico. *A Vida do Botânico Martius*, São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1953, p. 91.

porte da realidade ao terreno da ficção. Quanto aos personagens, são três os principais: Hartoman, o naturalista alemão, *alter ego* do próprio escritor, Frey Apollonio, o missionário, e Riccardo, o comerciante. Este, que se revela loquaz e sonhador, é projeção romanceada do capitão de milícias Francisco Ricardo Zani, natural de Livorno, há quatorze anos domiciliado na região do rio Negro. "Este homem competente seria mais tarde o dedicado companheiro dos alemães na maior parte das suas viagens pelo interior, durante sete meses, e ficaria unido a eles por imperecível amizade." Frederico Sommer afirma-o na sua biografia de Martius, sem referir-se, evidentemente, ao romance, do qual não tinha conhecimento. Mas de pronto revela-se na sua descrição o personagem da obra ficcional, assim também quando diz: "Felizmente seria o capitão Zani, que já fizera sete viagens no Amazonas, um seguro guia dos alemães" e o próprio Martius oferece na *Viagem pelo Brasil* indicação clara de sua simpatia, dizendo, por exemplo: "Não foi esta a última vez que me felicitei por ter a companhia do sr. Zani; no curso de toda a viagem, mostrou-se amigo experiente e corajoso"; ou: "A amenidade dos dias passados em Barra do Rio Negro foi realçada pelas virtudes sociais do nosso companheiro de viagem, o sr. Zani...". Haveria a enumerar muitos outros exemplos, comparecendo esse amigo e companheiro de viagem sempre pelo nome de família. Teria o autor reservado o primeiro nome para o romance, já esboçado quando da publicação do último dos três volumes da *Viagem*? De qualquer maneira, aparece nessa obra nota de rodapé, contendo informação adicional sobre o personagem do nosso romance:

> "Prevaleço-me da oportunidade de poder manifestar publicamente a esse meritíssimo amigo os meus sentimentos de alta consideração e reconhecimento. Quando, pouco depois do nosso regresso à pátria e da partida do Governador-geral, Conde de Vila Flor, para o Rio, tempestades políticas abalaram as províncias do Pará e Rio Negro, Zani estabeleceu, em diversos pontos do Amazonas, posições fortificadas, e, por sua coragem e perseverança, contribuiu grandemente para a pacificação daquelas regiões, valor

que lhe mereceu uma Comenda da Ordem de Cristo e a confiança do Imperador D. Pedro, que o encarregou, agora como coronel, da formação dos regimentos de milícias."[7]

O personagem-título não é apenas figura de romance. Nos relatos da *Viagem*, a cargo dos dois cientistas (J.B. Spix só viu a publicação do primeiro volume, pois morreu em 1826), surge a figura que daria origem literária ao sacerdote martiusiano: "Encontramos amável acolhimento por parte de algumas pessoas distintas da vila (refere-se a Santarém), entre as quais um eclesiástico, outrora missionário nas Índias Orientais. As suas narrativas sobre o estado natural dos hindus, na terra de tão antigo culto e de uma história quase petrificada, proporcionaram interessantes comparações com a condição dos índios, entre os quais nos encontrávamos." Mas o personagem não conheceu apenas a Índia. Viveu também na Itália e no Oriente, entre árabes e judeus. Relata a sua vida, impregnando-a de elementos românticos, indispensáveis ao romance da época. O nome do frade não é mencionado, mas a seguir Sommer cita um sacerdote piedoso e sábio, devotado às missões: "O piedoso Frei Apolônio, capuchinho italiano do convento da Bahia, tinha-se esforçado pelo desenvolvimento do lugar", e essa reminiscência deve ter inspirado a Martius o nome do seu herói. Segue aqui outra ilustração da maneira como von Martius se valia de dados concretos na composição do romance. Em certo momento, Apolônio inquire Hartoman a respeito de filósofo alemão, com quem em tempos passados se correspondera: "Conhece Frederico Henrique Jacobi?", pergunta. E Hartoman lhe dá a seguinte resposta: "E como poderia deixar de conhecê-lo? Vivo na mesma cidade e na minha carteira levo folhas com pensamentos que ele me deu quando me preparava para partir nesta viagem." "Morreu", disse Apolônio a meia-voz, como se assim pretendesse minorar a amargura da notícia: "o jornal de Lisboa, trazido pelos sacerdotes a Santarém, comunica o seu falecimento." De fato, Jacobi (1743-1819), filósofo e escritor de notoriedade

[7] Spix/Martius, *Viagem pelo Brasil*, vol. III, p. 252, nota 34.

no seu tempo, fora professor de Martius, e depois de ler esta passagem pela primeira vez no livro, julgávamos que o autor tivesse criado esse diálogo para recordar Jacobi, cujo falecimento ocorrera durante sua permanência no Brasil. Mas assim não foi; pelo menos não exclusivamente; ocorreu um fato real a levá-lo à menção de Jacobi, o que a biografia de Sommer revela, ao afirmar: "De um jornal que encontraram (Spix e Martius) na casa do Frei José Alves de Chagas souberam, nesse recanto retirado [encontravam-se nas colônias dos índios maué, no Iraia, sob a administração do empreendedor e jovial capitão José Rodrigues Preto, perfeito conhecedor do idioma tupi], da morte do ex-presidente da Academia das Ciências de Munique, o venerável Friedrich Heinrich Jacobi."[8] Eis uma ilustração de como Martius introduzia dados reais na sua obra de ficção.

Hermann Merxmueller, sexto sucessor nas funções desempenhadas por von Martius na Universidade de Munique, professor de Botânica e diretor do Jardim Botânico, pronunciou em 1968, na Academia Bávara de Ciências, o discurso oficial comemorativo do centenário de morte. Ali devotou-se à tarefa de esboçar um quadro que fizesse jus ao seu ilustre antecessor, referindo-se detidamente à *Flora Brasiliensis* e concluindo a sua exposição com a afirmativa de que hoje vemos Martius "como um gigantesco pilar sobre o qual se ergue a ponte que vem ter à sistemática moderna". Preocupa-se, portanto, em demonstrar que os trabalhos botânicos do homenageado eram, além de fundamentais e abrangentes, também precursores. Isto não se aplica à sua obra literária, pelo menos não à estrutura da mesma. Tanto a literatura de viagem, quanto os numerosos poemas e as quatro ou cinco novelas inéditas seguem a tradição reinante. O mesmo acontece com o romance, que transmite uma visão equilibrada do contato com a cultura dos autóctones da selva brasileira, retificando,

[8] SOMMER, Frederico. Op. cit., p. 102.

principalmente pela palavra de Riccardo, observador cético e arguto, importados "preconceitos e sentimentos europeus", pela imagem da felicidade, resultante da "simplicidade das necessidades", da "uniformidade dos costumes" e da "igualdade de formação espiritual". "Em muitos desses índios rudes, não iluminados por nenhum fulgor do Evangelho, bate um coração mais meigo, mais receptivo às verdadeiras sensações de alegrias humanas do que em muitos europeus..." Reflexões sobre o mesmo assunto são trocadas igualmente entre o padre católico, sábio e altruísta, mas preso às convicções e convenções de sua Ordem, e o jovem cientista protestante, o qual, inicialmente certo de que os índios se encontravam em fase de plena decadência, após período de esplendor e bem-estar geral, vem a admitir depois o seu "estado atual" como aceitável e mesmo benéfico, para finalmente declarar-se satisfeito com o idílio utópico da ilha do Chapéu Virado, onde uma sociedade em que prevalece a mestiçagem constrói uma vida paradisíaca "sem necessidades, sem paixões, sem farturas e sem carências".

A variação das perspectivas no ato narrativo é uma característica do romance. Não existe identidade entre narrador e autor; as ocorrências a constituírem a obra estão de acordo com a visão do primeiro. No romance, narrado na primeira pessoa, o narrador ou é o próprio herói ou pelo menos personagem da ação, e sua perspectiva é limitada pelas suas experiências, observações e reflexões. No romance narrado na terceira pessoa, a individualidade do narrador, que não se identifica necessariamente com o autor, reflete-se na maneira pela qual traduz seu conhecimento, sua participação nos acontecimentos, na forma de expressar seu relacionamento íntimo com a matéria apresentada, pendendo entre onisciência e laboriosa procura de relações e conexões, entre distanciamento objetivo e frio e profunda participação íntima. O narrador pode relembrar fatos ocorridos, revelar evoluções futuras, desenvolver personalidade própria e tomar posição frente a acontecimentos relatados. A importância de sua

presença, de seu papel na obra é determinada pelo valor que o autor lhe atribui. No *Frey Apollonio* percebe-se imediatamente a existência de uma mistura consciente de narrativa em primeira e terceira pessoas, estabelecendo atmosfera simultânea de distância narrativa e envolvimento do narrador. No manuscrito original, o subtítulo afirma na integra: "Um romance do Brasil, vivido e narrado por Hartoman", e enquanto surge, na primeira oração do livro: "*cheguei* à América" e "*vaguei* pelo continente", ocorre já no capítulo seguinte uma mudança da posição narrativa. Inicialmente ainda temos *empenhei-me*, "*que me levasse*", etc., para logo a seguir aparecer: "Que terra milagrosa, *exclamou Hartoman* maravilhado, [...]" "Basta olhar em redor, *prosseguiu Hartoman* enlevado [...]", assim aparecendo uma sucessão de alternâncias que impressiona como recurso moderno, embora não fosse infreqüente durante o Romantismo, destinada a chamar a atenção do leitor. Além do nome Hartoman, indicando personagem principal e narrador fictício a falar ora na primeira e ora na terceira pessoa do singular, aparecem outras designações da mesma figura: "jovem", "nosso amigo", "Don Calo" (imitação da pronúncia dos indígenas do nome real de batismo de Martius) e até mesmo "Dom Carlos", tradução corrente de Carl. Por outro lado, recorre ao uso do diálogo, introduzido repetitivamente com expletivos do tipo "disse", "retrucou", "respondeu", "observou", "perguntou" e outros do gênero que, para a nossa sensibilidade, pecam pela monotonia. Na época, entretanto, tratava-se de informações que conferiam verossimilhança às seqüências dialogadas, estabelecendo contrapontos numa exposição destinada ao exame de várias facetas de um mesmo argumento.

São igualmente empregados outros recursos da narrativa romântica, conforme demonstra a notícia da morte da bela índia, Esperada, inicialmente hipotética e depois comprovada. No capítulo "Sonhos, uma vida", um dos primeiros do romance, a ação evolui de acordo com a seqüência seguinte: 1 – "Quando Hartoman escrevia os seus *Diários* [...] os olhos escuros e exaltados da índia concentravam-se às vezes por horas *nele*". Observava, como se quisesse fixá-las, todas as *suas atitudes*. 2 – "...a encantadora menina, sentada diante do jovem *narrador* (revelava) as primeiras emoções de uma alma à procura do

amor". 3 – *Devoto* uma lágrima enternecida à *tua* lembrança! Qual terá sido a *tua* sorte, no círculo daqueles familiares rudes? 4 – *Hartoman* pode recordar-se de *ti* sem enrubescer. A perspectiva é do narrador distante, ausente daquele ambiente, a recordar a menina, sem saber porém do seu destino. Entretanto, mais tarde, no capítulo "A despedida", o leitor se admira quando é confrontado com a informação de que Esperada morreu, levada pela varíola, que assolou a comunidade em Guri. Um sacerdote, chamado Frei Celestino, comunica a Apolônio o fato da seguinte maneira: "Foram poucas as cabanas que ficaram resguardadas da visita da morte!" E Apolônio indaga: "Estais com cuidado de poupar-me, meu caro irmão [...] Qual a situação na minha própria casa; como vai Esperada, como estão sua mãe e os irmãos?" E em voz baixa recebe a resposta: "Também Esperada foi levada pelo inexorável anjo exterminador." Outra menção de sua morte ocorre ainda no capítulo "Os Ex-Jesuítas". Hartoman conversa com um índio, Pachicu, catecúmeno de Apolônio, "irmão da mãe de Esperada, e quando fala da antiga paz de alma da irmã e da dor sentida junto ao túmulo da bela filha, turva-se o olhar de Hartoman [...]". Qual o motivo dessas duas versões, aparentemente contraditórias? O narrador, refletindo no primeiro dos exemplos sobre as experiências vividas na Amazônia, não sabe qual teria sido o destino de Esperada e chega a imaginar que ela, apesar de especialmente sensível, mais bem formada do que os demais índios, graças aos ensinamentos do Frei Apolônio, teria sido obrigada pelas circunstâncias a retornar ao meio de origem, e em conseqüência disso a pressente infeliz e maltratada. Entretanto, conforme se verifica mais tarde, Hartoman não ignorava que Esperada nunca voltou ao seu ambiente primitivo, morrendo em Guri, durante a epidemia de varíola, enquanto ainda se encontrava na casa do sacerdote. Essa contradição aparente pode, assim, servir de indicação de como o autor distingue conscientemente entre narrador e personagem do romance, aplicando na prática uma das teorias do Romantismo. Tal distinção torna-se evidente quando diz, no capítulo "Atividade ampliada": "Tu, meu caro leitor, hás de acreditar no narrador desta estória, quando disser que para *Hartoman* foi muito penoso guardar o seu segredo."

Freqüentemente aparecem no romance referências à cultura, aos costumes e às condições existenciais dos índios. Assim o *ipadu*, um arbusto de folhas oblongas, pequenas, com as propriedades da coca, é repetidamente mencionado, porque despertou o interesse do cientista por suas propriedades medicinais. Trata-se, assim diz no capítulo intitulado "A Caça", de "um pó verde das folhas de coca [...] Esse pó, utilizado para elevar os espíritos vitais, que pode ser encarado como o ópio desses povos, consomem-no os filhos da solidão no Amazonas superior, bem como os peruanos, dos quais talvez o tenham recebido". Na mesma linha de interesses menciona a cozinha dos índios e fala repetidamente dos *beijus*, bolos de massa de tapioca ou mandioca, dos quais há numerosas espécies, e que "Esperada costumava servir com mel, uma iguaria". Menciona igualmente as beijueiras, índias que preparam essa comida, e observa o valor nutritivo do *caruru*, designação de plantas alimentares, de folhas verdes, muito saborosas. Detém-se na descrição do preparo dos *beijus*:

> "A mais ativa das donas-de-casa ali reunidas incumbiu-se da tarefa mais difícil e mais importante, transformar a farinha, que se encontrava em processo de secagem, naquelas fatias semelhantes às torradas (beiju), que tomam o lugar do pão da nossa civilização. Provou ser incansável em atiçar o fogo, virar a farinha e preparar a iguaria, trabalhando com um arco de madeira leve de marupá e reunindo a quantidade indicada de cânhamo solto com farinha, após o que coloca a massa sobre a chapa de barro do fogão, virando-a constantemente, até transformá-la nos pãezinhos brancos, depositados depois com mão leve nos cestos que se encontram a seu lado."

Aliás, em várias partes do livro transparece, como aqui, o interesse etnológico de Martius, ao romance adicionando curiosidades folclóricas e mitográficas.

Não devem ser esquecidas as magníficas descrições da natureza amazônica, ou das turbulências, às quais esta é freqüentemente submetida. A condição de botânico de nosso autor, à qual aliava arguto dom de observação e invejável capacidade expressiva, torna a projeção de seus quadros descritivos experiência valiosa de leitura. Vejamos alguns exemplos, o primeiro do capítulo "A caça":

> "De repente irrompeu uma tremenda tempestade, que descarregou o seu vigor em chuva intensa e trovões intermináveis. As cabanas tremiam sob os violentos impulsos do vento, a selva gemia e bramia, a chuva enfurecida estalejava através dos leves telhados de folhas de palmeiras, entre redes e fogão. O céu dava impressão lúgubre, como que guarnecido por coberta impenetrável de nuvens negras, e os relâmpagos vermelhos, que sem parar agitavam o firmamento, iluminavam apenas para tornar ainda mais medonha a pesada escuridão. A atmosfera tremia com os estalos dos trovões que, procedendo de todos os quadrantes, se descarregavam sobre nossas cabeças."

Ou, do capítulo "Esforços de conversão":

> "Pteridófitos, juncos aromatizados e canaviais cobriam a margem de um tapete verde, enquanto as gigantescas árvores, entrelaçando seus braços enormes, não raro impediam a passagem dos barcos mais altos. A selva, apenas raramente penetrada pelos raios solares, soltava continuamente uma chuva fina sobre nossas cabeças. Reinava silêncio profundo, por vezes interrompido pelo ronco de uma capivara ou o bater das patas dos tapires que, apressados, retornavam aos lamaçais da terra baixa. Viam-se figuras estra-

nhas de árvores aleijadas, pensas sobre as águas quais fantasmas, grupos tristes de samambaiaçus, e respirava-se o aroma inebriante das espádices abertas nas palmeiras, o cheiro penetrante das enormes flores de aráceas ou dos portentosos sinos das mal-cheirosas aristolóquias, continuamente rodeadas de enxames de moscas inúmeras."

E, finalmente, do capítulo "Pachacutec":

"Silenciosa é a linguagem das plantas, mas também ela se manifesta claramente para o observador consciente da natureza. As ingazeiras nas ribanceiras estendem suas folhagens aos raios solares, enquanto seus grandes tufos de flores, tecidos como se fossem fios de prata, esvoaçam no vento matutino. As gigantescas mungubeiras estão adornadas de flores e diamantizadas pérolas de orvalho encimam as folhas superiores. Percebe-se entre as grutas verdes, iluminadas apenas por poucos raios dourados do sol, que conseguiram penetrar na floresta virgem, estonteante riqueza de cores e beleza!"

Eis, portanto, amostras do seu poder descritivo.

Os manuscritos do romance foram encontrados entre os documentos inéditos do autor, custodiados na *Bayerische Staatsbibliothek* (Biblioteca Estadual da Baviera), secção de manuscritos, coleção Martiusiana, e compõem um volume de 314 páginas, redigidas em grafia gótica, obedecendo a princípios de ortografia, sinalização gráfica e pontuação diversos dos atuais. São raras as aspas nas falas dos personagens, os princípios de virgulação são alterados, a divisão das matérias é, às vezes, surpreendente. Sempre que possível observamos, nas duas versões realizadas, a transcrita e a traduzida, o sistema preferido do autor, desviando-nos do mesmo quando fidelidade poderia ameaçar a compreensão.

A grafia dos nomes próprios foi respeitada, desde que não houvesse duplicidade, tal como em Japurá/Jupurá e outros. Decidimo-nos por Hartoman, no caso do personagem principal, ainda que por descuido Martius tivesse conservado o anagrama *Suitram* em algumas passagens, e adotamos as correções a que o autor submeteu seu original na última versão de próprio punho. A par de sua imensa produção científica, Carl F.Ph. von Martius já havia conquistado (ao lado do seu companheiro J.B. von Spix) generalizados louvores da crítica e do público com a sua *Viagem pelo Brasil* quando concluiu este livro. Iniciava-se um processo de consagração do cientista e viajante, que não queria ser posto à prova como ficcionista, muito embora se dedicasse na mesma época também a contos e novelas e produzisse poemas, alguns dos quais publicados. Todo esse labor literário, porém, segue o esquema da época, mas será preciso lembrar que exatamente no período romântico, ao qual se filia, o culto da imitação, próprio da época clássica, fora substituído pelo culto da originalidade e, no que respeita à temática, Martius revela-se, isto sim, extremamente original ao retratar a natureza, o homem e a sociedade do Brasil. É exatamente aí que reside a riqueza do *Frey Apollonio*, no qual uma visão nova da Amazônia do seu tempo é transmitida em linguagem que comunica, sugere, sugestiona e emociona. É por isto que esse autor, brasileiro por opção da sua alma generosa, merece a homenagem justa de ter ainda nos nossos dias publicado o seu romance, apesar de decorridos quase cento e setenta e cinco anos desde sua conclusão.

São Paulo, fevereiro de 2005.

Ribeiro Couto e o homem cordial

Elvia Bezerra

Em 1946, quando fez o discurso de recepção a Peregrino Júnior na Academia Brasileira de Letras, Manuel Bandeira destacou, entre as virtudes do empossado, a cordialidade. Dizia ele: "Ribeiro Couto inventou de uma feita a teoria do 'homem cordial'. Segundo o nosso amigo, a cordialidade seria a contribuição brasileira à obra da civilização."

Nascido em Santos, SP, Couto ficou conhecido como fundador do Penumbrismo – que não chegou a ser uma escola, mas, como ele mesmo definiu, "uma certa atitude reticente, vaga, imprecisa, nevoenta, no jeito de escrever versos" por volta dos anos 1920 a 1923 – e por ser o autor de *Cabocla* (1931), romance duas vezes adaptado para novela de televisão. Por outro motivo, seu nome se ligou para sempre ao de Sérgio Buarque de Holanda: foi o historiador paulista quem deu "fundamento sociológico", como disse Antonio Candido, à expressão "homem cordial", criada pelo poeta santista.

Os alicerces da teoria do "homem cordial" já foram visitados pelo professor americano Fred Ellyson, que localizou, na Capilla

Elvia Bezerra é autora de *A Trinca do Curvelo*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1995, *Meu Diário de Lya*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2002 e responsável pela organização, introdução e notas de ensaios de Ribeiro Couto reunidos em *Três Retratos de Manuel Bandeira*. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 2004. É colaboradora/redatora *da Enciclopédia Barsa Planeta Internacional*.

Alfonsina, biblioteca de Alfonso Reyes na Cidade do México, as cartas de Ribeiro Couto ao amigo mexicano. Em 1984, Ellyson publicou o artigo intitulado "Alfonso Reyes e Ribeiro Couto: uma correspondência cordial", em *Miscelânea de Estudos Literários: homenagem a Afrânio Coutinho*. Posteriormente, ele o desenvolveria no capítulo "*Monterrey* chega ao Rio", de *Alfonso Reyes e o Brasil*.[1]

A origem do "homem cordial" remonta aos primeiros anos da década de 1930, no Rio de Janeiro, quando entrou no cenário a figura de Alfonso Reyes, embaixador mexicano no Brasil, notável poeta e intelectual que se juntou ao grupo de escritores e boêmios freqüentadores do lendário Restaurante Reis, no centro da cidade. Casa humilde, "cujo grosso da freguesia era de motoristas e carroceiros" – conta Manuel Bandeira –, ali se podia, com algum espanto, encontrar o embaixador do México sendo homenageado com um jantar oferecido por jornalistas e poetas.

Pensando em estimular o intercâmbio entre artistas, Dom Alfonso, como muitos o chamavam, decidiu editar, na então capital da República, onde permaneceria de 1930 a 1936, a revista *Monterrey: Correo Literario de Alfonso Reyes*. A publicação entusiasmou Manuel Bandeira, que tratou de enviar os três primeiros números, dos catorze que seriam publicados, a seu querido amigo Ribeiro Couto, então funcionário do Consulado do Brasil em Marselha.

Couto, de temperamento vibrante, e especialmente animado sempre que se tratasse de ligações intelectuais ultramarinas, espontaneamente escreveu a Reyes cumprimentando-o pela iniciativa. É nessa carta, datada de 7 de março de 1931, que ele usa, pela primeira vez, a expressão "homem cordial". Apreciando o assunto, e em reconhecimento à atenção do remetente, Reyes publicou trecho da referida carta com o título de "*El Hombre Cordial, producto americano*", na seção "Epistolário" da *Monterrey*.[2]

Provavelmente nenhum dos dois imaginava o desdobramento que teria a divulgação do texto. Abre-se aqui um parêntese para um salto adiante, no tem-

[1] Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.
[2] N.º 8, de março de 1932, p. 3.

po: vinte anos depois, em 25 de fevereiro de 1952, já embaixador em Belgrado, e sabedor do caminho que tomara o seu "homem cordial", Ribeiro Couto escreveria a Alfonso Reyes pedindo-lhe cópia da carta de 1931. É esse documento, que hoje integra o Arquivo Ribeiro Couto, sob a guarda do Arquivo-Museu de Literatura da Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, que se transcreve a seguir:

> "O verdadeiro americanismo repele a idéia de um indianismo, de um purismo étnico local, de um primitivismo, mas chama a contribuição das raças primitivas ao homem ibérico; de modo que o homem ibérico puro seria um erro (classicismo) tão grande como o primitivismo puro (incultura, desconhecimento da marcha do espírito humano em outras idades e outros continentes). É da fusão do homem ibérico com a terra nova e as raças primitivas, que deve sair o 'sentido americano' (latino), a raça nova produto de uma cultura e de uma intuição virgem – o Homem Cordial. Nossa América, a meu ver, está dando ao mundo isto: o Homem Cordial. O egoísmo europeu, batido de perseguições religiosas e de catástrofes econômicas, tocado pela intolerância e pela fome, atravessou os mares e fundou ali, no leito das mulheres primitivas e em toda a vastidão generosa daquela terra, a Família dos Homens Cordiais, esses que se distinguem do resto da humanidade por duas características essencialmente americanas: o espírito hospitaleiro e a tendência à credulidade. Numa palavra, o Homem Cordial. (Atitude oposta do europeu: a suspicácia e o egoísmo do lar fechado a quem passa). (Como é bom, nos pueblos e aldeias da nossa América, no seu México como no meu Brasil, mandar entrar o caixeiro-viajante francês que vende peças de linho, ou o engenheiro alemão que está estudando a geologia local, e convidá-lo para almoçar! A gente grita logo lá para dentro: – Ó fulana, manda matar uma galinha!)...
>
> O fato, porém, é que se não somos latinos, nós, oriundos da aventura peninsular celtibérica em terras americanas (alimentada pela redes nupciais de índias bravias e pela sensualidade dócil de negras fáceis), se não somos lati-

nos, somos *qualquer coisa* de muito diferente pelo espírito e pelo senso da vida cotidiana. Somos povos que gostam de conversar, de fumar parados, de ouvir viola, de cantar modinhas, de amar com pudor, de convidar o estrangeiro a entrar para tomar café, de exclamar para o luar em noites claras, à janela: – Mas que luar magnífico! Essa atitude de disponibilidade sentimental é toda nossa, é ibero-americana... Observável nos nadas, nas pequeninas insignificâncias da vida de todos os dias, ela toma vulto aos olhos do crítico, pois são índices dessa Civilização Cordial que eu considero a contribuição da América Latina ao mundo."

Marselha, 7-III-931

Ribeiro Couto

Estava aí o embrião da teoria do homem cordial que Sérgio Buarque de Holanda desenvolveria no capítulo V, intitulado "O homem cordial", de seu hoje clássico *Raízes do Brasil* (1936), de que se transcreve o seguinte trecho:

"A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar 'boas maneiras', civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. [...] Nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez. Ela pode iludir na aparência – e isso se explica pelo fato de a atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no 'homem cordial': é a forma natural e viva que se converteu em fórmula."[3]

[3] HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 146-147.

Oposição de idéias

Percebe-se que as idéias do poeta e do historiador divergem. Se há, na concepção dos dois, alguma coincidência no que diz respeito a um "fundo emotivo extremamente rico e transbordante" que caracteriza o homem cordial, o primeiro destaca nesse homem o "espírito hospitaleiro e a tendência à credulidade", enquanto o segundo analisa a natureza do "fundo emotivo" que dá origem ao tipo de cordialidade brasileira, afirmando que "a inimizade bem pode ser tão *cordial* como a amizade, visto que uma e outra nascem do coração, procedem da esfera do íntimo, do familiar, do privado".

Dessa maneira, ao ibero-americano pleno de disponibilidade sentimental, ao homem sempre bom de Ribeiro Couto opõe-se o brasileiro de Sérgio, bom e mau a um só tempo, mas essencialmente avesso à polidez que não seja ditada pelo coração.

De qualquer modo, era o "homem cordial" buarquiano "de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante" que Bandeira reconhecia em Peregrino Júnior, ao mesmo tempo em que o julgava modelo para Ribeiro Couto. Sob a ótica bandeiriana, pelo menos, haveria um ponto de convergência entre a idéia do poeta e o conceito do historiador.

Seria bem-vindo um estudo ligando a idéia dos dois, identificando possíveis ecos. Não é esse, no entanto, o objetivo deste artigo, em que se quer apenas rastrear a trajetória da idéia original, deixando de lado as análises, que são da competência dos estudiosos das ciências sociais.

Não só pelo "homem cordial" estiveram ligados os dois paulistas. Sérgio Buarque era tão fã do poeta santista que sabia, de cor, versos de *O Jardim das Confidências* (1921), primeiro livro de poemas de Couto. Dizia-os na madrugada, pelas ruas do Flamengo, quando acompanhava o português José Osório de Oliveira à pensão onde este se hospedava no Rio. Como crítico literário, Sérgio Buarque expressou seu entusiasmo pela obra de Ribeiro Couto em vários artigos, publicados sobretudo nas revistas *O Mundo Literário* e *Estética*. E em 1931 foi detido no Mangue, bairro do Rio de Janeiro, quando, em companhia

de Couto, Otávio Tarqüínio de Sousa e outros, dava vivas à Revolução Constitucionalista de São Paulo – conta Maria Amélia Buarque de Holanda, viúva do historiador, na cronologia que escreveu sobre o marido.

Repercussão

Escritores e estudiosos de áreas diversas já se detiveram na compreensão do conceito de "homem cordial". Oswald de Andrade tratou do assunto em *Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias*, no capítulo intitulado "Um aspecto antropofágico da cultura brasileira: o homem cordial". Entre outros, estudaram o tema o historiador inglês Peter Burke, o cientista político Gabriel Cohn, o professor de literatura Alcir Pécora, Antonio Candido e, mais recentemente, o professor de literatura João Cezar de Castro Rocha, em *O Exílio do Homem Cordial*.

Um dos mais inflamados interlocutores de Sérgio Buarque de Holanda foi o escritor Cassiano Ricardo, que com ele travou polêmica nas páginas da revista paulistana *Colégio*. Embora tenha explicado que a cordialidade de que tratava não se referia a "boas maneiras", Sérgio Buarque provocou a discordância do autor de *Marcha para Oeste* (1940). Por isso, na segunda edição de *Raízes do Brasil* (1948), inseriu nota explicativa sobre o assunto e, em vez de abrir o parágrafo, no corpo do texto, com "O escritor Ribeiro Couto teve uma expressão feliz...", como se lê na primeira edição, escreveu: "Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o homem cordial."

Nesse ponto, abre uma longa nota de rodapé, em que mantém o registro da autoria da expressão, atribuindo-a a Ribeiro Couto, e esclarece o que já estava explícito nos termos da edição anterior, mas que Cassiano Ricardo entendera de forma diferente. Ressalta o historiador, na referida nota:

> "[...] A expressão é do escritor Ribeiro Couto, em carta dirigida a Alfonso Reyes e por este inserta em sua publicação *Monterrey*. [...] cabe dizer que,

pela expressão 'cordialidade', se eliminam aqui, deliberadamente, os juízos éticos e as intenções apologéticas a que parece inclinar-se o sr. Cassiano Ricardo, quando prefere falar em 'bondade' ou em 'homem bom'. Cumpre ainda acrescentar que essa cordialidade, estranha, por um lado, a todo formalismo e convencionalismo social, não abrange, por outro, apenas e obrigatoriamente sentimentos positivos e de *concórdia.* A inimizade bem pode ser tão *cordial* como a amizade, visto que uma e outra nascem do *coração*, procedem, assim, da esfera do íntimo, do familiar, do privado."[4]

O texto integral da resposta de Cassiano a essa nota consta da 3.ª e 4.ª edições de *Raízes do Brasil*. Retirada a partir da 5.ª, nessa edição e nas seguintes manteve-se apenas a afiada e bem-humorada carta-resposta de Sérgio Buarque, publicada originalmente na *Colégio* de setembro de 1948 e suprimida de *Raízes* a partir da 26.ª edição.

Popularização

Seguindo o caminho dos conceitos que se popularizam, o "homem cordial" não seria diferente: causou polêmica entre intelectuais, ganhou interpretações diversas e expandiu-se no gosto popular. As distorções foram muitas, ainda uma vez de acordo com as teorias que transcendem o campo da ciência e migram para o cotidiano.

Em 2002, por ocasião das comemorações do centenário de nascimento de Sérgio Buarque, o "homem cordial" esteve mais do que nunca em evidência. O historiador Ronaldo Vainfas, em artigo publicado na edição especial do caderno "Mais", da *Folha de S. Paulo*, em 23 de junho de 2002, esclareceu os equívocos em torno do conceito e lamentou que a *cordialidade* a que se referiu Sérgio Buarque tenha sido "entendida como concórdia, bondade, quase subserviência". E acrescenta: "De todo modo, a *cordialidade* de Sérgio Buarque significava

[4] HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil.* 26.ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 204-205.

passionalidade, aversão a todo convencionalismo ou formalismo social e tanto podia ser positiva como agressiva."

Na mesma safra de homenagens, a jornalista Norma Couri, em artigo do *Jornal do Brasil* de 1.º de junho de 2002, afirmou que o historiador "passou a vida explicando que o brasileiro não era nem manso nem intrinsecamente bom". E que – teria dito Sérgio Buarque: – "O sujeito pode ser cordial amigo ou cordial inimigo, cordial de coração, cordial mauzinho ou mauzão."

Ao adotar "cordial" no sentido pouco usado de " referente a ou próprio do coração", como se lê na definição do Dicionário Houaiss, Sérgio Buarque criava, involuntariamente, sucessivos mal-entendidos. É freqüente, até hoje, o uso da expressão "homem cordial" no sentido de afável, caloroso, adjetivos contrários ao conceito elaborado pelo historiador. Passados tantos anos e apesar das inúmeras explicações, muitos insistem em ver o "homem cordial" naquele sentido que lhe deu Ribeiro Couto. É o próprio Fred Ellyson quem afirma em seu *Alfonso Reyes e o Brasil*:

> "Aliás, a utilidade de Reyes ao seu país foi, sem dúvida, ampliada graças à identificação com o estereótipo nacional do 'homem cordial' – não importa que o sociólogo Sérgio Buarque de Holanda tenha divulgado o termo com um sentido diferente do convencional. Ainda vive no Brasil quem acredite que Reyes personificava a cordialidade."[5]

[5] ELLYSON, Fred. *Alfonso Reyes e o Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002, p. 261.

Insight: Machado de Assis

Fernando Fortes

~ I

O fato de Machado de Assis ser considerado nosso maior escritor sempre me intrigou: mulato de origem humilde, gago, epilético, com problemas de visão, nunca um talento encontrou, em nossa terra, maiores desafios para realizar-se; mas é sobretudo dessas condições adversas que provém sua estatura de gigante. É sabido que não foi um gênio criador, no sentido imaginativo do termo; no entanto, logrou, como ninguém – negando-se como criatura humana – introjetar e amalgamar a influência daqueles escritores europeus que desejaria ter sido. Despersonalizando-se, fez-se um composto híbrido de personalidades como Sterne, Swift, Merimée, Xavier de Maistre, Diderot, Poe e outros.

Sua grande invenção foi inventar-se escritor – personagem de todos esses, materializando-se num estilo que é, ao mesmo tempo, o somatório dos reagentes inspiradores, e, acima de tudo, um novo

Poeta, ensaísta e ficcionista, autor de *Tempos e Coisas* (1958), *Epílogo de Epaminondas* (1960), *A Véspera do Medo* (1972), *Augusto dos Anjos, Eu Tu Ele Nós Vós Eles* (1978), *Arma Branca* (1980), *Raiz da Dor* (1980), *Canto Pluro e outros Poemas* (1982), entre outras obras.

produto, com características absolutamente próprias. Pede emprestado os elementos e fabrica a substância. No catalisador desta reação química é que está sua força genial; com o bom gosto de sintetizar palavras, armá-las elegantemente em frases, transpor os caracteres estrangeiros para o seu meio, encadear os episódios, ordenar o texto, selecionar o assunto e os tipos, manter a narrativa dentro de um sistema lógico autônomo, Machado provou possuir uma enzima mimética altamente refinada. Em linguagem moderna, diríamos que sua mente era dotada de um mecanismo semelhante ao de um computador analógico de geração mais avançada que os de sua terra.

Aí está a fórmula inconsciente que ele encontrou para iludir e sublimar todos aqueles estigmas indesejáveis. É claro que o fenômeno é ainda mais complexo, e, para explicá-lo plenamente, gostaríamos de lembrar que a inteligência de Machado contava também, para alimentar sua qualidade criadora, com um forte caráter anal-sádico e poderoso superego; daí a limpeza, a ordem, a síntese e elegância do seu estilo ático (terminou seus dias aprendendo grego). De resto, sabemos que retratou, e não por acaso, a sociedade e o meio ambiente em que gravitavam os principais personagens de seus modelos estrangeiros, encontrando, assim, a equivalência de um mundo encantado tão próprio à negação de suas raízes.

O sincretismo racial favoreceu o sincretismo estilístico. O artifício psicológico se assemelha ao de Fernando Pessoa, mas a solução foi inversa e menos visível; enquanto Pessoa despersonalizava-se, desintegrando-se em diversos heterônimos, Machado despersonalizava-se, atomizando-se em um só homônimo. Dois gênios, dois mecanismos: Pessoa resolveu-se através de uma identificação projetiva e Machado, de uma identificação introjetiva

~ II

É revelador e pueril ver o jovem Machado verberar, invejosamente, o bem-sucedido Eça de Queirós, em sua "Crítica", denunciando a influência de uma obra de Zola no *Crime do Padre Amaro*, e da *Eugênia Grandet*, de Balzac, sobre

Jogo de xadrez e cadeiras. Parte integrante do Acervo Machado de Assis da Academia Brasileira de Letras.

O Primo Basílio, ambos estréias de sucesso nas letras portuguesas. Se seguirmos os paralelos de aproximação que ele tece, em seu artigo, sobre as duas obras, temos a impressão de um mágico ou inventor que se despeitou de outro, por ter aquele revelado à humanidade, com antecedência, o truque que ele tinha em mente; pois basta ver em seus contos e romances posteriores o sestro de interromper a narrativa para conversar com o leitor, bem como os capítulos curtos com títulos longos e extravagantes, para nos sentirmos diante da *Sentimental Journey* de Sterne, isso sem falar no ainda não apontado paralelo entre "O Alienista" e um conto de Poe, muito anterior: "O processo do Dr. Alcatrão e do Professor Pena" (título da tradução), em que dois especialistas visitam um manicômio e dialogam, durante o jantar, com um grupo de médicos dirigentes do mesmo; só que o diálogo, por parte dos últimos, desenrola-se em rematado *nonsense* (como as falas de Simão Bacamarte). Ao fim, descobre-se que os loucos empreenderam um motim e trancafiaram os verdadeiros doutores, assumindo de empréstimo o seu papel.

Na mesma "Crítica", num panorama sobre a literatura brasileira, intitulada "Instinto de Nacionalidade", escrito especialmente para uma Folha de Nova York, Machado afirma que o verdadeiro escritor nacional não se realiza colo-

cando nos romances os elementos nitidamente locais; em troca, um autor brasileiro pode consagrar-se usando métodos de análise e estilo alienígenas, desde que mantenha como *décor* um discreto tom regional e logre transpor, adequadamente, os equivalentes estrangeiros ao nosso meio; mesmo porque, segundo ele, a sociedade brasileira da época macaqueava a mentalidade e os hábitos europeus.

Eis aí os ingredientes que Machado, mais tarde, veio a usar com pleno êxito, para transformar-se em nosso maior homem de letras.

III

Já pensaram em Machado lépido, moleque, assoviando e cabriolando, cheio de riso feito Mozart? Pois foi como o senti, agora, relendo suas *Memórias Póstumas de Brás Cubas*; um Machado carioca, *light*, distribuindo 'piparotes'; em uma palavra, um Machado rococó. O ornamento virtuosístico, inebriado de si mesmo, excessivo, é o grande personagem, o pretexto para desenvolver o livro; o estilo negaceado, ameaçando o leitor com fintas e falsas pistas, para enveredar por atalhos inesperados, é a diversão de pique a que se entrega Brás Cubas – Machado de Assis – leitor.

Até no truque de narrar depois de morto, é como se entendesse que o tempo é circular: velho – morte – nascimento – criança, isto é, o homem atemporal. Daí o livro, de 1881, ser tão moderno e revolucionário, mormente em relação aos anteriores. Machado largou de vez os amores de moços e moçoilas à Alencar e tomou de empréstimo o *Primo Basílio* de Eça, que é de 1878, estilizando o adultério deste, embora sem as minúcias do escritor português. Se o tema vem de Eça, o estilo vem de Sterne, mas tudo apropriado e transfigurado por Machado, 'formando um terceiro tom, a que chamamos aurora'.

Fico daqui, do século XXI, imaginando Machado a ditar para Carolina essa historinha porca; os dois cúmplices, caseiros, sem televisão, inventando as peripécias de uma novela das oito. Mas, para brincar disso, é preciso "não ter filhos, não deixar no mundo o legado de nossa miséria". Também para quê, se passaram a vida, ele e Carolina, brincando de filho um do outro?

À procura de Tructesindo

Por que tanta gente hoje em dia pesquisa as próprias raízes?

Armando Alexandre dos Santos

"Sem temor, erguido sobre o travesseiro, Gonçalo não duvidava da realidade maravilhosa! Sim! Eram os seus avós Ramires, os seus formidáveis avós históricos, que, das suas tumbas dispersas corriam, se juntavam na velha casa de Santa Irinéia nove vezes secular – e formavam em torno do seu leito, do leito em que ele nascera, como a assembléia majestosa da sua raça ressurgida... Gonçalo sentiu que a sua ascendência toda o amava, e da escuridão das tumbas dispersas acudira para o velar e socorrer na sua fraqueza."

Eça de Queirós, *A Ilustre Casa de Ramires*.

Armando Alexandre dos Santos é historiador, escritor e jornalista profissional, autor de *A Legitimidade Monárquica no Brasil*, *Parlamentarismo sim, mas à brasileira*, *Apontamentos para a História do Instituto Genealógico Brasileiro*, etc. É Diretor de Publicações do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

O tema do presente artigo é um curioso fenômeno que nas últimas décadas se vem manifestando, com crescente intensidade e cada vez mais generalizado, no Brasil, como também na

Europa, nos Estados Unidos, em toda a América: o fenômeno da "Neo-Genealogia".

Procuraremos inicialmente delimitar esse fenômeno, e para delimitá-lo tentaremos descrever suas numerosas manifestações. Na segunda parte, tentaremos explicá-lo: quais as razões psicológicas, sociológicas, psico-sociológicas, culturais, filosóficas, até mesmo de cunho religioso, que o motivam e produzem.

Cabe esclarecer, desde já, que procuramos redigir este trabalho evitando propositadamente dar a ele a amplitude, a extensão e o estilo de um tratado ou de uma tese acadêmica. Não visamos produzir uma exposição exaustiva, completa e acabada dos temas tratados, e menos ainda procuramos impingir à mente do leitor nossas próprias convicções pessoais; simplesmente quisemos sugerir ao seu espírito problemas e indagações que ele saberá, melhor do que ninguém, conferir com a realidade que tem diante de seus olhos e elaborar pouco a pouco, de acordo com suas próprias idéias, impressões e feitio psicológico. Os temas são, aqui, expostos e abordados de modo tanto quanto possível informal, em estilo vivo e corrente.

Antes de entrarmos na primeira parte da exposição, convém falar de um livro que, de certa forma, está na raiz desse curioso e intrigante fenômeno.

O livro de Alex Haley

Em 1976, o escritor norte-americano Alex Haley, de raça negra, publicou uma obra que se tornou rapidamente *best-seller*: *Roots* – Raízes.

Alex Haley foi militar, serviu na Marinha Norte-Americana, e quando passou para a reserva, aos 37 anos de idade, estabeleceu-se como jornalista e como escritor razoavelmente bem-sucedido.

A história de *Raízes* é interessante. Haley recordava-se de toda uma tradição oral existente na sua família materna, a ele transmitida por algumas tias velhas, que se lembravam de terem ouvido contar que um ancestral da família fora capturado na África, quando se afastara da sua aldeia para cortar um

tronco de árvore e fabricar um tambor. A tradição oral da família conservava o nome africano desse ancestral – Kunta Kinte –, o seu nome adotado nos Estados Unidos – Toby –, os nomes dos primeiros senhores que o escravo Kunta Kinte-Toby teve na América, algumas palavras e expressões do idioma africano, passados de geração em geração, e uma série de episódios da vida desse escravo.

A partir desses dados fragmentários e incompletos, Haley, graças a uma bolsa que recebeu da editora das Seleções do *Reader's Digest*, pôde se dedicar à busca de suas raízes. Fez viagens à África, à Inglaterra, a diversos pontos dos Estados Unidos, consultou especialistas, arquivos, jornais da época em que os vários fatos se passaram. No total, pesquisou em 57 arquivos ou bibliotecas de três continentes, e levou, na pesquisa e na redação do livro, nada menos que 12 anos.

Inicialmente, graças a especialistas em idiomas africanos, ele conseguiu localizar o grupo lingüístico a que correspondiam as palavras e expressões africanas de que se lembrava; conseguiu depois situar aproximativamente a região de onde deveria provir seu ancestral – as margens do rio Gâmbia – e, viajando para a Gâmbia, soube que Kinte era um nome muito freqüente em duas aldeias do interior do país, as quais, segundo a tradição oral, haviam sido fundadas séculos atrás por dois irmãos, membros de um mesmo clã.

Haley procurou essas aldeias, e numa delas teve uma longa conversação – naturalmente por meio de um intérprete – com um *griot*. Os *griots* são cantadores que, de memória e por tradição oral, cantam a história das aldeias, dos clãs negros, das sucessivas gerações de seus moradores. Cada *griot* tem discípulos que ouvem a cantoria do mestre, aprendem-na de cor, e passam para a frente aquele precioso repositório de tradição não escrita.

O *griot* consultado por Haley, após duas horas rememorando toda a história dos Kintes de passadas eras, chegou a um ponto em que, "quando os soldados do rei branco chegaram", um jovem, chamado Kunta, tendo saído para derrubar uma árvore a fim de fazer um tambor, desaparecera. Haley, emocionado – é assim que ele conta no livro – somente então abriu seu caderninho de notas cuida-

dosamente catalogadas, e mostrou que aquilo coincidia exatamente com o ponto inicial de sua pesquisa, ou seja o que ouvira das velhas tias. Quando traduziram para o *griot* o que dizia o norte-americano, o bardo sorriu, houve uma espécie de cerimônia, com danças tradicionais, batuques e atabaques, e o distante membro do clã Kinte foi solenemente reintroduzido naquela sociedade tribal.

Posteriormente, com base em registros da marinha inglesa e dos censos norte-americanos, Haley conseguiu documentar de modo bastante completo – a julgar pelo seu livro, repita-se – o histórico de sete gerações de sua família, desde Kunta Kinte até ele próprio, e escreveu um livro um tanto romanceado sobre as aventuras de seu pentavô.

Esse livro fez um sucesso extraordinário dos Estados Unidos, e a partir dali no mundo todo. Teve inúmeras edições. No Brasil, foi publicado pela Editora Record com o título de *Negras Raízes*. Já em 1977 foi transformado em filme e depois em seriado de televisão. Na TV norte-americana, imediatamente se tornou recordista absoluto de audiência, conseguindo 130 milhões de telespectadores. Tanto o livro quanto o filme receberam diversos prêmios.[1]

Embora haja quem pense que em *Raízes* o elemento ficção prepondere bastante sobre o elemento pesquisa genealógica, o fato é que foi sobretudo a partir da publicação desse livro que tomou corpo e se fez notar mais sensivelmente, o fenômeno que, neste estudo, chamamos de "Neo-Genealogia".

Três modalidades de genealogia, no passado

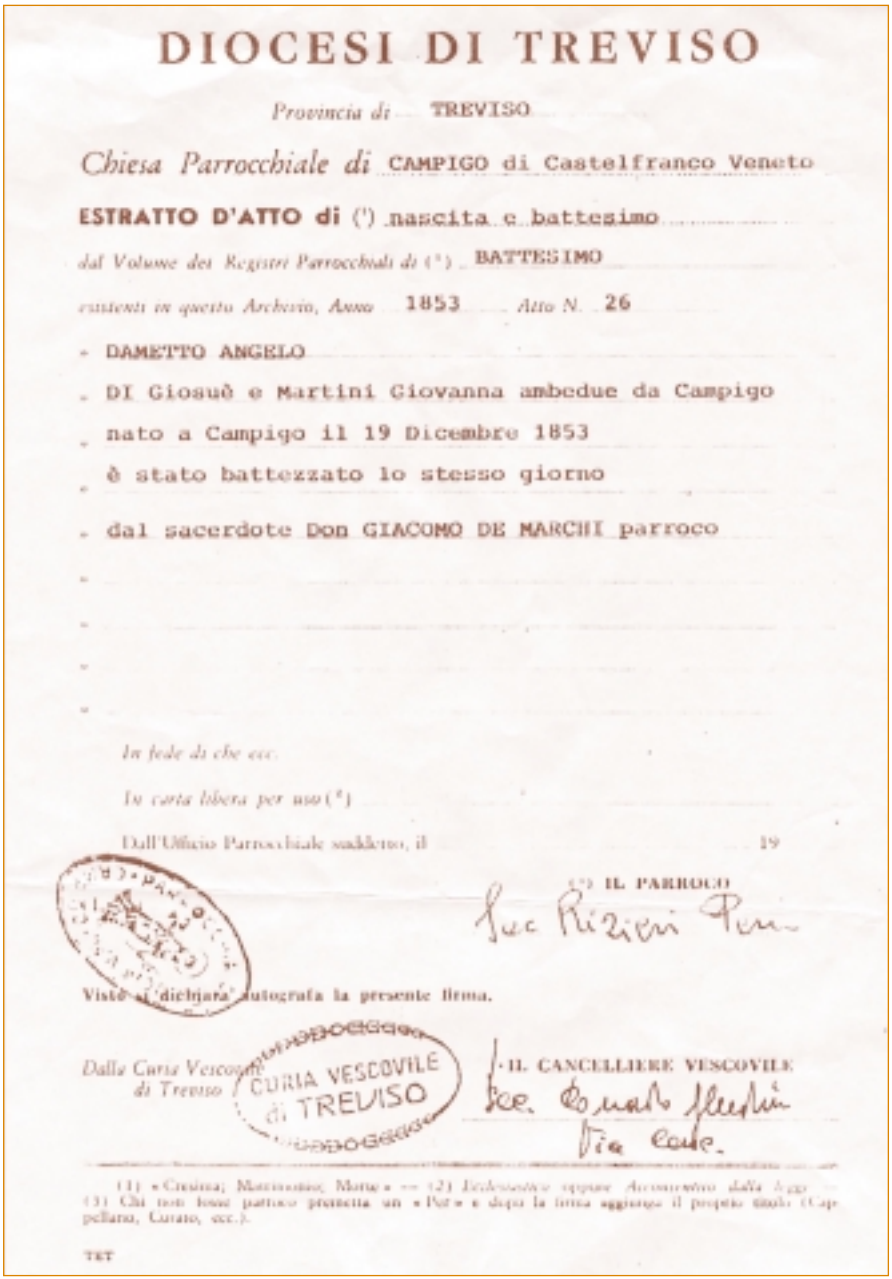
Antes de mais nada, distingamos a "Neo-Genealogia" da Genealogia que se estudava outrora. Os estudos genealógicos, no passado, eram basicamente:

1) ou de cunho religioso;

2) ou de cunho nobiliárquico;

3) ou se destinavam a assegurar a transmissão da propriedade.

[1] Cf. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 19-2-1990.



DIOCESI DI TREVISO

Provincia di TREVISO

Chiesa Parrocchiale di CAMPIGO di Castelfranco Veneto

ESTRATTO D'ATTO di (1) nascita e battesimo

dal Volume dei Registri Parrocchiali di (2) BATTESIMO

esistenti in questo Archivio, Anno 1853 Atto N. 26

- DAMETTO ANGELO
- DI Giosuè e Martini Giovanna ambedue da Campigo
- nato a Campigo il 19 Dicembre 1853
- è stato battezzato lo stesso giorno
- dal sacerdote Don GIACOMO DE MARCHI parroco

In fede di che ecc.

In carta libera per uso (3)

Dall'Ufficio Parrocchiale suddetto, il 19

(3) IL PARROCO

Sac. Rizieri Pen.

Visto si dichiara autografa la presente firma.

Dalla Curia Vescovile di Treviso

CURIA VESCOVILE di TREVISO

IL CANCELLIERE VESCOVILE

Sac. Donato Fleschin Via Cane.

(1) «Cresima; Matrimonio; Morte» — (2) Ecclesiastico oppure Acconsentito dalla legge — (3) Chi non fosse parroco premetta un «Per» e dopo la firma aggiunga il proprio titolo (Cappellano, Curato, ecc.).

TET

Certidão de nascimento e batismo de Angelo Dametto (nascido em Campigo di Castelfranco Veneto, província de Treviso, Itália), ascendente da família ítalo-brasileira Dametto, radicada no município de Carlos Barbosa, RS.

José Dametto (filho de Angelo Dametto) e Maria Simon Dametto, casados em 9.2.1907. Aqui, em 1932.

Abaixo:
Família de Maria e José (*no centro*), em 1957.
(*Da esq. para dir., sentados*): Rosa, Roberto, Angelina e Orelia;
(*em pé*): Elias, Angelo, Francisco, Victor, Fidelis, Antonio, Orestes e João (este, o último dos filhos, falecido em 2005).

Netos de Maria e José (*no centro*) reunidos em 1957.

1) De cunho religioso

Basta lembrar as genealogias bíblicas: Moisés, que sob inspiração divina redigiu o Pentateuco, os primeiros cinco livros das Sagradas Escrituras, talvez possa ser considerado o primeiro genealogista da História da Humanidade.

Não só entre os hebreus, mas entre os povos antigos em geral (pelo menos entre os que possuíam certo grau de cultura), eram muito freqüentes os registros genealógicos. Egípcios, Romanos, Assírios, Caldeus, Gregos, Persas, sempre deram grande valor às estirpes, e na valorização dessas estirpes estava presente um elemento religioso mais preponderante ou menos, mas sempre constante e claro. O culto pela memória dos antepassados, reverenciados pelo que tinham sido e pelo que significavam para os seus descendentes, adquiria, o mais das vezes mesclado com um caráter um tanto supersticioso, um cunho de culto religioso. Isso era constante na Antiguidade.

A esse respeito, cabe lembrar aqui uma obra excelente, que em nossos dias vem sendo reapreciada devidamente: o clássico livro de Fustel de Coulanges *La*

Cité Antique,[2] que recentemente foi traduzido e editado pela Editora da Universidade de Brasília. Fustel de Coulanges mostra que tal era o respeito que entre os antigos se tributava aos antepassados, que quando alguém se afastava do torrão natal em demanda de novas terras, para fundar novas cidades, para constituir novas sociedades, novas comunidades políticas, era costume levar, num vasinho, um pouco de terra do local em que nascera e onde estavam sepultados os antepassados. Essa porção de terra, levada com respeito, era também com respeito depositada no local em que se erigiria a nova fundação, para que, de certa forma, pelo menos simbolicamente, fosse algo das cinzas dos antepassados que se transferisse para o novo local, e a continuidade daquela estirpe, na interpenetração profunda entre esses dois valores, a família e o torrão natal, fosse mantida.

As catacumbas romanas também têm origem, segundo teorias das mais categorizadas, nesse culto respeitoso dos antepassados – os *Manes* – (ao lado dos *Lares* e dos *Penates*).

Como fizesse parte dos costumes que os membros de uma família – da *gens* romana – fossem sepultados dentro dos limites do próprio lar, costumava-se escavar, dentro da urbe romana, por baixo das casas ou dos palácios, túneis em níveis diversos de profundidade, para, dentro dos limites da propriedade, sepultar os membros daquela *gens*. Cada família vivia, assim, no sentido mais estrito do termo, sobre um cemitério em que jaziam seus antepassados, sem sair dos limites territoriais do lar. Ao cabo de algumas gerações, inevitavelmente esses condutos subterrâneos se comunicavam uns com os outros, constituindo uma vastíssima rede de galerias que com o passar dos tempos perdeu a primitiva significação, mas na qual a Igreja perseguida, nos três primeiros séculos da Era Cristã, encontrou abrigo seguro (pois os pagãos conservavam um temor supersticioso de penetrar naquelas galerias escuras, e mesmo quando eles penetravam, os cristãos, que conheciam o mapeamento daquela cidade subterrânea, com relativa facilidade conseguiam ocultar-se), na qual sepultou seus mártires

[2] COULANGES, Fustel de. *La Cité Antique*. 19.ª ed., Paris: Hachette, 1905.

e que até hoje é visitada com comovida veneração por incontáveis peregrinos que acorrem à Cidade Eterna.

2) De cunho nobiliárquico

Além dos registros genealógicos de cunho religioso, havia os de cunho nobiliárquico. Certas estirpes se destacavam por sua liderança, por sua maior capacidade de ação, por sua dedicação ao bem comum das sociedades grandes ou pequenas, não apenas se preocupando com o seu interesse individual ou familiar, mas também gerindo a sociedade e cuidando de prover às necessidades coletivas. Os membros dessas estirpes tendiam, muito explicável e naturalmente, a ser vistos com especial respeito pelos demais.

Já na Antiguidade, um tanto mesclado com o preponderante elemento religioso, constituíram-se aristocracias no verdadeiro sentido etimológico do termo (ou seja, os melhores ou os mais fortes exercendo o governo), as quais possuíam senso nobiliárquico, tendo noção clara de que constituíam uma elite, tinham conhecimento de seu passado e tinham esperança e disposição para um futuro na mesma orientação. Na Antiguidade, manda a verdade que se diga, essas aristocracias muito freqüentemente degeneravam naquilo que é, segundo Aristóteles e São Tomás de Aquino, a corrupção da aristocracia, ou seja, a oligarquia.

Passando agora da Antiguidade para as origens da Idade Média, ou seja, após a verdadeira derrocada que representou, para o Império Romano do Ocidente, a avalanche das invasões bárbaras, à medida que os povos bárbaros se foram civilizando, que foram sendo expulsos os restos de paganismo, a tendência natural era para se constituírem e se consolidarem estirpes aristocráticas. É muito explicável que se procurasse registrar e conservar os feitos e os fastos dessas estirpes, de onde os linhagistas medievais que existiram em todos os países da Europa. Para falar em termos portugueses, recorde-se o famoso *Livro Velho das Linhagens*, também conhecido como *Nobiliário do Conde D. Pedro*.

3) A genealogia que se destinava a garantir as heranças

Por fim, outra modalidade que tinham os estudos genealógicos até 20 ou 30 anos atrás, era quando se destinavam a assegurar a transmissão de patrimônios pela via da sucessão hereditária. Em Portugal, por exemplo, nos séculos XVI, XVII e XVIII eram clássicas as querelas judiciárias prolongadíssimas (algumas se arrastando por diversas gerações) pela disputa de um vínculo, de um morgadio, de um senhorio qualquer que, por vontade do primitivo proprietário, se transmitia indivisível de geração em geração, pela linha da primogenitura, segundo certas regras gerais fixadas nas Ordenações do Reino, e segundo certas normas específicas estabelecidas pelo instituidor. Ao cabo de 100, 200 ou 300 anos, muitas vezes extinguia-se o ramo primogênito, e acontecia que se apresentavam vários pretendentes. Entravam então em cena genealogistas que, com ou sem razão, procuravam sustentar a precedência de umas linhas sobre outras, ou contestar a legitimidade de certas sucessões.

Aqui no Brasil de nossos dias, há pelo menos dois casos judiciais abertos em que a ciência da Genealogia tem importante palavra a dizer. São os bem conhecidos casos das sucessões do Comendador Domingos Corrêa (cuja imensa fortuna, constante de larguíssimas extensões de terra no Rio Grande do Sul e no Uruguai, até hoje é disputada, decorridos mais de 100 anos de sua morte, por muitos milhares de pessoas que são ou se pretendem seus herdeiros) e do Barão de Cocais, que deixou uma fortuna muito grande aplicada num banco inglês e até hoje essa fortuna não foi retirada, embora esteja, teoricamente, à disposição das muitas centenas de seus herdeiros.

Ainda em nossos dias na França – pouca gente sabe disso no Brasil – há escritórios especializados, *doublés* de advocatícios e genealógicos. O mais antigo desses escritórios, o Étude Andriveau, está em funcionamento desde 1830. A especialidade de tais profissionais consiste em caçar herdeiros para fortunas jacentes.[3]

[3] UTZERI, Fritz. "Franceses vivem de caçar herdeiros", *Jornal do Brasil*, 2-11-1986.

Pela lei francesa, quando morre alguém sem herdeiros próximos, o direito de herdar se estende a parentes de graus muito afastados, às vezes remotos parentes inteiramente desconhecidos dos falecidos. A lei brasileira parece bem menos benigna, nesse ponto. Ainda pela legislação francesa, as heranças jacentes devem ser administradas (como, aliás, também no Brasil) por um curador, durante um período razoavelmente prolongado, até que apareçam os herdeiros ou que, não aparecendo eles, a herança seja declarada vacante e passe para o domínio do Estado.

Então acontece que, quando morre alguém rico e não deixa testamento nem herdeiros conhecidos, esses escritórios se põem na caça dos herdeiros, levantando a árvore genealógica do defunto, e procurando ramos colaterais de sua família. Quando, afinal, localizam os herdeiros, evidentemente cobram caro seus serviços...

Cada interessado recebe, em sua casa, uma carta do escritório, dizendo que a equipe especializada daquele estabelecimento procedeu, por sua conta e risco, a laboriosíssimas investigações genealógicas que habilitam o destinatário a receber uma herança de um parente desconhecido. Caso o destinatário tenha interesse, basta assinar um documento que vai anexo, constituindo os advogados daquele escritório seus procuradores para o processo de inventário, e desde logo renunciando em favor do escritório a uma porcentagem sobre o total do valor dos bens herdados, à guisa de pagamento de honorários sobre a pesquisa genealógica (não sobre os trabalhos advocatícios, note-se). Somente depois de bem assinado e bem autenticado esse documento é que o escritório revela a identidade do "tio rico" desconhecido...

Para velar melhor o caso, alguns escritórios fazem o documento em termos que deixam o feliz recebedor de uma carta dessas ainda mais completamente no escuro... O texto a ser assinado pelo herdeiro prevê várias hipóteses: se o montante da herança for, por exemplo, de dez mil francos, o herdeiro se compromete a ceder ao escritório uma porcentagem bastante alta, de 50 % da herança; se o montante for maior, a porcentagem vai baixando gradativamente até 15 %.

Assim sendo, o felizardo nem tem condições de avaliar o montante da riqueza deixada pelo falecido, nem a quota que lhe cabe a ele (pois podem ser muitos os herdeiros, e só o escritório tem o mapeamento completo deles): só lhe resta aceitar as condições propostas ou desistir da herança. A menos que queira ele mesmo se entregar a pesquisas genealógicas de incerto resultado... Mas como ele também não é informado de quanto tempo faz que morreu o suposto ricaço, ele não sabe se o prazo legal para a habilitação já está se esgotando, e não sabe se serão muitos os co-herdeiros... É aceitar as condições ou desistir!

Caricaturas ou contrafações do genealogista

A essas três modalidades clássicas de Genealogia, poderíamos acrescentar a do falso nobre. Ou seja, a da pessoa que se pretende nobre, se imagina nobre, e procura doidamente, numa ascendência irremediavelmente plebéia, algum antepassado nobre. E, como reza o velho ditado, "não há geração sem conde e ladrão", pode acabar encontrando algum nobre. Então começa o delírio: supervaloriza-o, põe-se a falar dele para toda a gente, começa a usar anel de nobreza sem ter a isso direito, e comete toda espécie de desatinos que a convertem verdadeiramente numa caricatura de nobre... e numa caricatura de verdadeiro genealogista.

Essa ridícula posição, naturalmente, sempre foi alvo fácil de sátiras de todo tipo... Seria um não mais acabar se fôssemos aqui transcrever algumas dessas sátiras, verdadeiramente espirituosas. Apenas à guisa de exemplo, lembrem-se a de Alexandre de Gusmão[4]; a do Abade de Jazente, com seu famoso soneto satirizando os que supervalorizam linhagens fabulosas[5]; a de Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, que no final do seu *Catálogo Genealógico das Principais Famílias da Bahia e Pernambuco*, escreve em duas páginas a genealogia fabulosa da família Fialho.[6]

[4] *Genealogia Geral para Desvanecer a Errada Opinião dos Senhores Puritanos*. Lisboa: Biblioteca Nacional, Códice 7663, págs. 48; in *Brasil Genealógico*, tomo I, n.° I, 1960.

[5] *Apud* SILVA, Armando Barreiros Malheiro da. *A Genealogia em Portugal e o Desafio do Presente*, em *Armas e Troféus*. Lisboa, 1984, V série, tomo V, n.os I-3.

[6] *Apud* POLIANO, Luiz Marques. *Heráldica*. São Paulo: Edições GRD em convênio com o Instituto Municipal de Arte e Cultura-Rioarte, 1986, pp. 330-333.

E, *the last but not the least*, recorde-se o que escreveu o Apóstolo São Paulo em sua primeira Epístola a Timóteo, I, 4: "não se ocupassem (os fiéis) em fábulas e genealogias intermináveis, as quais servem mais para questões do que para aquela edificação de Deus, que se funda na fé."

Outra caricatura do genealogista é a do profissional ou amador inescrupuloso, de encomenda, que é pago para elaborar uma prestigiosa árvore genealógica, e, sem seriedade científica, sem senso crítico, às vezes até dolosamente, forja origens falsas. Isso existia no passado, quando muitas vezes se recorria a processos desse gênero para provar a chamada "limpeza de sangue" em processos de habilitação *de genere*, para capacitar alguém para o sacerdócio, ou para o recebimento de uma comenda, ou algo do gênero.

A Neo-Genealogia

Falemos agora não mais da velha e tradicional Genealogia, nem das caricaturas e contrafações dela, mas do fenômeno novo que se pode chamar Neo-Genealogia.

Já não mais é uma genealogia sacra, por motivos religiosos, que se estuda hoje em dia – exceção feita da seita Mormon, cujos membros investigam as próprias raízes porque crêem que a revelação que teria sido feita ao seu fundador, John Smith, no século passado, pode beneficiar as pessoas que viveram antes dele, se os descendentes delas se converterem ao mormonismo e cumprirem, em relação aos respectivos antepassados, determinados ritos póstumos.

Também não se trata de uma genealogia de cunho nobiliárquico. Não é para encontrar antepassados nobres que se pesquisa afanosamente, nem para disputar heranças e legados. Mas – e nisto está o essencial do fenômeno da "Neo-Genealogia" – é única e exclusivamente para *encontrar as próprias raízes*, provenham elas de onde provierem.

Sim, é com essa finalidade de encontrar as próprias raízes sejam elas quais forem que, nestes tempos em que vivemos, assistimos ao renascimento – melhor seria dizer à revivescência – dos estudos genealógicos.

Vejamos alguns fatos a esse respeito:

Aumento do número de pesquisadores

São sempre mais numerosos os pesquisadores. E não são necessariamente velhos saudosistas e afeitos à poeira dos arquivos, por esquisitice ou mania. Mas são pessoas de todas as idades – muitas delas jovens – e de todas as classes sociais, inclusive das mais modestas. E isso em muitos países.

Há tempos visitou o Brasil um professor universitário norte-americano que, em conversa com genealogistas brasileiros, relatou um fato muito engraçado que mostra como também nos Estados Unidos de uns tempos para cá tem aumentado enormemente o número de pesquisadores de Genealogia.

Esse professor estava no interior do Estado de Kentucky, numa cidadezinha, e precisou entrar numa igreja, para pedir uma informação qualquer ao padre; era alguma coisa puramente religiosa o que ele desejava. O professor foi à igreja, procurou a sacristia, e percebeu que o padre, tão logo o viu, literalmente se escondeu. Pôs-se detrás de um móvel, afastou-se sorrateiramente, entrou por um corredor e sumiu. Ele achou aquilo muito estranho, bateu palmas, tocou uma campainha que havia lá, chamou em voz alta pelo padre... e nada de o padre aparecer! Afinal, após muito barulho apareceu o padre de cara contrafeita, perguntando: – Afinal, o que o Sr. quer? É fazer pesquisa nos livros paroquiais, não é?

– Não, respondeu ele, eu estou apenas passando por aqui, e queria saber se o Sr. podia me informar o horário das Missas.

Na mesma hora o padre se distendeu e abriu um largo sorriso:

– Claro que posso! Com muito gosto! O que não posso mais é suportar esses genealogistas insuportáveis que me vêm atormentar com suas intermináveis pesquisas! Quase todo dia aparece aqui um deles, e pensei que o Sr. fosse mais um...

A grande medievalista Régine Pernoud, na introdução do livro *Le Tour de la France médiéval*, que publicou em colaboração com Georges Pernoud,[7] fala da enorme atualidade que tem, na França de nossos dias, a Idade Média. Ela registra que é enorme o movimento de curiosidade dos franceses atuais em relação à Idade Média, que toca – a expressão é dela – "as mais íntimas fibras" da alma dos franceses. Em seguida ela se pergunta qual a natureza desse movimento de curiosidade:

> "Essa Idade Média, tão presente no mundo de hoje, seria apenas a sustentação de um sonho que se oporia a uma realidade de concreto e de matéria plástica?....
>
> "Não, há algo mais profundo nesse movimento – que é o mesmo que leva tantos franceses a se debruçar sobre suas próprias genealogias. Quando Jean Favier, diretor dos Arquivos de França, houve por bem abrir um curso para esses caçadores de ancestrais e de linhagens que atualmente tomam de assalto nossos arquivos, ele desde logo precisou duplicá-lo, de tal maneira eram numerosos os amadores que desejavam por si mesmos decifrar velhos papéis e pergaminhos que poderiam permitir-lhes um progresso maior em suas explorações, subindo um pouco mais alto na procura de suas origens. Ora, o que impulsiona esses pesquisadores, o que lhes espicaça a curiosidade, é precisamente a necessidade que têm de reencontrar a própria identidade. O estudo da História, tal como a estabelecem os programas de ensino oficiais, já não os satisfaz; esse estudo frustra uma parte deles, precisamente a parte melhor, aquela que tem verdadeiro sabor da vida; eles querem – e isso já virou clichê – 'reencontrar suas raízes'. Pois neste mundo em que tudo lhes é facilitado, eles procuram aquilo que está ao alcance do mais humilde dos ciganos: as tradições que lhes são próprias. Eles entrevêem que por trás... das instituições oficiais nascidas por força de uma lei ou de um decreto, há figuras encantadoras, há belas histórias de romance, há fisionomias de contos de fadas, há toda uma arte de viver, uma paisagem familiar, que eles vão descobrindo com o ardor de

[7] Paris: Éditions Stock, 1982, pp. 8-9.

um arqueólogo que sonda as profundezas de um terreno para tirar à luz do dia uma civilização portadora de tesouros ocultos."

Sem dúvida Régine Pernoud, nesse trecho, descreveu e exprimiu bem o fenômeno que chamamos da Neo-Genealogia.

Genealogistas profissionais – revistas especializadas

No Brasil de nossos dias já começam a aparecer pessoas que se dedicam profissionalmente à Genealogia. Na França, isso é muito corrente, existem cadastros organizados de genealogistas, com especializações, com subespecializações, que põem anúncios em jornais, que se correspondem entre si, que trocam informações e pistas. Em Versalhes, por exemplo, se edita uma prestigiosa revista, *Héraldique et Généalogie*, que é o órgão oficial do Centre Généalogique de Paris, e é dirigida por M. Gérard de Villeneuve, o qual é descendente de genealogistas da Corte francesa nos séculos XVI e XVII.[8]

Essa revista serve de elo entre as vastíssimas redes de genealogistas especializados, e publica regularmente resenhas das matérias publicadas por outras revistas genealógicas francesas de âmbito mais restrito: revista de Genealogia da Borgonha, da Lorraine, do Marne, da Provence, ou então revista de Genealogia de descendentes de corsários, ou de "gentil-hommes verriers" (nobres fabricantes de vidros), etc.

Na França existe uma Association des Descendants de Corsaires, com sede em Saint-Malo, fundada em 1963. Para fazer parte dessa entidade o candidato precisa provar com documentos que é descendente direto de um corsário que tenha navegado com alvará de autorização concedido por algum rei da França. Descendentes de vis piratas, portanto, estão excluídos; só os descendentes de nobres corsários podem ingressar...

[8] Cfr. DELORME, Philippe. "*La Généalogie, c'est comme la chasse!*", *Dynastie*, Paris, 13-2-1987.

Ainda na França há uma outra entidade, mais restrita, dos descendentes de Robert Surcouf, corsário que viveu entre 1773 e 1827. A sede também é em Saint-Malo.[9]

Somente em Paris existem duas outras grandes revistas genealógicas, *Généalogie-Magazine* e *Histoire & Généalogie*. Ambas são publicadas pela mesma editora Christian. A primeira é de interesse mais geral; a segunda, sem ser exclusivamente nobiliárquica, dedica-se mais especificamente ao estudo de famílias nobres.

Em Portugal, existem duas grandes instituições dedicadas aos estudos genealógicos, cada uma das quais com sua revista, ambas de excelente nível. A primeira é o Instituto Português de Heráldica, fundado por volta de 1940. Edita a revista *Armas e Troféus* e tem reuniões mensais, no terceiro sábado de cada mês, num local muito pitoresco e evocativo, nas ruínas do Convento do Carmo, de Lisboa, indo todos os membros, após a reunião, jantar na tradicional Cervejaria Trindade, no refeitório, todo recoberto de azulejos, de um antigo convento.

A segunda é a Associação Portuguesa de Genealogia, fundada mais recentemente, a qual edita a revista *Raízes e Memórias*.

O caso dos que querem passaporte europeu

No Brasil, como dissemos, já começam a aparecer pessoas que adotam o exercício da Genealogia como profissão. Ainda são poucos esses genealogistas de dedicação integral, mas já os há em vários Estados, sobretudo do Sul do país. Os clientes são, na sua grande maioria, pessoas que desejam comprovar ascendência italiana, ou alemã, ou de alguma nação européia que admita a aquisição tardia da nacionalidade ou da cidadania pelo *jus sanguinis*, pelo direito do sangue.

O desejo de obter o prestigioso passaporte europeu, com as facilidades que tal passaporte assegura, leva muitos brasileiros descendentes de imigran-

[9] Cf. *Historia*, n.º 564, Paris, 1994.

tes europeus a pagarem pesquisadores profissionais para o levantamento de sua origem.

Mas isso não se confunde, note-se, com o fenômeno da Neo-Genealogia. É mais bem um aspecto episódico, colateral, causado sem dúvida pelas condições tristes do Brasil atual, tão cheio de crises e dificuldades, tão desesperançado do futuro. São pessoas que, postas nessa situação, começam a se prevenir para o futuro, para a eventualidade de irem tentar a sorte em outros países mais ricos. Não são pessoas que estudam as raízes ancestrais pelo gosto de conhecê-las. Seria mais acertado, pois, dissociar esse filão de pessoas do fenômeno da Neo-Genealogia – embora muitas vezes uma pesquisa iniciada por interesse de obter o passaporte europeu acabe se transformando numa paixão para a vida inteira.

Afora os genealogistas profissionais, existe um número crescente de genealogistas amadores, aficionados da Genealogia, que estudam, pesquisam, procuram informações, buscam documentos, etc.

Outro motivo pelo qual se estuda Genealogia, também à margem do fenômeno que denominamos Neo-Genealogia, é de ordem médica. Fazer um levantamento histórico das doenças nos ascendentes até a quarta ou quinta geração pode ser de muita importância para a prevenção de certas doenças, e às vezes até mesmo para estabelecer certos diagnósticos. É cada vez mais freqüente o número de médicos que adotam o costume de registrar, nas fichas de seus pacientes, os antecedentes familiares patológicos, e que pedem a esses pacientes que se informem do modo mais completo possível sobre tais antecedentes.[10]

Em janeiro de 1992, a Associação Médica Americana deu a público, como faz todos os anos, suas "Resoluções de Ano-Novo para um país mais saudável". Pela primeira vez, constava um capítulo com o seguinte título "Escreva a história da saúde de sua família".[11]

---

[10] Cf. BROWDER, Sue. "Uma 'árvore' que pode salvar sua vida", *Seleções do Reader's Digest*, agosto de 1993; cf. também "Genética começa a revolucionar Medicina", matéria do *U.S. News & World Report*, reproduzida em *O Estado de S. Paulo* de 27-8-1994.

[11] Cf. "De volta para o futuro – americanos reconstroem a história das doenças de seus pais e avós para avaliar os riscos de desenvolver males genéticos", *Veja*, 29-1-1992).

Também na área da Psicologia e da Psicoterapia os estudos genealógicos vêm sendo usados. A Dra. Anne Ancelin Schützenberger, professora emérita da Universidade de Nice, desenvolveu uma "terapia transgeracional psicogenealógica contextual", por meio da qual os pacientes elaboram seus "genossociogramas", explicitando dessa forma, e resolvendo, problemas familiares herdados dos seus antepassados.[12]

Incremento de associações genealógicas

Multiplicam-se e têm grande incremento as associações especializadas em pesquisa genealógica. Aqui no Brasil, além do tradicional Instituto Genealógico Brasileiro – IGB, fundado em 1939, na capital paulista, pelo Coronel Salvador de Moya, existe também o Colégio Brasileiro de Genealogia, com sede no Rio de Janeiro, fundado em 1950 e congregando um grupo notável de pesquisadores; há o Instituto Genealógico do Rio Grande do Sul – INGERS, que reúne, numa pitoresca e acolhedora sede, pesquisadores gaúchos, na sua maioria de origem alemã; há ainda o tradicional Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, fundado há meio século pelo célebre Aluísio de Almeida (pseudônimo do sacerdote e historiador Monsenhor Luiz Castanho de Almeida); lembre-se ainda o Instituto Hans Staden, de São Paulo, que editou, em colaboração com o IGB, vários volumes sobre a genealogia de famílias brasileiras de origem alemã, e mantém um fichário organizadíssimo com essa documentação; e a Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia – ASBRAP, fundada em São Paulo, em 1994. A ASBRAP não apenas congrega pesquisadores, mas constitui, por assim dizer, um projeto de sindicato do pesquisador, que luta por seus interesses e pela preservação do tão desprotegido e abandonado patrimônio arquivístico do País.

Com exceção do INGERS e da ASBRAP – que são de fundação mais recente, mas cujo eixo é constituído predominantemente por pessoas que já estuda-

[12] Cf. SCHÜTZENBERGER, Anne Ancelin. *Meus Antepassados: Vínculos Transgeracionais, Segredos de Família, Síndrome de Aniversário e Prática do Genossociograma*. São Paulo: Paulus, 1997.

vam Genealogia seriamente muito antes de se generalizar esse fenômeno que aqui estamos denominando Neo-Genealogia – todas as outras instituições mencionadas são bem anteriores ao surgimento do referido fenômeno. Mas todas, sem exceção, se beneficiaram numericamente e qualitativamente desse fenômeno. Todas encontram terreno fértil para a arregimentação de novos membros. É crescente o número de associados, e qualquer trabalho de divulgação da ciência genealógica obtém, graças precisamente a esse fenômeno que estamos analisando, um resultado surpreendente, muito acima do que seria razoável esperar.

Reuniões de parentes

Outra manifestação desse fenômeno é a cada vez mais comum realização de enormes encontros de parentes.

Ainda recentemente se reuniram, em São Bernardo do Campo, descendentes da numerosa família Demarchi, uma das primeiras da imigração italiana na região. Foram muitas centenas de parentes que confraternizaram, comendo pratos típicos da imigração italiana (o tradicional frango frito com polenta), em torno de uma senhora muito idosa que é a mais nova das filhas, e a única sobrevivente, do primeiro casal de Demarchi que chegou ao Brasil.

É freqüentíssimo, em jornais, se verem notícias de reuniões dessas. O Banco de Dados do jornal *Folha de S. Paulo* cataloga sistematicamente reuniões dessas. Os pretextos para essas reuniões, cada vez mais freqüentes, são, por exemplo, comemorar os 100 anos da chegada do primeiro membro da família ao Brasil. O autor do presente ensaio possui em seu arquivo muitas dezenas de recortes nesse sentido, e só não os menciona para não alongar demasiado este trabalho.

Existem até mesmo, na Internet, alguns *sites* que facultam aos interessados o *know-how* indispensável para quem deseja organizar uma reunião de família, com roteiros, cronogramas, impressos a serem enviados para os parentes convidados, etc., etc. – para que nada saia improvisado...

Essas reuniões de parentes ocorrem em todos os países, não apenas no Brasil. Caso muito engraçado ocorreu com uma família portuguesa, de remotíssi-

ma origem galega. Resolveram, há cerca de dez anos, confraternizarem-se os membros dessa família, há muitos séculos estabelecida em Portugal, com seus longínquos parentes de mesmo nome e mesma origem, espalhados, a partir da Galícia, por várias províncias da Espanha. Tratava-se, pois, de reunir, numa comemoração conjunta, os dois ramos da família, o português e o espanhol. Pôs-se então o problema das precedências: onde realizar o evento, em território português ou em território espanhol? Se fosse em território português, figurando os portugueses como anfitriões, isso significaria uma superioridade deles sobre os espanhóis, e, mais do que isso, uma precedência da própria nação lusa sobre a espanhola – coisa que os espanhóis não aceitariam. Se a reunião fosse em território espanhol, os de Portugal, pelas mesmas razões, obviamente, também não aceitariam. Acabaram encontrando uma solução jeitosa: a reunião se realizou em Olivença, antiga cidade portuguesa que, na confusão das guerras napoleônicas, foi tomada pela Espanha e há 200 anos permanece ilegalmente dominada pela Espanha sob protesto português. Em Olivença, ambos os ramos da família se sentiam no território de seu próprio país, fosse ele de direito, fosse de fato... E sem maiores discussões ali se reuniram pacificamente mais de 400 homens dessa família, sem contar mulheres e crianças.

Clubes e revistas familiares

Uma vez feitas essas reuniões de família, quase sempre os presentes decidem se reencontrar outras vezes, pelo menos uma vez por ano, e logo surgem – muito naturalmente – alguns membros da família que chamam a si a tarefa de organizar e promover novos encontros, que recolhem os endereços dos presentes, que começam a mandar circulares preparatórias de novos encontros e para descobrir outros parentes que não estavam ali, etc. Por vezes chega-se à constituição de verdadeiros clubes familiares, com publicações periódicas próprias, as quais circulam exclusivamente entre os membros daquele clã.

Possuímos em nosso arquivo considerável número de recortes sobre clubes desses, em vários países, e às vezes clubes reunindo membros de uma só família

em países muito diversos. Há casos, por exemplo, de famílias italianas que têm um ramo no Brasil, outro nos Estados Unidos, outro em Buenos Aires, além da matriz, digamos assim, na própria Itália. E todos publicam um boletim com notícias da família, se intercomunicam, se visitam.

No início dos anos 90 ocorreu aqui em São Paulo um caso curioso, em que um desses clubes familiares teve papel importante. Existe em São Paulo uma revista especializada em armas, chamada *Magnum*. Certo dia, no escritório do diretor técnico dessa revista, Laércio Gazinhato, apareceu um senhor levando um velho revólver Colt modelo 1860, usado pelas tropas nortistas na Guerra da Secessão, muito bem conservado, e tendo algumas incrustações de prata com o nome do possuidor "L.S. Blasdell" e o número de seu regimento. O possuidor do revólver, que desejava avaliá-lo, apenas informou que o adquirira muitos anos antes no interior de São Paulo, na cidade de Americana – cidade que, como é bem sabido, foi fundada por sulistas que se refugiaram no Brasil após terem sido derrotados na Guerra da Secessão, nos Estados Unidos.

Como era um revólver raro, o especialista se interessou no caso, procurou literatura especializada, escreveu para a fábrica Colt, escreveu para o Museu da Academia Militar de West Point, e, após mais de dois anos de pesquisas, conseguiu apurar que o revólver em questão fazia parte de um lote de 600 armas adquirido em 1861 pelo exército unionista; seu proprietário, o voluntário Levi Blasdell, tinha se alistado num regimento de voluntários da Pennsylvania, havia lutado longamente, depois caíra prisioneiro dos confederados sulistas (ocasião em que, presumivelmente, perdera sua arma) e mais tarde fora trocado por um prisioneiro sulista em poder dos nortistas. O curioso – e é por isso que essa história interessa ao presente ensaio – é que as pesquisas do Sr. Laércio Gazinhato foram grandemente facilitadas porque ele entrou em contato com uma "Associação Nacional da Família Blasdell", a qual edita uma publicação intitulada *Blasdell Papers*. Por meio dessa revista, o Sr. Gazinhato conseguiu entrar em contato com os descendentes do militar, conseguiu os dados biográficos completos dele, conseguiu um velho daguerreótipo dele, e conseguiu ademais uma árvore genealógica dos Blasdell até o século XV. Ele agora

está tentando adquirir a arma para mandá-la aos Estados Unidos, para ser incorporada ao acervo que a família Blasdell conserva.[13]

Livros de família

São também freqüentes os "Livros de Família", geralmente preparados com esforços incríveis por abnegados pesquisadores que reúnem, nas suas próprias famílias, toda a documentação disponível e se embrenham em pesquisas, algumas vezes de grande vulto e abrangência, pelo passado. O resultado é, geralmente, um livro de interesse restrito somente aos membros daquela família. Mas casos há de estudos sociológicos de interesse bem mais amplo, a partir do estudo de caso de uma determinada família.

Veja-se, por exemplo, o seguinte: na Universidade Federal do Rio de Janeiro, há poucos anos, foi defendida uma tese de mestrado pelo Prof. Luiz Gonzaga Piratininga Júnior, descendente de escravos do Mosteiro de São Bento, em São Paulo. Ele conseguiu reconstituir a história de nove gerações de sua família, cinco das quais cativas, e publicou um livro, pela Editora Hucitec, intitulado *Dietário dos Escravos de São Bento*.[14]

Informática e Genealogia

Poderíamos nos estender aqui longamente a respeito de um fator que ajuda bastante os genealogistas, e os neo-genealogistas, em suas pesquisas. É a utilização de recursos técnicos modernos, tais como microfilmes e, mais recentemente, computadores. Há muitos programas de computação especiais para uso de genealogistas.

A Informática facilitou muito a disseminação da Neo-Genealogia. Uma investigação sumária na Internet permite que qualquer pessoa rapidamente se

[13] Cf. GAZINHATO, Laércio. "À procura de L.S. Blasdell", in *Magnum*, São Paulo, maio/junho de 1993.
[14] Cf. "Álbum de família", *Veja*, 11-3-1992.

ponha em contato com inumeráveis *sites* de teor genealógico, nos quais se divulgam e permutam informações preciosas. Numerosas listas de discussão de genealogistas se mantêm ativas, e até mesmo revistas de Genealogia são publicadas *on-line*. No Brasil é esse o caso da revista *Gen-Tree*, de São Paulo, órgão da Associação Brasileira de Genealogia e dirigida pela genealogista Marta Amato.

Atualmente é quase incompreensível que alguém pense em fazer sua própria genealogia sem recorrer às informações postas ao alcance de todos pela Internet. Ademais dessa fonte privilegiada de informações, a Informática pode também facilitar os estudos genealógicos de diversos outros modos:

a) em arquivos públicos ou privados de grande porte, com vistas a favorecer o acesso às informações, de modo a que não se percam como agulhas em palheiro;
b) para o armazenamento de dados já pesquisados, detecção de homônimos, cálculos do chamado implexo genealógico, etc.;
c) para a elaboração de projetos gráficos de linhagens e árvores genealógicas;
d) para o estabelecimento de graus de parentesco remoto, ou dos vários títulos de parentesco;
e) para o cálculo de probabilidades de parentescos incertos.

Mas, sobretudo, o que ajuda muito os estudiosos é a possibilidade de pesquisar e contatar outros estudiosos e parentes por meio da Internet. Um genealogista brasileiro que deseje, por exemplo, estudar *clans* escoceses, com vistas a completar seus conhecimentos sobre um remoto ancestral escocês, pode servir-se perfeitamente da Internet. Por qualquer mecanismo de pesquisa (como o Google, o Yahoo ou o Altavista), uma rápida navegação na Internet lhe permitirá descobrir não só dados históricos sobre o *clan* desejado, mas poderá copiar em sua impressora, em cores, o respectivo *tartan* – ou seja, aquele tecido de lã com padrão e cores distintivas unicamente dos membros daquele *clan*, usado nos *kilt* (o saiote tradicional escocês). E poderá encontrar com facilidade numerosos endereços eletrônicos de membros do *clan* na Escócia, na Inglaterra, nos Estados Unidos e no Canadá, bem como de associações de membros do *clan* nos vários

países. Sem dizer que tomará facilmente conhecimento das regras e normas do complicadíssimo sistema clânico, de origens célticas e, em pleno século XX, observado em larga medida na Escócia, na Irlanda e no País de Gales.

Um único exemplo entre muitos outros: veja-se na Internet o *site* da Clan's Drummond Society, constituída por pessoas do mundo inteiro que descendem do famoso *clan* escocês que se tornou célebre por sua abnegada fidelidade aos Stuarts afastados da coroa de Escócia e Inglaterra pela Casa de Hanôver.

Cursos e livros de iniciação genealógica

Por fim, cabe também mencionar a multiplicação de cursos de vários níveis, para iniciação e aperfeiçoamento de genealogistas, sempre com grande freqüência e encontrando grande receptividade.

Multiplicam-se também livros do gênero *Faça Você Mesmo Sua Árvore Genealógica*, *Genealogia para Principiantes*, etc.

Qual a causa profunda desse fenômeno?

Uma vez vistos, embora resumidamente, em traços muito ligeiros, os fatos, passemos à segunda parte deste ensaio, ou seja, à pergunta levantada no seu subtítulo: – Por que tanta gente hoje em dia procura as próprias raízes?

Note-se mais uma vez que não é o desejo de encontrar ancestrais nobres que leva muitos a se dedicarem a esses estudos. Mas seria errado também ver nessa neo-genealogia um plebeísmo militante e anti-aristocrático. Na realidade, ser nobre ou plebeu é um problema que nem se põe. Trata-se do mero gosto de encontrar as próprias raízes, provenham elas de onde provierem.

Como explicar esse gosto, esse interesse?

Há nisso, sem dúvida, algo de modismo. O papel do livro de Alex Haley não pode, nessa perspectiva, ser subestimado. Mas seria superficial ver só modismo, ou ver preponderantemente modismo nisso. Na realidade, são anseios de alma mais profundos que encontram vazão dessa forma.

Que anseios são esses?

O homem, dizia Aristóteles, é um animal racional e político. Ele tem alma, ele pensa, a ele convém viver *politicamente,* isto é, em *polis*, em comunidade com seus semelhantes. Ele tem o instinto de sociabilidade proveniente da sua natureza livre e racional, e por isso lhe repugna o isolamento.

Cada homem, pois, deve ser considerado e deve considerar-se como fazendo parte de um conjunto.

Esse conjunto não deve ser somente no espaço, mas também no tempo.

No ESPAÇO: os homens têm necessidade da companhia de seus semelhantes para viverem, pelas insuficiências dos indivíduos e pela necessidade de uns proverem às carências dos outros; mas também pela simples conveniência do mútuo relacionamento, para a satisfação de um instinto indissociável da natureza humana, que é o instinto de sociabilidade.

É sabido que uma das profissões mais bem pagas pela Marinha brasileira é a de guardião de faróis. Trata-se de um funcionário que é levado para o farol, no meio do mar, com toda espécie de confortos, com um esplêndido salário, tendo como única obrigação acender o farol todas as noites e desligá-lo todas as manhãs, e nada mais... Mas ele tem o ônus de viver meses seguidos sem ver ninguém, sem se comunicar com ninguém a não ser por rádio. À primeira vista, parece muito fácil ser guardião de farol... Na realidade, essa função é muito difícil de ser preenchida, a Marinha tem extrema dificuldade de preencher seus quadros de guardiães de farol, e muitas vezes acontece de alguém aceitar e poucas semanas depois, desesperado, pedir socorro por rádio desistindo do contrato com medo de ficar louco. E há casos de o guarda-farol enlouquecer de fato! Profissão considerada de alto risco, pois...

No TEMPO: não só no espaço, mas também no tempo o homem deve considerar-se num conjunto, constituindo não um ser fechado sobre si mesmo, como uma ilha no mar, mas como um elo na transmissão da vida, um elo num processo vital, ao mesmo tempo efeito de seus ancestrais e causa de seus descendentes.

Essas as indagações filosóficas primeiras que decorrem, no homem, da simples consciência que ele tem de sua própria existência: de onde vim? para onde vou? qual é a minha causa? de que serei causa?

Ensina São Tomás de Aquino, na *Summa contra gentiles*, que o estudo do princípio da causalidade (estudo meramente racional e filosófico, independente de qualquer consideração de ordem sobrenatural ou teológica) é de si suficiente para a criatura racional chegar à certeza da existência de Deus, a primeira das causas, a *Causa causarum* dos escolásticos. Essa é precisamente uma das cinco vias de São Tomás para o conhecimento da existência de um Deus único, eterno e todo-poderoso, anterior a todas as coisas, Causa de todas elas e, por sua vez, não causado por nenhum outro ser.

Todo o relacionamento de cada homem com seus semelhantes se insere no contexto mais amplo e supremo do relacionamento dos homens com Deus, de cada homem individualmente considerado com Deus.

Em outras palavras, convém ao homem que ele se sinta integrado numa sociedade, num conjunto de homens desiguais, com funções diferentes, todos dignos e necessários, sem dúvida, todos exercendo uma função social – quer dizer, cumprindo um papel, um dever em relação ao conjunto – e todos se sentindo, por assim dizer, degraus nessa imensa escada que constitui a Criação, até seu topo, em que está o próprio Deus. Todas essas considerações filosóficas básicas, que dizem respeito diretamente ao relacionamento criatura-Criador no âmbito individual, poucas pessoas as colocam clara e explicitamente diante dos olhos. Mas elas constituem a problemática fundamental da vida de cada homem, queira ou não queira ele ver isso de frente, tenha ou não tenha ele consciência clara disso, seja ou não seja ele capaz de formular isso em termos filosóficos.

Isolamento antinatural do homem moderno

Ora, o homem atual vive forçosamente isolado, o que vale dizer violentado contra sua própria natureza.

Ainda aqui cabe distinguir espaço e tempo.

No ESPAÇO, temos hoje famílias celulares, desunidas, frágeis e instáveis, lares desfeitos; no TEMPO, vemos transformações demasiado rápidas, eliminação das tradições, rompimento conflitante e dialético com o passado, falta de convivência intrageracional, conflitos dialéticos entre as gerações, etc.

Vamos tratar muito rapidamente embora, desses vários pontos.

Em primeiro lugar falemos da crise da família.

Crise da família

Que hoje a família está em crise, é algo de tão evidente que nem precisa demonstração. Para começar, a própria noção de família já é caótica. Sem pretender fazer aqui qualquer consideração de ordem moralizadora, é preciso registrar que, por família, tradicionalmente se entendia o lar constituído em torno do matrimônio estável, sólido, com o casal, seus filhos, seus netos, seus parentes mais próximos ou menos, todos integrando de forma harmoniosa e não conflitante o conjunto familiar.

Hoje, com a facilidade com que se fazem, se desfazem e refazem casais, essa família há muito deixou de existir. Quantos problemas psicológicos modernos não terão aí origem? Como pode ser bem criada uma criança que nasce em um lar desfeito, que se acostuma a ver desde cedo brigas, confrontos, entrechoques em casa, e que por vezes nem conhece os verdadeiros pais?

Evidentemente, essa moderna crise da família – causada, sem dúvida, pelo hedonismo, pela busca desenfreada do prazer, pela fuga dos deveres inerentes à condição de quem contrai matrimônio – é um dos fatores de instabilidade nervosa e psíquica, de insegurança. Ela não pode deixar de ser considerada parte integrante de uma crise muito mais grave, de caráter religioso e moral.

Crise religiosa e moral

A crise da família está, aliás, intimamente relacionada com outra imensa crise contemporânea, no âmbito religioso e moral. No que diz respeito à Igreja Católica, basta recordar aqui algumas palavras do Papa João Paulo II:

"É necessário admitir realisticamente e com profunda e sentida sensibilidade que os cristãos hoje, em grande parte, sentem-se perdidos, confusos, perplexos e até desiludidos: foram divulgadas prodigamente idéias contrastantes com a Verdade revelada e desde sempre ensinada; foram difundidas verdadeiras e próprias heresias, no campo dogmático e moral, criando dúvidas, confusões e rebeliões; alterou-se até a Liturgia; imersos no relativismo intelectual e moral e por conseguinte no permissivismo, os cristãos são tentados pelo ateísmo, pelo agnosticismo, pelo iluminismo vagamente moralista, por um cristianismo sociológico, sem dogmas definidos e sem moral objetiva."[15]

Essa crise na Igreja teve como conseqüência abalar, por força do "relativismo" de que fala João Paulo II, princípios morais durante dois mil anos considerados inabaláveis. Já não se tem clara, como outrora, a noção de bem e mal, do que é lícito e do que não o é. Como se vê, esse é mais um fator de incerteza e insegurança, a somar-se a tantos outros.

O fato é que nas várias confissões religiosas contemporâneas – com exceção do maometismo de tipo "fundamentalista" – pode-se notar a mesma tendência generalizada para o relativismo doutrinário e moral, de modo que os contornos ou fronteiras entre as diversas religiões, assim como entre o bem e o mal, são cada vez menos distintos e definidos.

Cada ideologia religiosa (e o mesmo, aliás, se poderia dizer das ideologias políticas) já não pretende mais conter toda a verdade, mas tão só um aspecto cambiável, incerto e fragmentário de uma única "verdade global".

Quando até em matéria de fé penetra esse elemento de relativismo e incerteza – e portanto de insegurança – nada mais explicável que as pessoas se sintam desamparadas e inseguras, imersas numa imensa "crise de valores".

---

[15] Discurso de 6-2-1981, de S.S. João Paulo II aos Religiosos e Sacerdotes participantes do I Congresso Nacional Italiano sobre "Missões ao Povo para os anos 80", in *L'Osservatore Romano*, edição em português, 7-2-1981.

Hipertrofia do Estado, falta de apoio dos organismos intermediários

Ao minguamento da família correspondeu, nos últimos duzentos anos, uma crescente hipertrofia do Estado onipotente e onisciente. Sem o apoio dos organismos intermediários de sociedade – dos quais o principal é a família – é igualmente explicável que os indivíduos se sintam desamparados e inseguros.

Esboroar dos grandes mitos

Outro fator de insegurança do homem moderno: o esboroar dos mitos do século XX. Por exemplo, o mito do progresso. Durante gerações, todos creram firmemente nesse mito. Era um progresso que parecia rumar ineludivelmente numa direção certa, após ter rompido decididamente com o passado, visando a extinção da pobreza, da dor, da doença, da guerra, da morte. Talvez nenhum sintoma haja mais significativo disso como certas pessoas que, sofrendo nos anos 60 de doenças incuráveis, pagaram quantias avultadas para serem congeladas em laboratórios especiais, à espera de que, num futuro que se lhes afigurava certo, fosse descoberta a cura para suas doenças, ocasião em que seriam descongeladas, curadas e voltariam a viver confortavelmente. A imprensa noticiou, há poucos meses, que vários desses laboratórios haviam sido processados por charlatanismo e má-fé, pois continuavam a cobrar altas "taxas de manutenção" de corpos congelados que já estavam há muito tempo em irremediável estado de putrefação.

A medicina parecia rumar para um auge em que as doenças seriam definitivamente levadas de roldão. Os leitores de mais de 45 ou 50 anos certamente se recordarão de terem ouvido, quando meninos, velhos comentarem que a última das batalhas que a medicina precisava enfrentar era a do câncer. Porque, vencido o câncer, todas as outras doenças pouco mais ou menos estavam sob controle.

O câncer, vencido propriamente não foi. Mas deixou de ser, na maior parte dos casos, aquele espantalho dos anos 60. No entanto, aumentaram terrivel-

mente – em última análise como conseqüência do progresso tecnológico – as doenças cardiovasculares; e também apareceu a AIDS, surgem agora as chamadas bactérias mutantes contra as quais – pelo menos a julgar pelo que divulga a grande imprensa – já nada podem os mais poderosos dos antibióticos.

Mediocracia, ausência de elites autênticas e de modelos humanos de referência

Cabe aqui dizer uma palavra sobre mais outro fator de insegurança e de insatisfação para o homem moderno.

De modo geral, na vida pública da maior parte das nações, ainda mesmo daquelas formalmente democráticas, o que presenciamos é um afastamento (maior ou menor, conforme a nação) dos homens bons e honestos da vida pública, com o predomínio da chamada "Lei de Gerson", a tirania do número sobre a qualidade, o domínio da mediocridade e da desonestidade sobre a real capacidade e a retidão.

São regimes que oprimem as verdadeiras elites nacionais e instauram de fato "*mediocracias*", ou seja, estabelecem a tirania das mediocridades.

Ora, se de algo o mundo moderno tem necessidade é de verdadeiras elites, compostas por um escol de pessoas verdadeiramente superiores – note-se, aqui, que se trata de uma superioridade sobretudo moral e cultural, muito mais do que apenas econômica ou social – que tenham autêntica noção de serviço do bem comum, que não se limitem a fruir egoisticamente seus privilégios mas cumpram, junto às demais camadas da sociedade, sua função social de exemplaridade.

Talvez surpreenda a expressão "*função social de exemplaridade*". Na realidade, entendemos que qualquer pessoa que a algum título é superior tem, entre outras obrigações, a de dar bom exemplo aos que não têm aquela superioridade. Uma das mais graves carências de nossos contemporâneos é a de modelos humanos que, por sua exemplaridade, possam servir de paradigmas, sobretudo às gerações mais jovens.

Para não nos estendermos demasiado sobre esse ponto, limitemo-nos a transcrever breves trechos de um interessante artigo publicado há poucos anos por *The Times*, de Londres, sob o título "Pesquisa revela que americanos sofrem carência de heróis atuais":

> "Segundo um novo levantamento, os americanos, tomados pelo ceticismo e cansados dos modelos de comportamento medíocres, sofrem dramática falta de heróis nos tempos modernos. Em uma pesquisa de opinião com 1.022 americanos, conduzida pela US News and World Report, mais da metade das pessoas ouvidas não conseguiu indicar uma figura pública viva que merecesse ser chamada de herói. Um em cada seis americanos não tem nenhum herói."[16]

Pode-se bem perguntar se essa ausência de elites não é um dos fatores de insegurança e instabilidade do homem moderno, e se não é também um componente importante da visão de conjunto dentro da qual devemos inserir o fenômeno da Neo-Genealogia.

Noção de final de era histórica

Outro aspecto a considerar é que por toda a parte começa a se generalizar, nestes primeiros anos do século XXI, a noção mais ou menos difusa de que estamos assistindo aos últimos estertores de uma era histórica e aos primeiros albores de uma nova.

Não se trata, aqui, de charlatanismos, de crendices e temores como os que, afirma-se, tiveram grande voga na Europa quando se aproximava o fim do primeiro milênio. Trata-se de algo muito mais sério e digno de reflexão e análise.

Vale a pena ler o que sobre isso declarou há pouco mais de dez anos o Prof. Norman Stone, professor de História na Universidade de Oxford, e um dos

[16] KAY, Katty, artigo reproduzido por *O Estado de S. Paulo*, de 14-8-2001.

mais prestigiosos intelectuais do Partido Conservador inglês, com numerosos livros e estudos históricos e sociológicos publicados. Esse professor teve um papel importantíssimo durante o governo da Sra. Margaret Thatcher, e colaborou com esta na redação do livro de memórias que ela escreveu, intitulado *Os Anos de Downing Street*. É um intelectual prestigioso e sério, nem um pouco comparável a certos "futurólogos" mais ou menos charlatanescos que de vez em quando gostam de fazer declarações apocalípticas para atraírem a atenção do público sobre suas pessoas.

Declarou o Prof. Stone à imprensa italiana, mais precisamente ao jornal *Corriere della Sera*, de 28-4-1994:

> "As nossas cidades estão sendo invadidas por mendigos e sem-teto. As nações se desintegram em pequenos potentados mafiosos. As leis não são mais respeitadas, enquanto se tornam moda as superstições e as pessoas se reúnem de noite nos bosques para celebrar missas negras. Grandes epidemias mortais ceifam rapidamente vidas humanas sem que ninguém saiba curá-las. E as tribos estão novamente em pé de guerra, da África à Europa. Deixemo-nos de iludir-nos com as mentiras da tecnologia e sobre o progresso científico. É como historiador que afirmo: este mundo está voltando à Idade Média. E vós, italianos, como sempre antecipais o fenômeno."

A tese do Prof. Stone é que o Ocidente entrou numa fase de decadência sem retorno. Padece de um câncer, ao mesmo tempo moral e material, que cancelará cinco séculos de "modernidade" e que o precipitará novamente no obscurantismo da primeira Idade Média:

> "A Itália sempre foi o lugar onde os grandes fenômenos históricos tomaram forma. Basta pensar no Renascimento. Ora, a nação italiana está se desintegrando, estão novamente divididos entre guelfos e gibelinos e espalhados em tantas cidades-estado, unidas apenas por uma fidelidade formal a um governo fantasma.

O mundo moderno nasceu por volta de 1500... e tinha três símbolos: a imprensa, as leis e o conceito de Estado-Nação. Todos os três estão desaparecendo hoje. A cultura escrita está sendo substituída pela visual. As pessoas não aprendem mais nos livros, mas pelos cantadores ambulantes das televisões, pelos menestréis das imagens. Quanto às leis, não são mais respeitadas, e a polícia não ousa de modo algum entrar em certas periferias degradadas. O Estado-Nação range em toda Europa. A Alemanha é um conjunto de Estados que fazem de conta que são uma entidade integrada. Colônia, Baviera ou Hamburgo são potências com as quais o governo central deve cada vez mais fazer as contas. São os 'grandes eleitores' de um imperador débil e incerto.

– E no plano europeu? – pergunta o entrevistador.

– É a mesma coisa: se o projeto de Maastricht segue em frente, criaremos o equivalente do Sacro Império romano, isto é, uma ficção jurídica onde os que comandam de verdade são os pequenos senhores regionais.

– Tudo somado, não se vive melhor hoje do que naqueles séculos?

– É outra mistificação. Hoje o Estado democrático e liberal cedeu lugar aos *network* paralelos, como os dos traficantes de droga. Vivemos numa nova floresta de Sherwood, à mercê dos bandidos. Esses piratas sem pátria lançam seus ataques e se refugiam em bases inexpugnáveis. Outrora eram pequenos portos. Hoje são os paraísos fiscais.

– Por que o Ocidente perdeu a capacidade de se defender?

– Porque não construímos a nossa riqueza, mas a recebemos como herança. Sucumbiremos face aos novos povos, talvez bárbaros, mas mais fortes e unidos.

– Quais?

– Os orientais, até não excluiria o retorno do Islã"[17]

Declarações análogas fez, no mesmo ano, o então Presidente da República Tcheca, Vaclav Havel:

[17] Cf. STONE: Voltaremos à Idade Média, vocês italianos por primeiro." Entrevista a Riccardo Orizio, in *Corriere della Sera*, 28-4-1994.

"Há boas razões para pensar que a idade moderna terminou. A ciência moderna clássica só descrevia a superfície das coisas. E quanto mais dogmaticamente a ciência a tratou como única dimensão, como a essência mesma da realidade, mais enganadora se tornou.

Desfrutamos de todos os êxitos da civilização moderna, que facilitaram a nossa existência física em muitos aspectos importantes. No entanto, não sabemos exatamente o que fazer de nós, aonde acudir. O mundo da nossa experiência parece caótico e confuso. Por muito que os peritos nos expliquem todos os fenômenos do mundo, cada vez compreendemos menos a nossa própria vida. Vivemos num mundo pós-moderno, onde tudo é possível e quase nada é seguro. A civilização planetária a que todos pertencemos lança-nos desafios mundiais. Não sabemos como levá-los a cabo, porque a nossa civilização só universalizou a superfície das nossas vidas."[18]

Note-se que, ao citarmos aqui esses dois pensadores, isso não significa que concordemos irrestritamente com tudo quanto dizem. Apenas os citamos para mostrar como é generalizada em nossos dias, até nos meios cultos, a noção difusa de que estamos chegando ao fim de uma era histórica – o que, evidentemente, corrobora para a insegurança do homem moderno.

Os dois depoimentos são anteriores ao atentado do 11 de setembro de 2001, que destruiu as torres gêmeas do World Trade Center – atentado que possivelmente no futuro poderá vir a ser considerado um marco histórico divisor de águas como foi, por exemplo, a queda de Constantinopla, em 1453, indicativa do fim da Idade Média. O recentíssimo atentado na estação ferroviária de Atocha, em Madri, deixou bem claro que o 11 de setembro, infelizmente, foi tão-só um prelúdio de algo maior e pior que pode estar em curso.

Tudo isso é mais um fator de insegurança para o homem moderno, a ser inserido na visão de conjunto dentro da qual se situa o fenômeno da Neo-Genealogia.

[18] Discurso reproduzido pelo jornal *Público*, de Lisboa, 7-8-1994.

Fatores de ordem econômica e condições trepidantes da vida moderna

Outros pontos ainda poderiam ser lembrados: as condições trepidantes da vida moderna, a criminalidade, a violência, a falta de pontos de referência seguros (por exemplo, surtos de inflação destruindo a noção do caro e do barato), a instabilidade econômica. Não nos estenderemos aqui sobre esses fatores porque são evidentes e por demais conhecidos. Todos eles fazem o homem de nosso tempo sentir-se como um animalzinho fraco, inseguro e indefeso, arrastado por forças colossais contra as quais ele nada pode e sem as proteções de cunho familiar, psicológico e religioso com as quais, no passado, ele podia contar.

Perguntas finais

Diante de tantos fatores de insegurança e mal-estar, como estranhar que ele busque, ainda que subconscientemente, algum grande antepassado mítico e arquetípico, que resuma e contenha em germe todas as virtudes e potencialidades da família? Algo à maneira do Kunta Kinte de Alex Haley ou, em termos luso-brasileiros, do Tructesindo Mendes Ramires, no qual o Gonçalo, de *A ilustre Casa de Ramires*, foi encontrar a força de alma que lhe faltava?

Essa busca subconsciente de um antepassado mítico não será bem sintoma de outra orfandade do homem moderno, a que lhe provém da ausência de modelos ideais, à qual já aludimos acima? Os modelos humanos já não são os grandes homens, mas sim os que os meios de comunicação social apresentam como tais. A era dos grandes homens de verdade parece ter passado, o que é outro fator de falta de ponto de referência, de desnorteamento e insegurança, portanto.

Como estranhar que um homem como o de nosso tempo, que se sente violentamente arrancado a condições de vida que lhe são próprias e transplantado para um outro terreno que é tão contrário a sua natureza, vá procurar, ainda

que subconscientemente, em suas raízes ancestrais um elemento de segurança e de legítima e explicável auto-afirmação?

Concluímos estas já longas considerações com um breve trecho de matéria publicada no jornal parisiense *Le Point*, no qual, com aquela precisão e aquele espírito de síntese peculiares ao gênio francês, é resumido tudo quanto aqui explanamos:

> "O famoso adágio da III República (*Um bom republicano não tem necessidade de antepassados*) parece esquecido dos cem mil franceses que hoje se dedicam a pesquisas genealógicas. Isso se deve ao poder exercido sobre os espíritos pelos grandes nomes da antiga aristocracia.
>
> O mais poderoso impulso nessa direção não é a vaidade. Trata-se de uma busca de identidade pessoal que a história da família pode dar. Numa sociedade sem raízes a descoberta da própria estirpe é forte apoio psicológico ao homem moderno. A genealogia oferece aos franceses um remédio às angústias de um período de individualismo triunfante.
>
> A família, o nome, a hereditariedade cativam cada vez mais o simples cidadão. Ele escapa assim ao anonimato moderno."[19]

[19] Gothamanie, *Le Point*, Paris, 20-8-1994.

Mito, paródia e rebelião: uma leitura de *Fronteira Natural* de Nélida Piñon

Eliana Bueno-Ribeiro

A inquietante obra de Nélida Piñon apresenta, até agora, três coletâneas de contos: Tempo das Frutas *(1966)*, Sala de Armas *(1973)* *e* O Calor das Coisas *(1980)*.

Eliana Bueno-Ribeiro, Doutora em Letras, professora de Teoria Literária e Literatura Brasileira. Sobre Nélida Piñon publicou "Escribir en portugués en América Latina: Jorge Amado y Nélida Piñon", in FORGUES, Roland (compilador). *Europa-América Latina al alba del tercer milenio. Miradas Cruzadas* (2001, pp. 224-229), e Posfácio a *Sala de Armas* (1990, pp. 137-142). É atualmente professora-redatora de cursos de literatura brasileira no Centre National d'Enseignement à Distance du Ministère de l'Education Nationale (França).

Esses três conjuntos têm fatura estilística diversa e caminham de uma quase completa opacidade significativa a uma maior transparência comunicativa. Assim, em *Tempo das Frutas*, a brevidade dos textos alia-se à escolha dos assuntos – em sua quase totalidade trata-se aí de seres de exceção em momentos inéditos – para criar um clima de fábula à qual é necessário, no entanto, buscar-se sempre o sentido, que não é dado de imediato. Já em *Sala de Armas* a comunicação, se ainda não é imediata, é facilitada pelas abundantes referências míticas e literárias que balizam os textos. Se o tom de narrativa exemplar se mantém na maioria dos contos, não se está mais diante da condensação verbal do livro anterior, e a maior extensão desses textos permite um mais amplo desenvolvimento dos assuntos, que versam, uma vez mais, sobre seres extraordinários em situações úni-

Ferdinand Hodler (1853-1918) *Transfiguração, c.* 1903.
Óleo sobre tela, 110 *x* 64,5 cm. Vonder Heydt Museum, Wuppertal.

cas. Finalmente, em *O Calor das Coisas* têm-se, em textos também mais extensos que os do primeiro conjunto, personagens do mundo contemporâneo vivendo momentos significativos – mas não necessariamente excepcionais – e historicamente marcados.

Se a narração se faz inteiramente através de um narrador onisciente em *Tempo das Frutas*, já permite, em *Sala de Armas*, a participação do narrador intradiegético. Este, num dos contos de *O Calor das Coisas*, "A sereia Ulisses", provocará mesmo o leitor assinando-se PN, o que faz pensar numa possível queda das barreiras entre as categorias narrador/autor.[1] Perfaz-se dessa forma, também nesse nível, o caminho que vai do maior ao menor distanciamento entre os universos do texto e da leitura.

A multiplicidade das histórias construídas ao longo desses três livros deixa ver um certo número de temas recorrentes, que se espelham entre si e se desenvolvem uns aos outros. Tem-se assim, por exemplo, o tema fantástico (e fantasista, no sentido em que a psicanálise usa este termo) da união (im)possível de espécies diferentes e o da mutação humana, o do incesto e o da homossexualidade ("O novo reino" (*SA*), "Fraternidade" (*TF*)); o da "marca de Caim" ou da "vocação para o mal" ("Vestígios" (*TF*), "Sangue esclarecido" (*SA*)); o da rebeldia em vários níveis – civil, social, moral, existencial ("Os mistérios de Elêusis" (*SA*), "O jardim das oliveiras" (*OCC*)); o da liberdade desejada e o de sua busca ("Sala de Armas" (*SA*)). Em todos os casos tem-se o homem infrator, ora por sua ação, ora pela inação que, nesses contos, não significa jamais fraqueza mas escolha e assunção de força. Esse homem infrator *exige, limpa, ordena, organiza*, que tais são os verbos recorrentes na gramática nelidiana.

A utilização sistemática de tais verbos é uma das pistas que se podem seguir para destacar a tensão fundamental dessa obra, a tensão desconstrução/construção. Presente, em princípio, em toda obra de arte ("Só quem atravessou o

[1] *Tempo das Frutas* (Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1966. Trad. franc. *Le Temps des Fruits*. trad. Violante do Canto & Yves Coleman. Paris: Edition des Femmes, 1993); *Sala de Armas* (Rio de Janeiro: José Olympio,1993); *O Calor das Coisas* (Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1980). Daqui em diante estes livros serão indicados como *TF, SA* e *OCC*.

caos pode gerar a estrela", diz Nietzsche), essa equação resolve-se, no entanto, de modo particular na obra de Nélida Piñon e, de modo também especial, em seus contos. Na verdade, dos dois termos da equação, o segundo é sempre débil, toda a força textual concentrando-se no primeiro. Assim, nas histórias que nesses livros se contam, não há reorganização (construção) do mundo destruído pelos personagens, pelas circunstâncias, pela narração. Quando ocorre, a auto-organização do protagonista implica a desvalorização de seu contexto, que só lhe interessa como cenário, palco de experiências próprias e não partilháveis. De fato, tem-se nesses contos, em vários níveis e em vários matizes, a mesma narrativa de solidão, em que toda relação interpessoal é vista como radicalmente impossível e na qual é lesiva toda tentativa nesse sentido.

É por isso que não se pode, a rigor, falar da existência de diálogos nesses textos. Entre os personagens só há monólogos e o preenchimento do silêncio pelo pastiche do lugar-comum, falas que apontam o vazio de que são feitas. Como exceções nesse campo, que se poderia qualificar como o da expressão do vazio amoroso, tem-se "Menino doente" e "Suave estação" (*TF*), que corresponderiam a uma outra dicção, distinta no conjunto das narrativas aqui em exame.

De uma maneira geral, o sentimento predominante nos três livros é o da disputa que, se por um lado possibilita a constituição das identidades que afrontam,[2] por outro impede que haja encontro entre elas. Mesmo num texto como "Colheita" (*SA*), que num primeiro nível aparece como a narrativa de um encontro, não se tem entrega. O riso franco não é partilhado e só existe para a solitária Romina de "A torre de Roccarosa" (*SA*), que atravessa os tempos e testemunha, de fora e implacavelmente, os esforços dos homens, deles jamais compartilhando. Através dessa personagem, que pode ser lida como metáfora da poesia e/ou do poeta, a narração parece oferecer ao leitor a única saída para a faina humana tão dolorosa quanto improfícua: a atitude irônica.

---

[2] "a disputa que vigora e impera antes de tudo o que é divino e humano (...) É o que possibilita ocupar na presença posição, condição e hierarquia. Nessa disposição (*Auseinandertretan*) se manifestam vácuos, distâncias e junturas." M. Heidegger, *Introdução à Metafísica*. Trad. Emmanuel Carneiro Leão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967, p. 89.

(De onde viria o vazio de esperança que se vê nesses contos, vazio expresso na linguagem feérica que tanto tenta preenchê-lo quanto o sublinha? Onde estaria o núcleo do desconsolo que atravessa essas histórias e que, de uma maneira geral, as constitui? Poder-se-ia pensar que, através da narração desses múltiplos (des)encontros, a voz narradora lamentaria o fracasso da primeira relação amorosa – a que se faz entre mãe e filho? Os contos "O calor das coisas", "A sombra da caça" (*OCC*) e "Vestígios" (*TF*) poderiam apontar nessa direção. Esses três textos destacam-se na composição dos livros de que participam, o primeiro por dar nome à coletânea de que faz parte, os dois outros por ocuparem o significativo lugar de último conto de cada livro, como a indicarem que neles se poderia buscar (como nos romances policiais) a chave para o(s) mistério(s) de sentido que se teriam enovelado até então. O desfecho de "Vestígios", em particular, não pode deixar de ser observado por uma leitura global da obra da autora: no seu fim, os monstros assassinos choram, ao descobrirem na bolsa da menina morta o retrato da mãe...).

Se, quando apreciados tematicamente, vê-se atravessar tais textos o sentimento de erosão, este também se exprime na linguagem. Assim, já à primeira abordagem, a dicção destes contos se mostra provocadora, elaborando uma narrativa densa, que exige toda a atenção do leitor para a percepção do seu sentido. Pode-se mesmo dizer que o discurso nelidiano revela-se uma experiência sobre as possibilidades de expressão da tensão pensamento/linguagem fora da norma lingüística e que daí advém a dificuldade que oferece a seu leitor.

Nesse discurso pode-se também identificar a presença de alguns aspectos da retórica do "carnaval", tais como a utilização de vocabulário popular no interior do uso da norma culta como em "Fraternidade" (*TF*) ; o uso da enumeração caótica como em "A sagrada família" (*SA*) ou o estilo grotesco[3] como em "O calor das coisas" e "O sorvete é um palácio" (*OCC*).

[3] Segundo a lição de Bakthine, o estilo grotesco se estrutura através de uma determinada visão do corpo e da vida, do exagero, do hiperbólico, da quebra dos cânones e da exposição da reversibilidade do alto/baixo, centrado/descentrado.

Finalmente, é a presença do mecanismo da paródia[4] que melhor caracteriza a estruturação dos mais significativos textos dos três livros em questão. Através de tal procedimento perpassam os mais bem sucedidos nesses contos, narrativas advindas de lugares tão variados quanto a Bíblia em "Fraternidade" (*TF*), "A torre de Roccarosa" (*SA*) ou "O jardim das oliveiras" (*OCC*); a epopéia camoniana em "Adamastor" (*SA*); a filosofia clássica em "Fronteira natural" (*SA*); o repertório artístico popular brasileiro em "Disse um campônio a sua amada" (*OCC*); um determinado *corpus* de valores e padrões de comportamento em "I love my husband" ou "Tarzan e Beijinho" (*OCC*); as matrizes míticas em "Colheita" ou "Fronteira Natural" (*SA*). Esses textos básicos (e considera-se como texto também o conjunto de valores e padrões de comportamento vigentes a partir dos anos 60 do século XX) constituem o indispensável pano de fundo do conto nelidiano, que os relativiza sem jamais os anular. Estão, assim, sempre presentes, indicando o quanto o discurso da autora deles se serviu e o quanto deles se afastou e assinalando, dessa maneira, a tonalidade irônica desse discurso. Assim, por exemplo, a agonia de Cristo é convocada na expressão da angústia daquele que renega seus antigos valores, em "O jardim das oliveiras", a narrativa da construção da torre de Babel não precisa ser lembrada a propósito de "A torre de Roccarosa" e a figura do gigante Adamastor está, evidentemente, no horizonte de leitura de "Adamastor". Do mesmo modo, "Colheita" exige para sua leitura o diálogo – irônico – com o episódio

[4] Utiliza-se o termo « paródia » no seu sentido mais geral de « contracanto », texto que emprega um outro texto, modificando-o de maneira a dar-lhe uma intenção oposta à que tinha anteriormente e implicitando-o sempre. Na paródia, percebem-se duas vozes que mantêm a mesma fala com sentidos antagônicos. O discurso parodístico apresenta uma analogia com o discurso irônico e com qualquer discurso empregado com duplo sentido. Essa conceituação do termo afasta-se da defendida por Gérard Genette (*Palimpsestes, la littérature au second degré*. Paris: Seuil, 1982), de quem, evidentemente, toma-se o conceito de obra a ser lida num segundo nível de leitura.

Por outro lado, é preciso assinalar que a reflexão sobre a obra de Nélida Piñon aqui desenvolvida muito deve aos trabalhos de Fausto Cunha e de, principalmente, Diva Vasconcellos da Rocha (*Discurso Literário: Seu Espaço*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975; « A Carnavalização no espaço da narrativa brasileira: *O Alienista, A Barca dos Homens, Tebas do Meu Coração* ». Conferência apresentada no 1.° Congresso de Estudos de Lingüística e Literatura da SUAM, em 5 de janeiro de 1976. Mimeo.).

do retorno de Ulisses a sua cidade, pois na nova Ítaca espera o viajante não uma fiel Penélope mas a mulher que, como Demeter/Ceres, a deusa da semeadura, tem a personalidade a um tempo propiciadora e terrível e pode tanto fazer medrar quanto gelar a semeadura.[5]

O conto "Fronteira Natural" (*SA*) pode ser considerado como exemplar na ficção curta de Nélida Piñon. Além de ser uma de suas narrativas mais bem resolvidas, apresenta um grande número das características temáticas e formais até aqui apontadas como marcas nelidianas. Além disso, sua leitura pode mesmo fornecer a perspectiva para a compreensão de todo o conjunto de contos. Vai-se por isso analisar tal texto visando-se a ilustrar o que até então se disse. Para tanto, talvez seja útil começar-se por um resumo de seu enredo.

Tem-se, pois, uma aldeia situada na fronteira do inferno, aldeia que via seus melhores jovens serem atraídos para a estranha vizinhança. Os que retornavam vinham loucos, falando cada qual uma língua própria, incomunicáveis, mesmo entre eles. Tornavam-se então também inaptos para o trabalho, mantendo os olhos perdidos em pontos obscuros, parecendo nostálgicos de um mundo que a aldeia passa, conseqüentemente, a julgar mais rico. Havia um louco em cada família e todos os exibiam em varandas construídas expressamente para esse fim.

Ao completar vinte anos, o mais belo e mais amado jovem da aldeia resolveu, para desgosto de todos, também fazer a travessia. Passado o prazo dentro do qual voltavam os que voltavam, os aldeãos foram tomados pelo medo do inferno e pelo desejo de saber o que ocorria além de sua fronteira. O tempo toma então, para eles, um verdadeiro significado, já que passam a distinguir uma época feliz – anterior à chegada do inferno às proximidades – daquela que então viviam,

[5] A propósito desse conto não se pode ignorar ainda que o termo "colheita" remete, também tradicionalmente, à idéia de ajuste de contas, de juízo final (uma das mais conhecidas alegorias da morte apresenta o esqueleto com a foice da colheita nas mãos). Assim, diz-se correntemente que se colhe o que se plantou. Se se coordenam, portanto, as referências em jogo no conto, pode-se ver nele uma Penélope que diria a Ulisses recém-chegado que «quem semeia ventos colhe tempestades...»

plena de sobressaltos. Quando já não era mais esperado, o jovem regressou, seguramente mais belo do que quando partira. Voltou mudado. Alheio a todos da aldeia, não se mostrava, no entanto, nem indefeso nem improdutivo como os demais egressos da região infernal. Antes, dele parecia emanar um poder novo, além de seu olhar refletir um certo desdém pelo que o envolvia. Recusou o ritual da varanda e tornou-se centro das atenções e parâmetro da aldeia. Não praticava a expressão particularizante dos demais egressos, mas também não se comunicava com os demais aldeãos, guardando silêncio.

Por intermédio do jovem, os habitantes da aldeia foram então definitivamente tocados pela magia advinda do inferno. Começaram a comparar-se com o recém-chegado, considerando-se em desvantagem, e começaram a perder a capacidade de comunicação. Decidiram-se, afinal, a se igualar a ele efetivando também a travessia que os atraía. Coletivamente puseram-se em marcha rumo à fronteira. Acharam-na, entretanto, fechada por pesada porta que resistiu a seus esforços por destruí-la. Nela havia um pequena inscrição comunicando apenas a transferência do inferno, sem que fosse indicada sua nova localização.

Como se pode ver inicialmente, este conto, cujo tom leva à imediata associação com os mitos clássicos, estrutura-se em torno de três elementos, a saber: o jovem herói, o inferno e a viagem, elementos carregados de sentido na tradição narrativa. Esta análise buscará então, num primeiro momento, evidenciar as significações que tais figuras têm, tradicionalmente, e o desvio que sofrem neste texto. Em seguida, vai-se observar a tensão entre os dois movimentos diferentes efetuados, respectivamente, pelo jovem herói e pelo restante da aldeia. Finalmente, explicitadas as figuras e os movimentos de estruturação da narrativa, buscar-se-á mostrar como tais elementos composicionais evocam, em seu conjunto, um mito dos mais conhecidos, mas que, longe de atualizá-lo, o parodiam. Ao final da leitura, portanto, o tom da narração, que parece de início grave e solene, revelar-se-á irônico e o leitor reconhecerá a necessidade de refazer mentalmente todo o processo narrativo de modo a apreender seu sentido. Começar-se-á, portanto, pela análise dos elementos estruturadores do conto, isto é, o herói, o inferno, a viagem.

I – O herói

Nos mitos primitivos gregos,[6] o herói é um ser de exceção, meio homem meio animal, dotado de força extraordinária, ou ainda um ser humano capaz de ultrapassar os limites dos homens ordinários. Sua existência é destinada a uma busca. Seja ele mágico, profeta ou guerreiro, o herói mitológico apresenta as seguintes características: manifesta-se graças a uma força procriadora miraculosa (um sopro de vento, por exemplo); vive uma infância fora do comum; apresenta-se como dotado de poderes extraordinários; tem um papel a desempenhar (salvar o universo ou a humanidade); e para tanto deve submeter-se a provas (e a descida aos infernos é uma das mais comuns); dá-se então a viagem e para o retorno o herói conta, freqüentemente, com auxílios extraordinários; finalmente recebe ele a recompensa de seus esforços, recompensa da qual o ponto máximo é a divinização.

Pode-se observar que o herói do conto em tela possui várias das características aqui apontadas. Trata-se de um ser de exceção, belo e de "*esplêndida pureza, o mais amado da aldeia*", tendo-se devotado a uma vida simples e reflexiva, pois que, "mais que desvendar terras, buscava a consciência no casulo, os meandros iniciais". O conto deixa claro que ele tinha uma missão a cumprir, à medida que anuncia que "*Tornara-se o inferno sua mais intensa vinculação com a terra. Porém a verdade mais afastada. Sua vocação presumível*" e que tinha ele consciência da importância dessa missão. É assim que diz também que, antes da viagem, considerara que a aventura que se preparava para empreender ultrapassaria "*sua dosagem de herói*". A caminhada que faz com seu pai pela aldeia antes da partida, como a tentar apreendê-la na memória; o farnel de pão e vinho que leva; a hora em que finalmente parte – meio-dia, plena luz; o olhar que lança aos mais antigos antes de deixá-los; a decisão de ir-se sem palavras – todos esses traços caracterizam a vi-

[6] As referências míticas utilizadas neste texto devem-se às fontes seguintes: P. Commelin. *Nova Mitologia Grega e Romana*. Trad. Thomaz Lopes. Rio de Janeiro: Technoprint, 1967 (sem ind. ed. orig.); Edith Hamilton. *La Mythologie*. Trad. Abeth de Beughem Marabout, 1978 (I.ª ed., 1940); Nadia Julien. *Grand Dictionnaire des Symboles et des Mythes*. Alleur (Belgique), Marabout, 1977.

agem do ser de exceção que, sem olhar para trás, atravessa a porta do inferno "*garboso e solitário* (...) *como se montasse animal de raça* ...".

Assim, a composição deste herói conta com a evocação que provoca no leitor não só do herói mítico clássico mas também, acessoriamente, de algumas figuras bíblicas. Dentre estas podem-se citar Lot, o que abandona a cidade sem olhar para trás e, evidentemente, Cristo, o que abandona a família por sua missão e é imediatamente lembrado sob as espécies do pão e do vinho. Como os heróis clássicos e como Cristo, ele ressurgirá do inferno após não mais ser esperado, mas a partir daí não terá mais uma existência ordinária. Como os heróis clássicos e como Cristo, levará a partir de então uma existência gloriosa, acima da compreensão dos mortais. No entanto, enquanto seus modelos (sobretudo os bíblicos) cultuam a convivência e fazem discípulos, o herói nelidiano furta-se a qualquer comunicação e inspira inveja e não amor. Contrariamente ainda a seus modelos, seu caminho não pode mesmo ser seguido, toda tentativa nesse sentido constituindo-se um fracasso.

2 – O inferno

O inferno é tradicionalmente associado à obscuridade e à origem, e ainda que haja desse espaço uma pluralidade de concepções, ele é, geralmente, imaginado como um lugar subterrâneo (lat. *infernu*), misterioso e amedrontador, onde as almas dos mortos sofreriam o castigo dos malefícios cometidos na terra. No entanto, nas mitologias grega e latina, é também apresentado como o reino de Hades/Plutão, entidade representada com o corne da abundância na mão. Também na tradição órfica, Plutão é apresentado ambivalentemente como doador de vida e como destruidor, reinando tanto sobre a criação e a conservação quanto sobre a desintegração, tanto sobre os vivos quanto sobre os mortos.

A *Ilíada* apresenta o inferno como localizado sob a terra e a *Odisséia* indica que o caminho que conduz a ele passa pelos confins da terra e atravessa o oceano. De qualquer maneira, em Homero este é um mundo vazio, habitado por

sombras. Virgílio o considerará como o império dos mortos, onde os maus são punidos e os justos recompensados. Segundo ele, chega-se ao inferno por um caminho que leva à confluência do rio da aflição com o rio do gemidos. É lá que Caronte faz passar as almas dos mortos à outra margem, onde está a porta que leva ao Tártaro, nome que o poeta dá a esse império. Postado à porta do inferno está Cérbero, o cão de três cabeças e cauda de dragão, que permite a entrada de todas as almas mas jamais sua saída. Essa região separa-se ainda do restante da terra por três outros rios: o rio do fogo, o dos juramentos irrevogáveis e o do esquecimento. Em lugar impreciso da região infernal eleva-se o palácio de Plutão, rei das riquezas e dos metais preciosos – palácio que teria múltiplas portas e inúmeros aposentos.

Como o texto em análise põe em relevo "*a porta do inferno*", não se pode deixar também de lembrar a tradição ligada à simbologia da porta. Esta é associada à transição, à metamorfose e a provas de iniciação. Assim, ao transpor certos umbrais, o herói abandona velhos conceitos e seu horizonte se alarga. A porta é, finalmente, o símbolo da comunicação. Aberta, ela convida a novos descobrimentos; fechada, significa a exclusão. E como se invertesse o sentido da porta do inferno dantesco, a porta nelidiana exclui aqueles que são por ela impedidos de entrar no espaço infernal.[7]

Em "Fronteira Natural" a caracterização do inferno apóia-se na idéia de pujança, idéia presente, como se viu, numa parte de sua tradição. O inferno é, dessa forma, o reino atraente, de onde emana um perfume misterioso, o reino do "mais". No entanto, o sentido de "lugar de purgação de culpas", por ser o mais comumente associado ao espaço infernal, não pode ser obliterado. Fica, de fato, em latência, num diálogo, irônico, com o sentido privilegiado no texto. Dessa forma, a leitura não pode deixar de registrar que o herói parte para um reino possivelmente mais rico mas que poderia ser

[7]« Per me si va ne la città dolente, / per me si va ne l'etterno dolore, / per me si va tra la perduta gente. / Giustizia mosse il mio alto fattore: / fecemi la divina potestate, /la somma sapienza e' l primo amore. / Dinanzi a me non fuor cose create/ se non etterne, e io etterno duro./ Lasciate ogne speranza, voi ch'intrate ». DANTE. *Divina Commedia*. Inferno. Canto III, 1-9.

também o lugar do sofrimento. Também a localização subterrânea do inferno é abandonada no conto, mantendo-se porém no horizonte da leitura e fazendo realçar a indicação de sua mera vizinhança com a aldeia, localização que, se aparentemente o banaliza, na verdade torna ainda mais problemática sua concepção.

Um outro traço distingue a descrição do inferno deste conto da tradição sobre essa região mítica: sua luminosidade. De fato, se na tradição o império de Hades é descrito como sombrio, aqui ele aparece como uma "*região de clareza insuportável*".[8] Observe-se que neste conto os egressos de tal país são considerados "*iluminados*" (e observe-se o sentido passivo do adjetivo), e o movimento eficaz na direção desse reino dever-se-ia fazer sob a luz do sol. Assim, o herói parte para o inferno ao meio-dia e de lá advém igualmente "*numa severa manhã de sol*". Contrariamente, o texto indica que "*chovia*" quando a aldeia inicia sua viagem sem sucesso rumo ao reino misterioso.

Ora, a luz do sol é tradicionalmente associada ao conhecimento. Assim, uma das concepções cristãs do inferno considera-o como um espaço de lucidez total, de plena compreensão, que propiciaria o arrependimento eterno dos supliciados então completamente conscientes de seus atos. Por outro lado, a iluminação associa-se à iniciação, ao poder criador. Neste conto tem-se ambos os sentidos associados ao inferno,[9] o que provoca naturalmente a dupla leitura, irônica. Finalmente, deve-se sublinhar que o conto não dá detalhes quanto a esse reino, contentando-se com as referências a sua vizinhança da aldeia e a sua posterior mudança. Esta, por sua vez, aludindo à mobilidade de uma região que, em todas as concepções espaciais, fora até então considerada como fixa, possibilita que se leia o conto metaforicamente. Desse modo, aldeia e inferno

[8] Embora, contraditoriamente, na p. 2 o texto fale também das « trevas do inferno ».

[9] É verdade que se poderia talvez pensar na dimensão destrutiva preservada em alguns mitos relacionados com o sol (o sol dos mortos, o sol negro ou os deuses solares de rosto negro, como Osíris ou Hades, que se relacionam com a morte). Não parece ser esta, no entanto, uma referência eficaz para a leitura deste texto, uma vez que seria necessário, então, considerar a chuva como um elemento positivo, o que, claramente, o texto não aceita.

podem ser vistos como imagens, respectivamente, dos reinos do ordinário e do extraordinário, da norma e da diferença, sendo o segundo termo dessas equações sempre mais rico, porque plural.

3 – A viagem

A viagem dos heróis mitológicos representa para o herói o chamado do destino, sua transferência a outro centro de gravidade, de seu meio a uma zona desconhecida, repleta de perigos e de tesouros: país longínquo, reino subterrâneo ou celeste, floresta, ilha perdida, montanha.

Simbolicamente, a viagem representa o recolhimento do homem em busca do seu eu profundo, caminho difícil, cujo destino é a aquisição da serenidade. A viagem torna-se, assim, a busca da individuação, que se constitui no próprio movimento de sua busca ("*Caminhante, não há caminho! O caminho se faz ao caminhar*", diz Antonio Machado). É, portanto, na viagem rumo a si mesmo que o homem descobre suas forças interiores, vistas como riquezas ocultas. É também nesse momento que ele se desembaraça de tudo o que inibia o seu desenvolvimento e a realização de seus poderes.

A viagem mítica pode ser dividida em três fases: na primeira, o herói recebe o apelo à viagem, o apelo do longínquo, do profundo ou do interdito; na segunda, ele experimenta a angústia inseparável do movimento de lançar-se ao desconhecido; a terceira fase corresponde, enfim, ao enfrentamento e à superação dos obstáculos. Pode-se observar que, contrariamente aos temas do herói e do inferno, a viagem do herói nelidiano segue, no geral, a narrativa tradicional. Corresponde, assim, a um apelo do desconhecido que visa a propiciar ao personagem o encontro de seu verdadeiro eu e o descobrimento de suas forças interiores, desembaraçando-se ele de tudo o que até então o inibia. As três fases em que se divide o modelo mítico aí podem ser também, de certo modo, percebidas. De fato, há o apelo do inferno e a angústia do jovem, anterior a sua partida. Dos obstáculos encontrados pelo viajante na região infernal, no entanto, só se sabe indiretamente, pela

referência aos que de lá jamais voltaram e aos que voltaram "*loucos*". Pode-se-ia finalmente dizer que a observância geral deste conto ao modelo tradicional de desenvolvimento do tema da viagem realça, por contraste, as diferenças que apresenta quanto ao modelo tradicional de desenvolvimento dos temas do herói e do inferno.

Analisados os elementos nucleares do conto, é preciso observar que os mesmos surgem na composição textual em relação com o que se poderia chamar de quarto elemento narrativo – o restante da aldeia –, elemento sem o qual a história não funciona. Na verdade, o texto se estrutura através do cruzamento de dois movimentos, o primeiro levado a cabo, o segundo fracassado. O primeiro é relativo ao jovem herói, que vence a proibição implícita da travessia, efetuando a viagem ao inferno e dele voltando sem marcas dos males anteriormente inflingidos aos demais viajantes, os chamados "*egressos*". O segundo diz respeito ao conjunto da aldeia que, apesar de ter-se decidido a invadir o território contíguo porém estranho, é obrigado a manter-se no espaço do conhecido.

De fato, tem-se no texto o relato de uma eleição mas, ao contrário das histórias tradicionais, essa eleição não tem serventia comunitária, não visa à integração do herói à aldeia nem à reunião de seus habitantes. Ao contrário, se no conto o herói, de volta ao lar, se torna "*Senhor do arado e da sementes*" e se "*os animais se tranqüilizavam a seu lado...*", ele também "*ignorava pai, mãe e reuniões dos mortais*" e "*vivia no silêncio*". Esse herói não se torna rei nem filósofo nem líder e faz-se signo da inquietude, catalisando o desejo de interdito que existe em cada homem. Provoca, enfim, apenas dissensão, pois a demanda de esclarecimento que sua presença produz é destinada ao fracasso. Com efeito, esta bem poderia ser caracterizada como a narrativa de uma exclusão coletiva, em que se parodiaria o texto bíblico sustentando-se que, ao reino do extraordinário, todos são chamados mas são poucos os escolhidos.

Na rede de ecos, de contrastes e de aproximações em que se constitui, afinal, o sistema literário, esta narrativa traz à cena da leitura um outro texto (dentre muitos outros...) que ocupa posição central nesse sistema. Tra-

ta-se do mito da caverna.[10] Tem-se, nos dois textos, a situação inicial de limitação – a caverna, a aldeia. Tanto numa como noutra narrativas, a fuga do mundo conhecido é, em princípio, impossível. Tem-se, em ambos os casos, a partida ao exterior de um dos elementos. Tem-se também sua volta à situação inicial, o viajante não se reconhecendo mais como participante de sua antiga comunidade, que também o marca como diferente. Num e noutro textos o viajante acede a um mundo mais rico, distinguindo-se assim, à sua volta, de seus antigos companheiros.

Há, no entanto, diferenças essenciais na narrativa nelidiana quanto ao mito grego, diferenças que, como se procurou dizer até agora, implicitam o modelo.

Em primeiro lugar, é necessário sublinhar-se a inversão alto/baixo operada no conto, pois o inferno nelidiano corresponde, não à caverna platônica mas, ao contrário, à região da plenitude de sentidos ("*região de clareza insuportável*"). Em seguida tem-se de observar que o movimento ascendente/descendente do texto-modelo (que se vê como modelo) é substituído por um movimento lateral: o inferno nelidiano não respeita a etimologia e situa-se ao lado da aldeia ordinária, do lugar da norma. Não se trata mais de ascensão ou de queda, mas de diferença, que resultará em marca de valor. Quanto à viagem empreendida pelos personagens de uma e ou-

[10] Ter-se-ia neste caso mito ou alegoria? Geneviève Droz (*Les Mythes platoniciens*, Paris: Ed. du Seuil, 1992), apresenta a distinção de Perceval Frutiger (*Les Mythes de Platon*. Alcan, 1930), entre mito e alegoria nos seguintes termos: o mito conta uma história; a alegoria, « imóvel como um quadro », descreve um estado; o mito apresenta personagens individualizadas situadas no espaço e no tempo; a alegoria, de caráter mais geral, apresenta tipos humanos; o mito tem uma significação implícita; a alegoria, uma significação explícita, voluntariamente explicitada pelo autor, que dá sua chave, pondo, lado a lado, a idéia abstrata e seu signo oculto. A partir de tal argumentação, Frutiger não classifica a narrativa da caverna como mito mas como alegoria, sublinhando que sua significação, em lugar de ficar implícita, é largamente, imagem após imagem, explicitada por Platão: não será o caso, portanto, de assimilá-la a mitos". Geneviève Droz recusa esta conclusão de Frutiger. Concordando, no entanto, com a argumentação desse autor, ela admite que, de fato, há alegoria no texto em questão, propondo assim que, no caso, sejam integrados os dois conceitos, o de mito e o de alegoria. É que, de fato, diz ela, não se trata aí de uma simples comparação, nem de uma imagem, nem mesmo de uma analogia. Pelo contrário, tem-se aí uma narrativa simbólica, com múltiplas peripécias, rica de possibilidades de leitura e com níveis de interpretação diversos, continua. E propõe, finalmente, que esse texto seja caracterizado como « mito alegórico ».

tra narrativas, mesmo se Platão afirma que todos têm a capacidade de ascese,[11] no mito da caverna o prisioneiro deve ser forçado a elevar o corpo, a voltar a cabeça e a caminhar em direção à luz, enquanto no conto os jovens são *atraídos* pela região proibida e o herói "*simplesmente soube, incomunicável*" a hora em que se devia dar sua partida. Também o sol, símbolo da verdade no mito platônico, opondo-se à obscuridade da caverna, brilha no conto contemporâneo tanto na aldeia quanto no inferno, como a indicar a possibilidade de ser a verdade dupla. Finalmente, a viagem é, no conto, empreendida em solidão, havendo os que nela perecem e os que são por ela realmente afetados, sem que haja a possibilidade da ajuda, da intermediação que se mostra possível no texto grego.[12]

Por outro lado, concorda o conto com o mito platônico no que concerne às condições em que voltam tanto o prisioneiro à caverna quanto o jovem à aldeia. Tanto um quanto outro não mais se interessam pela convivência com seus companheiros. Platão considera mesmo natural que aqueles que se elevaram não queiram mais ocupar-se das coisas humanas;[13] Nélida faz seu personagem exceder em tudo a seus antigos companheiros, mas guardando sempre silêncio.

Todos esses desvios (que, repete-se, convocam o modelo justamente para se legitimarem) convergem para a principal diferença construída no conto com relação ao texto platônico. Refere-se tal diferença ao papel desempenhado pelo viajante em sua comunidade. O mito da caverna, como as demais narrativas tradicionais de viagem de heróis, preconiza que a ascese individual venha a

---

[11] "L'éducation est donc l'art qui se propose ce but, la conversion de l'âme, et qui recherche les moyens les plus aisés et les plus efficaces de l'opérer; elle ne consiste pas à donner la vue à l'organe de l'âme, puisqu'il l'a déjà; mais comme il est mal tourné et ne regarde pas où il faudrait, elle s' efforce de l'amener dans la bonne direction." (Platon. *La République*. Intr., trad. et notes par Robert Baccou. Paris: GF Flammarion, 1966, p. 277) (Paris: Garnier-Frères, 1966.)

[12] "Qu'**on** détache l'un de ces prisonniers, qu'**on** le force à se dresser immédiatement, à tourner le cou, à marcher, à lever les yeux vers la lumière (...)." (Idem, p. 274.)

[13] "...et ne t'étonne pas que ceux qui se sont élevés à ces hauteurs ne veuillent plus s'occuper des affaires humaines, et que leurs âmes aspirent sans cesse à demeurer là-haut. Cela est bien naturel, si notre allégorie est exacte." (Idem, p. 276.)

produzir um proveito coletivo. Nesse mito a subida do herói rumo à luz se faz com a ajuda (ou sob as ordens) de outros já esclarecidos e insere-se portanto na cadeia educativa que visa, por sua vez, à construção da cidade ideal. O mito da caverna pressuporia assim a possibilidade, mais ou menos remota, da ascensão, em maior ou menor grau, de todos. Constitui-se desse modo uma narrativa integrativa, de inclusão. Segundo ela, a busca pessoal, de individuação não pode deixar de ser solidária com o dever comunitário e esta seria mesmo uma das mensagens fundamentais do platonismo.

Nada mais estranho a "Fronteira Natural". Este texto, a partir de seu título, propõe o reconhecimento de certos homens como diferentes de tal maneira que não haveria entre eles e os que os rodeiam nenhuma possibilidade de linguagem, a comunicação sendo impossível. Nada mais estranho ao rei-filósofo platônico que este jovem herói, e no entanto sua história de recusa radical do ordinário pelo silêncio, não aceitando nem mesmo uma linguagem fronteiriça, só pode ser de fato lida a partir do horizonte da pedagogia platônica. Se Sócrates exige que o iluminado volte à caverna e divida com os que lá ficaram sua vida miserável a fim de poder elevá-los, o narrador nelidiano narra para convencer seu leitor de que, vizinhos embora, os reinos do ordinário e do extraordinário, da norma e do desvio, não podem de fato conviver: entre eles a fronteira é natural.

Inquietação – talvez esta seja mesmo a melhor palavra para caracterizar o sentimento que permanece à (re)leitura dos textos de Nélida, revisitados todos pela memória ao fim deste conto. De fato, após a análise de "Fronteira Natural", poder-se-ia bem afirmar que o tema central da narrativa curta nelidiana é o da *dissentio* necessária. Numa época em que por todos os meios e forças se impõe a unidade e na qual *consensus* é palavra-fetiche, não é preciso sublinhar a estranheza e a atração que provocam esses contos. Através de sua linguagem tensa, articulada sobre outras falas, caracterizam-se como parte da categoria de textos que cobiçam como leitor o leitor de outros textos. A este, seduzido, fazem perder-se, no labirinto que estabelecem entre vozes já anteriormente ouvidas, vozes que ganham, então, um novo e perturbador sentido. Textos-palimpsestos, o prazer que sua leitura provoca advém do trabalho que exigem do leitor para a (re)construção de seu sentido. A contrapelo.

Prêmio Senador José Ermírio de Moraes – 2005

O Prêmio Senador José Ermírio de Moraes – 2005, da Academia Brasileira de Letras, foi entregue ao jornalista e escritor pernambucano José Nêumanne Pinto, escolhido, por unanimidade, pelo seu livro *O Silêncio do Delator*. José Nêumanne Pinto foi saudado pelo acadêmico e seu conterrâneo Marcos Vinicios Vilaça, ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). O Prêmio foi instituído na presidência do Acadêmico Josué Montello em 1994 e é entregue anualmente a uma obra de caráter relevante para a cultura nacional.

Sessão realizada no Salão Nobre da ABL, no dia 25 de agosto de 2005.

Discurso de José Nêumanne Pinto

A primeira coisa que me ocorre lhes dizer, amigas e amigos meus, cuja presença aqui me prestigia e desvanece, o primeiro verso de um soneto – o único poema que sei de cor. E nem meu é! Mas, se querem saber, é como se fosse, tantos anos o tenho repetido, tantas vezes dele me tenho lembrado e tantas noites são aquelas em que ele tem percutido dentro de minha cabeça como um mantra, a oração escandida por um anjo. "Meu coração tem catedrais imensas." É isso mesmo: a abertura de "Vandalismo", de Augusto dos Anjos, nascido na Paraíba como eu e morto em Minas, como tantos ancestrais de muitos dos que aqui pacientemente me escutam. Este verso me encanta pelo ritmo das sílabas, pela música da linguagem, pela força da imagem. É grandioso e é singelo, ao mesmo tempo, como devem ser as obras-primas: sólido e delicado, másculo e meigo, etéreo e prático.

Muitos podem ser os motivos para que com ele abra este agradecimento feito na condição que ainda me espanta de autor do romance *O Silêncio do Delator*, laureado pelos membros desta Casa, que Machado de Assis, do Cosme Velho, e Joaquim Nabuco, de Massangana, fundaram e cujo espírito todos os acadêmicos presentes e ausentes têm renovado, em benefício da cultura nacional, em seu ameno e profícuo convívio em torno da mesa de chá. Mas gostaria de destacar uma só, a mais simples, a mais direta, a mais prosaica de todas: a correspondência com o sentimento de humildade e reconhecimento, de gratidão e despojamento com que aqui venho me investir desta honraria, a maior que poderia ser dada a um imodesto operário da língua, seu súdito vaidoso, embora nem por isso infiel. Pois reivindico minha condição de fiel para lhes garantir que me dirijo a cada um dos acadêmicos e convidados aqui presentes com a humildade de um peregrino em Meca, o ânimo caridoso do soldado romano que umedeceu os lábios secos de Jesus na cruz e o estoicismo de Gandhi e Martin Luther King acolhendo as balas que lhes ceifaram a vida. Entro nesta sala tirando os sapatos para me sentar à mesa, à moda japonesa. Como um romeiro sobe as escadas de pedra de Monte Santo, perto de Canudos, no sertão

da Bahia, lacerando as rótulas. Sou um cruzado da palavra, um guerreiro do vernáculo e venho aqui para convocá-los à luta, luta renhida, heterônimo da vida no canto do guerreiro indígena do poema de Gonçalves Dias.

O brilho dos lustres deste Salão Nobre lembra o dos pirilampos que, na noite escura do sertão de minha infância, se embriagavam com o ritmo marinho dos versos do poeta baiano Antônio Frederico de Castro Alves, ditos de cor por minha mãe, Mundica Ferreira Pinto, que aqui se encontra – e para cá veio para que nunca me esqueça de que o vernáculo em que se lavra a poesia não é o dialeto pátrio, mas, sim, a língua materna. Lembro-me também de que chorei por minha profana ignorância e pelo tropeço inesperado no óbvio quando ouvi os versos do português Joaquim Maria Du Bocage [...] num filme do brasileiro Djalma Limonge Batista, encontrando neles o mesmo ritmo do mar da Bahia e de Goa, onde o caolho Luís Vaz se banhava. E me recordo ainda da fé religiosa no verbo original que me foi incutida no colégio pelas professoras Maria Argentina Brasileiro e Francisca Neuma Fechine Borges. Encantei-me com a amargura do seleiro José Amaro, inventado por José Lins do Rego, e me apaixonei pelos olhos claros da sertaneja Soledade, criada por José Américo de Almeida, de cuja amizade privei. Li-os à chama da lamparina queimando querosene e à custa de uma miopia galopante que me acompanha desde a tenra infância, de cujas noites vultos e letras surgiam mais nítidos do que quando era dia e, então, o sol do semiárido lhes torrava os contornos, ofuscando-me a retina.

Venho de muito longe e da aldeia onde nasci trago notícia da preciosidade desta língua cuja sobrevivência em liberdade decente nos cabe a todos assegurar. E é este o requerimento que aqui subscrevo. Valho-me desta ocasião única para fazer um apelo: não deixemos esta nossa língua portuguesa morrer! Jamais permitamos que o idioma que as minas de Itabira forjaram no *gauche* Carlos e que as mocinhas de Évora usavam para encantar o "foca" Eça de Queirós se dissolva na lama pútrida das sarjetas da mentira e da corrupção impunes. Que mais lhes poderia pedir eu, devedor de sua graça e escravo de sua mercê, que não fosse isso, minhas senhoras, meus senhores, amigas e amigos? Peço-lhes nada mais que isto, pois: que usem ainda mais e sempre que lhes for possível a

ingente relevância da Instituição que são. E, assim, munidos da força da credibilidade desta organização, que se impõe acima dos poderes da República e além dos caprichos do mercado, possam evitar que uns e outros desavisados roubem do povo o que ainda lhe resta de dignidade e nobreza: a possibilidade de serem os cidadãos brasileiros justos e solidários, comunicando-se em frases simples, diretas e verdadeiras. A Academia Brasileira de Letras paira sobre a areia movediça moral em que afunda o País oficial com a autoridade moral da obra real de cada um dos acadêmicos, vivos e mortos. E somente a autoridade moral de uma associação como esta, que honra seus membros e por estes é honrada, poderá restaurar a confiança dos tempos em que à palavra dada correspondia fiança de alta valia e um fio de bigode bastava como aval.

Muito esta Casa, que ora acolhe este trabalhador da notícia e garimpeiro da verdade na mentira da ficção, ainda pode – e deve – fazer para impedir que o massacre cotidiano na boa-fé da palavra empenhada, seja pelas mentiras deslavadas pregadas nas comissões parlamentares de inquérito ou pela mistificação desembestada da ilusão publicitária, seja pelo emprego desregrado do gerúndio ou pela adoção de barbarismos em nome de um falso populismo, no fundo elitista, possa instalar no lugar de uma civilização que um dia foi letrada uma estúpida algaravia de bárbaros. Quem sabe, alguns dos nobres guardiães dos tesouros espirituais amealhados nas pensões de Porto Alegre ou nos *bas fonds* do Recife Velho poderão me recriminar pela ousadia deste pedido. Peço-lhes vênia, e mais um tempinho de atenção, antes de logo, prometo, concluir.

O Silêncio do Delator, que mereceu a honra desta premiação, é um projeto literário no qual reuni todos os valores que aqui venho defender. Relato dos malogros e êxitos de minha geração, este romance não faz nenhuma concessão a modismos ideológicos ou mercadológicos. Ao contrário: elaborado ao longo de vinte anos, seu texto aborda com franqueza, mas também com verve e leveza, a experiência de vida e reflete a visão do autor, sem autocomiseração nem leniência com as facilidades exibidas na feira de vaidades de nossa sociedade de massas e consumo.

Este prêmio, que meu livro ganhou, leva o nome de um José como eu, também nordestino – o Senador José Ermírio de Moraes nasceu em Nazaré da

Mata, Pernambuco. Ele dá um exemplo fecundo, porque provém de uma empresa produtiva, que acumula a fortuna na persistência do trabalho, e não no perfume enganoso da usura aventureira. Que sirva agora também de pretexto e ponto de partida para que esta Casa seja cada vez mais e sempre a trincheira de uma luta sem tréguas contra a mentira oportunista, a falsificação comercial e o vilipêndio da língua materna pelos mercadores do óbvio nas facilidades do consumismo comodista. Bastará esta luz, emanada dos becos imortalizados por Manuel Bandeira e das conversas de tropeiros reproduzidas no registro inovador do doutor Joca, lá de Cordisburgo, norte de Minas (portanto, também Nordeste, pois não?), para que as trevas da barbárie que nos ameaçam se dissipem no brilho do legado ético de Celso Furtado e Rachel de Queiroz, Euclides da Cunha e Graciliano Ramos. Legado ético de que me orgulho ter recebido de meu pai, José de Anchieta Pinto, honrado servidor público, no total e verdadeiro significado destes vocábulos.

Eu sei, e vocês sabem, que não será nada fácil resgatar o dialeto em que se comunicavam os "bambas" da sinuca de João Antônio. Este idioma em que Maneco Antônio de Almeida narrou as malandragens de Leonardo Pataca nas ruas já então sujas e ruidosas da Corte Imperial do Rio de Janeiro. E o bruxo do Cosme Velho bordou as sutilezas do ciúme de Bentinho. Esta língua que sibila como vento na palha dos canaviais e entre as cruzes dos cemitérios pernambucanos de João Cabral de Melo Neto e requebra nas ancas da *Nega Fulô*, de Jorge de Lima. E que o embolador Dedé da Mulatinha entortava e enriquecia em seus improvisos, feitos ao ritmo do ganzá, na feira-livre de Campina Grande, na época em que este beneficiário da generosa hospitalidade de vocês se iniciava no jornalismo, na literatura e no amor.

Hoje, nossa democracia representativa verga sob o peso da esperteza, que quando é demais, como gostava de afirmar Tancredo Neves, engole o esperto – e é só isso que ora está ocorrendo no Brasil, ilustres e pacientes ouvintes. Infelizmente entre nós são muito poucas, raríssimas mesmo, as entidades que dispõem de autoridade, competência e sensibilidade para comandar esta cruzada contra a vulgaridade do lenocínio político, a transformar o Estado brasi-

leiro num prostíbulo público e esta última flor do Lácio, muito bela e nada inculta, do poeta Olavo Bilac em biombo de solecismos desqualificantes e valhacouto da falsidade e da mistificação rasteiras. Cabe a esta Casa sediar a resistência dos homens e mulheres de valor já nela abrigados e obter a adesão das brasileiras e brasileiros de boa vontade que ainda não sucumbiram ao populismo brega e ao deslumbramento pela cloaca chique do capitalismo selvagem das butiques pretensamente elegantes. Cabe-lhes organizar a luta para tentar pôr fim a este exílio que amargamos em território nosso – esta pátria de Fernando Pessoa, Lobo Antunes, Mia Couto, da virgem Iracema, de José de Alencar, e na qual Riobaldo amou Diadorim.

Vamos salvar a língua portuguesa antes que esta vulgarização criminosa arraste para o oblívio o opróbrio dos que dela escarnecem e, juntamente com estes, esmigalhe também as jóias de rara beleza, nela lapidadas – orgulho de nossos patrícios e patrimônio de nossos descendentes.

Saudação de Marcos Vinicios Vilaça

"Para os que não sabem o que custa a doçura do açúcar
a quem o lavra, o conheçam."

Esta observação, de Antonil, datada do comecinho do século XVIII, José Ermírio de Moraes com ela ainda se defrontou no século XX.

É o contraponto à euforia de Gândavo, no século XVI, ou ao entusiasmo de Brandônio que, no *Diálogo das Grandezas do Brasil*, reporta-se aos infinitos engenhos de fazer açúcares no Pernambuco do século XVII.

Tem sido senóide a visão daquela agroindústria em nossa terra, terra minha e de José Ermírio de Moraes, nós próprios nascidos na mesma Nazaré da Mata, cidade envolvida por canaviais.

No entanto, uma coisa é certa. Em cada pé de cana há um pé de gente. Por isso, sempre se encontrará um toque de dramaticidade, na expansão e no declínio do setor econômico-social da cana-de-açúcar.

Curiosamente, uma atividade íntima ao açúcar, que é produzido muito próximo do litoral, se constituiu no fator expansionista da colonização na linha interiorana: a pecuária. O boi puxando o homem mais do que o homem puxando o boi.

O gado foi o dinamizador do povoamento, da ocupação de espaços menos férteis. O gado estimulou a expansão territorial, criou uma sociedade agropecuária, contraponto da açucareira.

E aí estão dois Nordestes, um é o Nordeste do doce, do massapê, de chuva grossa, dos barões, do sobrado gordo, do maracatu, da prataria, dos santos barrocos; outro, é o dos homens encoletados em couro, de rios secos, de chuva magra, de árvores-graveto exemplos da xerofilia hostil, do xaxado, dos coronéis de boiadas de boi e de boiadas de voto, um mundo onde não há luxo, que o luxo não é sertanejo.

Um é o Nordeste de *Fogo Morto*, o outro, é o de *Vidas Secas*.

Um é o Nordeste de José Ermírio de Moraes, o outro é o Nordeste de José Nêumanne.

Então, não há o que esconder. Esta é uma festa nordestina. E não seria eu quem o negaria.

As raízes do patrono do prêmio lembram Ascenso Ferreira falando que os engenhos da terra só pelos nomes fazem sonhar: Esperança, Flor do Bosque, Estrela D'Alva, Bom Mirar. As do premiado têm em comum a toponímia nordestina de Currais Novos, Bezerros, Lagoa Seca, Areia, Sertãozinho, Carne de Vaca, Seridó, Algodões, Cariri, Serra Talhada, Ingazeira, Umbuzeiro.

O Prêmio que hoje se outorga a José Nêumanne está na sua I I.ª edição. Por ele passaram, entre outros, Roberto Campos, Wilson Martins, Evaldo Cabral de Melo, Cícero e Laura Sandroni, Manif Zacharias.

O patronato foi além do Prêmio e ajudou a Academia, como lembra muito bem esse excepcional acadêmico que é Alberto Venancio Filho, na aquisição

da biblioteca de Marcos Carneiro de Mendonça e na aventura ainda não de todo encerrada do Solar da Baronesa.

Escritor José Nêumanne:

A nordestinidade é, de nossa parte, um ato de convicção e constância, uma forma de vitalidade histórica. Com esse sentimento exalto a sua Paraíba, "pequenina e heróica", de todos os tempos, de todas as realidades. Louvados sejam o botânico Manoel de Arruda Câmara e o poeta "Caixa d'Água", o Ponto de Cem Réis e a festa das Neves, o Treze de Campina e o bar do Onaldo, Vidal de Negreiros e o "Velho Capitão", as bagaceiras dos engenhos – tema para um dos maiores clássicos da língua portuguesa escrito por um saudoso confrade – e Dom Vital, Zelins e Ariano, Celso Furtado e Piragibe, a Borborema e o Cabo Branco, Linduarte Noronha e Augusto dos Anjos, Bodopitá e as inscrições rupestres dos Cariris Velhos, Elba Ramalho e Vladimir Carvalho, o teatro Santa Rosa – onde Gilberto Freyre proferiu a primeira conferência de sua vida – e Castro Pinto, Solon Lucena e Inácio da Catingueira.

E mais, e mais.

Também seja louvado o gesto de Pedro Monteiro de Macedo a determinar, em 1744, que seu epitáfio fosse fixado no batente principal da porta da igreja de Santo Antonio, com estes dizeres: "Aqui jaz Pedro Monteiro de Macedo, que por ter governado mal esta Capitania quer que todos o pisem e todos rezem um Padre Nosso e uma Ave Maria, pelo amor de Deus".

Louvo-o, escritor José Nêumanne, por não ter faltado com o seu esforço para que nada disso se apergaminhasse na memória dos homens.

Nunca lhe tocou aquele medo que o poeta seu conterrâneo, Sergio de Castro Pinto, descrevia como capaz de se instalar nas palavras, enregelando-as, obrigando a pô-las como em um frigorífico.

Senhoras, Senhores:

Quando José Ermírio de Moraes, filho de viúva, deixou as comodidades de menino de engenho, a tradição do bacharelado em Direito, largou-se para os Estados Unidos estudar engenharia, traçou a sua história de valoroso *tycoon* da indústria brasileira.

Não desatendeu aos deveres da cidadania. Fez-se político, Senador e Ministro de Estado. Declarou-se compromissado com o desenvolvimento social e não só com o crescimento econômico.

Deu à família essas responsabilidades e refiro, ainda que sejam desnecessários, três exemplos da boa sangüinidade do Velho Senador: a Beneficência Portuguesa, a AACD e este Prêmio.

A democracia somente prospera no pluralismo. Nada lhe é tão essencial quanto a ampla repartição do poder; do poder político, também do poder econômico, do poder social.

Não se diga dela que é uma ideologia. Muito menos elaborada construção teórica de um iluminado. As sociedades ideocráticas favorecem o autoritarismo.

Democracia é poder compartido, que não é sinônimo de equalitarismo mas que não subsiste nas grandes iniqüidades.

Montesquieu dizia: "A democracia deve evitar dois excessos: o espírito de desigualdade, que conduz ao governo de um só; e o espírito de igualdade extrema, que conduz ao despotismo de um só."

Impor a igualdade equivale a privar a liberdade. Garantir a liberdade equivale a reconhecer a desigualdade.

A sabedoria política do lema da Revolução Francesa está em buscar diluir a contradição latente entre liberdade e igualdade pelo sentimento da fraternidade. Em conjugá-las pela solidariedade.

Cuido em azeitar uma permanente reflexão sobre isto no que me cabe como exercício do meu cargo público, pois o controle social do Estado, próprio das democracias, é complexo e multiforme mecanismo de auto-regulação das ações políticas.

A informação, principal matéria-prima da Corte em que trabalho, tem que ser ponderada, pesada, processada para ser julgada com precisão.

Por isso, nunca deixo de lado os versos de T.S. Eliot:

O ciclo sem fim da idéia e da ação,
Interminável invenção, interminável experimento,

Conhece o movimento, não o repouso;
O conhecimento das palavras, não o do silêncio:
Conhecimento do verbo mas ignorância do mundo
[...]
Onde está a vida perdida no viver?
Onde está a sabedoria perdida no conhecimento?
Onde está o conhecimento que se perdeu na informação?

Quando vejo, José Nêumanne, seus cuidados com a análise e a pregação democráticas, tudo isto me vem à mente e eu desejei declarar aqui.

Senhoras, Senhores:

Nesta edição do Prêmio Senador José Ermírio de Moraes, foi difícil escolher um ganhador. De um lado, havia o culto à Democracia como face ostensiva do conjunto de obras de José Nêumanne. Do outro, o espetáculo de preservação da História, em livro admirável de Arno Wehling, Direito e Justiça no Brasil Colonial.

Do meu canto, eu creio, pois não tenho delegação de ninguém para dizer isso, posto que não há nada mais difícil aqui do que falar pelo colegiado, acredito que não fomos pelo caminho rigoroso do mérito, pois daria empate entre a Democracia e a Memória. Fizemos uma opção de circunstância, diante de tantos merecimentos de parte a parte.

Registremos aspectos relevantes em José Nêumanne. Enfileiro alguns:

– o senso de visão ampla, na antologia dos melhores poetas brasileiros do século;

– a astúcia de unir Bob Dylan, os Beatles e Caetano Veloso, como embrulhara num mesmo saco, Barcelona e Borborema, Gaudi e o forró.

Wilson Martins diz de *O Silêncio do Delator*, seu livro que consagramos, ter inovado o romance contemporâneo tanto na temática quanto nas técnicas narrativas.

E eu acrescento: com o extremo bom gosto de se animar num poema excepcional. Por isso, repitamos com Nêumanne: "Vá-se entender os mistérios da criação!"

Antonio Olinto, com a sua alta expressão de crítico literário, louvando o livro, observa que para entender qualquer realidade é preciso atentar para a sua correspondente ficção. A ficção é uma verdade, e dela vem.

José Nêumanne produziu o silêncio sonoro do seu protagonista. Diz, fingindo que está calado. Quase lembra a sentença perfeita de Eduardo Portella: o silêncio é o mais dizer, é o que se diz naquilo que se cala.

Acredito que o jornalismo facilitou-lhe conhecer o homem e isto facilitou-lhe a arte no romance.

Nêumanne transferiu o datado para o transtemporal. Seu livro também é de acento feminista, como confessa, e enquadra-se no tempo tríbio de que fala Gilberto Freyre.

Sua intolerância à tirania tem simetria com o que falou Roberto Romano sobre *O Silêncio do Delator*, ao alegar que os tiranos odeiam o riso, pois o riso é subversão intolerável.

Por isso, José Nêumanne, você pode continuar, como é do seu jeito de ser, transgredindo tudo aquilo que lhe parecer "direitinho". Sempre encontrará um cânone em sua rota, pois sem o cânone só haverá o caos. E do caos você não gostaria.

Espero um ensaio seu e isto é um afetuoso desafio. Escreva de como a música eletrônica, se música é, interfere na cultura contemporânea e na sociabilidade das pessoas, tema que somente agora começa a ser cuidado no Brasil. Em *Música Eletrônica – A Textura da Máquina*, Rodrigo Fonseca propõe uma visão renovada do encontro entre a tradição musical ocidental e os perigos e possibilidades dos novos recursos utilizados na criação musical eletrônica, como observou argutamente o crítico Schneider Carpeggiani.

Na mesma linha, há de se analisar o fenômeno do "coronelismo" eletrônico, dominador da mídia televisiva dos nossos dias, acolitado pelo uso desabrido de supostas convicções religiosas a serviço da política.

Todo esse gosto pela novidade existe para desafiar intelectuais. Exótico ou não, como o do *blog* literário. Uma hora dessas há de se inserir nesta Casa, com a mesma atenção que demos ao folhetim eletrônico, trazendo gente de dentro dele para dentro da Academia. Quando nos aliarmos ao *blog*, o faremos muito bem. É inevitável e um seu tanto inadiável.

O passado nos autoriza a recusar anemias no fazimento do presente e na formatação do futuro. O novo nos interessa. A tradição desta Casa não é feita de ancoragem de horas, mas da libertação da palavra. Sem pressa e sem descanso.

Não somos nem esféricos, nem monolíticos. Temos as assimetrias da existência mas sem falhar na missão histórica. Haveremos de conciliar o apolíneo com o dionisíaco.

A imortalidade que existe aqui é a da palavra. Hoje premiamos a palavra de José Nêumanne e cuidamos em honrar a memória de José Ermírio de Moraes, um homem de palavra.

Esta é a Casa das palavras, e cada um de nós vive a repetir os versos de Drummond:

Lutar com palavras
É a luta mais vã
Entanto lutamos
Mal rompe a manhã
São muitas, eu, pouco.

Poesia, linguagem e vida

Ricardo Vieira Lima

Hora Aberta, agora em quarta edição revista e aumentada, organizada pela pesquisadora e ensaísta Eliane Vasconcellos, reúne a extensa obra poética de Gilberto Mendonça Teles e ajuda a desfazer, de maneira inequívoca, alguns estereótipos que, ao longo dos anos, foram criados em torno deste que é um dos principais escritores brasileiros de hoje, e que, neste ano de 2005, comemora 50 anos de literatura.

A princípio, convém situar o poeta no centro de sua verdadeira linhagem: Mendonça Teles pertence, de fato, à chamada Geração 60, e não à Geração Neomodernista de 45, ao contrário do que pensa boa parte da crítica literária. Gerações não são clubes ou grupos estéticos liderados por corifeus, que, ao sabor dos ventos, incluem e excluem de seus quadros amigos e desafetos. O que configura uma geração é menos o aspecto literário do que o critério biológico. Neste sentido, se as gerações são conjuntos de pessoas nascidas na mesma época, i.e., no mesmo espaço de 20 anos (de acordo com o clássico

Jornalista, crítico literário e poeta. Diretor do Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro e colaborador das revistas *Poesia Sempre*, editada pela Fundação Biblioteca Nacional, e *Metamorfose*, editada pela Cátedra Jorge de Sena/UFRJ. Seu livro inédito, *Aríete*, ganhou o Prêmio Jorge Fernandes de Poesia, da União Brasileira de Escritores – RJ.

conceito de Ortega y Gasset, atualizado por teóricos como Julián Marías e Claudine Attias-Donfut), é inevitável concluir que, tendo nascido em 1931 e estreado na poesia brasileira em 1955 com *Alvorada*, Gilberto só poderia pertencer à referida Geração 60, que, por sinal, foi estudada com rigor e argúcia pelo professor, ensaísta e poeta Pedro Lyra,[1] não obstante o crítico cearense haver considerado Mendonça Teles como um dos representantes do Neomodernismo de 45. Frente a essa posição, contudo, ficamos com as palavras do próprio poeta goiano, o qual, nos poemas "45" e "Geração", aborda o assunto e informa-nos que os neomodernistas o tratam "como a um *filho* natural" (o grifo é nosso). Logo, se estamos falando de *descendência*, parece certo considerar-se que a geração de Gilberto seria aquela imediatamente posterior à Geração de 45 – fato este ratificado, inclusive, pela presença de algumas características da Geração 60 na poesia do autor, conforme veremos adiante.

Enfim, levando-se em conta os fatores cronológicos de nascimento e estréia, e abstraindo-se as ideologias dos movimentos literários, podemos incluir na afamada Geração Neomodernista nomes tão díspares como João Cabral de Melo Neto, Péricles Eugênio da Silva Ramos, Domingos Carvalho da Silva, Manoel de Barros, José Paulo Paes, Lêdo Ivo e Ferreira Gullar, além, é claro, dos concretistas paulistas. Ao passo que na Geração 60, ao lado de Mendonça Teles, nomes como Mário Faustino, Affonso Romano de Sant'Anna, Ivan Junqueira, Olga Savary, Armando Freitas Filho, Cacaso e Paulo Leminski seriam facilmente identificáveis.

Outro clichê que a presente reunião de obra desmente é o de que o professor, crítico e ensaísta Gilberto Mendonça Teles teria eclipsado ou seria superior ao poeta. Em que pese a notável repercussão obtida, nacional e internacionalmente, pela produção ensaística do autor, responsável por clássicos como *Drummond: a Estilística da Repetição* (1970), *Vanguarda Européia e Modernismo Brasileiro* (1972), *Camões e a Poesia Brasileira* (1973) e *A Retórica do Silêncio* (1979), o poeta Gilberto nada lhe fica a dever. Com efeito, GMT sempre conjugou poesia e

[1] Cf. *Sincretismo – A Poesia da Geração 60*. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 1995.

ensaio com igual brilhantismo. Prova disso é o fato de esta nova e talvez definitiva reunião abarcar 16 livros de poesia, quase todos premiados em nível nacional, sendo um deles rigorosamente inédito (*Arabiscos*). Ressalte-se que a edição conta com capa dura, papel bíblia e mais de 1.000 páginas. A fortuna crítica do poeta, reproduzida em parte no volume (que também apresenta detalhadas cronologia, bibliografia e iconografia do autor) é, sem dúvida, invejável: vai de Tristão de Athayde a Antonio Carlos Secchin, e passa por Otávio de Faria, Mário da Silva Brito, Arnaldo Saraiva, José Guilherme Merquior e Fábio Lucas, entre outros. Importa dizer, ainda, que somente o livro *Poesia & Crítica* (1987), organizado por Dulce Maria Viana, reúne mais de 700 páginas de estudos dos mais variados críticos sobre a poesia de Gilberto.

Prefaciada por Ángel Marcos de Dios, professor de Filologia da Universidade de Salamanca, Espanha, a obra reunida de Gilberto Mendonça Teles ganhou o título de *Hora Aberta*, em virtude da tradição esotérica, a qual, ligada à mitologia primitiva, atribui uma especial função às horas, que expressariam as forças cósmicas, embora relacionadas às ações humanas, em especial nas "horas redondas": 6 horas da manhã e 6 da tarde; meio-dia e meia-noite. Nessas horas, as pessoas estariam propensas à meditação espiritual e ao trânsito para um outro universo. De fato, alguns poemas telesianos parecem alcançar essa transcendência: é o caso de "Dedicatória" – que homenageia a mãe de Gilberto, guardando um certo parentesco estilístico/temático com "Carta", de Drummond –, de "Regressão" e de "Exercício escritural", pertencendo o primeiro ao livro *Álibis* (2000), palavra-palíndromo de "sibila", ou seja, a profetisa que prenuncia o desconhecido, e os demais a *Arabiscos*.

Todavia, o ponto culminante desse tipo de poema encontra-se em "A casa de vidro". Referindo-se mais uma vez à mãe do autor, é peça que consegue transfigurar a dor da perda em pura poesia: "No sonho e na poesia / vai-se elaborando a essência / do que não se perde nem se altera / na língua comum dos homens. / [...] / E pode assim surgir na transparência / de uma casa de vidro, onde a figura / real de minha mãe, iluminada, / me sorria e acenava [...]. / Aí o seu espírito sereno / foi-se igualando à pura densidade / da luz, quando o seu

nome, rarefeito, / de repente ecoou no mais extremo, / no sem-fim da fala absoluta." Como uma espécie de alquimista literário, o poeta transforma todas as sensações em linguagem. Afinal, no primeiro e belíssimo verso de "Poiética", Gilberto resume: "Tudo em mim é desejo de linguagem." E a promessa se cumpre, por exemplo, em outro extremo. Em oposição à morte, Mendonça Teles celebra, dionisiacamente, a vida, trespassada pelo erotismo e novamente pela linguagem: "Vou enrolando os fios de teus cabelos / como quem fia o amor nalguma roca. / Entre meus dentes há vogais e pêlos/ e esta insatisfação que te convoca. / E cada vez vou-me deixando inteiro, / corpo e alma, no centro desta soma: / toda a sofreguidão de um brasileiro / na sensualidade do idioma." ("Soma").

Para que o leitor possa ter uma idéia da trajetória ascendente da poesia de Mendonça Teles, recomendamos a leitura de *Hora Aberta* de trás para frente, uma vez que os livros mais novos abrem o volume, o qual se encerra com os poemas mais antigos do autor, à exceção dos *vers de circonstance*, que arrematam a obra. Desse modo, verifica-se que a lírica telesiana divide-se em três fases ou, para sermos mais exatos, em três *falas* – partindo-se do conceito da "falavra", criado pelo próprio poeta, em que a fala é lavrada pela escrita: "Na frase escrita a marca da falada / e na falada o estilo da escritura" ("Linguagem").

Assim, num primeiro momento, temos a *fala clássica*, que compreende seis livros, de *Alvorada* (1955) a *Sonetos do Azul sem Tempo* (1964). É o momento de um Gilberto ainda sufocado pelo peso da tradição, marcado em excesso pelos poetas do Romantismo, do Parnasianismo e do Simbolismo brasileiros. Sem embargo a falta de uma voz própria, já se vê no poeta incipiente alguns traços do escritor maduro: uma boa dose de lirismo amoroso (v. "História antiga", "Amor" e "Maria", por exemplo), mesclada a um interesse crescente pela metapoesia (v. "Vigília", de *Planície*, e "Poética", de *Fábula de Fogo*).

No momento seguinte, eclode a *fala metalingüística* e, com ela, aflora a obsessão do autor pela reflexão sobre o fazer poético. Essa fase duraria uma década e geraria três grandes obras: *Sintaxe Invisível* (1967), *A Raiz da Fala* (1972) e *Arte de Armar* (1977). Há um consenso crítico de que esse momento seria o ápice da

poesia telesiana e, em verdade, percebe-se que, a partir desse período, Mendonça Teles desenvolve a imprescindível linguagem pessoal, sem a qual jamais se tornaria o poeta que é. A produção dessa época é responsável, também, pelo honroso epíteto que lhe foi atribuído, o de "poeta da linguagem". Como se sabe, nenhum poeta, antes ou depois dele – seja Bilac, Drummond, Cabral ou Gullar – logrou elaborar tamanha quantidade de poemas que privilegiassem a metalinguagem, em todas as suas variações, deixando-nos alguns textos irretocáveis, a exemplo de "O sinal", "Antes do nome", "Sintagmas", "O jogo", "Arte de armar", "Origem", "Processo", e sobretudo "O nome e sua tinta".

Contudo, na contracorrente da crítica em geral, julgamos que o melhor da poesia de GMT concentra-se em sua fase mais recente, a qual denominamos *fala aberta*. Uma fala, pois, "aberta a todos os sentidos, inclusive ao maior de todos que é o não-sentido da morte", segundo as palavras do próprio poeta. Nesse último período, estão compreendidos nada menos do que sete livros de poesia. De *Saciologia Goiana* (1982) a *Arabiscos* (2003), o que se vê é um poeta experiente, senhor de seus meios e de sua expressão, e livre da influência neoparnasiana de 45, bem como da metapoesia cabralina, que por pouco não lhe prejudicou a produção poética da fase anterior.

Um aspecto importante que também merece destaque, com relação a essa última fase, é o da temática do humor, até então muito pouco presente na poesia telesiana. Ao incorporar de vez esse veio poético, Gilberto desfez os últimos laços que o ligavam aos, em regra, sisudos neomodernistas, sendo que essa libertação ocorreu por intermédio da prática de poemas como o já citado "Geração", além de vários outros, como "Prefácio/Programa", "Código de honra", "*Curriculum*", "Chá das cinco", "Anúncio", mas principalmente "Balancê universitário", onde o poeta disseca o meio acadêmico – do qual provém –, ri de si mesmo e de seus pares. Desse longo poema, dividido em 15 seções, avulta a primeira parte, sem dúvida a melhor paródia já feita a partir do poema "Quadrilha", de Drummond: "O Ensino amava a Pesquisa que amava o Saber / que amava a Administração que amava o Poder / que amava a Burocracia que não amava ninguém. / O Ensino foi para o mestrado nos Estados Unidos. / A

Pesquisa para as 40 horas. / O Saber morreu de desgaste. / A Administração amancebou-se com o Poder / e a Burocracia drogou o Chefe do Departamento / que estava louquinho para entrar nesta história." O *humour* telesiano bebe, sem preconceito, nas fontes modernistas de algumas das melhores águas naturais: Drummond, Bandeira e Murilo Mendes são suas maiores referências. Essa releitura do humor modernista, ainda que de uma forma mais intelectualizada, é uma das marcas da poesia da Geração 60, que repudiou a atitude dos poetas de 45, no tocante à fase inicial do Modernismo. Nesse embate, ao lado de seus companheiros de geração, Gilberto reconheceu a forte herança recebida e procurou aprimorá-la, sem contestar o legado da grande poesia brasileira do século XX.

Sob outro aspecto, ao visitar o passado, aproveitou também para efetuar o resgate da poesia regionalista, e o fez em grande estilo em *Saciologia goiana*. Homenageou sua terra natal em diversos poemas e, na mesma época, concluiu seu melhor texto nessa temática, "Poema do reencontro e seus parágrafos", incluído posteriormente em *Arabiscos*. De *Saciologia* são, ainda, "Etnologia", uma bela incursão na poesia social em defesa das comunidades indígenas, e "Estímulo", resposta definitiva aos críticos que o acusaram de não ser um poeta engajado. Nesse poema lapidar, Mendonça Teles assume o que realmente é – um poeta lírico incorrigível: "Você precisa deixar de escrever poemas de amor. / Isso não existe mais: está superado. / O tempo hoje é de poemas engajados. / Escreva sobre o povo e sua fome. / Guardei o conselho do festivo escritor goiano / e fui-me engajar nos braços da namorada impaciente. / Depois, fomos jantar no restaurante do mercado. / Era a minha primeira lição de metafísica." Sabendo, portanto, que o lirismo amoroso sempre foi cultivado por todos os povos de todas as épocas, Gilberto cumpre sua profissão de fé em outro delicioso poema, ironicamente intitulado "Modernismo": "No fundo, eu sou mesmo é um romântico inveterado. / [...] / Sou um sujeito sem jeito que tem medo de avião, / um individualista confesso que adora luares, / [...] / mas que vai se esconder no fundo dos restaurantes. / [...] / Vejam meus tiques e etiquetas, / [...] / meu gosto pelo

passado / e pelos presentes, / minhas cismas / e raptos. / Vejam também minha linguagem / cheia de mins, de meus e de comos. / Vejam, e me digam se eu não sou mesmo / um sujeito romântico que contraiu o mal do século / e ainda morre de amor pela idade média / das mulheres."

Quanto à metapoesia do autor, acreditamos que a mesma tenha atingido seu apogeu nessa última fase, em termos de originalidade, frescor e individualismo, os quais podem ser encontrados em textos como "Os pós-modernos", "*Et tout le reste*" (de *Arabiscos*), "Teoria", "Exercício para mão esquerda", "Crítica", "A pedra / A perda", "Arcádia", "Intertexto" e "Centão simbolista" (de *& cone de sombras*, lançado em 1995), entre outros, a par dos eruditos poemas visuais de *Improvisuais*, livro, até a presente edição, parcialmente inédito, e que enfeixa algumas das experiências poéticas mais sérias que temos visto, recentemente, no campo da linguagem – ainda que pague tributo ao Concretismo, alvo do escritor em vários poemas de *Hora Aberta*.

De resto, sobre a poesia reunida de Gilberto Mendonça Teles ainda há muito a dizer e, por isso, jamais teríamos a pretensão de querer esgotar o assunto. Muito pelo contrário: pretendemos, isto sim, despertar no leitor o interesse em conhecer melhor a produção de um poeta que, no decorrer de uma vitoriosa carreira iniciada há meio século, construiu sua arte na perfeita confluência entre poesia, linguagem e vida, realizando, assim, uma das grandes obras literárias do nosso tempo.

Dante Milano, por Portinari

Poetas associados

Fábio Lucas

A Academia Brasileira de Letras, nos últimos tempos, tem publicado textos inestimáveis do corpus literário brasileiro. Uma verdadeira revolução editorial que corre paralela à recomposição de outro importante acervo: a Coleção Afrânio Peixoto, que edita a Biobibliografia dos patronos, sob a competente contribuição de Israel Souza Lima.

Da última leva, vale a pena louvar o trabalho de organização e estabelecimento do texto de Sérgio Martagão Gesteira para a *Obra Reunida de Dante Milano* (Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2004), que se apresenta com estudo de Ivan Junqueira, atual Presidente da Academia, intitulado "Dante Milano e o pensamento emocionado". Além disso, o apresentador comparece com a informarão biobibliográfica e o poema "Terzinas para Dante Milano". Um regalo incomparável.

Dante Milano não é autor desconhecido do público brasileiro. Desfruta de grande prestígio. Teve, em vida, os elogios de Manuel

Doutor em Economia Política e História das Doutrinas Econômicas, especializou-se em Teoria da Literatura. Autor de obras de Crítica Literária e Ciências Sociais, entre os quais *Razão e Emoção Literária, Vanguarda, História e Ideologia da Literatura, Do Barroco ao Moderno, Luzes e Trevas – Minas Gerais no Século XVIII, Murilo Mendes, Poeta e Prosador.*

Bandeira e Carlos Drummond de Andrade. Publicava-se nos suplementos literários que abundavam no Rio. Mas era poeta de têmpera reservada e retraída. Reuniu algumas coleções de poemas, além de ter sido tradutor afortunado, cronista e, eventualmente, ensaísta arguto.

Dante Milano nasceu literariamente durante os anos agitados do Modernismo. Respirou o ar da época sem, todavia, manifestar os ardores de converso. Oscilava entre a herança clássica e o barulho das vanguardas, mantendo, contudo, o ritmo e a forma mais adequados ao seu estilo pessoal.

Desse atributo é que fala Ivan Junqueira, com a elegância e a profundidade de um ensaísta qualificado. O título do trabalho, "Dante Milano e o pensamento emocionado", registra o aspecto mais saliente do poeta e, ao mesmo tempo, denuncia a argúcia do analista.

O ensaio é, antes de tudo, uma divagação inteligente ao redor de um tema. Apoiado nas melhores vozes de interpretação do autor, como Manuel Bandeira, Sérgio Buarque de Holanda, Franklin de Oliveira e Paulo Mendes Campos, Ivan Junqueira pontua as oscilações do poeta entre lirismo e antilirismo, pensamento e encantação, verve e controle crítico da produção poética. Assim o "pensamento emocionado" diz muito do ponto de vista do analista.

A essa primeira análise Ivan Junqueira agrega o exame dos campos semânticos da obra de Dante Milano, apoiando-se nas estruturas morfo-sintáticas dos poemas, nas qualidades metafísicas destes (o lirismo visionário) e na sua contextualização no âmbito da literatura brasileira, hesitante que se demonstrou entre o Classicismo e o Modernismo.

Deste modo Ivan Junqueira atinge o aspecto conteudístico da obra mediante a investigação das formas que o corporificam. Daí eleger, como tripé temático, a morte, o amor e o sonho. E, após mencionar o antilirismo sinistro apontado por Paulo Mendes Campos, em síntese de raro efeito elucidativo, condensa: "Dante Milano é, sem dúvida, um poeta hipnotizado pela visão escatológica da realidade, e não são poucas as vezes em que nos remete àquela 'visão interior de olhos abertos'. Lírico ou anti-lírico, o poeta nos revela de fato um acentuado fascínio pelos aspectos sinistros da vida." (Ob. cit., p. XLVIII).

No seu "close reading", Ivan Junqueira não se detém no esforço de arrolar os termos convergentes da poética de Dante Milano, enumerando os vocábulos que lhe são mais freqüentes. Parece-nos um repertório mais ou menos comum a certo decadentismo já instalado no Brasil nas vozes de Cruz e Sousa e Augusto dos Anjos. Traços de rebeldia espiritual, diante de um quadro acentuado de contradições, entre nacionalismo e internacionalismo, materialismo e idealismo.

Mas a perfeita intelecção do significado da obra de Dante Milano não se detém no ensaio. Ivan Junqueira é dotado de outro discurso, paralelo e complementar à forma culta do ensaio: o da criação reflexiva. Dante Milano é, então, vislumbrado sob outro foco nas "Terzinas para Dante Milano". Isso significa que o poeta e a sua obra são deslocados para a contemplação mágica, na qual se misturam o discurso encomiástico com a interpretação jubilosa. O poema provém da obra *A Sagração dos Ossos* (1994) de Ivan Junqueira.

O leitor se beneficia de uma orquestração melódica, da qual se destacam duas vozes, duas enunciações elevadas no tom e na significação: as reminiscências da pompa verbal de Dante Alighieri e do lirismo agridoce de Dante Milano. Ambas conduzidas pela dicção particular de Ivan Junqueira, como se o lume do poeta celebrado (Dante Milano) conduzisse o neófito na selva escura (Ivan Junqueira).

Há, nas "Terzinas para Dante Milano", momentos sublimes de iluminação lírica, como nestes tercetos:

"Vejo-te a mão nodosa, de ar terreno,
compor à sombra a música de um hino
que jamais escreveste: esquivo aceno

de quem saúda, em gesto florentino,
tudo o que o ser consigo traz de eterno
– a morte, o amor, o sonho, o árduo destino."

Logo adiante, em doze versos, Ivan Junqueira logra sintetizar o sentido da obra de Dante Milano, apontando nesta o ponto extremo da originalidade, enquanto se exerce a "busca do ser", a "lucidez" e o arriscado pulo no abismo, em busca do inédito, do jamais visitado:

"E vejo, vejo ainda, quanto ardiam
nos olhos teus aquelas flamas nuas
que nem os velhos deuses saberiam

como apagar, ou se eram mesmo tuas,
tal qual alguém, que de si próprio ausente,
súbito a alma repartisse em duas.

E mais do que isso, vejo agora à frente
o abismo a que desceste desde a origem:
essa busca do ser, essa fremente

paixão da lucidez, verde vertigem
de se arriscar sem guia à selva escura
no encalço do que ali fosse mais virgem." (Ob. cit., p. LII)

Por último, seja-nos permitido transcrever mais nove decassílabos que, por cima da arte poética, é a afirmação da glória literária, desafio ousado do ser humano à devastação do tempo e do olvido, aspiração do mortal à absoluta imortalidade:

"A tumba é amiúde ambígua, de tal sorte
que nela estás e não estás sepulto.
(Quem poderia, aliás, tendo o teu porte

ali permanecer, umbroso e oculto?)
Já não és relva nem raiz nem terra,
mas tão-somente a luz de um vago vulto

que se move, sutil, no ermo da serra
em busca da mais funda solidão
e de tudo o que a morte não enterra." (Ob. cit., p. LIV)

Em resumo, a edição da *Obra Reunida de Dante Milano* prova, mais uma vez, a unidade indissolúvel do bom poeta ao bom prosador, o aspecto prismático dos grandes autores, capazes de produzir achados em campos variados da expressão literária e, por fim, a intercomunicação das sensibilidades artísticas. No caso, o fio simbólico que associa Dante Alighieri a Dante Milano e a Ivan Junqueira.

Antielegia ao Pampa -

Carlos Nejar

O tempo é uma tulipa
que ninguém me disse.
O pampa deixou-me
com a noite de ossos
e formigas. O favo
do violão, abelhas
e trinos. O pampa
tem tulipas na língua.
E perdeu chuva adentro
meu nome. Deixou-me
a falar com os mortos sozinho.
O pampa deixou-me
de viver, deixou
todo o passado
nos pulmões dos estaqueiros.
Era o mais compacto
de amor e me vi
devastado, esquecido.
Tudo o que ficou
de pampa em mim,
sem som e sem amigo,
é soterrado.

Antielegia ao pampa

Carlos Nejar

O tempo é uma tulipa
que ninguém me disse.
O pampa deixou-me
com a noite de ossos
e formigas. O favo
do violão, abelhas
e trinos. O pampa
tem tulipas na língua.
E perdeu chuva adentro
meu nome. Deixou-me
a falar com os mortos sozinho.
O pampa deixou-me
de viver, deixou
todo o passado
nos pulmões das estações.
Era o mais compacto
de amor e me vi
devastado, esquecido.
Tudo o que ficou
de pampa em mim,
sem som e sem amigo,
é soterrado.

Gœthe (1749-1832)
Retrato de Bury (1800)

Louvação ao amigo

Antonio Carlos Secchin

Num estilo que é todo seu,
elimina o lero-lero,
seja falando de Alceu,
de Tobias ou Romero.

Não há matéria que o assuste,
é mais ágil que um foguete.
Passeia aos lados de Proust,
conhece tudo de Goethe.

Pessoa interpares prima,
mestre por todos benquisto,
merece o louvor da rima
o nosso amigo Evaristo.

Saber mais fino e preclaro,
como hoje não se vê mais,
só havereis de encontrá-lo
em Evaristo de Moraes.

Novent'anos de nossa fé
neste ser de raro brilho:
o grande brasileiro que é
Evaristo de Moraes Filho.

Em 5 de julho de 2004

Marabá

Ives Gandra da Silva Martins

A lenda de Marabá é um misto de poesia e heroísmo, com que os que a criaram ou a colheram da cultura autóctone procuraram dar idéia das primeiras dificuldades originadas do encontro de dois povos diferentes, no Brasil, a saber: o português e o indígena.

Marabá é filha do amor de um conquistador português e da descendente de um nobre guerreiro índio, que vive só, desde seu nascimento. Herdou do pai a cor dos cabelos e a coragem, e da mãe a beleza e o devotamento a um amor. Apaixonando-se por um cacique de sua tribo, já comprometido, foge com este para se encontrar com os portugueses. Perseguidos pela tribo, vem o seu prometido a se ferir mortalmente em batalha e a encontrar, também, a morte, nos braços de seu pai, pelas mãos de seu amado, que não compreendendo o gesto do reencontro, pensando fosse Marabá cair em mãos de outro, mata-a, em seu último gesto.

O poema é dividido em sete partes. Na primeira, Marabá conhece Ipojuca, quando este a salva de ser morta por uma onça. Na segunda,

Marabá conta sua história a Ipojuca. Na terceira, Ipojuca e Marabá se amam. O amor é descoberto pela noiva de Ipojuca, na quarta parte, prometendo esta vingança. Na quinta parte, a noiva incita a tribo a perseguir o casal, que foge para se encontrar com os portugueses, na sexta parte. Na última, Marabá é descoberta pelo pai e morre atingida por Ipojuca.

Canto I

I

A lua dentro do lago,
No silêncio do noturno.

A bela junto às estrelas,
Na relva grande sumida.

O fundo negro do lago
E dentro do lago a lua.

A terra de relva escura
E a bela despercebida.

A negridão do noturno,
Cintilações das estrelas.

Os sonhos recordações
Distância da virgem-só.

Caminho da incertitude,
Anseios desconhecidos.

Estrelas da negridão.
E dentro do lago a lua.

Noturno da solidão,
Desejo da virgem nua.

A bela, corpo de anseios
Anseios desconhecidos.

O fundo negro do lago
E a terra de relva escura.

II

E de repente, um bramido,
Pelo silêncio, em pedaços.

A bela pula, desperta,
A fera pula depois.

O espelho negro do lago,
Estilhaçado no choque.

Na escuridão do noturno,
A lua fora do lago.

III

A bela, cabeça apenas.
Dois astros de fria espera.

A fera, músculos, margem.
Dois vulcões incandescentes.

A lua dentro do lago.
No silêncio do noturno.

IV

O silvo, a flecha e o rugido
Rasgando os ares, de um golpe.

Um corpo dentro do lago
E fora do lago um corpo.

V

"– Quem és, Guerreiro da noite?"
"– Sou a Noite do guerreiro."
"– És a Noite do guerreiro!
Acaso as sombras te irmanam
Das sombras Sombra primeira?"

"– Sombra primeira das sombras,
Irmanadas pelas trevas.
O Dia busco sem Noite."

"– O Dia buscas sem noite!
O Dia, que é Dia grande
Para buscares na Noite?"

"– Nas noites, a Busca é certa
E os dias certos, incertos.
A Noite sou eu nas noites
E o Dia alguém há de ser."

"– E o dia alguém há de ser!
Ó Noite, acaso o teu Dia

Há de haver nos dias-noites.
Ou a busca que assim buscas,
Não será Noite sem Dia?"

"– Sem Dia a Noite seria
Se a Noite-Dia não fosse."

"– Sem Dia a Noite seria
Se a Noite-Dia não fosse...
O Dia, devo-te, Noite."

"– A Noite deves-me, Dia ..."

Canto II

"Era um belo guerreiro cor do sol.
Fora à caça talvez. A caça foi.
Um bravo desbravado pela selva.
Esquecido dos seus, dos nossos visto.

A batalha mais breve que calada.
Dois fortes da floresta com Tupã.
Com os nossos o forte de além-mar.

Quando a Lua, no etéreo fez-se inteira
Mil índias desejando a Noite-Sempre.

Anhembira era o chefe, a filha Iná
E o sorteio da filha deu a mãe.
Iná, morena Virgem da Alvorada,
Pelo pai destinada a algum cacique,

Da rede em que dormia o prisioneiro,
Aproximou-se, muda e sem amor.
A noite era mais fria que esta noite...
O prisioneiro olhou-a, indiferente,
E disse: "– A que destino feio e triste
Esta bárbara gente te mandou!

Sem me amares teus sonhos corrompidos
Pelo esposo, da morte condenado,
Serão nas poucas horas que me restam.
E após, o desencanto, a eternidade
E os desejos inúteis para sempre.
Seja-te leve o fardo e a terra a mim."
E apenas se calou, nos braços brancos,
Tomou o corpo quente da gentia.
E o tempo se passou. É curto o tempo.
A Virgem da Alvorada, de repente
Enternecida, viu-se transformada
E docemente forte... e calma e linda
Ao guerreiro cabelos cor de milho
Assim falou: "Senhor, sou tua esposa,
Prometida, em sorteio, sem amor,
E já de amor tomada. És meu. Sou tua.
Tupã é grande e sábio seu pensar,
A lua está dormindo nas alturas
E dorme a tribo toda de cansaço.
Hei de salvar-te a vida. Vem comigo.
O rio fica perto. A selva sonha
E o canto do silêncio há de guiar-me."
Duas sombras cobertas pela lua,
Durante a noite, inteira. Despedida.

Um anel com Iná, na areia olhando
Um barco no horizonte. O sol nascendo,
Anhembira chorando a filha longe
E a tribo revoltada. Nada mais.
Duzentas e setenta e quatro luas
Passadas tinham sido quando o brilho
Da noite, em vez primeira apercebi.
Algumas mil após, Iná contou-me
Aquilo que te conto. Era eu menina,
Menina, mas sozinha já vivendo.
Deu-me, então, este anel e só partiu,
Chamando-me, à distância, "Marabá"...

Canto III

I

"Teus olhares verdes são as tochas tristes,
Da festa agonizante,
Teus olhares verdes são os cantos ternos
Do sonho de um instante.

Teus cabelos milhos são os sóis esguios
Em mares que desejo,
Teus cabelos milhos são as áureas nuvens
Nos cânticos de um beijo.

Tuas faces alvas são as praias frias
Da fonte de água clara,
Tuas faces alvas são os frutos novos
Da virginal seara.

Teus lábios cerejas são os favos-mel
Em árvores perdidas,
Teus lábios cerejas são os fogos rubros
Das noites desmedidas."

II

Marchou a terra pelo Eterno
E a lua centro fez-se triste
E por um arco se mudou.

III

"– Pelo tempo sem espaço,
Eu te adorei desde sempre.

E te adoro desde agora
Por um espaço, sem tempo.

Agora e sempre
Sempre e agora.
Marabá."

IV

"– Eu fui só.
A vida é doce ao lado teu.
Eu te adoro para sempre, desde agora,
Noite do guerreiro."

V

Um arco refletido, indiferente,
Nas águas da lagoa.
Dois corpos pela relva.

Canto IV

"– Ipojuca!... Teu nome há de ser vil,
Teu nome tantas vezes celebrado,
Ipojuca!... Teu corpo há de tombar,
Teu corpo tantas vezes elevado.

Serpentes nascerão de tua carne,
Asquerosas, rasteiras, com feridas,
E a terra será seca, onde jazeres,
Sem plantas, sem pegadas, sem presentes.

Ipojuca!... Teu nome há de ser vil,
Teu nome tantas vezes celebrado.
Ipojuca!... Teu corpo há de tombar,
Teu corpo tantas vezes elevado.

Os anos tornarão o tempo Eterno
E o Tempo-Eterno chamar-te-á maldito,
Os homens morrerão no Eterno-Espaço,
Maldito inda, na morte, te chamando.

Ipojuca!... Teu nome há de ser vil,
Teu nome tantas vezes celebrado,
Ipojuca!... Teu corpo há de tombar,
Teu corpo tantas vezes elevado..."

"– Moema basta, que as palavras cansam...
Tanto falaste e não falaste nada.
Marabá... Sou a Noite do guerreiro
A Noite de Ipojuca, o bravo forte,
Cacique de uma tribo de valentes,
Heróica sempre e sempre vitoriosa.

Prometido em infante, a quem me fala,
Deixei a minha glória e o seu amor
Pela busca do Dia, que me deste...
Amei falar de símbolos, os símbolos
Que tu tão bem sentiste, mas que, escárnea
Moema amaldiçoa agora mesmo...
A vida do tapir é dentro d'água
E nunca num deserto... Assim sou eu..."

"– Ó sórdido guerreiro... Como és vil
Mas ouve-me Ipojuca... e Marabá.
Amei, outrora e sempre, o bravo chefe
De um povo de valentes, que é meu povo
O chefe, que foi bravo, o abandonou,
Contudo, o povo... o povo é de valentes
E um chefe novo há de ser novo chefe.
Que os deuses compadeçam-se, bondosos
Do vosso amor mesquinho e tão pequeno,
Vivendo de escondido e pela sombra,
Que a cólera da tribo há de ser grande."

"– Dizes, Moema, outrora ter amado
A quem agora eu amo. Não o creio.
Qualquer amor é filho da renúncia

E tu não sabes, louca, renunciar,
O nosso amor é forte como o Eterno
E a compaixão dos deuses dispensamos.
A cólera de um povo por mais forte
Há de ser fraca junto ao nosso amor.
Teus bravos, como os chamas, todos, todos,
Que venham contra nós, armas nas mãos,
Que havemos de chamá-los, desarmados,
Sozinhos, entre tantos, de covardes.
Hoje mesmo partimos desta terra
Em busca de meu pai, que mora longe,
E o temor que vos temos é tão pouco
Que não te escondo nada... Corre... Corre...
A tribo inteira chama... persegue-nos...
Que todos vós, sozinhos, não tememos."

Canto V

"– Ó guerreiros da tribo dos fortes,
Esta história de fracos ouvi,
Que eu não minto e Tupã, meu Senhor,
As palavras, que eu digo, já ouviu.

Ipojuca, que é bravo e que é forte,
Que seu povo, na guerra, comanda,
Que as vitórias, que tem, lhe são tantas,
Como os astros nascidos do céu;
Ipojuca, que é belo e que é nobre,
Que as mulheres da tribo desdenha,
Que do amor busca fuga nas noites,

Como as feras banidas do campo;
Ipojuca, que é justo e que é sábio,
Que os enfermos socorre, bondoso,
Que, sozinho, afugenta a maldade,
Como o sol nas manhãs as estrelas;
Ipojuca fugiu de seu povo,
Ipojuca chorou, por estranha,
Ipojuca esqueceu da justiça.
Uma estranha formosa os seus olhos,
Sem ardor e sem brilho tornou.
Uma estranha formosa por trêmula
Sua voz de valente mudou.
Uma estranha formosa aos seus músculos
Toda a força de bravo tirou,
E Ipojuca, levado lá vai,
Pela estranha formosa, que o tem.

Por acaso Tupã é mais fraco
Do que quanto esta tribo nasceu?
Por acaso este povo gigante
Se olvidou de Tupã, meu Senhor?
Por acaso Tupã e meu povo
Pelos anos as forças gastaram,
Que uma estranha formosa e um guerreiro
Humilhando guerreiros de outrora,
Orgulhosos, nos deixem, sorrindo,
Agredidos os nossos rincões?

Se a vingança da tribo dos fortes
Esperar um momento, não mais.
Que meus filhos Tupã os sufoque

Quando forem, no ventre, gerados,
Porque é triste viver entre fracos
Para afronta tamanha lavar.
Só a morte dos dois é tamanha,
Que me sigam os fortes, apenas,
Que dos fracos Tupã se apiada."

Canto VI

A campina,
Um lago cor do sol.
A floresta, uma margem,
O forte, outra.

A horda da floresta
Deixa a sua.
O lago em tempestade.
Vagalhões.

O batalhão do forte
A sua deixa.
Uma pedra estilhaçando
A superfície do lago.
Espraiamento.

No centro,
A Noite e o Dia
Pinheiros emergindo
De uma ilhota,
Em face da tormenta.

Canto VII

I

"– Noite, procura do Dia,
Dia prelúdio da Noite."

"– Teu povo foge, Ipojuca,
Ao fogo do povo meu.
Ipojuca, estamos salvos."

"– O brilho da lua é forte,
Mas vejo as sombras tão perto."

"– Meu povo chega, Ipojuca...
Tuas chagas sararão."

"– Os raios rubros do sol
Emanam do corpo meu
E deixam chegar, calados,
Os brancos raios da lua."

II

Marabá de joelhos tendo
Ipojuca pelos braços.
O grupo do forte junto.

III

"– Meu Deus, este anel foi meu!
Minha filha... és minha filha!"

IV

O velho capitão loiro
Tomando a bela nos braços,
Dizendo, quase a chorar,
"Minha filha, minha filha."

Um silvo agudo de flecha
Um grito de Marabá
E as palavras de Ipojuca.
"Ou só minha ou de ninguém."

V

A lua sobre a campina
E duas cruzes no meio.

Poemas inéditos

Vera Husemann

~ O instante do espelho

Enquanto me olho
no espelho
minh'alma contempla
sua morada provisória
e vê perpassar
o tempo
ao longo da minha história
Esse tempo que alisa
a superfície dos lagos
e forma dunas
no deserto longínquo
de tudo é capaz
Qual brisa vadia
e traiçoeira
faz
desfaz

Pierre Auguste Renoir (1841-1919) *Jeanne Samary*, 1877.
Óleo sobre tela, 56 *x* 45 cm. Museu Pouchkine, Moscou.

e refaz
a paisagem
imagem
na sutil mudança
a mesma mesmice
Meus olhos
meus lábios
todos os meus sinais
refletidos
insinuados
sempre e nunca
foram estes
mutáveis
e transparentes
na face que aí jaz
no instante do espelho.

A lua é minha?

Na noite silente
a lua cheia resplandece
Levanto meus braços
chamo
aceno
ela vem
desliza mansamente
pousa no meu colo

Abraço
o redondo pleno

passo e repasso
minha face
na superfície nua

A lua está fria
Com meus cabelos
sua veste eu faço
tecendo meus afagos
meus gestos
meu calor

A lua é minha
sempre ficará
no meu regaço
Nunca mais
serei sozinha

A lua é minha?

Mas agora
o que acontecerá?
o céu ficara sem a lua?
Me apavora
a tristeza espalhada
no mundo escuro

Não sei o que faço
me desespero
choro
abro os braços

A lua escapa
A lua se vai de vez
Fria e nua
Resplandece
se acomoda no espaço
outra vez

A lua não é minha
mas esteve comigo
no meu regaço
Nunca mais
serei sozinha.

Impossível

Gotas de chuva
boiando
no mar
Pétalas de rosas
colorindo
geleiras
perfume de jasmim
exalando
do profundo poço
Bem-me-quer
mal-me-quer
vascilando
no alto do Himalaia
Gestos voláteis
penetrando
a pedra

Sons de Vivaldi
ecoando
ao troar dos canhões
Certezas vencidas
acenando
no futuro

Impossível
o instante perfeito
eternizando-se
em anos-luz.

Trocas

Existem trocas poéticas
místicas
mágicas
Existem trocas desconhecidas
vazias
desapercebidas
Existem trocas intemporais
imortais
imemoriais
Existem trocas que não são de agora
nem são de ninguém
são trocas sem porquê
sem talvez
sem porém
Simples trocas
entre o Nada
e o Além.

Amanhecimento

Afundei meus pés
nas águas do rio
    meus passos
    o rio não levou

Afundei minhas mãos
nas águas do rio
    meus gestos
    o rio não levou

Afundei minha face
nas águas do rio
    minhas dores
    o rio não levou

        Mergulhei inteira
        nas águas do rio
        atravessei sua fundura
        alcancei seu leito
        toquei a terra
        A morte quis me apanhar
            o rio não me entregou
            num movimento sinuoso
            na outra margem
            me deixou
                adormecida

Muitas águas correram
muitos sóis

muitas luas
se desencontraram
até eu acordar
em plena Luz
limpa
leve
lavada
e nua
amanheci.

Memórias – Doação do Petit Trianon

Afrânio Peixoto

Médico legista, professor, crítico, ensaísta, romancista, historiador literário (Lençóis, BA, 1876 – Rio de Janeiro, RJ, 1947). Sucedeu a Euclides da Cunha na Cadeira 7 da ABL. Foi presidente da Casa em 1923. Promoveu, junto ao governo da França, a doação do *Petit Trianon*, construído para a Exposição da França no Centenário da Independência do Brasil, e deu início às publicações da Academia, numa coleção que, em sua homenagem, desde 1931, tem o nome de Coleção Afrânio Peixoto.

Afrânio Peixoto ao falecer deixou Memórias Inéditas que foram em parte publicadas na biografia de Leonídio Ribeiro (1950). A família relutou na publicação do texto completo, devido a alusões a pessoas vivas.

A viúva, D. Chiquita Afrânio Peixoto, entregou os originais a Fernando Sales, grande devoto de Afrânio Peixoto e que publicou na Coleção Afrânio Peixoto o volume *A Bahia de Afrânio Peixoto*. Fernando Sales, antes de falecer, entregou os originais ao acadêmico Alberto Venancio Filho, que julgou oportuna a publicação na *Revista Brasileira* do capítulo sobre a doação do *Petit Trianon*.

Quando em outubro de 1922 pedi ao Sr. Conty o pequeno palácio do Trianon, reinava ainda, no Brasil, Epitácio Pessoa, que mal queria a Academia. A razão da malquerença era [a Academia] haver eleito a Pedro Lessa, seu figadal inimigo no Supremo Tribunal.

Saguão do *Petit Trianon*. Ao centro o vaso de Sèvres "Ronde d'Enfants" de Dalou, também doado pela França. (Foto: André Luiz Dametto)

A prova do desafeto é que fora o único Presidente da República que não comparecera às nossas sessões de recepção, passando entretanto e freqüentemente por nossa casa, indo aos apartamentos vizinhos do Instituto Histórico.

Tinha, pois, razão de suplicar ao Embaixador Conty fosse discreto, até com o Ministro das Relações Exteriores, pois, vindo a saber do projeto, o governo o estorvaria.

O Sr. Alexandre Conty portou-se não apenas como um estrangeiro amigo, mas como um brasileiro, amigo da Academia.

A dádiva só foi conhecida nos primeiros dias do Governo Bernardes e, antes dela publicada, já Presidente da Academia, convoquei uma comissão de *gros bonets*, Miguel Couto, Lauro Müller, Aloísio, Ataulfo, etc., e fomos ao Catete, em audiência suplicada ao Presidente Artur Bernardes. Aí, como Presidente da Academia, declarei-lhe que fora pressentido pelo Embaixador da França, sobre desígnio de seu governo, de oferecer à Academia Brasileira seu palácio de festas na Exposição, dádiva cujo valor era de dois milhões de francos, de custo, ou mil e duzentos contos, de nossa moeda.

Vinha pedir ao Presidente Bernardes licença para aceitá-lo. O Presidente mostrou-se surpreso dessa consulta.

– "Pois então, não sabe o Sr. se pode e deve aceitar um tal mimo?"

– "Sim", respondi-lhe eu. "Brasileiro e representando uma instituição nacional, não sei se devo receber destes presentes de nação estrangeira e se me permite o governo do meu país."

Bernardes continuou, alheado, dizendo ser a França nação amiga e por conseqüência não lhe parecer cabida a dúvida sobre a aceitação de tal presente.

Tive comigo o prazer de vê-lo menos experto do que pensava.

– "Mas, senhor Presidente, a aceitação de um tal presente, dado por nação estrangeira, importa em responsabilidades nacionais que não aceitará a Academia se o Governo Brasileiro não estiver disposto a ajudá-la. O Palácio se encontra em terreno nacional e a Academia não tem meios de o adquirir. A consulta ao Governo Brasileiro tem assim razão de ser e não escapará a V. Exa."

Bernardes sorriu, compreendendo finalmente, e dizendo-nos:

– "Não imaginei que homens de letras fossem tão prudentes. E, diante e bondade da consulta, não posso deixar de corresponder à Academia sem minha aprovação. O Governo Brasileiro não será menos generoso com ela do que vai ser o Governo Francês."

Assentamos então que o caso fosse estudado. Sendo de marinha o terreno da Exposição e do Governo Federal ele se comprometia pela cessão imediata. Se da Prefeitura junto do Conselho Municipal e do Prefeito, seria dado empenho pela obtenção graciosa do terreno.

Devo dizer que Bernardes nada fez. E João Luís, seu Ministro, que se prontificara a fazer tudo, e graças a isso entrara na Academia, tampouco.

Conseguimos projeto no Conselho Municipal, favorável à cessão ou permuta de terrenos, entre a Prefeitura e o Governo Federal.

Um projeto 207 x, 207 A, 207 B, transitou pela Câmara, que não chegou ao último termo. Alaor Prata vetara a lei do Conselho.

Nessa emergência conseguimos do Ministro da Fazenda, o Dr. Raphael de Sampaio Vidal, conselho de tal proteção que só uma outra demonstração de amizade pela Academia seria equivalente. Disse-nos ele, a primeira vez que falamos sobre o assunto, que tudo se resolveria felizmente, apenas se na escritura de doação, fizesse-a o Governo Francês ao Governo Brasileiro especialmente para no próprio doado ter exercício a Academia Brasileira. Aceitando a dádiva o nosso Governo, cumpria-lhe responsabilizar-se também pelo terreno.

Transmitida ao Sr. Conty, prontamente foi aceita a solução, e foi já o chefe de governo Herriot que deu tais poderes à Embaixada da França, ratificando a doação dos presidentes Millerand e Poincaré que sem condições nos haviam outorgado tal graça.

Vou um dia ao Ministério da Fazenda, um sábado à tarde, comunicar-lhe a solução, quando o Ministro diz-me:

– "Esta escritura tem que ser lavrada impreterivelmente de hoje para amanhã, para ser assinada amanhã, antes das dez horas."

Fiz ver ao Ministro que sábado à tarde, não poderia conseguir tão importante documento em nenhum cartório do Rio de Janeiro.

Redargüiu-me que o assunto era de tal importância que bem valia uns contos de réis ao tabelião para que tudo se fizesse no tempo que ele prescrevia.

Saí do Ministério e corri à Prefeitura, onde funcionava o nosso zeloso e dedicado oficial da tesouraria, Sr. João Segadas Vianna, que partiu comigo imediatamente para um dos nossos tabeliães, a alcançar a preciosa escritura.

Só a logramos mediante um conto de réis, de gratificação ao funcionário por serviço a fazer entre sábado e domingo.

No outro dia, de automóvel, tabelião, livro, Segadas Vianna e eu obtínhamos as assinaturas do Embaixador, pelo governo de França, do Ministro da Fazenda, pelo governo brasileiro, do Presidente da Academia, testemunhas, Rodrigo Octavio e Afonso Celso.

À tarde deste domingo sabia a cidade e o país que ao meio-dia se demitira de Ministro da Fazenda, o Dr. Raphael de Sampaio Vidal.

Não tem a Academia, na sua história, uma demonstração de agrado maior que nos dera esse estadista.

Foi, pois, demonstração grata a da Academia, inaugurando, num dos seus salões, seu retrato a óleo. Ficou assim ultimada a dádiva de França em que colaboraram o Embaixador Conty, os presidentes Millerand, Poincaré e Herriot e o Ministro Raphael de Sampaio Vidal.

A França quisera dar mais. Daria, como deu, dois grandes vasos de Sèvres – vasos d'Arcueil, de *fond bleu*, que estão no salão de recepção, e um vaso branco "Ronde d'enfants" de Dalou, que se acha no vestíbulo.

Peças tão valiosas que são feitas apenas para exposição ou presentes a soberanos. Como obras de arte recebemos o presente, dando-nos o Ministro Sampaio Vidal também isenção de direitos de Alfândega.

Daria também a França um riquíssimo gobelino, tapeçaria de museu, que está no Louvre, para onde tornou, porque não quis ficar com ela a Academia. Declarava a França que sendo ela do Patrimônio Nacional não a poderia alienar. Mas, ficaria emprestada a nós, indefinidamente, apenas exigido um seguro

de fogo no valor de 2 milhões de francos. Quando foi o caso exposto à Academia, assustaram-se os acadêmicos com a responsabilidade, chegando o Sr. Coelho Neto, em homenagem a uma citação imprópria de Virgílio, a exclamar:

– "*Timeo Danaos, et donna ferentes*, isto é, temia aos gregos e aos presentes de gregos."

A França devia nos estar armando uma cilada como a do cavalo de Tróia.

Em homenagem a esta literatura inteiramente inadequada ao caso, rejeitou a Academia uma dádiva que por muito tempo, senão sempre, seria talvez a única tapeçaria de arte vinda à América do Sul.

Só me conformei com o disparate acadêmico, pensando que talvez fosse melhor assim para a cultura universal. Aqui, as baratas, as traças, os cupins, talvez vencessem Alexandre, nela debuxado. Perderia a humanidade com isso, restituída à França lá se conservaria para a admiração do mundo. O Brasil não a merecia. Digo isto, porque é transido de horror à barbaria e pelo perigo que correm que vejo a todas as recepções os vasos azuis de Sèvres, cheios de flores. A cultura nacional não admite ainda que o vaso de arte se baste. E podem quebrá-lo um destes dias, pondo aí as florecas que a sentimentalidade nacional põe em todas as coisas sérias, até na intelectualidade acadêmica, coroada de flores.

À minha presidência intentei por cobro a isso. Cuidei que fazendo aos recém-vindos pagar as flores com que se desejam ornar, que a Academia deixasse de ser vítima desses enfeites. Não é possível. Aqui os hábitos de acessibilidade aos floristas são tais que até automóveis de praça, velhos e desasseados embora, não deixam de ter algumas rosas num vasinho para os enfeitar.

Como um acadêmico poderá dispensar tais mostras da sensibilidade nacional? Essa sensibilidade nossa é o fundo do caráter brasileiro e portanto também acadêmico.

Os livros vão e não voltam – O que se encontra dentro deles

Constâncio Alves

"*Un livre prêté, comme la vieille garde, ne se rend pas*" – disse não sei quem.

Algum infeliz, gemendo a decepção de um empréstimo?

Algum gaiato, justificando gaiatamente o seu propósito de não restituir o livro emprestado?

A frase pode ser de um ou de outro: expressão humorística do desgosto de um homem roubado, ou pilhéria de larápio a zombar de sua vítima.

Dita por este ou por aquele, é igualmente verdadeira e a sua verdade é de todos os séculos: dos passados, como resumo de histórias dolorosas; dos futuros, como prognóstico ou profecia.

E quem duvidar de que amanhã seja a repetição de ontem, recorra à experiência, que é mestra: empreste.

Por não precisarem desse meio de verificação, bibliófilos de Londres, neste século que merece a denominação de "século das ligas", fundaram a Liga contra o Empréstimo de Livros.

Antônio Constâncio Alves (1862-1933), jornalista, ensaísta e orador, foi o 3.º ocupante da Cadeira 26. Durante a sua longa permanência de 36 anos no *Jornal do Commercio*, publicando o "Dia a dia", tratou de todos os assuntos da cultura, menos da política. Os milhares de suas notas constituem uma coleção singularmente preciosa das letras jornalísticas e mesmo literárias. Costumava assinar apenas *C. A.*

Biblioteca da Academia Brasileira de Letras – *Petit Trianon*.
(Foto: André Luiz Dametto)

Que seja mais feliz que a Liga das Nações. Esta não conseguiu levar ao seu grêmio todos os povos do globo.

Aquela, parece, mais facilmente conseguirá a adesão de quantos têm o que perder, livros de estimação que mais se perdem por empréstimo, e que até mesmo quando não se perdem perdidos ficam porque, como disse Pixérécourt ou um outro, em dois versos chorosos que formam uma triste verdade lamentável:

Tel est le triste sort de tout livre prêté,
Souvent il est perdu, toujours il est gâté.

André Chénier contaria dessas tristezas em melhores versos, porque era grande poeta e não lhe faltou a dor inspiradora. Mas talvez por ser demasiado grande quebrou-lhe as cordas da lira a dor que sentiu ao ver seu Malherbe (em 8.º, pequeno, editado por Barbou e anotado por Meunier de Querlon) voltar ao seu poder cheio de borrões de tinta; e foi em prosa angustiada que celebrou aquela desgraça.

Rui Barbosa, que tinha o amor e, portanto, o ciúme dos livros, contava com um e outro dos infortúnios preditos: ou perda, ou estrago.

Quando emprestava alguma obra, procurava logo adquirir outro exemplar da que saíra, tão certo estava de que ele ou não regressaria ou, se tornasse, viria mais ou menos como o referido Malherbe.

Emprestou certa vez um volume a Capistrano de Abreu.

Mandou-lho, porém, revestido de tantas capas, que o historiador (bom entendedor para quem meia palavra seria até demais) compreendeu o que significava aquele excesso de precauções, e restituiu o emprestado sem o abrir.

Esse livro voltou. Outros, porém, não deram com o caminho de casa.

Ouvi do lesado, o que verifiquei mais tarde, quando procedi ao inventário de sua biblioteca, que a mão do empréstimo lhe subtraíra um volume da História da fundação do Império, por Pereira da Silva; uma coleção de folhetos sobre finanças da Itália, e a coleção, raríssima, de *O Século*, jornal publicado na Bahia, em 1848, e onde está o melhor da obra jornalística de João Barbosa, pai do roubado.

Ora, o que sofreram Rui Barbosa e Chénier, um lamentando perda de obras, o outro chorando estragos em livros, não são aborrecimentos excepcionais. Se

todos os que têm biblioteca publicassem os seus queixumes, um choro estrondoso e perpétuo agoniaria a humanidade.

Apesar de isolada do mundo, a Inglaterra não escapa à sorte comum, e a prova aqui está na fundação da Liga contra o empréstimo. Os sócios compreenderam que, avulsos, não poderiam resistir ao mal.

A Liga os amarrou, dando-lhes a resistência do feixe daquele célebre apólogo antigo.

Unidos, sentem-se mais fortes para dizer o não resoluto aos que metem nas bibliotecas alheias unhas de gavião.

A decisão desses bibliófilos inquietos e precavidos, associados para terem coragem de afrontar a coragem dos que tomam livros por empréstimo, encontrará apoio decidido em todos os bibliófilos?

Parece que sim. Mas pode ser que não.

Nem todos os que têm livros, nem todos os que amam os livros saem de um molde comum.

Há variedades interessantes nessa bicharia de que fazem parte os ratos de biblioteca e as traças de livros.

Existem numerosos exemplares, o bibliófilo egoísta que tem os seus livros somente para si, e só os mostra por vaidade, para desesperar a inveja dos colegas com a exibição de riquezas que eles não possuem.

Mas também não falta nessa parte da humanidade que tem a paixão do livro e da leitura, o tipo inverossímil, mas rigorosamente histórico do bibliófilo generoso, que ama, com igual amor, os livros e os amigos, e por causa destes corre o risco de perder aqueles, emprestando sem constrangimento e até com prazer preciosidades raras.

Era desse feitio o sábio Grolier. Na divisa do seu *ex-libris* resplandece a sua liberalidade: *Yo. Grolierie et amicorum.*

O exemplo pegou, e houve quem lhe adotasse a inscrição convidativa e a generosidade amável e perigosa.

Houve até quem fosse além e alargasse o círculo da liberalidade de modo a caberem outras pessoas além dos amigos.

Era assim o simpático Miguel Becon, um mão-aberta no emprestar; e emprestava com tamanha imprudência que o seu bibliotecário lhe fez ver um dia que com esse sistema perderia os seus tesouros bibliográficos.

Que foi que lhe respondeu o homem, ou, antes, o santo, o anjo?

Disse-lhe estas palavras sublimes, que todos devem admirar, embora não devam repetir:

"Prefiro perder meus livros, a parecer duvidar de um de bem."

Neste particular não podemos ter inveja de estrangeiros.

Tivemos Capistrano de Abreu, que emprestava livros, com prazer, até com amor.

Não era rigorosamente o que se chama um bibliófilo. Lia os seus livros; porém não os guardava com zelo e não queria tê-los cuidadosamente encadernados. Nos seus últimos tempos falava até em se libertar de todos eles; pretendia adaptar ao seu desprendimento bibliográfico ou antibibliográfico, o dito de Carnegie, que espalhara milhões em obras de beneficência: quem morre rico, morre desonrado.

Cumprindo esse programa, ia oferecendo os livros que possuía.

Nem por isso Carnegie morreu sem dinheiro nem Capistrano sem livros. Se mandasse fazer *ex-libris*, nenhuma divisa lhe serviria melhor que uma adaptação do de Grolier. Para que os seus livros pudessem ser também dos seus amigos, escolhia aquelas obras que mais emprestáveis fossem. Sabendo o alemão como sabia privava-se de ter obras originais naquela língua, preferindo traduções em francês, inglês ou italiano, mais acessíveis ao comum dos leitores.

Capistrano, e outros assim, ficariam fora da liga contra o empréstimo de livros; mas com isso a tal sociedade perderia apenas um pelotão num exército. A maioria, a grande maioria, desejará vitorioso o programa da liga: ela pode contar até com a aprovação dos que gostam muito de empréstimos, a seu benefício.

Essa facilidade em emprestar livros é mesmo na boca dos favorecidos argumento contra os empréstimos.

Dizia certo bibliófilo a um amigo:

"Como quer V. que eu empreste livros a quem não faz caso deles? Emprestou-me V. alguns, e nunca os reclamou!"

Razão decisiva: e há muitas outras também excelentes.

Lembrarei apenas duas, porque o papel não dá para mais.

A primeira é que mal o estudioso emprestou um livro vem logo a precisar dele. Parece mentira, mas é assim.

A outra é que, para certas pessoas, um livro é mais que um livro: é gaveta de papéis íntimos, é escrínio para relíquias, é cofre de segredos, é até carteira para dinheiro.

Por conseguinte, emprestar um livro é, às vezes, correr o risco de comunicar a outrem o que não queríamos revelar a ninguém, fazer confidências que podem prejudicar a terceiros, é sofrer algum desfalque.

Dentro de livros que dormitavam à minha espera, nas lojas dos antiquários, já encontrei folhas secas, bilhetes de amor, cartas sobre negócios e contas de armazém. Não conto novidade. Isso é comum. Durante a grande guerra, muitas mulheres caridosas, acudindo ao apelo do governo, enviavam para o campo de batalha romances destinados a entreter os combatentes. Nesses livros, lidos com pressa e oferecidos sem maior exame, iam grampos, pedaços de fita, e cartas comprometedoras. Não sei se algum romancista aproveitou esta leviandade para arquitetar tragédia conjugal: o marido, recebendo em romance, vindo da pátria, e que lhe caíra nas mãos por acaso, a prova certa de que em sua ausência madame estava figurando em outro romance mais impressionante para ele e ela do que o impresso.

Eu, que tenho achado algumas coisas dentro de livros, só não encontrei dinheiro.

Sei, porém, de fonte limpa que há quem o guarde entre páginas de livros.

Varia recente do *Jornal do Commercio* notícia o que contou o *Evening News* de Londres, acerca da sorte grande que saiu ao estudante Eugenio Lacosta, quando lia na Biblioteca Vaticana.

A sorte grande saiu-lhe de um livro, obra de Emilio Revisa, escritor falecido em começo do século passado. Era apenas isto:

"Quem achar este bilhete, queira dirigir-se ao meu notário, a quem pedirá que consulte o seu registro L. I, n. 162." Seguiam-se o endereço do tabelião e a data "Roma, 5 de fevereiro de 1794."

O estudante, por curiosidade, que nele venceu o receio de ser vítima de alguma pilhéria, foi ao cartório indicado, e aquele papelzinho lhe valeu um cheque de oito milhões de liras, e provavelmente um choque, desses que podem matar de contentamento.

A obra em que estava o cheque fora tão mal recebida pela crítica, que o autor desanimado resolveu quebrar a pena, já que lhe faltara decisão para quebrar a cara dos censores. Mas, por cortar a sua carreira literária, não renunciou à esperança de encontrar um leitor, atraído talvez pela violência do ataque. Para esse leitor precário, duvidoso, desconhecido, deixou oito milhões. Morreu, porém, sem o conhecer. Morreu com a desesperadora amargura de não encontrar quem o lesse, nem sequer por oito milhões. O leitor, o seu pio leitor e seu herdeiro, chegou afinal. Veio um pouco tarde para o infortunado autor, e não veio por ter farejado aquele maravilhoso pão-de-ló.

Não posso garantir a veracidade da anedota. Mas aconselharia que folheassem as obras daquele Emilio Revisa, que favoreceu Eugenio Lacosta com a mais proveitosa das leituras. E não seria mau que os curiosos folheassem todos os livros que lhes caíssem nas mãos. Há quem neles guarde dinheiro. Guardava-o por exemplo o Dr. Aristides Milton, que quando deputado federal aboletado em pensões, e receando algum roubo, preferia esconder entre páginas o que em geral se fecha na gaveta.

Fazia o mesmo outro baiano, frade beneditino, irmão do Conselheiro José Antônio Saraiva. Quando por sua morte remexeram-lhe na biblioteca, encontraram várias cédulas, e algumas de grande valor. Mas o achador desse tesouro foi um Lacosta caipora. As cédulas não valiam mais nem um vintém; estavam recolhidas.

Num livro encontra-se de tudo: violetas ressequidas, bilhetes doces, contas amargas, e até gente. Quando a imprensa parisiense andou a explorar com insistência a magreza de Sarah Bernhardt, garantiu um folhetinista que quando ela queria marcar o fim de uma leitura metia-se entre as páginas.

Não é possível esquecer, já que falo no que se encontra em livros, sem fazer parte deles, as notas marginais que o dono lhes acrescentar, em abono do texto, ou para condenação da obra.

Essas notas não raro são confidências que devem escapar a indiscretos e até aos outros.

Nelas o leitor, muito em segredo, porque está falando a quem não tem língua, diz do autor o que não lhe diria cara a cara.

Ora o livro emprestado pode ser, a contragosto, o denunciante de pensamentos secretos, o traidor do amo. Emprestá-lo quando ele se tornou baú de coisas confiadas, sob sigilo, é imprudência, capaz de causar arrependimento e desgostos.

A propósito, contarei uma história exatíssima.

Costumava José de Alencar enriquecer de notas marginais livros que lhe pertenciam. Indo visitá-lo, certo amigo encontrou uma obra do autor do *Cabeleira* anotada pelo autor do *Guarani*.

As anotações não eram benignas. Que fez o amigo íntimo, que não era amigo discreto? Foi dizer a Franklin Távora o que a respeito do seu livro pensava José de Alencar.

Daí a raiva com que o criticado passou a criticar a obra do seu glorioso patrício. Daí as cartas com que, sob o pseudônimo de Semprônio, veio ajudar a José Feliciano de Castilho, que aparecera na imprensa com a máscara de Cincinato, e não poupava o grande escritor, avesso à sujeição da inteligência brasileira ao domínio intelectual da antiga metrópole.

Anotador de seu livros era também D. Pedro II. Reservado por temperamento e necessidade, certas coisas dizia só a eles, com a certeza de que não passariam a ninguém o que receberam. Agora que está morto o Imperador, vários dos seus livros têm divulgado pensamentos, impressões e juízos, escritos pelo lápis fatídico. Esse lápis escreveu apontamentos que honram o dono. Referências de Joaquim Nabuco, um interessante artigo do eminente escritor Conde de Afonso Celso, e alusões de mais alguns, mostram que D. Pedro II não teria motivos de se envergonhar se as suas notas viessem à publicidade quando vivia.

Mas não era isso razão para ficar contente se algum estranho passasse os olhos abelhudos pelas suas notas.

Disso, porém, estava livre, o que não sucedia a seus súditos bibliófilos desarmados de cetro para afugentar os que pedem livros emprestados. Creio que não era muito fácil filar um volume de sua Majestade. *C.A.*

PATRONOS, FUNDADORES E MEMBROS EFETIVOS DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

(Fundada em 20 de julho de 1897)

As sessões preparatórias para a criação da Academia Brasileira de Letras realizaram-se na sala de redação da Revista Brasileira, fase III (1895-1899)*, sob a direção de José Veríssimo. Na primeira sessão, em 15 de dezembro de 1896, foi aclamado presidente Machado de Assis. Outras sessões realizaram-se na redação da* Revista*, na Travessa do Ouvidor, n. 31, Rio de Janeiro. A primeira sessão plenária da Instituição realizou-se numa sala do* Pedagogium*, na Rua do Passeio, em 20 de julho de 1897.*

Cadeira	Patronos	Fundadores	Membros Efetivos
01	Adelino Fontoura	Luís Murat	Ana Maria Machado
02	Álvares de Azevedo	Coelho Neto	Tarcísio Padilha
03	Artur de Oliveira	Filinto de Almeida	Carlos Heitor Cony
04	Basílio da Gama	Aluísio Azevedo	Carlos Nejar
05	Bernardo Guimarães	Raimundo Correia	José Murilo de Carvalho
06	Casimiro de Abreu	Teixeira de Melo	Cícero Sandroni
07	Castro Alves	Valentim Magalhães	Sergio Corrêa da Costa
08	Cláudio Manuel da Costa	Alberto de Oliveira	Antonio Olinto
09	Domingos Gonçalves de Magalhães	Magalhães de Azeredo	Alberto da Costa e Silva
10	Evaristo da Veiga	Rui Barbosa	Lêdo Ivo
11	Fagundes Varela	Lúcio de Mendonça	Helio Jaguaribe
12	França Júnior	Urbano Duarte	Alfredo Bosi
13	Francisco Otaviano	Visconde de Taunay	Sergio Paulo Rouanet
14	Franklin Távora	Clóvis Beviláqua	Miguel Reale
15	Gonçalves Dias	Olavo Bilac	Pe. Fernando Bastos de Ávila
16	Gregório de Matos	Araripe Júnior	Lygia Fagundes Telles
17	Hipólito da Costa	Sílvio Romero	Affonso Arinos de Mello Franco
18	João Francisco Lisboa	José Veríssimo	Arnaldo Niskier
19	Joaquim Caetano	Alcindo Guanabara	Antonio Carlos Secchin
20	Joaquim Manuel de Macedo	Salvador de Mendonça	Murilo Melo Filho
21	Joaquim Serra	José do Patrocínio	Paulo Coelho
22	José Bonifácio, o Moço	Medeiros e Albuquerque	Ivo Pitanguy
23	José de Alencar	Machado de Assis	Zélia Gattai
24	Júlio Ribeiro	Garcia Redondo	Sábato Magaldi
25	Junqueira Freire	Barão de Loreto	Alberto Venancio Filho
26	Laurindo Rabelo	Guimarães Passos	Marcos Vinicios Vilaça
27	Maciel Monteiro	Joaquim Nabuco	Eduardo Portella
28	Manuel Antônio de Almeida	Inglês de Sousa	Oscar Dias Corrêa
29	Martins Pena	Artur Azevedo	Josué Montello
30	Pardal Mallet	Pedro Rabelo	Nélida Piñon
31	Pedro Luís	Luís Guimarães Júnior	Moacyr Scliar
32	Porto-Alegre	Carlos de Laet	Ariano Suassuna
33	Raul Pompéia	Domício da Gama	Evanildo Bechara
34	Sousa Caldas	J.M. Pereira da Silva	João Ubaldo Ribeiro
35	Tavares Bastos	Rodrigo Octavio	Candido Mendes de Almeida
36	Teófilo Dias	Afonso Celso	João de Scantimburgo
37	Tomás Antônio Gonzaga	Silva Ramos	Ivan Junqueira
38	Tobias Barreto	Graça Aranha	José Sarney
39	F.A. de Varnhagen	Oliveira Lima	Marco Maciel
40	Visconde do Rio Branco	Eduardo Prado	Evaristo de Moraes Filho

Petit Trianon – Doado pelo governo francês em 1923.
Sede da Academia Brasileira de Letras,
Av. Presidente Wilson, 203
Castelo – Rio de Janeiro – RJ

Composto em Monotype Centaur 12/16 pt; citações, 10.5/16 pt.

AD IMMORTALITATEM
ACADEMIA BRASILEIRA